

ACTA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DO ANO 2010

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte
CDU	Coligação Democrática Unitária
ETA	Estação de Tratamento de Águas
ETAR	Estação de Tratamento de Água e Resíduos
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

----- Sexta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 17 de Dezembro de 2010, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	430
Membros que pediram substituição	8
Membros convocados	8
Instalações	8
II – MOÇÕES:	
1 – Serviço Público dos CTT-Correios	13
2 – Ocupação da Via Pública	17
3 – Derrama	87
4 – Extinção da Empresa MMB-Mercado Municipal de Bragança	385
III – PROPOSTAS:	
1 – Recuperação de usos e Costumes	24
2 – Retirar a proposta da CM – ponto 4.2.4	425
IV – REQUERIMENTOS:	411
1 – Requer apreciação da proposta da CM - ponto 4.2.4, pela Comissão de Administração Autárquica	
2 – Proposta de votação imediata do ponto 4.2.4	426
QUORUM- Sexta Sessão Ordinária -17/12/2010	8,84
INTERVALO PARA ALMOÇO	84
PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS	418

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1- ACTAS:	
	8
2 - PÚBLICO - Período de intervenção.	11
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	11
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	42
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do	

Município.	42
4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	98
4.2.1 – 4.2.1- Análise e discussão dos documentos previsionais – orçamento; plano plurianual de investimentos; plano de actividades municipal e mapa de pessoal para o ano de 2011;	99
4.2.2- - Contracção de empréstimo de longo prazo (vinte anos), no valor de 675.000,00 euros, para financiamento da componente de investimento autárquico referente à execução dos projectos “criação da ciclovia da Mãe D’ Água e criação da praça da nova Mãe D’ Água”, “circuito de manutenção de Santa Apolónia – 2.ª fase” e “forno comunitário” – Relatório Final elaborado pelo Júri;	350
4.2.3 – Alteração aos Estatutos do MMB-Mercado Municipal de Bragança- EM;	366
4.2.4 – Reorganização dos Serviços Municipais;	389
4.2.5 – Aquisição de combustível rodoviário para a frota de viaturas da Câmara Municipal de Bragança – concurso público com publicidade internacional – Abertura de procedimento;	Ver Pág. 429
4.3– A solicitação do Grupo Municipal do CDS/PP, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, discussão sobre, “ Concurso Público de lugar de Chefe de Divisão de Educação e Desporto na Câmara Municipal de Bragança”	Ver Pág. 429
4.4 – Instalação das Comissões criadas no âmbito desta AM em sua Sessão Ordinária de 27 de Fevereiro de 2010.	Ver Pág 429

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Adriano Rodrigues	30,412,420
Alexandra Reis	335
Amândio Costa	79
Ana Almeida	21, 32,91,97,331,421,
Ana Almeida	21
António Malhão	337
Bruno Veloso	94,96,325,341,384,413,419,420
Carlos Moreno	406
Domingos Seca	28,328,
João Alves	81
Jorge Novo	12,
José Brinquete	15,20,84,90 ,321,362,422

José Lourenço	92,339,342,
José Valente	82
Luís Fernandes	38,422
Luís Vale	17,18,31,85,89,329,363,426
Manuel Diz	24,26,31,
Manuel Pires	333,364
Maria Branco	79
Maria Veloso	85
Norberto Costa	36
Paulo João	27,32,88
Pedro Fernandes	22,
Presidente da Câmara	35,77,83,86,308,320,343,362,383,384,405,410,
Presidente da Mesa	8,9,11,14,17,18,20,21,22,23,2526,27,28,30,31,32,35,36,38,39,40,41,42,53,67,70,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,88,89,90,91,92,94,95,97,98,317,319,320,321,325,328,329,331,335,337,339,341,342,343,344,345,346,347,348,349,362,363,364,365,382,383,384,385,386,387,388,389,405,411,412,413,414,415,416,417,418,419,420,421,422,423,426,428,429,
1.º Secretário da Mesa	406,407,408,409,410,411
Rui Correia	30,
Vítor Alves	98
Vítor Pereira	28,364,428,

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Adriano Rodrigues	75
Ana Almeida	73,320,383
Bruno Veloso	383,387
Isabel Lopes	70
José Brinquete	67,407,408
José Lourenço	409
Luis Fernandes	317,406
Luís Vale	70,426
Maria Veloso	76
Nuno Miranda	319
Paulo João	25
Rui Correia	89

Vânia Rodrigues	406
Vítor Pereira	26,72,

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Alexandra Reis	348
Ana Almeida	349,388,416
Anibal Morais	345
Bruno Veloso	347,388,418
Carlos Moreno	345
Élia Cordeiro	345
Fernando Paula	9
José Brinquete	345,388
José Lourenço	417
Luís Fernandes	416
Luis Vale	386,416
Pedro Fernandes	345,415
Nuno Reis	91,386,415
Vânia Rodrigues	345

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página (s)
José Brinquete	386
Luis Fernandes	412
Manuel Pires	414

DEFESA DA HONRA

Nome	Página (s)
Carlos Moreno	40
José Brinquete	348
Luis Fernandes	41
Paulo João	90

----- Aos **dezassete dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e dez**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Sexta Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das vinte horas, na qual participaram **noventa e quatro membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1- ACTAS: Leitura, discussão e votação das actas da Quarta e Quinta Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizadas em 28 de Junho e 24 de Setembro de 2010, respectivamente.....

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.....

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1- Análise e discussão dos documentos previsionais – orçamento; plano plurianual de investimentos; plano de actividades municipal e mapa de pessoal para o ano de 2011;

4.2.2 - Contracção de empréstimo de longo prazo (vinte anos), no valor de 675.000,00 euros, para financiamento da componente de investimento autárquico referente à execução dos projectos “criação da ciclovia da Mãe D’ Água e criação da praça da nova Mãe D’ Água”, “circuito de manutenção de Santa Apolónia – 2.ª fase” e “forno comunitário” – Relatório Final elaborado pelo Júri;

4.2.3 - Alteração aos Estatutos do MMB-Mercado Municipal de Bragança- EM;

4.2.4 – Reorganização dos Serviços Municipais;.....

4.2.5 – Aquisição de combustível rodoviário para a frota de viaturas da Câmara Municipal de Bragança – concurso público com publicidade internacional – Abertura de procedimento;

4.3 – A solicitação do Grupo Municipal do CDS/PP, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, **discussão sobre**, “ Concurso Público de lugar de Chefe de Divisão de Educação e Desporto na Câmara Municipal de Bragança”.

4.4 – Instalação das Comissões criadas no âmbito desta AM em sua Sessão Ordinária de 27 de Fevereiro de 2010.

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca nove horas e trinta minutos e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Joaquim Eduardo Queirós

PS: Vania Marisa Espírito Santo

Movimento S. Presente: Cristina Maria Rodrigues Afonso

Presidentes de Junta: Junta de Freguesia de Gondezende - Substituído por Augusto David Afonso Pires; Junta de Freguesia da Sé – Substituído por Alexandra dos Prazeres Machado Reis

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PSD: António Manuel Pereira e Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso

PS: Nuno Filipe Canelhas Miranda

Movimento S. Presente: Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro

PEDIDOS DE RENÚNCIA: Martinho Eduardo Nascimento

INSTALAÇÃO – FERNANDO CARLOS DA SILVA PAULA.

----- **Presidente da Mesa** – Muito Bom dia a todos os Srs. Deputados. Faça-se silêncio na sala, por favor, vamos dar início aos trabalhos. Começamos esta sessão, a sexta sessão ordinária da AM, com o primeiro ponto.

PONTO 1 - ACTAS: Leitura, discussão e votação das actas da Quarta e Quinta Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizadas em 28 de Junho e 24 de Setembro de 2010, respectivamente.

----- Quem se quer pronunciar sobre as actas faça o favor de indicar essa intenção. Não havendo intenção de qualquer intervenção passamos à votação, das actas.

----- **Não tendo havido discussão foram as mesmas Actas submetidas a votação, tendo sido:**

-Acta de 28 de Junho - aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, oito abstenções e setenta votos a favor, estando momentaneamente setenta e oito membros presentes.

-Acta de 24 de Setembro – aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, seis abstenções e setenta e dois votos a favor, estando momentaneamente setenta e oito membros presentes.

----- **Declarações de voto?** Uma declaração de voto.

----- **Fernando Paula** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. vereadores, Srs. Deputados da AM, é para dizer que me absteve na votação das actas em virtude de não ter estado presente nas referidas reuniões. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua declaração de voto. Nós, habitualmente a Mesa faz e fará outra vez, de novo, a descrição da documentação que chegou aos Serviços, a relação cronológica, de resto esta relação está depositada nos Serviços para os Srs. deputados que quiserem eventualmente ter algum esclarecimento adicional. De forma mais rápida do que possível eu vou ler a relação, sem dizer as datas, é a relação da documentação entrada nos serviços da AM, a partir da data de 24 de Setembro.....

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 24 de Setembro de 2010

Entrada		
Data	Remetente	Assunto
27/09	Inspeção-geral da inspeção Local	Inspeção Ordinária ao Município de Bragança
28/09	Ana Guedes Almeida	PU da Cidade de Bragança
29/09	Grupo Parlamentar do PCP	Uso pedonal da ponte sobre o rio fervença
29/9	Grupo Parlamentar do PCP	Mega agrupamento e encerramento de escolas no distrito de Bragança
30/09	Câmara Municipal de Bragança	Acta final ao concurso Literário Comemorativo do Centenário da Implementação da República.
30/09	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Cortes nas transferências de verbas
01/10	Grupo Municipal da CDU	Protesto - Adriano Moreira
01/10	Câmara Municipal de Bragança	Processo P.A.1/2005 – Procuradoria da República – Despacho de arquivamento de participação apresentada pelo PS na AM
01/10	Câmara Municipal de Bragança	Resposta - Transferências Financeiras
06/10	João Vítor Alves	Indicação de representantes nas Comissões da AM
12/10	Câmara Municipal de Bragança	Pareceres e despacho da Inspeção Ordinária ao Município de Bragança
12/10	Ana Guedes Almeida	Sessão realizada dia 5 de Outubro
13/10	ANMP	Orçamento de Estado
13/10	Câmara Municipal de Bragança	Inaugurações no Centenário da República
15/10	APADI - Bragança	Convida Presidente da AM para o almoço e

		exposição dos trabalhos elaborados pelos utentes daquela casa.
15/10	Grupo Parlamentar do PCP	Envia o projecto n° 267/x1/ 2ª - Incêndios em Portugal.
15/10	Grupo Parlamentar do PCP	Incêndios florestais em Portugal
19/10	Ministério Agricultura	Acusa recepção Moção – Propriedades rústicas
19/10	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Acusa recepção Moção-Auto-estrada A4 Vila Real-Bragança
21/10	Ana Guedes Almeida	Requer convocatórias e certidões das actas relativas às sessões de 19 de Março e 30 de Abril – Processo Administrativo 13/2010-TAF Mirandela
25/10	Senhor Primeiro Ministro	Acusa recepção Moção –Reforços da Coesão Económica e Social
25/10	Senhor Primeiro Ministro	Acusa recepção Moção – Auto-estrada A5, Vila Real-Bragança
25/10	ANMP	Proposta de Lei do orçamento de Estado para 2011
28/10	Senhor Ministro da Justiça	Acusa recepção Moção – Propriedades rústicas
28/10	Tribunal Adm. Fiscal de Mirandela	Notificação despacho de arquivamento-Processo n.º 11/2010-PA
05/11	Direcção Geral do Ensino Superior	Pagamento de bolsas estudo alunos do IPB
05/11	Grupo Parlamentar do PCP	Mega Agrupamento e encerramento de escolas no distrito de Bragança
15/11	ANMP	Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2011
19/11	Ana Cláudia Guedes Almeida. Deputada do CDS / PP	Sessão Comemorativa de 5 de Outubro.
19/11	Grupo Parlamentar do PCP	Proposta de Lei do orçamento de Estado para 2011 Propostas de alteração à proposta de n° 42/XI/2ª
19/11	Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)	Análise à Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2011.
26/11	Bombeiros Voluntários de Bragança	Convide para cerimónia em honra da Padroeira (Nossa Senhora da Conceição)
06/12	Adriano Augusto Correia Rodrigues	Despesas com os membros da AM
03/12	CMB	Deliberações da CMB para submeter à AM
09/12	CMB	Reunião do Conselho Municipal de Segurança
13/12	Nuno Machado Reis	Despesas correntes da AM- Investimentos na rede social do Concelho
13/12	Nuno Machado Reis	Despesas correntes da AM – Senhas e deslocações
13/12	Nuno Machado Reis	Despesas correntes da CMB
13/12	Nuno Machado Reis	-Destruição de culturas agrícola- Parâmio e Espinhosela
16/12	Ana Cláudia Guedes Almeida	Processo – Concurso para Chefe de Divisão da Cultura e desporto

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENVIADA A PARTIR DE 24 SETEMBRO DE 2010

Entrada		
Data	Destinatário	Assunto
29-09	CMB	Envio Senhas Presença dos eleitos para a CM
30-09	CMB	Envio Boletins Itinerários dos eleitos para a CM
04-10	CMB	Solicitação de cópia do Relatório da Inspeção Ordinária ao Município de Bragança
06/10	Sr. Primeiro Ministro; Sr. Ministro de Estado e das Finanças e Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Envio de Moção – Auto-estrada A4 Vila Real – Bragança
06/10	Sr. Primeiro Ministro; Sr. Presidente da República; Sr. Ministro do Estado e das Finanças e Sr. Ministro da Economia e Inovação	Envio de Moção – Reforço da Coesão Económica e Social
06/10	Sr. Ministro de Estado e das Finanças; Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional; Sr. Ministro da Agricultura; Sr. Ministro da Justiça; Sr. Director Regional da Agricultura do Norte e Sr. Governador Civil de Bragança	Envio de Moção – Propriedades Rústicas
07/10	Dr. Manuel Trovisco	Comemorações Centenário República
07/10	Dr. Adérito Branco	Comemorações Centenário República
10/10	Membros das Comissões: Economia; Administração Autárquica; Educação e Urbanismo	Instalação dos membros
21/10	Dr.ª Ana Guedes Almeida	Processo Administrativo 13/2010-TAF Mirandela
25.10	CMB	Comemorações Centenário República – Pagamento despesas
08/11	Dr.ª Ana Guedes Almeida	Sessão da AM de 5 de Outubro
12/11	Nuno Machado Reis	Pagamento bolsas estudo aos alunos do IPB- Resposta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
06/12	CMB	Despesas com os membros da AM
13/12	CMB	Despesas correntes da AM- Investimentos na rede social do Concelho
13/12	CMB	Despesas correntes da AM – Senhas e deslocações
13/12	CMB	Despesas correntes da CMB
13/12	CMB	-Destruição de culturas agrícola- Parâmio e Espinhosela
13/12	CMB	Despesas com os festejos do dia 5 de Outubro

.....**Presidente da Mesa** – Entramos agora no

PONTO 2– PÚBLICO – Período de Intervenção.....

----- A Mesa faz aqui a convocatória a qualquer pessoa do público que esteja presente e que pretenda fazer uma intervenção, que se dirija à Mesa para se inscrever e proceder de imediato à expansão do assunto.

----- Não há ninguém do público, presente.

----- Avançamos para o

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- A Mesa solicita aos Srs. Deputados que têm intenção de se inscrever para fazer prenuncia de alguns dos temas que entendam, faze-lo neste momento. Mantenham os dedos no ar por favor, muito obrigado Srs. Deputados. A Mesa vai... podemos ter falhado na observação, passar a ler as inscrições que temos: Jorge Novo; José Brinquete; Pedro; Luís do Vale; Agostinho; Ana Cláudia; Sr. Presidente da Junta de Parada. Não nos esquecemos de ninguém? Então chamo o Sr. Presidente de Junta de Santa Maria, Jorge Novo, por favor.

----- **Jorge Novo** – Muito obrigado Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar, Sr. Presidente da AM, Sra. e Srs. Secretários da AM, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Sras. e Srs. Presidentes da Junta, caros cidadãos presentes, Comunicação Social.

----- O motivo que me trás aqui é para falar dos CTT Correios, os serviços dos CTT Correios em Bragança.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

“Os CTT – Correios de Portugal, *como nós sabemos*, são uma empresa de serviço público universal, em todo o território nacional, incluindo assim, não só, os territórios de elevada densidade populacional, mas também os territórios de baixa densidade como os das nossas aldeias do concelho de Bragança.

Os CTT – Correios de Portugal são de capital importância para o quotidiano de milhões de portugueses e, por isso, também para todos os bragançanos, tendo em conta os serviços que presta.

Mas ao longo dos últimos tempos a população do concelho de Bragança tem vindo a assistir, com evidente preocupação, à deterioração dos serviços actuais prestados pelos CTT – Correios.

Disso são exemplos irrefutáveis, constatados no dia-a-dia, os seguintes:

- a) Cartas e encomendas que não são entregues aos seus devidos destinatários, outras, muitas, que não são devolvidas ao remetente e ainda outras que são, pura e simplesmente, abandonadas numa caixa de correio qualquer;
- b) Aumento dos prazos de entrega das cartas, especialmente as de correio normal, ultrapassando os 3 dias previstos, valor mínimo a que os CTT – Correios estão obrigados;

- c) Aumento dos prazos de entrega igualmente no correio azul, pagando os clientes um preço mais elevado, sendo este correio tudo menos prioritário;
- d) Concessão de pouco tempo para as pessoas atenderem ao toque de campainha, quando lhes são dirigidas cartas registadas;
- e) Falta de identificação de trabalhadores e viaturas ao serviço dos CTT – Correios;
- f) Não colaboração na superação de alguma pequena lacuna ou insuficiência de identificação dos endereços postais;.....
- g) Filas de espera em certas horas do dia, obrigando os clientes a terem de esperar mais de 10 minutos para serem atendidos;.....

Assim:

Nos termos do disposto no artigo 53.º, n.º 1, alíneas o) e q), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção aprovada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresenta-se a seguinte:

“MOÇÃO

«Exigir Melhor Funcionamento, Valorizar o Serviço Público dos CTT – Correios»

Tendo presente:

1. Que à Assembleia Municipal de Bragança compete a promoção e a defesa dos interesses da população do concelho pois a importância de um serviço postal universal eficaz afere-se não apenas no impacto da qualidade de vida dos munícipes de Bragança mas também determina sobremaneira o bom andamento da vida económica do próprio Município;
2. Que se trata do futuro do serviço postal universal que está em causa, tendo recebido uma boa herança do passado que é preciso recuperar, tendo até a Câmara Municipal a sensibilidade de erigir um monumento de Homenagem ao carteiro, no largo dos Correios;.....

Considerando que:

1. Aos CTT - Correios de Portugal S. A. cabe a organização dos serviços de correio e ainda o processo de oferta do serviço postal universal às populações, nomeadamente:

Envios de correspondências nacionais e internacionais;

Envelopes pré-franquiados;

Cobranças postais;

Vales postais nacionais;.....

Registos nacionais e internacionais;

Encomendas postais;.....

Ou de ainda outros serviços como colecionismo e apartados;.....

2. Aos CTT – Correios de Portugal S.A. é exigida a salvaguarda do sigilo, inviolabilidade e custódia das correspondências e outros valores;.....

3. O Serviço dos CTT - Correios deve assegurar a protecção de dados, a confidencialidade das informações transmitidas ou armazenadas e a protecção da vida privada;

4. A prestação deste serviço público pressupõe níveis de regularidade, continuidade, idoneidade, qualidade, urbanidade e zelo, em ordem à obtenção do melhor resultado de satisfação das populações e inclusive uma melhor imagem dos CTT - Correios;

Considerando ainda que:

1. O actual nível de prestação de serviços por parte dos CTT - Correios no território do Município de Bragança deixa muito a desejar no que à qualidade e eficácia diz respeito;

2. É de decisiva importância pública que reveste um eficaz serviço postal universal para a organização social e económica da sociedade;.....

3. É obrigação legal dos CTT – Correios de Portugal S.A. garantir a qualidade deste serviço e as obrigações assumidas através de convénio de qualidade celebrado com a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM);.....

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 17 de Dezembro de 2010, solicita à Administração dos CTT – Correios que proceda com urgência no sentido de:.....

1. Reduzir o tempo de encaminhamento da correspondência e a mesma seja entregue aos devidos destinatários;.....

2. Colaboração na superação de alguma pequena lacuna ou insuficiência de identificação dos endereços postais;

3. Fornecer maior nível de formação, permanência e condições aos Trabalhadores na área da distribuição de correspondência;.....

4. Dar orientações no sentido de todos os Trabalhadores dos CTT e viaturas estarem perfeitamente identificados;.....

5. Cumprir de facto o convénio de qualidade celebrado com a ANACOM nomeadamente no que respeita ao tempo máximo de atendimento de 10 minutos por cliente.

Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada para a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), o Ministério da Economia, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, ao Governo Civil de Bragança, Sindicato dos Trabalhadores dos CTT – Correios de Portugal S.A. e Comunicação Social”

Subscrita pelos Presidentes da Junta de Freguesia:

a) Jorge Manuel de Oliveira Novo; Paulo Hermenegildo de Castro João ; Filipe Osório Caldas e
Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

Adriano Augusto Correia Rodrigues”.....
Muito Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Querem os Srs. deputados dizer algumas considerações sobre a moção? Pedidos de esclarecimento? Passamos de imediato à votação da moção.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E OITENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Declarações de voto?** Não há declarações de voto. Muito obrigado Srs. Deputados.

----- Passamos já ao segundo interveniente, José Brinquete, tem a palavra.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente, bom dia, Sr. Presidente da Câmara, bom dia, Srs. Vereadores, Exmos. Srs. e Sras. Membros da AM.

----- Se me permitem e antes do meu tempo, porque estava para vir para baixo, aproveitava para fazer a declaração de voto em relação à moção que acabámos de aprovar. Para dizer que a CDU votou a favor, considera uma moção muito pertinente, uma boa moção, uma excelente moção, só havia um pequeno senão nas decisões mas que eu não tinha tempo para poder intervir quando os Srs. Presidentes de Junta dizem, é só para ficar o registo, porque também não afecta a importância e a pertinência da moção quando dizem - maior permanência dos trabalhadores - eu gostava de ter ouvido dizer, portanto - com emprego estável e com direitos - porque o que querem dizer é que passa por ali muito gente que nem sequer chega a saber o que é a profissão de carteiro. Porque não há trabalho estável e com direitos, também já numa empresa como esta, mas não deslustra a importância e a pertinência que esta moção tem, porque todos nos revimos nas dificuldades que temos de receber algum correio, ou de correio de outras pessoas que chegam às nossas caixas de correio.....

----- Posto isto, eu queria fazer a seguinte intervenção.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“Orçamento do Estado / 2011

A recente aprovação do Orçamento do Estado, assente na negociata entre o PS e o PSD, apadrinhada pelo Presidente da República, é mais um vexatório passo no caminho de retrocesso que vem sendo trilhado no nosso País.

Após meses de terrorismo psicológico, em que procurou criar um ambiente favorável à sua aceitação considerando-o indispensável, está cada vez mais claro, para além de não resolver nenhum dos problemas nacionais, de não apresentar nenhuma ideia estratégica para sair da crise, vai aprofundar linhas de agravamento da situação económica e social.

O Orçamento do Estado vai trazer mais sacrifícios para os trabalhadores e para o povo.

O acordo entre o PS e o PSD quanto aos cortes de salários, nos apoios sociais, no investimento público, quanto à continuação da injustiça fiscal, à acentuação da desigualdades sociais, à privatização da empresas pública, vai confrontar os trabalhadores, o povo e o País com uma nova vaga de sacrifícios. Esta nova vaga de sacrifícios vai começar no dia 1 de Janeiro.

É neste quadro que deve entender-se, quer o anunciado aumento do desemprego (que se situa já nos 10,9 por cento, segundo dados do INE, mas que a realidade comprova ser maior), fixando-o nos mais elevados níveis que há registo; quer os indicadores económicos que confirmam a estagnação económicos (com um crescimento anémico pelo quarto trimestre consecutivo); quer o agravamento da especulação – a partir dos mega bancos que actuam sob a capa dos «mercados» – sobre a nossa dívida pública e a dita reacção dos «mercados financeiros» que levaram ao aumento das taxas de juro (situadas agora na casa dos sete por cento, enquanto a banca se financia a um por cento do BCE), num escandaloso saque da riqueza nacional.

É ainda neste quadro de agravamento que se devem ler as inaceitáveis pressões vindas da União Europeia, já em concertação com o Governo português, no sentido de intensificar a ofensiva anti-social, agora com o pretexto da necessidade de reformas estruturais que visam novas reformas às leis laborais, com o óbvio objectivo de desregulamentar ainda mais os horários de trabalho, reduzir os salários e as remunerações e liberalizar e «tornar mais baratos» os despedimentos.

Nesta política terrorista estão ainda consignados o ataque ao Serviço Nacional e Saúde, com o alargamento da privatização de serviços de saúde como é o caso de Bragança, onde a Câmara Municipal apadrinha a construção de um Hospital privado e a concretização de novas limitações no acesso das populações aos cuidados de saúde, bem como destruir o que resta de outros sectores públicos como a educação os transportes ou a segurança social.....

No que concerne ao nosso distrito, especificamente, veja-se a proposta de PIDDAC para 2011. Miserável e vergonhoso para o Nordeste Transmontano!

O distrito de Bragança está em último lugar, em valor, no conjunto dos distritos, com uns ridículos 352.436 euros de receitas gerais e 298.395 euros de receitas próprias. O concelho de Bragança receberá a esmola de 8.122 euros. Por outro lado é o distrito que percentualmente mais perde, 63,47%, quando a média nacional é de 29%. Somente 4 concelhos (Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro e Mogadouro), dos 12 concelhos do distrito, são contemplados com umas migalhas.

Enquanto, o conjunto dos 5 distritos do Norte irá receber 7.179.982 euros. Ao nível nacional o PIDDAC/2011 corresponde a 1 bilião e 700 milhões de euros.

Estes valores põem a nu as políticas de “terra queimada” do PS e do PSD e deixam muito mal na fotografia os autarcas da região que por medo ou por cobardia política estão “calados que nem uns ratos”. ---

Devo ainda informar, que o PCP apresentou um conjunto de propostas estruturantes para o concelho e para o distrito que tiveram o voto amável e o “beijo de judas”, contrário, de reprovação dos partidos do bloco central de interesses, à sua execução, incluindo os 3 deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Bragança.....

Toda esta situação confirma a premência da construção em Portugal de uma Alternativa Política, de Rotura e Mudança, pondo Portugal a Produzir! - A criar mais riqueza, com uma melhor distribuição dessa mesma riqueza.....

Por Bragança! Por Portugal!.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Chamamos agora para a sua declaração de assuntos o deputado do BE, Luís do Vale.

----- **Luís do Vale** – Sr. Presidente, Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. e Sra. Vereadora, membros desta AM, Presidentes de Junta, Comunicação Social, a todos muito bom dia. ...

----- Sr. Presidente da Mesa, eu ia-lhe entregar uma moção que gostaria que fosse lida e guardaria para depois a minha intervenção, está bem?

-----**Presidente da Mesa** – Então passamos a ler a moção apresentada pelo BE.

“Moção

Como é sabido, a ocupação da via pública é, há já muito tempo, objecto de tributação pelas autarquias locais. A Lei das Finanças Locais admite no artigo 15.º a criação de taxas pelos municípios e a Lei n.º 53-E/2006 de 29 de Dezembro (que aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais) refere no artigo 6.º e) que as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares, designadamente pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal.

Não faltam exemplos concretos de tributação pelos municípios do aproveitamento especial do domínio público local: esplanadas em passeios, rampas de acesso a garagens; venda de gelados e outros produtos na via pública.....

No entanto, a instalação de máquinas ATM para utilização como Multibancos não tem sido taxada sempre que utiliza a via pública para o estabelecimento de uma relação negocial privada, entre um banco e um seu cliente. Existe, pois, uma base de incidência objectiva e subjectiva para a criação de

uma taxa municipal para o funcionamento de caixas ATM (Multibancos), com acesso a partir de uma via pública (Artigos 6º e 7º da Lei acima mencionada).....

Acresce não se vislumbrarem razões para uma eventual continuidade da actual situação de isenção de taxas para esta implantação da ATM na via pública. Tenham-se em conta os lucros de 1 652 milhões de euros auferidos pelo sector bancário durante o ano de 2009, segundo os dados disponibilizados pelo próprio sector bancário e publicados em Julho deste ano pela Associação Portuguesa de Bancos. Atente-se ainda nos cortes no financiamento das autarquias locais, quer os já efectuados quer os já anunciados, com grave incidência na prestação de serviços à comunidade local. São absolutamente incompatíveis com a concessão de privilégios a um sector que, em período de austeridade, continua a evidenciar tamanha saúde financeira.....

Assim, para que se iniciem os procedimentos, previstos no artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de Dezembro, e tendo também em conta a necessidade dos municípios obterem mais receitas para uma melhor resposta à grave situação social, a Assembleia Municipal de Bragança reunida em 17 de Dezembro de 2010 RECOMENDA ao Executivo Camarário:

- A criação de uma taxa sobre as máquinas ATM (Multibancos) instaladas no concelho de Bragança e utilizadas pelos clientes dos bancos directamente a partir da via pública;.....

- Encarregar os serviços técnicos da Câmara Municipal de elaborar uma proposta a ser aprovada em futura reunião da Câmara Municipal e relativa ao montante anual (ou fracção) a cobrar por cada ATM, tendo em conta os normativos legais quanto à fixação de taxas municipais;.....

- Encarregar igualmente os serviços de preparar os passos processuais para a entrada em vigor da nova taxa;.....

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

a)Luís Miguel do Vale”.....

----- **Presidente da Mesa** - Esclarecimento sobre esta moção, Srs. deputados ?

----- Sr. Deputado pode fazer a sua intervenção, faça o Favor.

----- **Luís do Vale** – Obrigado Sr. Presidente.....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

“Creio ser clara a fundamentação da proposta de moção que apresento. Ainda assim, gostaria de acrescentar dois ou três aspectos.....

O primeiro é a austeridade que está a ser imposta a autarquias e cidadãos. Os salários e pensões baixam, os impostos sobem, o IVA aumenta (encarecendo quase tudo) e até a nossa auto-estrada terá portagens. As transferências para as autarquias sofrem cortes - enquanto crescem os seus

encargos. Portanto, é justo atendermos às dificuldades por que passam os municípios, seja na hora de estabelecer taxas, seja no momento de contratar serviços ou, em sentido lato, sempre que tomamos uma decisão que implica dispêndio do dinheiro que é de todos. Mas, por outro lado, também temos de ser imaginativos na hora de captar receitas, mantendo e aumentando a justiça social.....

É o que se pretende com a criação desta taxa, a aplicar sobre as caixas ATM com acesso a partir da via pública. Seja pouco ou muito o montante global das taxas que se arrecadarão se esta taxa for aprovada e aplicada, ninguém poderá negar a justeza da sua existência. Efectivamente, como poderemos exigir a um modesto comerciante da cidade e do concelho que pague uma taxa por afixar uma simples tabuleta, ou exposição de alguns produtos, se continuarmos a isentar de facto quem faz na via pública, utilizando um espaço público, um negócio que lhe rende milhões?

É claro que a actual situação não é justa, porque priva o município de receitas a que tem direito, e, ainda por cima, em favor de quem beneficia largamente do espaço público que é de todos.....

Uma segunda nota para trazer aqui a experiência espanhola, tanto quanto sei pioneira nesta matéria.

A primeira cidade a cobrar uma taxa sobre os multibancos (lá chamados *cajeros*) foi Palma de Maiorca, em 2004. Desde então a prática foi-se alargando progressivamente. Não sem resistência das entidades bancárias. O litígio chegou inclusivamente ao Supremo Tribunal Espanhol que se pronunciou, em Fevereiro do ano passado, pela legalidade da criação desta taxa.

Segundo nos revela uma simples pesquisa na Internet, hoje a prática está largamente difundida em Espanha. Encontrei taxas oscilando entre os 138 euros anuais (em Ainsa-Sobrarbe) e os 639 euros em Alcalá de Henares. Há quem estipule uma taxa fixa e quem prefira, a partir de uma base fixa, acrescentar algumas parcelas variáveis. Há quem fixe um valor igual para toda a cidade e há quem delimite zonas, com taxas diferenciadas consoante a utilização expectável. E, claro, há também quem, como Madrid (com mais de 3 mil multibancos), opte por não cobrar qualquer quantia, considerando insignificante o milhão e duzentos mil euros que, contas por baixo, poderiam arrecadar... ..

Este exemplo espanhol tem servido de exemplo para alguns municípios portugueses que já aprovaram a criação desta taxa, tais como o Entroncamento, Vouzela ou o vizinho Macedo de Cavaleiros. No entanto, há também quem levante reservas. Há o receio de que os bancos encontrem aí o pretexto para obrigar os clientes a pagar uma taxa sobre a utilização dos multibancos. Conhecendo nós a voracidade de tais instituições, o receio até faz algum sentido. Mas,

do nosso ponto de vista, não pode justificar a continuidade da isenção de taxas pela utilização privada do espaço público. Sempre que existe uma utilização privada desse espaço ela é paga ao município. Todos pagam. Porquê isentar os bancos?.....

O receio de que eles “se vinguem” não faz muito sentido. Os bancos vão cobrar ao município de Bragança, em juros e encargos, mais de duzentos e seis mil euros no ano de 2011. Esses mais de 40 mil contos (em moeda antiga) resultam de contratos livremente assinados? É certo. Mas, na hora de exigir os juros e de cobrar encargos, não consta que os bancos credores tenham recebido qualquer “vingança” do município. No momento de concederem empréstimos ao nosso município, os bancos exigiram as suas compensações, por sinal bem avantajadas. Agora, em nome da comunidade, a Câmara exige uma compensação pela utilização do espaço público que administra. Está no seu direito. *E cumpre o seu dever*.....

Creio, por conseguinte que deveremos aprovar hoje esta moção para criação desta taxa e prepararmos as bases para que ela possa vir a ser cobrada rapidamente.

Os serviços técnicos da Câmara Municipal de Bragança estão habilitados a fazerem-nos o cálculo do custo efectivo associado à taxa. Posteriormente, embora sendo difícil fixar o coeficiente de benefício a introduzir, não poderemos deixar de ter em conta a saúde financeira e os elevados lucros do sector bancário.....

Mas, o que é preciso é começar, porque o município bem precisa de receitas.....

Obrigado”

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Srs. Deputados. Sr. Deputado José Brinquete, faça favor, tem a palavra.

-----**José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, é para dizer duas coisas muito rápidas sobre esta moção. .-

-----A primeira é que esta moção tem alguns aspectos contraditórios, mas, eu, em nome da CDU, vou votá-la favoravelmente. Passo a dizer os aspectos que me parecem contraditórios, que é. .

-----Ao citar, por exemplo, a existência de esplanadas que depois a Câmara cobra uma taxa, para mim não é pacífico só porque recebe de uma determinada esplanada deve essa esplanada existir. No Verão, verifique-se na cidade de Bragança, muita gente passeia à noite e tem dificuldade em passar por os passeios, há até Avenidas quase inteiras em que tem que ir fora do passeio porque facultou-se a possibilidade, a um café, de ter uma esplanada e não tem condições nenhuma para ter, e depois ocupa o espaço e os peões não podem passar. E outras questões deste tipo.....

----- Depois há este aspecto também que o Luís Vale colocou, que é - há o receio de que os bancos metam essa taxa nos custos dos utentes, e esse receio é objectivo porque as empresas de

telecomunicações já o fazem e eu tenho, por exemplo, aqui um recibo do gás da cidade, em que já tem aqui, ainda a zero, mas já cá tem a rubrica a dizer “taxa de ocupação do espaço público”. Portanto já estão a preparar psicologicamente as pessoas, para, qualquer dia, pagarem uma taxa, quando o Município eventualmente lha cobrar. Mas mesmo com estas situações contraditórias, eu penso que a AM aprovar esta moção dá um sinal importante para um sector que é poderoso, que está também a colocar-nos muitas taxas e muitas alcavalas e que precisa de ter um sinal também dos Órgãos representativos da autarquia, no sentido que eles também têm obrigações e também estão a usar o espaço público e até agora sem nenhum custo. Portanto o meu voto vai ser favorável.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Srs. Deputado.....

----- Mais uma intervenção, Ana Cláudia Guedes de Almeida.

-----**Ana Almeida** – Bom dia a todos, em geral e em particular a cada um de vocês. Antes de mais, desde já dizer, tencionava fazer-lo por e-mail e antes ainda da contagem do meu tempo, por favor, dizer que pelas razões que há um ano ficaram aqui ditas por mim neste mesmo lugar, não estarei presente no almoço, concordaria sim, se cada um pagasse o seu, as contas que vamos discutir à tarde reflectem, digamos assim, o deslizar que elas representam e portanto por essa razão preferia que fosse ao contrário, que fosse a AM a convidar a Câmara Municipal, que acho que é por isso que devemos lutar, mas isso virá a seguir.

----- Quanto à moção de censura de Luís Vale, acho pertinente, não concordo totalmente com o José Brinquete, aliás o José Brinquete perdoe-me, isto também para desfazer um bocadinho aquilo que já anda lá fora, mais parece que fazemos parte do mesmo partido, mas o interesse público, o interesse público é transversal e geral e quando as coisas estão mal tem de ser reconhecidas por toda gente, mas gostaria de dizer que me parece pertinente a moção do Luís, pelo seguinte:

Está em discussão e quase para entrar em vigor provavelmente no início de Janeiro, uma medida legislativa que se chama “licenciamento zero”, e que efectivamente tira a mão a muitas das utilizações do espaço público que as Câmaras Municipais podem tributar. Portanto são actos que deixam de estar sobre a alçada no procedimento de controlo das Câmaras Municipais e portanto completamente à margem de regas, e portanto é congratular, e já agora lanço aqui um recto à Câmara Municipal, que na revisão do seu Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, atendendo a esta medida, mais uma medida Programa (Simplexe), que efectivamente regulamente e dê especial atenção, efectivamente, às ocupações dos espaços público que quer e à respectiva taxação, sobre pena de poder ficar, eventualmente, sem qualquer controlo dessas ocupações do espaço publico. Portanto e quanto à medida de, efectivamente, também entrarmos aqui com uma

entidade que é privilegiada, como todos sabemos, obviamente que isso não merece contestação.
Votarei a favor.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Srs. Deputada.

----- Há mais uma intervenção, faça favor, Sr. Deputado Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros companheiros desta AM. O PSD vai votar favoravelmente esta moção, achamos que é bastante pertinente, deixando, depois, à Câmara, de facto, a função de agilizar esse processo. Obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Srs. Deputado.

----- Não havendo mais intervenções vamos proceder à votação da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM DOIS VOTOS CONTRA, ZERO ABSTENÇÕES E OITENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**

-----**Presidente da Mesa - Declarações de voto?** Não há declarações de voto. Muito obrigado Srs. Deputados.

----- Vamos passar para a seguinte intervenção. Sr. Deputado Pedro, do PSD, tem a palavra.

-----**Pedro Fernandes – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

-----“Exmo. Presidente da AM, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Srs. Membros da AM, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Digníssima Comunicação Social, Público em Geral.

O Estado Português, na interacção com os seus jovens estudantes, norteia-se, preponderantemente, no sentido de garantir que exista um sistema de acção social que possibilite o acesso e a frequência do ensino superior a todos os estudantes. A acção social garante – ou deverá garantir - que nenhum aluno será excluído do ensino superior por falta de recursos financeiros próprios, fomentando, desta forma, o direito à igualdade de oportunidades de acesso, frequência e, sobretudo, sucesso escolar.

O Partido Socialista anunciou, há um ano e dois meses atrás, no seu programa de Governo para a XI legislatura, que o Governo prosseguiria o investimento na acção social escolar em todos os níveis de ensino. Comprometia-se a alargar a rede de residências e a dialogar com as associações de estudantes - o tal diálogo que todos reconhecemos ao actual primeiro-Ministro – para garantir mais

“justiça, rapidez e equidade nos apoios aos mais carenciados”. Manteria ainda a garantia mútua ao sistema de empréstimos a estudantes.

Em Junho deste ano, o Governo de José Sócrates, com todas as preocupações sociais que lhe reconhecemos, definiu novos critérios para apoios à Acção Social Escolar, afectando entre 30 a 40% dos estudantes bolseiros. Mais de vinte e cinco mil alunos viram o seu futuro académico ser posto em causa.

Prevendo esta realidade, o movimento associativo estudantil saiu à rua, repudiando totalmente esta decisão.

Este desagrado dos jovens, provocou a arrogância e a prepotência deste (Des)Governo Socialista, e José Sócrates, Maria Helena André e Mariano Gago apresentaram em Outubro um novo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior – que de atribuição de bolsas só tem mesmo o nome, pois em muitas instituições de ensino superior, como no caso mais próximo de nós, o IPB, os alunos continuam à espera desta prestação social. Este novo Regulamento passa a compreender o Princípio da linearidade na atribuição de bolsas, deixando para trás o princípio da atribuição por escalões de rendimento por capitação familiar. O resultado da aplicação deste Regulamento foi o corte substancial do valor das bolsas a atribuir, assim como, a redução massiva do número de estudantes que beneficiarão deste apoio tão importante para o seu desenvolvimento curricular.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia.....

Todos temos noção da grave crise económica em que o País se encontra, mas estes cortes vão comprometer irremediavelmente o futuro de milhares e milhares de jovens, comprometendo, assim, o futuro de Portugal.

Contudo, o Governo, além de defraudar as expectativas dos jovens, em especial dos mais carenciados, perpetra, mais uma vez, a desfaçatez de se contradizer – o que já não é novidade nenhuma – considerando o próprio programa de Governo e o que acabou por ser estabelecido no Contrato de Confiança para o Ensino Superior. Afinal o anuncio dos 16 milhões de euros para acção social escolar, na verdade, não passa de um corte no apoio a quem ambiciona um futuro mais esperançoso”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Srs. Deputado.

----- Antes de chamar o Deputado seguinte, eu queria dizer o seguinte: Já houve ali indicações aos Serviços de Apoio de quem não queria ir almoçar, e portanto temos registo de cinco pessoas que não vão almoçar, mas tememos que alguns não tenham dado essa indicação. Eu gostaria só que

aqui, agora, e de imediato, quem é que não pretende ir almoçar? O número é superior àquilo que estava nas inscrições feitas. Muito obrigado.....

----- Ainda quero fazer aqui uma chamada de atenção para as presenças. Visualmente verifiquei que há deputados aqui desde o início da sessão, que se esqueceram de assinar, e os Srs. Presidentes de Junta que se esqueceram de assinar a folha de presenças, e nesse sentido eu vou dizer quem não assinou: No PSD não temos a assinatura de presença de Adriana Vilares Angélico; no Partido Socialista, Dinis Manuel Prata Costa, não verifiquei a presença dele, portanto não está; Movimento Sempre Presente, Armando José Morais, não está; nos Senhores Presidentes de Junta: Sr. Presidente de Junta de Calvelhe, Ernesto Augusto Morgado Gomes, não está, mas está a Sra. Presidenta de Junta de Izeda, Maria Rosa Galhardo Pinto Pires, tem que assinar a folha, se faz o favor; também verifiquei que a Sra. Presidente de Junta da Freguesia de Milhão, Raquel Tomé, está presente e não assinou a folha, faça o favor de o fazer, e ainda Pombares, Afonso, está aí ao fundo, também não assinou; Sarapicos, Armando Miranda, o Armando não o vi julgo que não está presente. Srs. Deputados, ou Srs. Presidentes de Junta que não assinaram a folha queiram fazer o obséquio de o fazer. Muito obrigado.....

----- Fazemos então a chamada do Sr. Deputado, Agostinho Diz, faça o favor para a sua intervenção.

----- **Manuel Diz** – Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Deputados e restantes, muito bom dia.....

----- Primeiro vou abordar um aspecto que foi um mal entendido que tive, de facto, na votação da moção apresentada pelo Jorge Novo. Votei contra porque me assustou a falta de formação apontada aos Carteiros. É que quem paga são sempre eles, foi só por isso que votei contra, mas de qualquer maneira peço desculpa, porque já falei com o meu amigo, que não foi subscritor e isso também contribuiu para o meu voto. Mas o que me trás aqui não é propriamente isso, e porque estamos no final do ano e não podia deixar de passar o ano sem, na pessoa de alguns Presidentes de Junta, agradecer-lhe o facto de não terem usado herbicidas, estou-me a referir, por exemplo, ao Sr. José Prada, na Freguesia de Nogueira, muito obrigado por a parte que me toca. Também Milhão não aplicou herbicidas, e há outras, eu sei que há outras.....

----- Trago-vos aqui uma proposta para ser votada, e que peço o vosso apoio para ela. É uma proposta de recuperação de usos e costumes, e paço a ler.

“Proposta

Recuperação de Usos e Costumes

O trabalho comunitário e manutenção do bem comum é uma prática cada vez mais em desuso, já lá vai o tempo em que o toque do sino da igreja, chamava homens, mulheres e crianças para um dia diferente, “**Dia de Povo**” ou “**Dia de Conselho**”, cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso.

O surgir de um determinado dia, como dia do vamos limpar Portugal, só reforça a ideia de que os nossos ancestrais estavam certos que os usos e costumes são para levar à prática e não adormecerem em um qualquer museu etnográfico.....

Em nome do Movimento Sempre Presente, convoco todos os Presidentes de Junta e Deputados municipais, para os termos da presente proposta programa.....

-Dedicar para os sábados dos meses de Março e Abril “**Dias de Povo/Conselho**” que contemplem todas as localidades do município de Bragança.....

Presidentes de Junta.....

Divulguem e convocarem pelos meios tradicionais o “**Dia de Povo/Conselho**”

Disponibilizem ferramentas e utensílios para levar a cabo as tarefas.....

Nas instalações das juntas de freguesia ou outras de carácter associativo seja disponibilizado almoço convívio.

Valorização da Ruralidade.....

Envolver e mobilizar personalidades notáveis a participar nas actividades comunitárias, limpeza e manutenção do espaço público em “**Dia de Povo/Conselho**”

Programar passeios pedestres e outros eventos para as localidades de intervenção.

Vantagens

Promover a cultura – Os participantes nas acções de preservação do meio rural, sejam contemplados com o convite para assistir ao espectáculo do dia, em cena no Teatro Municipal.

A recuperação do “**Dia de Povo/Conselho**” elimina centenas de litros de produto químico (herbicida), usado na eliminação de ervas que surgem atrevidas na via pública, a natureza não degrada químicos.

Comunicar, promover o convívio, retira a população do isolamento social moderno.....

Tomamos conhecimento das necessidades e anseios do nosso povo.

Promovemos a equidade, valorizamos actividades, agricultura, produtores de animais;

Valorizamos profissões, lavrador, agricultor, produtor pecuário ou simplesmente Pastor.....

Honramos a subscrição da “Carta da terra”, votada por unanimidade.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Relativamente a esta proposta de recuperação de usos e costumes apresentada pelo Sr. Deputado do Movimento Sempre Presente, há alguns pedidos de esclarecimentos que queiram

fazer? Registamos já um pedido de esclarecimento. Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rabal faça o favor, tem a palavra para formular o seu pedido de esclarecimento.

----- **Paulo João** – Exmo. Sr. Presidente, e Secretários, Sr. Presidente da Câmara, e Srs. Vereadores, Sra. Vereadora.

----- Eu, ou não ouvi bem ou o meu esclarecimento é - aqueles passeios que faz a Câmara Municipal se eu os programar nesse Dia de Povo, ou de Concelho, e as pessoas que iam intervinham também, neste caso, na limpeza das ruas? Era essa a ideia?

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem ainda um pedido de esclarecimento para ser feito, por parte da bancada do PS, Vítor Prada Pereira, por favor.

----- **Vítor Pereira** - Muito bom dia, naturalmente cumprimentar a Exma. Mesa, o Exmo. Executivo, caros Deputados, Comunicação Social, muito bom dia a todos.

----- Eu não sei se usarei depois o meu tempo, ou se me permite, Sr. Presidente, dar só uns retoques à intervenção, antes de propriamente fazer o meu pedido de esclarecimento, que fez aqui o seu companheiro de bancada, da sua bancada, em relação aos apoios sociais ou às ditas bolsas aos estudantes do Ensino Superior. Não sei se me permite, se posso fazer gora? Ou venho cá depois?.

----- **Presidente da Mesa** – Na intervenção seguinte, a seguir, por favor, o pedido de esclarecimento agora.

----- **Vítor Pereira** – É? Pronto, então eu peço o meu tempo para falar sobre isso.

----- Bom, eu, aqui, confesso que fiquei com muitas dúvidas, ou eu não percebi ou a leitura não foi demasiado explícita. Portanto eu queria saber se efectivamente pretende que os Srs. Presidentes de Junta recuperem os antigos Concelhos. Quer obrigar os Srs. Presidentes de Junta a efectivamente fazer com que esses Concelhos se tornem a realizar? Quer também que alguns Presidentes de Junta tenham alguns comportamentos preventivos, julgo em relação a tudo que é herbicida nas suas Freguesias, é isso? Quer que, que acho bem, levar as pessoas que andam por aí a passear aos fins-de-semana, esses passeios organizados pela Câmara Municipal, que também vão a todas as Freguesias, eventualmente que façam um ReliChou como se chama, estas coisas modernas, é isso que quer? Não sei, sinceramente fiquei com muitas dúvidas. Portanto eu agradecia que nos desse algum esclarecimento para depois nós, eventualmente, tomarmos a nossa posição em relação àquilo que a proposta apresenta aqui. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Sr. Deputado faça favor de vir proceder às respostas de pedidos de esclarecimentos, por favor. ---

----- **Manuel Diz** – É claro que sim, que pretendo o envolvimento de todos os Presidentes e que convoquem esses dias de Povo/Concelho da forma que era feita, como era feita quando era criança.

----- Também pretendia o envolvimento da Câmara Municipal, é claro que sim, porque a AM não tem, a não ser que crie uma comissão executiva que leve a cabo esta medida, porque senão não fará sentido que seja executada, ou votada mesmo assim. Em termos de envolvimento de todos os participantes, uns provavelmente trabalham, executam tarefas.....

----- A ideia é promover e valorizar todos os cidadãos do meio rural. Se você vestir um fato-macaco e se disponibilizar junto da Aldeia do Parâmio, conjuntamente com o Presidente de Junta, que ainda não vi, mas provavelmente terá outro impacto. Terá outro impacto se o Sr. Presidente de Câmara estiver presente, tem um outro impacto que não o ser convocado simplesmente um dia de povo vulgar, sem qualquer tipo de atractivo complementar. É claro que isto pode ser um pau de dois bicos, eu sei disso, é que pode ser transformado em acções de campanha política, mas se os objectivos forem conseguidos já vale a pena.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua resposta aos pedidos de esclarecimento, e então eu tenho que formular a seguinte pergunta.....

----- Intervenções sobre esta proposta? Sr. Presidente de Junta Freguesia de Rabal, tem a palavra, o Sr. Presidente de Paradinha Nova vai a seguir e depois Vítor Prada Pereira.

----- **Paulo João** – Por aquilo que eu entendo, o povo era feito, o povo ou concelho, era feito antigamente, porque a figura da Junta de Freguesia era diferente, era um órgão, antigamente, normalmente nomeado, não havia uma Assembleia de Freguesia como há hoje, não havia um órgão, no fundo, deliberativo, em que são apresentadas as propostas, como a gente sabe, é feita a votação, e eu tenho conhecimento também além da minha Junta de Freguesia, que quase todas, se não dizer todas, que existe um gabinete, neste caso, de apoio, consulta do cidadão, em que ele próprio, em que a Junta de Freguesia, no caso da minha Freguesia, no último Domingo de cada mês, está aberta para as pessoas irem lá, darem ideias.

----- Hoje em dia, muito sinceramente, a população das Freguesias está envelhecida, estar a fazer “povo” para fazer face à limpeza de ruas, *agueiras* etc., eu, sinceramente, não sou muito a favor, neste momento, desse tipo de situação. Isto, por duas situações, porque as Juntas de Freguesia são eleitas, têm o órgão deliberativo que é a Assembleia de Freguesia, e por outro lado as populações estão envelhecidas, acho que estamos a sobrecarregar um bocado nesse sentido. Agora, a ideia, de facto, no fundo também é boa, era agregar vontades, fazer um convívio entre as pessoas,

mas acho que hoje em dia até ainda existe mais transparência nas deliberações do que havia antigamente. Eu próprio irei votar contra.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Paradinha Nova, o Sr. Domingos Seca.

----- **Domingos Seca** – Em primeiro Lugar bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretário e Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Colegas.

----- A ideia não é má, mas isto, nos dias de hoje, tem alguns contratempos, eu, primeiro, perguntava ao proponente da proposta, se um “dia de concelho” como era assim na minha terra, e era na altura que havia os homens que realmente cumpriam com a sua palavra e que iam para lá, e quem não ia pagava a jeira, ainda me lembro desse tempo.

----- Agora, eu vou só dizer-lhe este exemplo. Imagine que um indivíduo espeta a ponta de um pico num pé, o homem dali vem para o hospital, sabe quem é que paga isso? É a Junta de Freguesia que nem seguro há para isso! Não sabia dessa? Essa é uma das mais graves que há neste momento para esse dito “Concelho”, porque o Presidente da Junta não se responsabiliza, e o voluntariado só é bom até ao momento que não acontece o acidente, porque se acontecer o acidente a partir daí são 50 Concelhos a dizer – olha, entala o Presidente da Junta - isto tem alguma coisa que se lhe diga, agora voluntariado!.....

----- Em relação ao herbicida, meu caro amigo, então temos que mandar prender os “gajos” que fazem, ou que mandam, ou as fabricas que fabricam para aí o herbicida, que dizem que é ecológico e que não faz mal aos animais, às ervas, nem a outra coisa, só apenas é aplicável para aquelas ervas que realmente estão a dar prejuízo, porque esses Senhores ou tem que fechar as fabricas, ou não podem vender o herbicida.

----- Era isto que eu tinha que lhe dizer, e, além disso, quantas pessoas se encontram para ir a um Concelho, numa aldeia? Em termos de trabalho o que é que lhe acontece se forem, porque não vão. Sabe o que é que eles dizem? A pedra, que está na rua, tire-a o Sr. Presidente Junta, também ganha o vencimento no fim do mês.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.....

----- A seguir tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, Vítor Prada Pereira. Ainda há mais umas inscrições, do Rui Correia e do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rebordões.

----- **Vítor Pereira** – Bom, depois dos pedidos de esclarecimento que eu fiz aqui, no entanto continuo com algumas dúvidas em relação a tudo isto. Primeiro porque eu não posso votar alguma coisa que imponha aos Srs. Presidentes de Junta a convocatória desses ditos “Concelhos”, não é que

não seja a favor, que sou a favor, eu sempre fui e acho que os Srs. Presidentes devem, pelo menos, a cada três meses, ou pelo menos duas vezes por ano, convocarem o seu povo e explicarem ao seu povo aquilo que efectivamente estão a fazer na sua Freguesia.....

----- Porque também esta coisa da lei, eu sei que é lei e o Sr. Presidente da Junta de Rabal veio cá a dizer isso, que existe um executivo, existe uma Assembleia de Freguesia e é aí que se decidem as grandes opções da sua Freguesia.

----- Muita gente também sabe que nós também somos do mundo rural e que sabemos como é que isso se faz e como é que funciona essa dita legalidade dessas Juntas de Freguesia, dessas Juntas não, dessas ditas Assembleias de Freguesia, a gente também sabe como é que é, e também sabe o que se passa por lá e também sabe como se passam as coisas e também sabe como se fazem as actas dessas Freguesias e etc. etc. etc. E agora o rol que eu poderia estender por aqui, mas não quero entrar por aí. Por isso mesmo acho muito bem que houvesse, de vez, enquanto um dito concelho onde o povo pudesse expressar, ser ouvido, ser informado e ser, se calhar, efectivamente, até motivado e aconselhado a ter determinados comportamentos, acho que era importante, mas a maneira como é proposta esta moção e eu penso que é uma moção, é que me deixa algumas duvidas, porque nós não podemos impor nada a ninguém e como tal se aqui isto fosse feito em termos de aconselhamento, em termos de um chamado repto aos Srs. Presidentes de Freguesia, muito bem, eu estaria inteiramente de acordo, assim não posso, quer dizer não posso votar, se é para votar! Porque eu também ainda não percebi se isto é para votar se não é para votar, se é uma proposta de votação, quer dizer, deixa-me muitas dúvidas e não estou devidamente esclarecido para efectivamente o fazer.

----- Depois, em relação a algumas que aqui são ditas, estou inteiramente de acordo, eu estou inteiramente de acordo que é efectivamente importante trazer gente do mundo rural que, se calhar, nunca entrou no Teatro, e tantas vezes e tantas vezes se oferecem bilhetes para isto, para aquilo, a esta e aquela pessoa, também efectivamente se se fizesse isso em relação ao mundo rural também não era descabido, eu acho que era muito importante também fazer isso, levar lá as personalidades, como diz aqui, determinadas personalidades a estes “concelhos”, acho muito bem, acho muito bem, desde que seja da iniciativa dos Srs. Presidentes de Junta, também concordo, muito bem, até o Sr. Presidente de Câmara, porque também, às vezes, é importante o Sr. Presidente, de vez em quando, descer ao povo e conversar, não é que não o faça, não estou a dizer que não o faça, mas em vez de ir lá ver uma obrita que é preciso fazer para adquirir mais uns *votitos* era preciso também conviver com o povo, ir lá, perceberam? Inaugurar e por a placa, também de vez em quando ir lá também noutras situações, e portanto estarei inteiramente de acordo. Agora

não posso votar isto favoravelmente porque tenho muitas duvidas, há aqui muitas coisas que eu questiono e não estou devidamente elucidado. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Ainda para a sua intervenção Sr. Deputado Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Bom dia, mais uma vez. De facto, nós concordamos com parte desta proposta, esta proposta é interessante tal como aconteceu com “Limpar Portugal”, é importante que haja personalidades que se desloquem ao mundo rural e convocados todos os habitantes dessas localidades para realizarem trabalho comunitário, tal como é aqui importante também na cidade, estava ali o Paulo a dizer e com razão, é importante que isso aconteça. Agora nós achamos que isto vai um bocadinho contra a autonomia que cada Junta de Freguesia tem.

----- Portanto, nesse sentido e como a proposta não está muito clara, e eu concordo com o Vítor, que a proposta não está muito clara, como moção não podemos votar favoravelmente, portanto vamo-nos abster precisamente porque não está clara, propunha até que se pudesse reformular para ser apresentada numa outra sessão, não sei, mas isso deixo consigo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, tem a palavra, agora, para a sua intervenção o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rebordãos, o Sr. Adriano.

----- **Adriano Rodrigues** – Bom dia a todos. Eu, antes de entrar na moção, quero falar ali para o Vítor, ó! Vítor, não foi muito clara a tua situação perante o funcionamento das Assembleias e das Juntas, era melhor esclarecer ou chamar pelo nome às coisas, porque estás a pôr a que os Presidentes, talvez, eu sei lá, numas pessoas que não têm credibilidade nenhuma, na tua maneira de ver, e o que estás aqui a dizer é que as Assembleias de Freguesia não funcionam, como nada, não é assim, isto é um aparte.

----- Agora, com respeito à proposta da moção ali do nosso colega, eu tenho um bocado de experiência sobre o assunto e vou votar favoravelmente, porque eu já faço o “Concelho” duas vezes por ano, na minha Freguesia, e acho que é muito bom porque nós limpamos a Freguesia duas vezes por ano e quando não limpamos vamos ver as marras. Este ano fomos ver as marras da Freguesia, e toda a gente vai e quem não vai ainda tem outro problema, é castigado com 20€ por não ir e toda a gente paga e este ano a Junta arranjou seiscentos e tal euros no dia do “Concelho”, e quem não pagar não tem regadio, é o castigo da Junta.

----- E também não concordo ali com o meu com o Domingos Seca, porque é tradição fazer a festa da Freguesia, a pessoa que anda a dançar se partir um pé é culpa dos mordomos? Não são os mordomos que vão assumir essa responsabilidade, isto é uma tradição, cada um tem de assumir a sua tradição e faz o trabalho e não é preciso estar aqui com outras coisas.

----- Agora, a moção é um bocado extensa e tem aí coisas que não devia ser juntas com, era, se calhar, melhor dar-lhe um “coiso” mais pequeno e eu vou votar favoravelmente essa moção.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.....

----- Bom, não há mais intervenções... ..

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, há uma intervenção, Luís do Vale tinha feito indicação à Mesa, sim senhora, peço desculpa, tem a palavra.

----- **Luís vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Bem, antes de mais parece-me que, e tal como já os intervenientes anteriores alertaram, parece-me que está demasiadamente confusa esta proposta e que precisaria de grandes reajustes e afinações, de qualquer forma num primeiro momento parece-me que estas iniciativas e o que acabamos de ouvir por parte do Presidente de Rebordãos, estas iniciativas dos “Concelhos” ainda acontecem em algumas das comunidades do nosso Concelho, portanto elas acabam por ser espontâneas no núcleo de cada comunidade, acabam por ser espontâneas da organização própria interna dessas comunidades, e portanto estar a instituir a nível de Concelho essa mesma instituição, parece-me problemático, no mínimo, até porque todos ou alguns de nós, eu não tenho essa memória, por exemplo, mas, se calhar, grande parte das pessoas que aqui estão tem essa memória dos “Concelhos” nas vossas aldeias e parece-me que é uma questão essencialmente de memória, e estamos de acordo, enquanto memória, que ela seja preservada. Agora, parece-nos que também o sentimento que está adjacente a esta proposta é nostalgia de um tempo que já não existe, que já não encontra um espelho na realidade social de cada uma das Freguesias das Aldeias, seja por obrigação, seja por necessidade de cada uma dessas Freguesias, e portanto eu penso que até a melhor solução, nem voto a favor, nem voto contra, nem me abstenho, aquilo que me parece o ideal era que fosse retirada esta proposta, afinada, reajustada, até me disponho a colaborar na elaboração dessa mesma proposta e volta-se numa outra oportunidade.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Bom, não há mais intervenções, o Sr. Deputado deu uma indicação, no entanto a Mesa o que tem em cima da Mesa é uma proposta para ser votada, e portanto não havendo intenção de retirar a proposta por parte do preponente, nós passaremos, de imediato, à respectiva votação. Nesse sentido... ..

----- Não há intenção de retirar a proposta?

----- Uma última intervenção, talvez em resposta à indicação dada pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, tem a palavra.

----- **Manuel Diz** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu bem gostava de retirar a proposta e de facto talvez seja aquilo que vou fazer, mas uma coisa eu vos digo, no mês de Março volta a ser aplicado herbicida nas nossas localidades, e podem contar que não é nos próximos 50 anos que a natureza se encarrega de o degradar.

----- Reformulamos e aprimoramos em conjunto? Ou pedimos

----- Ok! Retiro, retiro a proposta e ficamos com mais um ano do mesmo em todas as ruas, em todas as estradas, até pode ser em Espinhosela e Terroso, em continuo, mas não se preocupem, as silvas vão resistir.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. deputado.

----- Então é vontade do Proponente de retirar a proposta para a reformular e, por aquilo que eu entendi, trazê-la a uma outra sessão desta AM. Correcto? É retirada a Proposta.

----- Srs. Deputado, passamos para a intervenção seguinte,

----- **Paulo João** – Um ponto de ordem à mesa, a proposta foi retirada pelo colega, com certeza que irá ser reformulada com bastante cuidado, porque eu não sei até que ponto é que essa proposta é anticonstitucional. Ninguém pode obrigar à minha Junta de Freguesia... a impor-me regras que estão vigentes no Regimento da minha Assembleia, isso, para mim, é anticonstitucional. Atenção!

----- Por outro lado, amigo Vítor, hoje as Assembleias de Freguesia já são feitas com toda a dignidade. A minha Assembleia de Freguesia é amanhã, há mais de dez dias que já está em edital, existe também o período para o público e que as pessoas vão lá e expõem os casos todos, portanto não sei qual a dúvida, hoje em dia, das Assembleias de Freguesia, são feitas com todo o cumprimento da lei, as pessoas vão, expõem os seus problemas, como tenho tido alguns casos que vão lá. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Vamos passar à intervenção seguinte. Ora bem, estamos a desviar do ponto central que era a proposta, foi retirada, damos por terminada esta discussão, mas a seguir podes intervir, seguramente. Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- Srs. Deputados, peço silêncio, Sr. Deputada pode dar início à sua intervenção, com o silêncio dos Srs. Deputados, por favor.

----- **Ana Almeida** – Olá de novo. Neste período antes da ordem do dia trago aqui essencialmente duas grandes questões e que tem que ver com o conteúdo obrigatório que a lei das Autarquias Locais, quanto às competências da AM para esta quarta sessão ordinárias estabelece

que é discutir as contas do Município, e portanto as duas questões que aqui trago andam efectivamente em torno, digamos assim, do escrutínio que esta AM tem que fazer às contas da Câmara Municipal e isto sem prejuízo da discussão do âmbito do ponto da ordem do dia.....

----- Em primeiro lugar, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e com os meus mais pessoais cumprimentos, que sabe que nutro pelo Sr. Presidente, lamento trazer nesta sede uma questão que há muito insisto, mas que me parece fundamental, que é o nós estarmos a embandeirar nalguma perda de dignidade deste órgão AM em detrimento do órgão que parece mandar nela, quando é ao contrario, a Câmara.....

----- Na altura das Comemorações do 25 de Abril, a questão já se pôs e saímos daqui na última sessão ordinária de Setembro, com um pedido de informação e esclarecimento à Mesa e com uma resposta da Mesa a dizer que iria ser pedido um parecer acerca da natureza da sessão comemorativa da AM de 5 de Outubro.

----- Recebi, após interpelar várias vezes essa Mesa, uma notificação por parte de Vossa Excelência, no sentido, não me foi junto o parecer, portanto se ele foi pedido nem sequer me foi dado a indicação nesse sentido, que o parecer tinha sido sequer emitido, mas foi peremptório da parte de Vossa Excelência de que a Assembleia do dia 5 de Outubro tinha sido uma sessão solene comemorativa.

----- Sr. Presidente, eu pedi-lhe em e-mail de 18 de Novembro, fiz-lhe uma reclamação à resposta de vossa Excelência e nomeadamente eu agora quero que fique aqui bem claro, o que está em causa é o seguinte, meus Senhores. Acabei este email, por pedir ao Presidente da Mesa da AM, que diligencia-se junto da Câmara no sentido de apurar quais tinham sido as despesas efectuadas com as comemorações do 5 de Outubro. Não foram apresentadas contas, nomeadamente pedi especificamente, as despesas com almoço, com ofertas de livros e prendas, com pagamentos de viagens e estalagens de convidados.

----- Meus Senhores, nós estivemos presentes na Assembleia de 5 de Outubro, cada veio porque quis, mas efectivamente a convite, reparem, a convite, portanto quem convocou a Assembleia do 5 de Outubro à margem da lei, só há dois tipos, só há dois tipos, eu posso disponibilizar o estudo que fiz relativamente aos tipos de sessão de Assembleias Municipais possíveis, ou são ordinárias ou são extraordinárias e extraordinárias é que se podem dedicar a comemorar eventos solenes, nós não estivemos legalmente convocados, é grave nós servimos a Câmara Municipal, porque a AM não teve programa próprio, não teve programa próprio, nós servimos o convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal. E mais, e na qualidade que aqui estivemos e que alimentámos, alimentámos as comemorações do 5 de Outubro e inclusivamente eu

só posso interpretar isto como uma fuga por parte da Câmara Municipal que, mais uma vez, ao contrário da aquilo é a minha interpretação da lei das Autarquias Locais, no sentido de que o Município deve ter um orçamento, não é a Câmara! É o Município que deve ter um orçamento, portanto a mim o que me sobressalta ou que me ressalta à vista, é que efectivamente nós estivemos aqui para não nos serem pagas as deslocações nem as senhas de presença em contra partida pagámos tudo aquilo que a Câmara decidiu pagar, a Câmara, não fomos nós.

----- Portanto quanto a isto provavelmente acho que temos seriamente que pensar em inverter um estado de coisas, porque nós estamos, eu tenho dito aqui várias vezes, nós estamos a ficar reféns da Câmara Municipal e do Sr. Presidente da Câmara Municipal.....

----- Sr. Presidente, agradeço, pela última vez, que decidam esta questão senão eu vou propor ao Ministério Público, não quero parecer estar sempre a fazer queixinhas, mas é verdade, parece que as respostas importantes ficam-me sempre por dar e é dever de Vossa Excelência, Sr. Presidente, diligenciar no cumprimento da legalidade.

----- Eu chamo-vos a atenção, apelo para que leiam o dispositivo que regula os poderes da AM , e a fórmula verbal que mais ressalta da leitura desse dispositivo, é a AM autoriza, a AM aprecia, a AM controla a Câmara, não é ao contrário! Este é o primeiro ponto.

----- Segundo ponto - Já que falamos de contas trago aqui uma questão delicada e que tem ver com a contratação da prestação de consultadoria Jurídica à Sociedade de Advogados Luís Felipe Chaveiro e Associados.....

----- Em resposta a um pedido de Guedes de Almeida, meu pai, foi respondido, por escrito, pela Câmara Municipal, o seguinte - reparem, nós vamos discutir as contas da Câmara.

----- “Reportando-me ao assunto versado em epígrafe tenho a honra de informar V. Ex.^ª, de que teria muito gosto em satisfazer por completo o que nela vem solicitado. Porém como V. Ex.^ª compreenderá não só pela complexidade em reunir informação desde vários anos, como pela natureza, não pode ser totalmente disponibilizado”.

----- O que é isto? Não sabe o que se paga? Não tem os processos devidamente arquivados? Não há pedidos formais de informações jurídicas de consultadoria? A Câmara não tem uma avença? A Câmara não tem Departamento Jurídico?.....

----- Mas ainda que se sinta necessidade de socorrer-se a prestação de serviços, porque dizer-se que se gastam milhões, paga-se milhões nos últimos cinco anos à Sociedade Chaveiros e Associados. Isto é muito grave, está escrito, foi resposta da Câmara Municipal.

----- Último ponto - Eu pedi, ao abrigo do direito potestativo de requer para a ordem do dia, a discussão do concurso de lugar de chefe de divisão de Educação e Desporto à Câmara Municipal. Em

sequência vim solicitar ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que diligencia-se junto do Sr. Presidente da Câmara e da Câmara Municipal, no sentido de o processo administrativo ser disponibilizado, mais uma vez ao abrigo do escrutínio da legalidade que compete única e simplesmente a esta AM.....

----- Em resposta foi-me dito, ontem, que eu poderia, hoje, uma vez que o processo ainda está aberto, eu poderia, hoje, consultar o processo na Câmara, portanto que implicaria não estar aqui presente. Certo? Não é esse o princípio. Volto a insistir por forma a não se furar o ponto da ordem do dia, que, e solicitei, fiz este pedido AM, e a apreciação é por todos, portanto isto é de interesse público, não é só este concurso que está em causa, são vários concursos, são os critérios deste concurso e o apuramento da eventual imparcialidade e do cumprimento dos princípios subjazem à contratação de serviços ao abrigo do diploma que estava no aviso de concurso. Solicitei que o Sr. Presidente diligenciasse no sentido de trazer o processo para esta AM, para os Serviços de Apoio, por forma a que ele possa ser consultado abertamente e ser discutido abertamente. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.^a Deputada, muito bem, pela sua intervenção.

----- Nós, relativamente à questão da comemoração do 25 de Abril e do 5 de Outubro enviámos a resposta necessária, tinha a ideia que o parecer tinha seguido, não tendo seguido vamos entregar-lhe hoje uma cópia do parecer que recebemos da Câmara e que fundamentou a resposta que lhe enviámos, no devido tempo.....

----- Há ainda solicitações de intervenções por parte dos Srs. deputados, o Deputado seguinte, tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Parada.

----- **Presidente da Mesa** - A Câmara respondeu ontem, posso formular a pergunta ao Sr. Presidente, aqui presente, a Câmara deu ontem resposta ao seu pedido.

----- Muito bem, quero dizer que ontem foi de facto questionada, recebemos a sua comunicação, questionamos a Câmara, a resposta foi dada ontem, o Sr. Presidente pode agora acrescentar algo.

----- **Presidente da Câmara** – Cumprimento o Sr. Presidente da AM, os restantes Membros da Mesa, Srs. Presidentes de Junta, os Srs. Deputados, Srs. Vereadores.....

----- A Sr. Deputada sabe que está a decorrer o processo de concurso e nos termos legais só tem aceso ao mesmo procedimento o Júri, os interessados, concorrentes, em condições definidas na lei e o dirigente máximo no serviço, o resto da matéria relativa a esse concurso será debatida no ponto que está agendado na ordem de trabalhos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, insisto vamos dar a chamada agora à intervenção seguinte, Sr. Presidente de Junta de freguesia de Parada.

----- **Norberto Costa** – Bom dia, Sr. Presidente da AM, bom dia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, bom dia Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social. Estou um bocado não sei como, eu caí, na política, de pára-quebras, já se ouviu aqui tanta coisa, estamos numa quadra Natalícia, que devíamos estar todos unidos, eu, ao entrar, ali ao meu amigo José Brinquete desejei-lhe as boas festas - Ó! ainda é cedo! Nunca é cedo, devia ser sempre Natal e todos amigos, todos unidos no mesmo sentido. Estou de acordo que haja convívios, Cristo também teve convívios, teve os apóstolos e cearam todos juntos.

----- Falamos tanto em crise, meus amigos a crise no mundo já entrou há mais de trinta anos, e essa crise, que é a droga, essa é que é a crise. Agora, quanto à fome? Não há! Eu dirijo-me a todos os Presidentes de Junta. A Cruz Vermelha falou comigo e disse-me a ver quem precisava e eu respondi-lhe - Quem é que lhe dá essas esmolas para os senhores darem a pessoas que estão na cama com boa saúde?.....

----- Vamos a pedir para o Feira Nova, para o Intermarche.....

----- E eu disse - isto não pode ser, na minha aldeia não há fome, e se eu vir uma pessoa que tenha fome, sou eu próprio, uma pessoa que tenha um acidente, uma pessoa que esteja doente, sou eu próprio a fazer o cabaz do Natal do meu bolso e levo-lho a essa pessoa, não quero que essa pessoa passe fome. Isto é que todos devíamos ver, viemos para aqui, eu ainda não ouvi falar do Jesus, das boas festas, é tudo uns contra os outros, temos que ser unidos meus amigos e só assim é que podemos ir para a frente e Portugal, que é o país mais lindo que temos, eu tenho sessenta e três anos, só estive fora da minha aldeia cinco anos, estive na Guarda, deixei a Guarda, estive na Tropa, só para vir para a minha aldeia, fui para Carteiro, que já se falou aqui dos Correios, pois os nossos Correios eram os Correios melhores do Mundo, está ali um Presidente de Junta que sabe bem, eu ensinei muita gente e no nosso tempo uma carta que fica-se por entregar tinha que se comunicar porque é que não entregou a carta. Estava debaixo da porta, havia água e não se podia entregar. Uma encomenda? Igual! Portanto estou de acordo, os carteiros são sempre os culpados mas não têm culpa, porque não tem formação e hoje os carteiros não estão para ensinar, não há para ensinar como nós ensinava-mos quando estávamos, os melhores correios do mundo eram os nossos, e se nós, de boa vontade, eu na minha aldeia ainda hoje entrego muito correio, não há números, o Carteiro deixa e eu vou entregar. E se todos fizesse-mos igual! Ensinar, eu vou muitas vezes ensinar Carteiros novos, se todos fizesse-mos isto era tudo lindo, o nosso país era lindo.

----- A minha aldeia não é pobre, a minha é rica, da minha saem cerca de oitocentas toneladas de castanha, sabem quanto dinheiro é? Façam as contas a um euro. Não há fome, temos azeite em abundância, agora estarmos a dar àqueles que não querem trabalhar, isso está mal e comigo meus amigos eu por vezes vou chamar uma pessoa para trabalhar, não quer, mas essa pessoa se fosse a trabalhar uma *jeira* dava-lhe para ganhar azeite para o ano todo, só passa fome em Portugal quem quer. ----

----- Eu semeiei cereal.

----- Para que é que o semeias, para o ter aí?

----- Se houver uma crise eu apago a fome a muita gente, tenho aqui o cereal, tenho a adega cheia de batatas.

----- Temos que falar estas coisas, o nosso país é o país cheio de leis e de coisas, mas há tanta lei, tanta lei, mas ainda não vi lei nenhuma acertada, meus amigos, é festa, é Natal, vamos estar unidos, vamos todos ao almoço é um convívio e também quero dizer, o meu dia de hoje, o meu dia de hoje, se houver ali fora, que eu assino e será para crianças que não têm pais, que não têm ninguém, o meu dia de hoje reverte a favor dessas instituições.....

----- Pronto, vejam bem, antes do 25 de Abril vieram dois moços do Minho aqui para as Minas da Ribeira, e então foram a Coelhoso comprar uma garrafa de vinho e um pão, foram para as minas da Ribeira, na ponta de uma fraga, esses dois moços comeram o pão e beberam a garrafa de vinho, e diz um para o outro - meu amigo, esta é a minha terra. Vejam bem e nós hoje estragamos tanto, estraga-se tanto, atira-se com tanto, a Cruz Vermelha leva quilos de arroz e de açúcar, as pessoas até atiram com ele, isto é um pecado, meus amigos, o nosso país se formos unidos não há fome, ainda temos para dar, não tenham medo e vamos todos ao almoço, é um dia de Natal, estamos no Natal, nesta quadra Natalícia, viva Portugal, vivam as nossas terras e todos Presidentes de Junta, temos que ver um bocadinho as necessidades.....

----- Pronto, também vos queria convidar para a feira que é a 3ª feira do artesanato de produtos regionais de Parada, nos dias 26,27 e 28. No dia 26 a missa é por volta de 11:30h, sai-se da missa, há os mordomos que fazem a festa, o Sr. Presidente da Câmara já sabe como é, meus amigos, há pão e vinho para toda a gente, quem for não virá com fome. Portanto convido a toda a gente, há pão e vinho, que era o que diziam aqueles dois jovens, esta é a minha terra, meus amigos, unidos somos uma família e devia ser sempre Natal, mas antigamente também havia, porque Jesus por o Natal solta-se sempre um preso, Jesus estava preso e o povo, ao Rei, queriam que soltassem Jesus, porque não via maldade naquela pessoa - então quem soltamos, Jesus ou *Barravaz? e o povo - Barravaz! Barravas! Já naquele tempo* também havia, mas nós antigamente as pessoas poucas

sabiam ler, poucas iam à escola, hoje que sabemos ler, graças a Deus fomos criados apesar que ainda éramos no tempo de Salazar, mas valia muito o respeito, o respeito do Salazar. Eu antigamente ia por as aldeias atrás dos bailaricos, tinha medo aos lobos, hoje tenho medo à gente. .

----- Pronto, está tudo convidado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.....

----- **Presidente da Mesa** - Não, mas lamento, é que o período antes da ordem do dia está regulamentado para o tempo que é e foi ultrapassado. O período antes da ordem do dia está limitado pela lei a 60 minutos, foi ultrapassado,

----- Lamento, lamento, quem vai intervir?

----- A Mesa cometeu aqui um lapso, de facto, com as moções ter-se ultrapassado o período de 60 minutos, vou pedir que sejam sintéticos o suficiente para não prevaricarmos mais. De facto com as questões das moções, houve uma ultrapassagem de tempo, a Mesa não teve o cuidado suficiente para verificar que tinha sido ultrapassado o prazo legal dos 60 minutos.

----- **Luís Fernandes** – Para ser sintético e rápido e cumprimentando a Mesa e a Vereação da Câmara e a todos vós, venho aqui pura e simplesmente, que a intervenção da Dr. Cláudia quase que me obriga a vir aqui. Quando ela explana, e muito bem, a ingerência que se tem verificado ultimamente, da influência que a Câmara Municipal tem sobre esta AM, maniatando-a muitas vezes e praticamente não a deixando com a sua autonomia própria que deve ter em termos de AM. E venho aqui um pouco também como membro e porque ela também focou aqui as comemorações do 5 de Outubro, como membro dessa Comissão, e todos nós, já aqui foi falado, e reparamos que esta Comissão não acarinhada, as coisas não funcionaram em termos de apoios que devíamos ter da Câmara Municipal e as coisas não funcionaram efectivamente, mas o cúmulo dos cúmulos, aconteceu na última sessão que aqui se verificou em termos da sessão sobre a República e Educação, em que, e o Sr. Presidente da Mesa está aqui, poderá testemunhar esse caso, nós costumava-mos ter sempre um jantar prévio de preparação dessa sessão com os convidados, onde estava o Coordenar do Grupo de Trabalho, estava o Presidente da Mesa, estavam alguns membros da Comissão. Na última sessão foi combinado que nessa sessão havia, ou estava na Mesa, os dois oradores, o Presidente da AM, o Moderador e o Coordenador da Mesa.

----- Quando decorreu a sessão e para espanto do Coordenador do Grupo de Trabalho, quando chega aqui, só estavam quatro cadeiras. Ora bem, quem manda retirar a quinta cadeira que estava na mesa? O Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara mandou retirar essa cadeira. Com que autoridade? Com que autonomia? Se foi o Presidente da Mesa da AM que lhe deu essa indicação,

não sabemos, mas se foi o Presidente da Mesa da AM que lhe deu essa indicação, previamente, também a hora tinha combinado com os restantes do grupo que o moderador, o coordenador da comissão estaria na Mesa. Vejam como é que o Chefe de Gabinete, e digo bem alto, foi o Chefe de Gabinete que mandou retirar essa cadeira. Pode imiscuir-se numa iniciativa da AM, pura e simplesmente da AM e tomar essa atitude? Está aqui presente o coordenador do grupo de trabalho, que pode testemunhar o que foi combinado nesse jantar e o que aconteceu à posterior, tanto que se alguém esteve aqui nessa Sessão, apercebeu-se que o próprio moderador quando deu início, que era o Dr. Telmo Moreno, quando deu início à sessão disse, lamento profundamente que o coordenador do grupo de trabalho não tenha lugar nesta Mesa, como combinado.....

----- Meus Senhores, não ficava bem com a minha consciência e estava na dúvida se deveria aqui vir falar ou não, mas depois do que a Dr. Cláudia disse eu não podia ficar calado, e tenho dito. .

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Bem, acho que me cabe a mim dizer alguma coisa sobre esta matéria.....

----- Primeiro - dizer que não foi iniciativa, e em verdade digo, não foi iniciativa do Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que tomou a decisão de tirar a cadeira da Mesa, não foi. Quero dizer a V. Ex.^a que nas, embora agora possa agradar ou não agradar a qualquer dos presentes, as iniciativas que nesse caso decorrem de uma instalação, da criação de uma comissão do Centenário da República desta AM, decorreram em várias iniciativas antes a essa, sempre com o painel da mesma maneira formulado, era o Presidente da Mesa da AM que representa a AM e só ele é que representa a AM, o moderador e os convidados, esse painel decorreu exactamente por minha indicação da mesma forma que tinham decorrido os anteriores, e o próximo painel que ainda é o que falta para decorrer e não aconteceu por questões da neve que imperam a vinda dos convidados, irá decorrer exactamente da mesma maneira, porque a AM é representada pelo seu Presidente da Mesa, e só. O Sr. Coordenador pode estar presente na sala e pode até intervir, na mesa foi decisão minha exclusivamente que assim fosse elaborada a Mesa, no primeiro dia e no último dia, combinações não aconteceram, aconteceu uma conversa que eu até me apercebi, entre o Dr. Telmo e o Dr. Carlos Moreno, eu estava no fundo da Mesa e eu vi, não dirigiram essa reflexão para mim, eu não terei, em nenhum momento, dito, sim será assim.....

----- Quero-vos dizer mais, ainda, a explanação que o Dr. Telmo, até está gravada, disse aqui, só perguntar antes de entrar na sessão e não para não levantar questões, para não levantar questões, só levanto a questão - porque é que o Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho não está aqui? Ponto final, não foi combinado, se foi combinado foi entre eles, não ficou combinado com o representante desta AM que sou eu próprio, e se Deus quiser até ao final do mandato, entendo que

a AM está representada ao seu mais alto nível, e não será de forma diferente provavelmente no próximo painel, é o que tenho a dizer. Portanto digo, ponto final. A decisão da constituição da Mesa foi exclusivamente minha. Tenho dito.

----- Ora bem, eu vou dizer o seguinte, neste ponto não vou dar mais a palavra a ninguém, podeis falar no seguinte, no período da ordem do dia. Terminámos, como eu dizia, tens tu uma intervenção para fazer, Vítor?

----- Vais fazer ao microfone, e paramos aqui o período antes da ordem dia, e iniciamos aqui o período da ordem do dia, onde vocês podem falar sobre essa matéria também.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito bem, a Mesa aceita, Sr. Deputado tem a palavra para defesa da honra.

----- Insisto, enquanto o Sr. Deputado se dirige à Mesa, vamos terminar o período antes da ordem do dia, podemos dar consequência e continuar as intervenções no período da ordem do dia.

----- **Carlos Moreno** – Sr. Presidente da AM, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Membros da AM. Eu não tinha qualquer intenção de abordar este assunto, porque este episódio da cadeira considero-o tão soez, que na minha dimensão ética não tem qualquer cabimento. No entanto e já que o meu nome aqui foi referido, compete-me esclarecer os presentes, do seguinte:

----- Na anterior conferência “A República e as Questões Socioeconómicas”, o Coordenador do Grupo de Trabalho, que eu represento, esteve presente na Mesa. No painel de 8 de Outubro, “A República e o Ensino”, o Sr. Presidente da Mesa combinou comigo e concordou que o Coordenador, de igual modo, à semelhança do último painel, que estaria presente na Mesa, e há testemunhas disso, isto durante o jantar que antecedeu a conferencia.

----- E já que aqui estou aproveito para dizer o seguinte:

----- Este episódio da cadeira, em minha opinião, por um lado representa a dimensão de quem o praticou, e é também revelador de perturbação e insegurança, e à luz dos valores e da ética em democracia, nunca deveria ter acontecido, porque é uma total falta de respeito para com as instituições democráticas e para quem democraticamente é eleito e está aqui a defender os interesses de quem acredita e de quem vota em nós para desenvolver um bom trabalho político.

----- Termino rapidamente, sei que tenho três minutos, Sr. Presidente.

----- E termino com um pequeno poema da Sofia de Melo Brayner Anderson, que tem no seu livro sexto - perdoai-lhes Senhor! Porque eles sabem o que fazem!.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado,

----- **Presidente da Mesa** - Defesa da honra?

----- Quem é que lhe chamou mentiroso? A Mesa?

----- Bem, eu acho que estamos a dar demasiado ênfase.....Sr. Deputado faça o favor defender a honra de algo de que, pelos visto, não aconteceu, em nenhum momento o desonrou.

----- **Luís Fernandes** - Eu venho aqui e também para rematar, rapidamente, só para dizer ao Sr. Presidente da MA - neste momento está a assumir a responsabilidade, mas se queria assumir essa responsabilidade tinha chegado aqui nessa sessão e tinha dado ordens directas à funcionária da AM para mandar retirar a Mesa, coisa que não o fez, quem deu ordens, e mantenho, para que a cadeira fosse retirada foi o Chefe de Gabinete do Sr. Presidente, portanto o Sr. Presidente assuma o que quiser, mas a sua responsabilidade era, chegar, estão 5 cadeiras, a Sra. funcionária faça o favor, retire uma cadeira, e não o próprio Chefe de Gabinete executar essa tarefa.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Bom, eu iniciei a minha intervenção dizendo: Já era norma, desde a primeira sessão, que o painel tivesse a mesma apresentação, e portanto eu não tinha que dizer ponham algo que antes também não existia, porque, de facto, o painel já tinha sido combinado e estruturado, desde o princípio, portanto não tenho que dizer que há mentira ou que eu tinha que ter de intervir para mandar colocar uma cadeira e isso não retira nada ao que disse, porque o painel já estava previamente combinado nas outras sessões e nunca, que eu me recorde, alguma vez o Coordenador tenha estado na Mesa, não me recordo de tal facto, mas quero-vos dizer o seguinte, em resposta ao Coordenador do Grupo de Trabalho. Falou em ética e democracia, a questão da cadeira! A questão da cadeira e de quem devia ocupar ou não devia ocupar um lugar na Mesa, na ética e na democracia, de facto a democracia define as coisas, e define no acto e na expressão popular que deu origem à constituição desta AM com o mosaico que ela tem, foi o povo no seu voto, não há aqui nada contra a ética e muito menos contra a democracia, os cidadãos do Concelho de Bragança escolheram, delegaram em vós a representação nesta AM e vocês no dia da instalação da AM delegaram responsabilidades num conjunto de pessoas, na direcção da AM, na constituição da Mesa. Não há falta de ética, não há falta de democracia, no painel que era liderado pela AM, estava representado, na Mesa, pelo seu Presidente da AM, e ponto final, concordem ou não concordem, lamento mas assim foi e enquanto for vossa vontade também, assim será. Não tenho mais nada a acrescentar no que diz respeito à ética e à democracia.

----- Damos por terminado aqui o ponto.

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Não senhora! Peço desculpa, há alguma defesa de honra? Alguém se sentiu desonrado? Não, não há mais tempo, por parte da Mesa, concedido para no período de antes da ordem do dia, está largamente ultrapassado, podem fazer as considerações no minuto seguinte. Encerrado que está, pela Mesa, o período antes da ordem do dia, que se encontra largamente ultrapassado naquilo que diz respeito à lei, dou-vos a palavra no minuto seguinte. Terminado que está o período antes da ordem do dia, iniciamos agora o período da ordem do dia, onde vocês podem livremente e em democracia explanarem o que entenderem, do interesse do Município, e essa matéria é do interesse do Município. Damos então agora por terminado o período antes da ordem do dia.

----- Damos sequência à agenda de trabalhos com a discussão do

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 24 de Setembro de 2010, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia

As actividades no âmbito da secção decorreram com regularidade ao nível da arrecadação da receita.

De 2 de Janeiro a 25 de Novembro de 2010 o total da receita arrecadada foi de 847.244,96€.

1.1.2 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 25 de Novembro de 2010, a execução bruta do Orçamento da receita é de 77,67% (no montante de 32.491.631,80€), para um Orçamento da despesa paga de 74,48% (no valor de 31.157.246,70€), traduzindo-se numa execução orçamental positiva, cumprindo-se o princípio orçamental de equilíbrio, já que a Despesa Corrente se encontra coberta pela Receita Corrente.

A evolução da estrutura da dívida a terceiros regista, de 1 de Janeiro a 25 de Novembro do corrente ano, uma diminuição de 3.726.578,61 euros, ou seja, de -20,86 pontos percentuais.

No período em análise foi deliberado, em reunião de Câmara, a atribuição dos seguintes apoios: - Transferências para as Juntas de Freguesia: 29.500,00€, Subsídios e Participações: 24.000,00€.

As transferências para as Juntas de Freguesia desde o início do ano até 25 de Novembro foram de 1.308.196,76€.

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 25 de Novembro de 2010 uma execução financeira de 59,47% (*i.e.* o valor de 9.861.151,62 euros), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 8.602.759,77 euros e decorrentes de pagamentos do Plano de Actividades Municipal no valor de 1.258.391,85 euros. Estas despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais, no valor de 8.179.224,06 euros. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 61,18% e o Plano de Actividades Municipal, constituído pelas actividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 49,93%.

1.1.3 - Secção de património, Notariado e Aprovisionamento

No âmbito do Aprovisionamento, durante o período de 8 de Setembro até 26 de Novembro de 2010 foram abertos 45 procedimentos por Ajuste Directo e 2 procedimentos por Concurso Público referentes a aquisição de bens e serviços.

Tendo decorrido o processo concursal, o valor global adjudicado perfaz 2.887.098,72+IVA.

Foram emitidas 597 notas de encomenda, no valor total de 511.984,86€, correspondendo a uma despesa de capital de 180.572,63€ e a uma despesa corrente de 331.412,23€.

1.2 - Divisão Administrativa

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 6150 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 12 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de 22 procedimentos concursais (tempo indeterminado, comissão de serviço e promoção) e 7 processos de aposentações. De salientar também, a requisição de 1 subsidiado ao Centro de Emprego de Bragança, para além do acompanhamento dos 12 subsidiados existentes. Estão a decorrer 5 estágios profissionais ao abrigo do PEPAL e 3 estágios curriculares, integrados na formação académica dos respectivos estagiários.

No **Sector de Arquivo** foi dada continuidade à introdução de registos na aplicação informática ArqHist, que se destina à gestão da documentação histórica, tendo sido introduzidos 276 registos. Foram ainda executadas as pesquisas de apoio à gestão e as necessárias para o desenvolvimento dos seguintes trabalhos:

- Informação documental para a exposição “ A República no Distrito de Bragança”, em parceria com o Arquivo Distrital de Bragança, no âmbito das Comemorações do Centenário da República.
- Elaboração do texto documental para catálogo, da exposição “ Banco de Bragança – Banco Regional de 1875 – 1919”.

- Informática e Sistemas

Para além das tarefas normais de funcionamento do Serviço, foram executados/em execução os projectos a seguir identificados: a) **Presença na Internet** - Foi lançado um Web site para a Biblioteca Adriano Moreira; - Foram efectuadas intervenções no Website autárquico no sentido de uma contínua melhoria, nomeadamente colocação de novas imagens no cabeçalho, actualização da galeria de imagens, introdução de um “slider” na página inicial para destaque de notícias e eventos; - Estão a ser trabalhados novos aspectos: utilização de inquéritos de opinião, visualização de património e paisagens em 3D, visualização interactiva de documentos PDF, implementação de uma newsletter.

Nos últimos três meses, o website principal do Município de Bragança teve 94.058 visitas (1034/dia).

- **Reestruturação do centro de dados:** Instalada uma nova solução tecnológica visando a optimização dos recursos computacionais do centro de dados. Foram introduzidas tecnologias de virtualização, no sentido da obtenção de benefícios tecnológicos e monetários.

- **Gestão documental/workflow:** Este projecto encontra-se em decurso estando implementado o circuito desmaterializado de facturas. Foram identificadas duas áreas de intervenção urgentes que irão produzir resultados a curtos e médio prazo. São elas as áreas da Gestão Documental, e do Workflow. A Gestão Documental complementa a computação tradicional permitindo a aquisição, acesso, encaminhamento e monitorização de um documento, melhorando assim a utilização do espaço de armazenamento bem como o acesso à informação, tornando-o mais rápido e simples.

Serviços online: Este projecto está em decurso, tendo sido apresentado o layout para aprovação. Estão a ser tratados aspectos relacionados com a configuração das infra-estruturas necessárias à sua implementação.

Uma das estratégias de evolução dos sistemas de informação da CMB passa pela disponibilização de serviços online dirigidos aos seus Municípios e instituições que necessitem de interagir com a Câmara. A disponibilização de serviços online representa um grande desafio para a CMB dadas as implicações não só ao nível do seu BackOffice, como da reengenharia dos seus processos, e da actualização das suas infra-

estruturas. Os serviços a implementar são: - Submissão de Requerimentos On-Line; - Consulta Remota de Processos; - Pagamento de Taxas e Licenças.

- **Modernização do parque informático:** Está em preparação um procedimento com vista à aquisição de equipamentos (postos de trabalho e periféricos), com vista à modernização do parque de equipamento.

Pretende-se dotar o município de equipamentos de suporte às aplicações, criando assim condições para basear o seu funcionamento num sistema eminentemente desmaterializado. Potenciando ainda o desenvolvimento de soluções de comunicação integradas, que assegurem a conectividade entre os vários edifícios, numa óptica de racionalização das infra-estruturas e/ou serviços de comunicações.

- **Assistência técnica nas Escolas:** Foram instalados e configurados equipamentos nos dois novos Centros Escolares: Sé e Santa Maria, e prestado o suporte técnico a todo o parque informático escolar.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 – Sector de Educação – Encontra-se em fase de conclusão o processo de aquisição e de entrega do equipamento e material didáctico para os Jardins de Infância dos Centros Escolares da Sé, de Santa Maria, de Coelhooso, de Parada e de Rebordãos.

Na sequência do processo de reordenamento escolar, foi feita a reafecção do mobiliário existente nas outras escolas que encerram, e que se encontrava em boas condições, às escolas em funcionamento que necessitavam de substituir algum mobiliário em piores condições ou de obter mobiliário suplementar.

O Município de Bragança colaborou na organização do acto de apresentação do livro “História da Baleia” da autoria de Elza Mesquita e Ana Pereira, mobilizando professores e alunos do 1.º ciclo e fornecendo transporte para a sua participação neste acto. Adquiriu vários exemplares desta publicação para oferta aos alunos das escolas do ensino público e privado do concelho.

No âmbito do serviço educativo prestado pelo Município aos alunos das escolas EB1 de Samil, Rebordãos, Espinhosela e Quintanilha, e dos Jardins de Infância de Rebordãos e Gimonde, destaca-se a participação nas actividades “Atelier de Máscaras” e “Hora do Conto”, no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e na Biblioteca Municipal e assistiram à peça de teatro “A Menina do Mar”, no Teatro Municipal.

Foram distribuídas a todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo uma pequena lembrança com votos de Boas Festas e Próspero Ano Novo.

2.2 - Área Cultural

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 23 de Outubro, a exposição “Sem Título”, de Santiago Ydáñez, um dos jovens pintores espanhóis com maior projecção internacional, que vai estar patente até 23 de Janeiro de 2011.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais encontra-se patente desde o dia 30 de Junho a exposição “Retratos e Auto-Retratos”.

Nos meses de Setembro e Outubro, foram realizadas 13 visitas/jogo solicitadas por escolas e instituições, e visitaram o espaço 1907 pessoas.

Nos dias 9 e 10 de Outubro realizou-se a segunda viagem cultural organizada pela Câmara Municipal de Bragança, no âmbito do plano anual de actividades do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais. Esta viagem teve como destino o Museu Guggenheim de Bilbao (Espanha), um dos espaços museológicos de referência mundial e um dos mais visitados da Península Ibérica, e compreendeu, também, uma visita ao MUSAC – Museu de Arte Contemporânea de Castilla y León, à Catedral de León e à Catedral de Burgos (Património da Humanidade).

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Nos meses de Setembro e Outubro, 1336 pessoas visitaram o Museu. Neste período foram realizadas 7 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de Setembro e Outubro realizaram-se 13 espectáculos com 16 sessões, com 3030 espectadores, sendo de destacar o Festival Internacional Douro Jazz, na sua sétima edição, que este ano juntou 80 músicos de cinco países, apresentando 65 espectáculos em cinco cidades de Trás-os-Montes e Alto Douro. Realizaram-se concertos em Vila Real, Bragança, Lamego, Chaves e São João da Pesqueira, com base nas parcerias estabelecidas em anos anteriores.

Bibliotecas Municipais - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental. Nos meses em análise foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 668 monografias.

No período em questão, registou-se a presença de 5119 utilizadores em todos os serviços existentes na Biblioteca. Na secção infantil foram desenvolvidas algumas actividades, tais como: desenho e pintura, projecção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 533crianças.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses de Setembro e Outubro registou-se a presença de 543 pessoas neste espaço.

Foram catalogadas durante este período 131 novas monografias do espólio cedido pelo Prof. Adriano Moreira perfazendo, até ao momento, um total de 10 746 monografias catalogadas.

Centro Cultural - Neste período estiveram patentes, nas salas Miguel de Cervantes e Luís de Camões do Centro Cultural, as exposições “Universalismos” – Gravura, Cerâmica, Escultura, Pintura e Desenho de António Rodrigues & Frauke Ophelia Billen e “Memórias” de Ana Fernandes.

A partir do dia 11 de Dezembro, nas salas Miguel de Cervantes e Luís de Camões, estará patente a Exposição Antológica de Armando Alves.

Sector de Animação, Produção e Turismo - Durante os meses analisados foram atendidos 2335 turistas. Foi realizada uma visita guiada ao Centro Histórico integrada no programa da IUFRO Landscape Ecology Working Group International Conference - Bragança 2010.

Outras actividades

- De 27 de Setembro a 02 de Outubro de 2010, no Auditório Paulo Quintela, decorreu o IX Colóquio Anual da Lusofonia, com a participação de 30 oradores e a presença das três Academias de Língua Portuguesa: Academia Brasileira de Letras, Academia das Ciências de Lisboa e Academia Galega de Língua Portuguesa.

2.3 - Áreas do Desporto – Neste sector, destaque para a realização, no dia 04 de Outubro, da Gala Desportiva Comemorativa do Centenário da República, onde 196 atletas, de todas as idades, apresentaram algumas das actividades desenvolvidas ao longo do ano. Esta Gala Desportiva, organizada pelo Município de Bragança e realizada no Pavilhão Municipal, que foi pequeno para acolher todas as pessoas que quiseram assistir a esta iniciativa, contou com a participação dos Agrupamentos de Escolas Augusto Moreno e Paulo Quintela, do Clube Académico de Bragança, do Ginásio Budo Gym, da Academia de Dança Shiva e das Associações Farang Mu Sul e Kyokushin – Kan Karate de Bragança.

De referir ainda as caminhadas rurais de Alfaião, Zoio – N. Sra. da Serra, Carvalhal da Nogueira e Montesinho (Magusto), nas quais participaram 197 pessoas.

Nos meses em estudo registaram-se 17.507 utilizadores nos equipamentos desportivos municipais.

2.4 - Área de Habitação e Acção Social - Entre os meses de Outubro e Novembro realizaram-se 121 atendimentos sociais para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas. Ainda neste período, foram realizadas 20 visitas domiciliárias no âmbito de vários processos de apoios sociais (Bragança – Sé e Santa Maria, Rebordãos, Rabal) entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, pertença da CMB.

Na reunião de câmara de 22 de Novembro, foram aprovados apoios financeiros a 7 freguesias para melhorias habitacionais de agregados carenciados, num total de 13 famílias, representando um investimento de 28.450,00€.

No mês de Outubro, foram recebidos no SHAS 8 estagiários do Curso de Educação Social (3º ano) e feito o enquadramento do seu estágio no âmbito de um projecto de estudo social aprofundado sobre a realidade dos bairros sociais da Coxa e da Mãe d'Água, no sentido de se efectuar posteriormente um

diagnóstico social da população moradora dos bairros, bem como da representação social que existe sobre os mesmos.

A Câmara Municipal de Bragança lançou a **Campanha “Inverno Solidário – Agasalho para Todos”**. A partir de 1 de Dezembro e até 31 de Dezembro de 2010 vão ser recolhidos cobertores e edredões para serem distribuídos pela população mais carenciada do Concelho de Bragança.

Os donativos poderão ser entregues no Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires, no Centro Social e Paroquial do Santo Condestável e na Cruz Vermelha – Delegação de Bragança.

A Câmara Municipal de Bragança irá, também, contribuir com a receita de bilheteira do espectáculo “O Quebra Nozes”, da Companhia Moscow Tchaikovsky Ballet, realizado no dia 5 de Dezembro de 2010.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – Divisão de Obras: Foram, neste período, abertos 6 concursos, com um valor base de 418.359,90€+IVA, sendo de destacar o concurso para a pavimentação da Estrada Municipal Santa Comba de Rossas – Rebordainhos (300.000,00€+IVA).

Foram adjudicadas as seguintes obras, no valor de 1.991.859,80€+IVA: - Reconstrução do forno comunitário, pelo valor de 102.933,09€+IVA; - Requalificação na Zona Industrial das Cantarias, pelo valor de 116.874,30€+IVA; Construção da praça e ciclovia da Mãe d’Água, pelo valor de 872.605,36€+IVA e a construção da ciclovia do Fervença 2.ª fase, pelo valor de 839.447,05€+IVA.

Adjudicada a elaboração do projecto de Ampliação da Zona Industrial, pelo valor de 60.000,00€+IVA. Foi assinado, no dia 23 de Novembro, o Auto de Consignação da 2.ª fase da Ciclovia do Fervença, cujo prazo de execução é de seis meses. Esta 2.ª fase, com uma extensão ciclável de 850 metros, representa a ligação da 1.ª fase do projecto (Circuito de Manutenção e Ciclovia de Santa Apolónia), até ao Centro de Ciência Viva, na Zona Histórica de Bragança.

Depois de concluída, a população tem ao seu dispor uma pista ciclável com cerca de 3.900 metros.

Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, destacam-se os trabalhos de limpezas e manutenções da rede viária municipal bem como a limpeza de caminhos e ainda o alargamento da estrada de ligação a Labiados (em execução) e a execução da plataforma de acesso aos hangares do aeródromo.

3.2 - Divisão de Urbanismo – Comparativamente aos dados obtidos em igual período do ano de 2009 a Divisão de Urbanismo relativamente às questões de ordem processual, ou seja, processos inerentes a tratamento de emissão de certidões, ocupações de via pública e outros assuntos da mesma natureza, tem mantido um nível equivalente.

No item dos licenciamentos, obras particulares de operações urbanísticas, houve um decréscimo em cerca de 42%, sendo que, do total realizado com este tipo de operações particulares a habitação unifamiliar registou 558 processos, e 69 intervenções com processos relacionados com habitação multifamiliar, das quais apenas 12 se reportam a edifícios novos, corresponde o conjunto destas operações em 45% de actos praticados, sendo os restantes 55% aos mais diversos actos, nomeadamente, licenciamento de estabelecimentos de restauração e bebidas, estabelecimentos comerciais, serviços e empreendimentos turísticos, festas, propriedades horizontais, etc. Igualmente como indicador de referência ao ano de 2009, houve um decréscimo significativo no apuramento da receita em 62%.

Por força da aplicação dos novos instrumentos de gestão de planeamento e das condições aí estabelecidas, cerca de 85% das operações urbanísticas foram submetidas dentro de perímetro urbano, referência positiva quanto à iniciativa particular da não geração de obras difusas no ordenamento do território, registando-se ainda, cada vez mais, iniciativa particular no interesse da recuperação do edificado do espaço rural, em 60%.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1- Divisão de Saneamento Básico - Relativamente às actividades desenvolvidas pela Divisão de Saneamento Básico, destaca-se a elaboração dos seguintes projectos, no **sector das águas**:

- Remodelação da rede de água na rua Central de Izeda, de forma a antecipar estes trabalhos e articular os mesmos com trabalhos de beneficiação dos pavimentos neste arruamento. O custo de tais trabalhos ascenderá a cerca de 60.000,00€.
- Implantação de novos reservatórios, nas localidades de Martim e Espinhosela, com um custo estimado de 47.425,00€ e 58.000,00€, respectivamente.

No **sector do saneamento** foram executados os seguintes trabalhos:

- No Bairro do Campelo execução de um colector de saneamento, dado que o existente estava colmatado com raízes; - Av. Sá Carneiro, reparação do ramal; - Av. da Dinastia, ampliação da rede;- Gimonde, alteração da rede de saneamento junto ao restaurante “Dom Roberto”, no sentido de evitar situações recorrentes de inundações, sempre que se registavam condições fluviométricas desfavoráveis; - Vila Meã, execução do projecto “Execução da descarga da ETAR”. Vai ser executada a descarga da ETAR até à linha de água, com um custo estimado de 17.720,00€.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em colectores (53); limpeza de fossas (39); mudanças de nome de clientes (415); execução de novas ligações (75); substituição de contadores (197); reparação de fugas (67).

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

No âmbito das Comemorações do Ano Internacional da Biodiversidade foram realizadas as seguintes acções:

- *Dia Mundial do Animal* (4 de Outubro): Foi realizada uma acção de sensibilização na EB de Izeda, na qual os alunos tiveram a oportunidade de observar diversos exemplares de cão de gado transmontano e perceber a importância na preservação de raças autóctones para a biodiversidade.
- *Dia Mundial da Floresta Autóctone* (23 de Novembro): foram plantadas 100 árvores autóctones no Parque da Trajinha, com os utentes do Centro de Educação Especial. A iniciativa esteve integrada no Bosque do Centenário.

Foram entregues os Prémios e Certificados de Participação no Concurso de Fotografia sobre Biodiversidade no Concelho de Bragança, tendo-se inaugurado a exposição de fotografia na Biblioteca Municipal.

Foi ainda realizado o Seminário “BiodiverCidade e Boas Práticas em Espaços Verdes”, durante o qual foi lançado o Manual de Boas Práticas em Espaços Verdes.

No âmbito do Convénio de Geminação e Protocolo de Cooperação para a Formação de Quadros, assinado com a Câmara Distrital de Água Grande (S. Tomé e Príncipe), a Divisão de Ambiente recebeu neste período 5 colaboradores dessa Câmara, durante um período de 10 dias úteis.

Procedeu-se à plantação de flores de Inverno, num total de 9855 unidades, nomeadamente nas floreiras do Núcleo Urbano Central e Catedral de Bragança, nos canteiros do Jardim António José de Almeida, Avenida Cidade de Zamora e Sabor, Praça Cavaleiro de Ferreira, entre outras.

O Município de Bragança foi seleccionado, pelo Instituto da Água I.P E, para integrar o programa de melhoria de métodos de operação e gestão de sistemas de rega em espaços verdes, considerando o trabalho desenvolvido por este na promoção de usos alternativos de rega em espaços verdes, nomeadamente através do uso de furos de água e reactivação de poços, automatização dos sistemas de rega e preocupação na selecção de espécies dos espaços verdes.

O Instituto da Água I.P. E celebrou uma Declaração de Compromisso com o Município de Bragança, na qual disponibilizará assessoria técnica para a melhoria de práticas e métodos de operação e gestão de sistemas de rega, em espaços verdes, não apresentando o mesmo qualquer encargo financeiro.

A 1.ª Sessão prática realizou-se em Bragança, na Casa do Lavrador, contando com a participação dos técnicos e operadores das 20 Câmaras Municipais seleccionadas.

No âmbito da Protecção Civil Municipal, o Município de Bragança, ciente da importância das acções de prevenção e rápida actuação em situações climatéricas mais adversas, como a ocorrência de neve e

formação de gelo, reforçou, para o Inverno de 2010/2011, os meios e equipamentos municipais, nomeadamente espalhadores de sal, lâminas limpa neves, caixa de carga de basculamento trilateral, grua, cesto, sinalização, Equipamentos de Protecção Individual e outros apetrechos.

No total, foram investidos mais de 97 mil euros na aquisição de meios que visam proteger a população do Concelho de Bragança em caso de condições climatéricas adversas, reforçando, também, as acções de prevenção.

Estes meios foram já utilizados nas três operações realizadas no final do mês de Novembro e início de Dezembro. Estiveram envolvidos nestas operações 36 funcionários da Câmara Municipal, duas viaturas com espalhador de sal, um camião e um tractor com pá e espalhador de sal, que espalharam 54 toneladas de sal pelas ruas, estradas e passeios do Concelho de Bragança.

4.3- Divisão de Transportes e Energia – Execução de trabalhos de manutenção das centrais mini hídricas, de Montesinho e Prado Novo. Procedeu-se à abertura do procedimento de concurso para a iluminação de Natal. No âmbito da ampliação da rede de iluminação pública no Concelho, foram colocados 36 pontos de luz e 3 postes, num investimento de 3.617,06€ + IVA.

Na área de transportes, foi assegurado o funcionamento normal, em termos de transportes escolares, urbanos e de turismo. Relativamente ao transporte urbano (STUB), no período de Janeiro a Outubro, foram transportados 233.254 passageiros (-4,7% relativamente a igual período em 2009) e obtiveram-se 105.717,00 € de receita (+5,4% que em igual período em 2009). Este acréscimo na receita deve-se substancialmente ao aumento do n.º de bilhetes de bordo vendidos (+18% que em igual período em 2009) e ao aumento dos carregamentos dos cartões multi-viagens (+28% que em igual período em 2009).

Relativamente ao **Aeródromo**, nos dez primeiros meses foram verificados 2.555 movimentos de aeronaves e 4.575 embarque ou desembarque de passageiros. No que respeita à carreira regular, verificou-se em relação ao ano de 2009, um aumento de 1,8 % no número de embarque e desembarques de passageiros e um aumento de 3 % nos movimentos das aeronaves

No concernente aos parques de estacionamento, de salientar o registo de entrada, no período em análise, de 60.363 veículos no parque Camões (+7,4% face ao ano de 2009) e 177.344 veículos no parque Sá Carneiro (+4,5%).

Outras actividades/assuntos relevantes:

- No dia 5 de Outubro, no âmbito das Comemorações do Centenário da República, o Município de Bragança prestou homenagem ao Professor Doutor Adriano Moreira, que incluiu a atribuição do seu nome ao Centro Cultural Municipal, o visionamento de um documentário orientado pelo jornalista Carlos Pinto Coelho, a abertura do site da Biblioteca Adriano Moreira

e a apresentação do livro “Adriano Moreira – Biblioteca em Bragança”, pelo Professor Doutor Barata-Moura.

Fizeram, também, parte do programa uma Sessão Solene da República e a inauguração dos Centros Escolares de Santa Maria e da Sé.

Nesse dia realizou-se a Assembleia-Geral da Academia de Letras de Trás-os-Montes, reservada a associados, tendo sido assinados protocolos de colaboração com a Academia de Marinha, a Casa de Estudos Luso – Amazónicos da Universidade Federal do Pará (Brasil), e a Academia de Letras e Artes de Bragança do Pará (Brasil).

- Nos dias 29, 30, 31 de Outubro e 1 de Novembro, decorreu a 9.ª Feira Internacional do Norte – Norçaça, Norpesca & Norcastanha. Apesar do mau tempo que se fez sentir, vários milhares de pessoas oriundas de todo o País e da vizinha Espanha visitaram aquele que foi o maior certame até hoje realizado em Bragança a nível de espaço de exposição ocupado (6000m²) e número de expositores presentes (100). Além da exposição no Pavilhão, a Feira compreendeu a realização de 15 actividades (concursos, provas e seminários) que registaram o envolvimento directo de aproximadamente meio milhar de participantes.

O Sucesso verificado comprova que a aposta do Município de Bragança em agregar, num só evento, os sectores da Caça, Pesca e Castanha, foi uma aposta ganha, já que, além de oferecer um programa qualitativamente mais vasto, permitiu economizar recursos financeiros.

- O Comité Territorial da Área de Cooperação Norte de Portugal – Castilla Y León reuniu em Bragança na Sala de Actos do Teatro Municipal, no dia 4 de Novembro, no âmbito da segunda Convocatória do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal (POCTEP) 2007 – 2013. No decorrer da reunião, foram analisados 33 projectos de um total 268 candidatados da Área de Cooperação do Norte de Portugal e Castilla y León (Espanha), dos quais 13 obtiveram parecer favorável por parte deste Comité Territorial, que serão encaminhados para posterior decisão do Comité de Gestão.
- A Fundação “Os Nossos Livros” homenageou, no dia 5 de Novembro, o Professor Ângelo Vítor Patrício pela doação de mais de três mil livros à instituição.
- Pelo segundo ano, o Município de Bragança aderiu à campanha do Dia Mundial da Diabetes, assinalado a 14 de Novembro, iluminando o Castelo de azul, a cor oficial desta iniciativa.
- De 15 a 19 de Novembro, especialistas e estudiosos de países de língua oficial Portuguesa reuniram-se em Bragança para participarem no II Workshop Internacional Sobre o Clima e Recursos Naturais nos Países de Língua Portuguesa (II WSCRA10), que decorreu no Instituto Politécnico de Bragança.

- No dia 27 de Novembro, alguns dos parceiros do projecto do Parque Eólico da Serra de Nogueira (PENOG) visitaram o maior Parque Eólico em funcionamento de Portugal e um dos maiores da Europa: o Parque Eólico do Alto Minho I.
 - No período em análise procedeu-se à verificação do estado em que se encontram os marcos fronteiriços, com a colaboração das Juntas de Freguesia e Ayuntamientos do lado de Espanha, no sentido de se proceder à assinatura da acta de reconhecimento da fronteira do ano de 2010 e dar, assim, cumprimento ao artigo 25º do Tratado de Limites de 1864 e artigo 14º do Convénio de Limites de 1926.
- *Aprovados, em Reunião de Câmara, os seguintes assuntos:*
- Acordo de Cooperação com o Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R, para a concepção, desenvolvimento e implementação da infra-estrutura tecnológica de apoio à rede de lojas interactivas de turismo, com o objectivo de instalar, no edifício contíguo ao Centro de Arte Contemporânea, uma infra-estrutura tecnológica de apoio à rede de Lojas Interactivas de Turismo.
 - Acordo de Parceria entre o Governo, o Município de Bragança, e a Agência para a Modernização Administrativa, IP (AMA), relativo ao Simplex Autárquico 2010/11, com o objectivo de serem executadas pelo Município de Bragança um conjunto de medidas de simplificação administrativa, bem como divulgar as boas práticas de simplificação e contribuir para sua replicação, nomeadamente em colaboração com outros municípios e com organismos da administração central.
 - Acordo de Colaboração com a Fundação Hispano Portuguesa Rei Afonso Henriques, tendo por objecto regular os termos de cooperação, entre ambas as entidades, para a realização de estudo de viabilidade no âmbito de uma candidatura transfronteiriça do património histórico-cultural de Bragança e Zamora a Património Mundial da Unesco.
 - Aprovado o Regulamento de utilização de veículos e máquinas municipais.

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. presidente da AM. A intervenção sobre o Estado e Vida do Município foi distribuída aos Srs. Deputados, vou destacar, através de projecção, alguns elementos mais significativos.....



----- Na área cultural, a exposição "Retratos e Auto-Retratos" no Centro Cultural Adriano Moreira e a exposição "Sem Titulo" de *Santiago Ydáñez* no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.



Área Cultural (actividades mais relevantes)

CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA GRAÇA MORAIS

- Exposição “Retratos e Auto-Retratos”
- Exposição “Sem Título”, de Santiago Ydáñez

Actividade promovida através do Centro de Arte Contemporânea, visitando outros equipamentos culturais da vizinha Espanha.



Área Cultural (actividades mais relevantes)

2ª Viagem cultural: Museu Guggenheim de Bilbao ; Museu de Arte Contemporânea de Castilla y León; Catedral de León e à Catedral de Burgos (Património da Humanidade)

CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA GRAÇA MORAIS
СЕНТРО ДЕ АРТЕ КОНТЕМПОРАНЕА ГРАÇA МОРАИС

----- Ainda no Centro Cultural Adriano Moreira, dia 11 de Dezembro, exposição Antológica de Armando Alves, 60 anos de actividade, uma excelente exposição.



Área Cultural (actividades mais relevantes)

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira:
Desde 11 de Dez. - Exposição Antológica de Armando Alves



----- Na área do desporto queria destacar a gala desportiva realizada a 4 de Outubro.



Área do Desporto

Gala Desportiva
04 de Out. 2010

Participação de 196 atletas



----- Na área social destacar a campanha “ Inverno Solidário - Agasalho para Todos”.

----- Decorreu o espectáculo solidário quebra-nozes cuja receita de bilheteira foi de 2500.00€, reverteu totalmente a favor desta campanha, tendo sido já adquiridos, 120 *Edredons*, que serão distribuídos às famílias carenciadas, através das instituições, conforme está designado na campanha, deixando o apelo aos Srs. Deputados de que é o momento e a oportunidade para contribuírem nesta campanha a favor daqueles que mais precisam, neste Natal mais solidário.



Acção Social

Campanha "Inverno Solidário – Agasalho para Todos"
(01 a 31 de Dez.)

BRAGANÇA SOLIDÁRIA

Espectáculo Solidário "O Quebra – Nozes" - receita de bilheteira, no total de 2.500 euros, reverteu a favor da campanha "Inverno Solidário, Agasalho para Todos"

----- Foi assinado protocolo com oito Juntas de Freguesia para melhoria de condições habitacionais de agregados carenciados, na área rural, num total de catorze famílias e para um investimento de 33. 450.00€ (trinta e três mil quatrocentos e cinquenta euros) que complementa outros investimentos das Juntas de Freguesia e dos cidadãos interessados quando possível.



Acção Social

Assinatura de Protocolos com **8 Juntas de Freguesia**, para **melhorias habitacionais** de agregados carenciados, num total de 14 famílias, representando um **investimento de 33.450€**



----- Ao nível das obras, destacar o início da 2ª fase do corredor da Ciclovía do Fervença, com prazo de execução de seis meses, prevendo-se a sua inauguração da 1ª e 2ª fase no dia vinte e três de Junho de 2011.



Obras - Ciclovía (2ª Fase)

CICLOVIA DO FERVENÇA – Ligação CCV(Extensão: 850 m; Custo Obra:889.813,87€);
Prazo execução: 6 meses



Assinatura do Auto de Consignação da
2.ª fase da Ciclovía do Fervença

----- Estão a decorrer alguns trabalhos da repavimentação e arranjos diversos em passeios na Zona Industrial das Cantarias e por administração direta, trabalhos de calcetamentos e de arranjos de passeios.



----- Também salientar a evolução das obras de sede de Junta de Freguesia de Espinhosela, que a Junta de Freguesia tem em concretização com o apoio financeiro do Município.

 **Obras - Centros de Convívio e Sedes de Juntas de Freguesia**



Espinhosela

Portela

----- O Centro de Convívio de Portela está em fase de conclusão, estando os trabalhos de construção da sede de Junta da Freguesia de Outeiro em curso.

 **Obras - Centros de Convívio e Sedes de Juntas de Freguesia**



Outeiro

----- A nível de caminhos rurais e estradadas municipais, os trabalhos decorrem com normalidade no apoio às Freguesias e na manutenção da rede viária do Município.



----- Foi concluída a estrada de ligação entre a E.N 308 e fronteira, na ligação a Rio Manzanas, estando a decorrer o concurso público para a repavimentação da E.M. de Santa Comba de Rossas a Rebordainhos, com o valor base de 300.000.00€ (trezentos mil euros)mais IVA.



Estradas Municipais



Concluídos os trabalhos na EM
Fronteira/ Rio Manzanas (0,55 Km)

Aberto concurso para a pavimentação da EM
Santa Comba de Rossas – Rebordainhos
(300.000,00€+IVA)

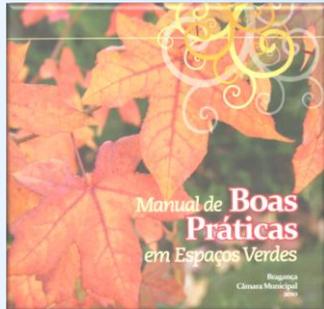
----- Os trabalhos da repavimentação da estrada de Alfaião a S. Pedro estão iniciados.
Ao nível do ambiente destaca-se o lançamento do “manual de boas práticas, em espaços verdes”,
documento de apoio à boa prática dos serviços do Município, mas também de informação aos
cidadãos para a construção de jardins privados com melhor informação e melhores resultados sob o
ponto de vista das espécies e dos consumos de água. No âmbito da realização de um seminário
sobre biodiversidade apresentado este manual, no qual participaram técnicos de outros Municípios
a nível nacional.....



Sector do Ambiente

Dia Mundial da Floresta Autóctone
(23 de Novembro)

Lançado o Manual de Boas
Práticas em Espaços Verdes



Disponível em :
<http://www.cm-braganca.pt>



Seminário "BiodiverCidade e Boas Práticas em Espaços Verdes"

----- No âmbito da protecção Civil, procedeu-se a um reforço de meios, garantindo melhor operacionalidade para fazer frente aos problemas da neve.



Protecção Civil Municipal



Investidos 97 mil € em
novos meios de PCM

3
Operações "Neve 2010"

Espalhadas 54 ton. Sal;
-36 funcionários da CMB;
- 2 viaturas com
espalhador de sal;
- um camião e um tractor
com pá e espalhador de
sal;

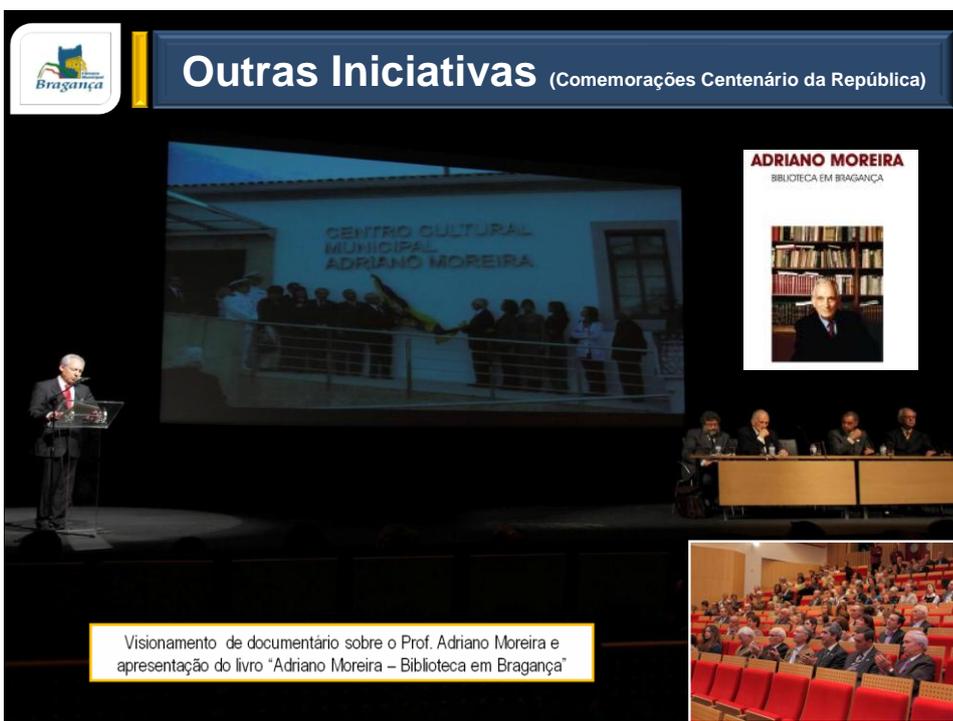


----- Destaque para as comemorações do 5 de Outubro, a sessão solene evocativa do Centenário da República, a Assembleia da Academia das Letras de Trás-os-Montes.....



----- A inauguração dos novos Centros Escolares da Sé e Santa Maria, a cerimónia de atribuição do nome de Adriano Moreira ao Centro Cultural.....





Visionamento de documentário sobre o Prof. Adriano Moreira e apresentação do livro "Adriano Moreira – Biblioteca em Bragança"

----- O lançamento do livro Adriano Moreira, Biblioteca em Bragança, com destaque para as intervenções do Prof. Doutor Barata Moura e o jornalista Carlos Pinto Coelho. Destaque para a feira *Norcaça, Norpesca, Norcastanha*, um evento direccionado para a área económica, para três produtos relevantes do Município e da Região. A Comissão da organização liderada pelo Eng. Rui Caseiro, estruturou de forma adequada este evento.



----- Em outras iniciativas, destaque para o Workshop internacional sobre clima e recursos naturais de Países de língua Portuguesa, que decorreu no IPB e teve apoio da Câmara Municipal.

 **Outras Iniciativas** (II Workshop Internacional Sobre o Clima e Recursos Naturais nos Países de Língua Portuguesa)



----- Em outras iniciativas, uma visita dos Srs. Presidentes de Junta e comissões directivas de baldios a um Parque Eólico.

 **Outras Iniciativas** (Visita ao Parque Eólico do Alto Minho I)



----- Também dar nota, assinatura do convénio de reconhecimento de Fronteiras, com os Municípios de que fazem Fronteira com o Município, sete Municípios.



Outras Iniciativas (Assinatura da Acta de Reconhecimento da Fronteira)



Ayuntamientos

- Trabazos;
- Requejo;
- Puebla de Sanábria;
- Pedralba de la Pradería;
- Hermisende;
- Manzanal de Arriba;
- Figuerela de Arriba

Reconhecimento da fronteira, ao abrigo do artigo 25º do Tratado de Limites de 1864 e artigo 14º do Convénio de Limites de 1926.

347
marcos fronteiriços



Município de Bragança

----- Com esta informação complementar, penso ter apresentado de forma adequada a actividade desenvolvida pelo município.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Inscrições?

----- Vamos ver se a Mesa tomou boa nota das indicações para pedido de esclarecimento. Peço desculpa, eu há bocado tinha entendido intervenções, mas é pedido de esclarecimento, ...correcto, então podemos depois eliminar aqui alguns, José Brinquete, Luís do Vale, Isabel Lopes, Ana Cláudia Guedes de Almeida, Vítor Prada Pereira. Então tem a palavra para a primeira formação de pedidos de esclarecimentos, o Deputado da CDU, José Brinquete.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, eu, se me permite, ainda voltava ao ponto anterior dos colóquios sobre a República, não aqui porque estavam a dizer que o tempo estava esgotado, e quero dizer uma coisa muito rápida.

----- Primeiro - eu confirmo, porque participei no jantar em que se convidou a Mesa, confirmo com a anuência e o acordo do Sr. Presidente da AM, foi visto o Presidente do Grupo de Trabalho vir aqui para a Mesa e até encerrar os trabalhos, ficou expresso que encerraria os trabalhos, agradecendo aos convidados, e à assistência etc.

----- Depois devo dizer que estas comemorações e esta Comissão têm já uma crónica muito grande, não sei se acaba por aqui, pode até não acabar por aqui, mas mesmo os painéis anteriores

foram muito maltratados, eu sempre entendi que o painel era um ex-Presidente da AM que moderava e os convidados. Admitia, admitia que o Presidente da AM pudesse dar as boas vindas e depois saía da Mesa.

----- E sabem o que é que aconteceu? Eu digo, sabem porque muitos dos membros da AM não participaram nos debates, é que os ex-Presidentes, que lhe queríamos dar algum relevo, porque foram ex-Presidentes da AM, foram muito mal tratados em todos os debates, ficaram sempre na ponta da Mesa, quando o moderador deve tomar conta dos trabalhos e da sessão.

----- Claro que isto tem a ver com outras coisas, eu até já sugeri não sei se foi aqui neste microfone, se foi em conversa, que no PSD fizessem uma espécie de terapia de grupo, tratassem de resolver problemas internos, que depois nós também ficamos envolvidos neles e não dignifica nada.

----- E terminava dizendo ao Sr. Presidente da AM que ele é Presidente da AM, eu pela minha parte respeito-o como tal, mas não é o Presidente da AM que decide sozinho quem são e quem constitui as Mesas, não é em nenhum lado e também não pode ser aqui, é uma entidade muito responsável é uma figura de grande importância no Município, este é o organismo máximo, mas em nenhum lado do Mundo o Presidente da AM é que diz, sozinho - esta Mesa é assim a outra Mesa é assado.

----- Agora gostava de vos colocar aqui, colocar quer dizer; algumas interrogações, e já que há bocado se falava um bocado das Juntas, eu acho que a moção que o Agostinho Diz acabou por retirar, mesmo que não tivesse mais interesse, teve este interesse, que foi - os Presidentes de Junta ficaram muito participativos, um bocado agitados, significa que surgiu aqui um problema, uma ideia que diz respeito às Freguesias, e eu hoje gostava de colocar aqui algumas questões sobre as freguesias, até porque os que vivemos na cidade temos sempre a tendência dar mais atenção à cidade. -

----- A primeira é sobre a Freguesia de Grijó, não sei se cá está a Presidente de Junta, já vi que está, o nosso gabinete de atendimento ao Município, da CDU, foi visitado por habitantes de Grijó e colocaram o problema de que os esgotos estão a ir para céu aberto para a Ribeira dos Moinhos, e que isto é inaceitável, eles chamam a atenção e muito bem, que isto tem a ver com a saúde pública e com a qualidade de vida da população.....

----- Eu gostava de saber, ou da parte do Sr. Presidente da Câmara, ou da parte da Presidente da Junta, quando é que este problema se resolve.

----- Também colocaram o problema do arranjo do caminho da Seara, e que está em muito mau estado, que inclusive, porque não podendo passar por lá passam por os lameiros para contornar o caminho. Não sei se confirma isto.

----- Em relação à Junta de Freguesia de França, não sei se está aqui o Sr. Presidente, o Amândio, está, gostava que esclarece-se aqui uma situação.

----- Eu fui informado, não sei se confirma, se não, que a Junta de Freguesia vai receber a responsabilidade da administração do Centro Hípico a partir do 1 de Janeiro. O Centro Hípico pertence ao Parque Natural de Montesinho.

----- Ora, o que é que eu gostava de saber? Eu, e penso que a AM, dado que o Parque é um espaço do Concelho, e da maior importância, que tem merecido sempre o nosso interesse, em que condições é que a Junta de Freguesia vai receber o Centro Hípico? Se tem, se se sente vocacionada e em condições para administrar Centros Hípicos? E porque o Sr. Presidente aqui, há uns meses, dizia na Comunicação Social, que o Parque Natural de Montesinho deve à Junta de Freguesia umas centenas de milhares de euros, se com o assumir desta responsabilidade o Parque está na disponibilidade de pagar a dívida. No fundamental era isso.

----- Mais uma segunda questão, que é - tive também a informação que o problema das areias já está a afectar novamente os moradores de Portelo, talvez aqui fosse mais da parte do Srs. Presidente da Câmara, saber também como é que está o romance da responsabilidade das areias do Portelo. E se isso é verdade, quer dizer, se chegamos a mais um inverno e se a situação está na mesma. Choveu agora um bocado, qualquer dia pode chover torrencialmente e o problema está na mesma.

----- Em relação à freguesia da Aveleda, não sei se cá está o Sr. Presidente de Junta de Aveleda, já vi que está, tenho informação que o Sr. Presidente da Junta de Aveleda não tendo mandato para se imiscuir na administração do baldio, designadamente de Varge, que se está a imiscuir, é verdade? Perguntava!.....

----- Por ultimo e em relação à Junta de Freguesia de Gimonde, já vi que está aqui o Sr. Presidente da Junta de Gimonde, Dr. Vítor, queria-lhe perguntar como é que estão todos os problemas que recorrentemente temos vindo aqui a tratar, também da *ETAR*, também de um conjunto de obras lá da Freguesia, como é que está esse problema, é para si e também é para o Sr. Presidente da Câmara e para as Juntas de Freguesias em geral, já que se falou aqui tanto de Juntas de freguesia e dos “Concelhos” da Aldeia, que me parece que também são da maior importância para unir as comunidades.

----- Eu lembrei-me que no início do mandato dei aqui uma opinião, uma mera opinião, que um dos bons índices de como é que estão a funcionar as Juntas de Freguesia, porque eu estou de acordo que não se pode lançar o anátema de que as Assembleias de Freguesia fazem actas falsas, embora algumas façam, eu tenho na minha mão actas falsas de Juntas de Freguesia do Concelho, . . .

----- **José Brinquete** - São perguntas, são perguntas, mas eu disse no início do mandato que dois índices, fundamentais, eram:

----- Primeiro - já estão todas as Juntas Freguesias do Concelho a fazer a reunião pública com os fregueses tal como a lei obriga, e colocando um edital a dizer a reunião pública mensal da Junta de Freguesia, é do dia x ao y ?

----- Segundo - já todas as Juntas de Freguesia tem o livro de reclamações, tal como a lei obriga? Ou quais é que não tem?

----- E a última questão, para terminar, era mesmo em relação a Rabal - Sr. Presidente de Junta de Rabal, eu gostava de lhe perguntar se ainda tem a mesma opinião que deu aqui há uns meses quando se criou uma Associação dos residentes e visitantes do Parque, de que não deviam ter criado essa comissão porque não o consultaram, mantém a opinião de que é preciso ser consultado para isso? Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Dr. Luís do Vale, tem a palavra para o seu pedido de esclarecimento.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente de Câmara, porque também vamos, hoje, aprovar documentos importantes para a gestão autarca em 2011, regressava à questão das finanças da Autarquia, nomeadamente às receitas que a Autarquia obtém anualmente e julgo não estar enganado mas o Sr. Presidente já aqui há tempos, mas se estiver enganado corrija-me por favor, em tempos veio a esta AM e justificou a não tributação da derrama sobre as empresas do Concelho de Bragança. Aquilo que eu gostava de lhe pedir era que mais uma vez repetisse essa justificação e apresentasse as razões pelas quais o Executivo optou, em determinada altura, prescindir desses valores e não cobrar esses valores desse imposto facultativo às empresas. E, por agora, era só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Dra. Isabel Lopes do PSD, tem a palavra

----- **Isabel Lopes – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Membros da AM, Comunicação Social, Minhas Sras. e Meus Srs.

----- Um relatório de Bruxelas divulgado esta semana mostra que em 2008 - ano em que rebentou a crise financeira - o risco de pobreza afectava dois milhões de Portugueses, ou seja 19% da população do país.

----- O mesmo documento também adianta que nesse ano cerca de um milhão de portugueses vivia com graves privações materiais, tais como a incapacidade de pagar despesas inesperadas, gozar uma semana de férias fora de casa ou comprar um carro, um telefone ou uma televisão. Em 2008, Bruxelas calcula que 41 milhões de europeus vivessem nesta situação.
O relatório do Eurostat aparece numa altura em que a Comissão Europeia prossegue o objectivo de retirar, nos próximos dez anos, 20 milhões de cidadãos do grupo que está actualmente em risco de pobreza.....

Outro estudo apresentado pela primeira vez pelo Grupo Marktest o Atlas Social de Portugal 2010, mostra uma análise sobre a estrutura demográfica e social para todos os concelhos do Continente, permitindo detectar oportunidades e desafios ao nível concelhio.

No concelho de Bragança o peso dos indivíduos com licenciatura completa ou superior é de 19,8%, valor que contrasta positivamente com a média no continente que é de 13.5%.

O peso dos indivíduos com 15 e mais anos pertencente à classe social alta ou média alta é de 22,4, valor que também contrasta positivamente com a média no continente que é de 17,4%.....

Contudo a ocupação profissional no Concelho de Bragança é maioritariamente inactiva (52%), seguindo-se com 22% os quadros técnicos e pequenos proprietários, com 19% trabalhadores qualificados e não qualificados e por fim com 7% empregados no comércio e serviços.

Concelho cuja estrutura etária varia com 55% para indivíduos com idade entre 25-64 anos, 21% com mais de 65 anos, 13% com indivíduos com idade entre 0-14 anos e 11% com idade entre 15-24 anos. De destacar que 7234 pessoas têm mais de 65 anos.....

Os dados citados são francamente positivos em alguns aspectos mas preocupantes em outros. Os aspectos sociais são sem dúvida nos dias de hoje uma preocupação constante por parte das entidades competentes nestas áreas.

É reconhecido e visíveis os esforços da Câmara Municipal de Bragança na área social, desde arranjo dos bairros sociais, acção social escolar e apoios constantes a famílias carenciadas. Esta semana foi notícia, o acordo de cooperação entre a Câmara Municipal e 8 juntas de freguesia da Concelho, para apoiar 14 famílias da área rural para a melhoria das condições habitacionais. Ao todo a autarquia vai investir mais de 33 mil euros.

Reconhecendo a importância destes apoios, e sabendo que esta é uma prática felizmente corrente deste município, gostaria de questionar o Sr. Presidente se há algum levantamento dessas

necessidades ou se os apoios são concedidos conforme solicitação e indicação das Juntas de Freguesia”

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.....

----- Sr. Deputado do PS, Vítor Prada Pereira.

-----**Vítor Pereira** – Começo pelo fim, exactamente, tirou-me a pergunta da boca, eu queria perguntar exactamente isso, quais são os critérios? Como é que é o levantamento? Porque efectivamente fui alertado e também ouvi na comunicação social, que essas oito freguesias ou essas catorze famílias vão beneficiar desses apoios.

----- Efectivamente eu gostava de saber como é que é feito esse levantamento e se o próprio *CLAS(Concelho Local da Acção Social)* está envolvido nisto, se não está envolvido nisto, porque efectivamente, às vezes, a mim cheira-me assim a critérios um bocado esquisitos, e também, se calhar, a Isabel não foi por acaso que levantou este problema aqui, não sei, não sei. Pronto, passando à frente.....

----- Sr. Presidente, também queria saber se aquela ligação ao Rio Manzanas, à aldeia de Rio Manzanas, eles dão seguimento, eles vão dar continuidade àquilo, ainda passei lá no outro fim-de-semana e aquilo está em terra batida e continua assim.

----- Bom, outra das coisas também que eu queria dizer, e queria responder também, e porque não vou gastar tempo a seguir, à questão dos Presidentes de Junta. Porque fui aqui desafiado e o Brinquete quase que deu aqui um *lamirésinho* e efectivamente há determinados comportamentos que se passam nas nossas Assembleias de Freguesia, que são, no mínimo, pouco democráticos, pouco democráticos, porque nós sabemos muito bem, muitas das vezes, e assumo isto com toda a frontalidade, os Srs. Presidentes de Junta, e chegam-nos queixas, todos os dias, ao Partido Socialista, disto - os Srs. Presidentes de Junta tentam quase que ser os Srs. absolutos da Assembleia de Freguesia, tentando controlar os próprios Membros da Assembleia, até inclusivamente fazendo quase o papel do próprio Presidente da Assembleia de Freguesia, muitas das vezes, muitas das vezes. E portanto eu não estou aqui a falar de ninguém e nem estou a acusar ninguém em concreto, estou a dizer efectivamente aquilo que me vai chegando, que me vai chegando.

-----E também muitas vezes, já que se está a falar em qualidade da democracia e ouvimos aqui no ponto anterior aquilo que ouvimos, aquilo que ouvimos, parece-me que, e dizia eu há bocado, em laia de brincadeira com o Sr. Vice-Presidente de Câmara que estava sentado à minha frente - isto cheira-me a fim de ciclo - há determinados comportamentos que me cheiram a fim de ciclo, e exactamente isso, aos Srs. Presidentes de Junta também se aplica um bocadinho, porque muito deles estão em fim de ciclo.

-----Aliás eu quero-vos dizer uma coisa, há competências que os Srs. Presidentes de Junta utilizam, que, às vezes nem, sabem o que estão a dizer e o que estão a fazer, eu ainda bem brevemente solicitei a uma Junta de Freguesia o uso para uma reunião, para uma reunião com os militantes do PS, de uma dita Freguesia e foi-me dito que não poderia ser, mentindo-me, aldrabando-me, é evidente, que ia pintar as janelas, que ia pintar a própria sede da Junta de Freguesia e tal e claro que eu cheguei lá e nada disso se verificava, porque eu fui verificar, isso está escrito em carta, foi pedido por carta, e que não era possível. Portanto,

-----**Vítor Pereira** – Ora, exactamente, que é um homem disponível e cumpridor das regras da democracia, muito bem. Bom, isso só para dizer que realmente todos nós temos que ter algumas lições de humildade porque é importante.....

----- E também para terminar, porque estou a queimar o meu tempo, dizer-lhe aqui ao nosso jovem Pedro, que, muitas das vezes, nós, em tempos idos, eu enquanto fui estudante universitário, muitas das vezes me revoltava porque também precisava, e fui bolseiro, e fui bolseiro, muitas das vezes me revoltava, colegas meus que tinham - a gente sabe dessa história - que tinham os *BMW, os Porches, etc.*, à porta da Residência Universitária, porque não havia o mínimo de controle, ou as declarações que se prestavam para os serviços sociais a gente sabia como é que se faziam. Em boa hora o PS tomou esta medida e por isso, por isso mesmo quem tem que receber, ó! Pedro, é aqueles que precisam, aqueles que merecem, esses tem que receber, agora aqueles que não precisam, e a gente sabe como é que aparecem ali e como é que se obtém determinadas declarações, ainda bem, digo eu, e em boa hora que isso aconteceu. Muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para os seus pedidos de esclarecimentos, Ana Cláudia.

-----**Ana Almeida** – Bom dia, novamente. Efectivamente, netas duas últimas intervenções foi levantado aqui um bocadinho da ponta do véu, e que já se começa a perceber, o Vítor disse-o, a colega Isabel também, a falta de estratégia. Cada vez se nota mais isto, nós, à tarde, vamos analisar o Plano de Actividades e efectivamente o que sobressai é a falta de estratégia e casuismo nas decisões, portanto não há critérios, é obviamente a resposta que vai ser dada, é mediante aquilo que é solicitado, porque neste momento já se nota o abandono, ou a aposta noutra política ou noutra cargo qualquer que não o Municipal.

----- Quanto ao plano de actividades, quanto ao Estado e Vida do Município deve dizer que isto para mim parece-me um programa de festas. Portanto, eu sei, é tudo bom, é tudo bom, o que daqui ressalta: no dia 1 fez-se isto, no dia 2 fez-se isto, é a grandeza económica que ressalta deste Estado

e Vida do Município, mas depois se lermos as entre linhas, e se me permite, vamos aqui aos itens e efectivamente há coisas que eu acho que até precisam ser feitas, mas depois não se diz como. Portanto tudo isto está aqui usado com conceitos indeterminados, expressões vagas, parece que nós nem temos nada a ver com isto. Portanto nomeadamente, por exemplo, no apoio às Freguesias. Subsídios e participações - 24.000.00€, o que é isto? Em sede, porque? Resulta de que? de que necessidades? Efectivamente resulta aqui, na Divisão Administrativa e Informática e Sistemas, e acho muito bem, que se reestruture o site da Câmara Municipal, porque aquilo é narcisista, só lá aparece o Sr. Presidente e para chegarmos a qualquer informação útil do site, não é possível. Quanto é que isso vai custar? Quem é que está a fazer esse serviço? Está a ser feito dentro de portas? Fora de portas? Ao abrigo de que caderno de encargos?

----- Mais, a vida do Município não vai assim tão boa e a mim isto parece-me um eixo estruturante daquilo que está acontecer.

----- Se repararem no ponto 3.2 - Divisão de Urbanismo - é aqui dito expressamente que no item dos licenciamentos obras particulares de operações Urbanísticas, grande, senão a maior parte da receita do Município, houve um decréscimo em cerca 42%. Sabem porque? Porque as taxas urbanísticas são de tal forma elevadas que nós estamos a matar os nossos empresários e a *insolvência*

----- **Ana Almeida** - é verdade, sim Senhor. Depois, Divisão de Transportes e Energia – temos a explicação, está cá, mas, eu, francamente, não a percebo, gostaria que me fosse esclarecido, relativamente ao Transporte Urbano, no período de Janeiro a Outubro, foram transportados menos 4.7% de passageiros, relativamente ao igual período em 2009, mas com acréscimo de receita, se calhar, alguma coisa aqui está mal, não é? Ou estão muito caros e as pessoas não podem utilizar. Depois, aprovados em reunião de Câmara os seguintes assuntos:

-----Acordo de parceria com o Governo, o Município e a AMA (Agencia para a Modernização Administrativa)- De um conjunto de medidas de simplificação, bem como divulgar as boas praticas e contribuir para a replicação, nomeadamente colaboração com outros Municípios e com organismos da Administração Central. A que titulo e com que custas?

-----Por fim, estamos iluminados pelas iluminações do Natal. Porque? E a quem? Também é referido aqui que se abriu concurso para as iluminações de Natal. Quanto é que elas custaram? Quem foi a empresa? E porque não uma local?

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada.....

----- Uma última intervenção para pedido de esclarecimentos, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos.

-----**Adriano Rodrigues** – Bom dia a todos, outra vez. Não é costume, mas hoje estais a ameaçar-nos e temos que nos defender, não é? É assim, ó! Vítor, estás a dizer que nós somos pouco democráticos, disseste, tal e qual, que eu escrevi logo a seguir para não me enganar, e que estamos em fim de ciclo, que andamos nervosos. Será que não é a tua situação? Nós, pelo menos, temos três anos garantidos, tu, não acredito que chegues lá, e ainda outra coisa, nós os Presidentes de Junta de Freguesia, usamos as viaturas deles para defenderem os interesses da Freguesia, enquanto que há outras pessoas que usam os nossos veículos para defenderem os interesses particulares, não somos nós, os Presidentes de Junta, que temos as viaturas para nos deslocar e andar a resolver assuntos que são de todos e há outros que têm as viaturas de todos para defender as coisas particulares. E a minha Junta de Freguesia já fez, fora de horas, serviço para ti, nem foi para o PS, e quando pediste a colaboração nunca deixou de o fazer fora de horas. E também te desafio se quiseres ir a assistir às Assembleias da Junta de Freguesia de Rebordãos, a que eu presido, ou, se calhar, a 99% das Juntas, aparece lá, e não te fies no que te vem dizer aqueles que perderam e estão ainda raivosos por terem perdido, vem a dizer-te, se calhar, mentiras, que tu acreditas, e então vai presenciar se não manda alguém, que tu não podes ir a todas, manda alguém da tua confiança para ir ver, se calhar andam-te a mentir.

-----Ó! Brinquete, o livro de reclamações da Junta, 90% das Juntas não tem livro de reclamações, a minha também não tem, mas todos os Presidentes de Junta são eles próprios os livros de reclamações, estamos sempre abertos para qualquer reclamação que qualquer cidadão nos faça. E perguntar de obra de grande porte, isso não é possível, isso é melhor perguntar logo directamente à Câmara Municipal, porque as Juntas não tem possibilidade de fazer grandes obras, sabeis as limitações que as Juntas têm.

----- E as Juntas de Freguesia também já convocam as reuniões da Assembleia e nas Assembleias de Freguesia, 99% funcionam com amizade para desenvolver as Freguesias não é com raiva de ninguém. Andar lá a chatear-se! Porque? Eu tenho oposição na minha Assembleia e só vão para lá com o espírito de desenvolver a Freguesia, não vão para lá para chatear ninguém, e é mais ou menos isto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

----- Ainda há um pedido de esclarecimento, as intervenções são a seguir, embora já tenha acontecido algumas intervenções. A Sra. Presidente de Junta da Freguesia de Izeda, para um pedido

de esclarecimento, certo? Ou entendeu mal a Mesa? Então não há mais pedidos de esclarecimento, de modo que Sr. Presidente de Câmara tem a palavra para proceder às respectivas respostas.

----- **Presidente da Mesa** - Mas quer fazer um pedido de esclarecimento? É que tinha-me dito que não!

----- Ao período da ordem do dia, muito bem, quer fazer um pedido de esclarecimento, muito bem. ----

----- Então Sr. Presidente de Câmara, se não se importa, vamos aguardar por mais um pedido de esclarecimento para depois reunir informação necessária para a actualidade das questões.

----- **Maria Veloso** – Aproveito para cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Presidentes da Junta, Público em geral e Comunicação social.

----- Já que esta aqui permitam-me que aproveite este momento, porque posso efectivamente não voltar aqui, desejar a todos um Natal com muita saúde, com muita paz, e muita alegria e também algum dinheiro. Eu vou fazer a minha intervenção, que é curta, são apenas perguntas que queria fazer ao Sr. Presidente e que já aqui trouxe pelo menos uma, em tempos anteriores, nomeadamente o ano passado e que são perguntas que me têm colocado relativamente a serviços prestados pela Câmara municipal.....

----- O primeiro é relativamente à piscina, que já aqui foi colocado noutras alturas, e eu pergunto: Porque razão a piscina continua a fechar neste período de férias? As escolas fecham, encerram as aulas, porque os alunos têm que ter as suas pausas pedagógicas, os serviços, parece-me a mim, nomeadamente a piscina que deve permitir aos alunos quando tem mais tempo livre de utilizar aquilo, que eles possam fazer a sua actividade nos tempos livres e que lhe dá prazer. Portanto eu não compreendo porque razão a piscina encerra nas férias.....

----- Segundo - O Conservatório vai encerrar também agora no período de Natal, a partir de amanhã, os pais transmitiram-me, e bastantes, em número bastante significativo, a sua revolta pelo facto do Conservatório encerrar e os pais terem paga o mês por inteiro.....

----- Eu pergunto - Relativamente à piscina tinha-me sido dito, o ano passado, que ela precisava de manutenção, precisava de limpeza, precisava de substituição da água. Sabemos perfeitamente que isso não corresponde totalmente à verdade, não é de toda verdade, porque as piscinas não precisam de tanta manutenção.....

----- Eu pergunto - E, agora, o Conservatório também precisa de limpeza e manutenção dos instrumentos? Porque é que vai fechar?

----- Terceiro - Porque razão o passeio da rua do Centro Escolar de Santa Maria, quem sobe à esquerda, não foi concluído? Acabou-se a verba? Não se nota nada! Por esta iluminação, por esta ornamentação, que diga-se de verdade está muito bonito, mas isto custa dinheiro, não é? Enquanto que outros Municípios ou não fizeram ou fizeram-no de forma muito reduzida, e sabemos que é verdade.

----- Portanto eu gostava que o Sr. Presidente responde-se a essas questões, são questões que interessam aos Municípios, entendo que aquilo que a Câmara pode proporcionar, de bom, aos Municípios, o deve fazer, não deve ser da sua vontade fechar e fecha sem atender ao interesse das pessoas, penso que é para isto que os serviços existem e que devem auscultar quem os utiliza. Lamento que isto possa acontecer e espero que, desta vez, seja dada uma justificação que nos contente. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada.....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Na projecção feita relativa a trabalhos de repavimentação na Zona Industrial, a data que está impressa nas fotografias é de facto uma data não condizente com a data de realização dos trabalhos, e relaciona-se com problemas técnicos da própria máquina.

----- O apoio social para reabilitação de fogos de famílias carenciadas é um processo que é desenvolvido em colaboração com as Juntas de Freguesias e os processos avaliados nos serviços da Acção Social da Câmara Municipal. A disponibilização dos recursos financeiros é feita de acordo com o que está previsto e está previsto no orçamento aprovado.

----- Quanto à iluminação de Natal foram convidadas quatro empresas, incluindo a local, concorreram duas, e o custo da iluminação, foi de 35.000.00€ (trinta e cinco mil euros), menos 15.000.00€ (quinze mil euros) que o ano passado.

----- Quanto às piscinas, já o referi noutros momentos, a água das piscinas tem que ser mudada, obrigatoriamente, uma vez por ano, por razões sanitárias, visto os tratamentos não assegurarem qualidade por tempo indeterminado, e o esvaziamento, limpeza, novo enchimento e aquecimento exigirem um período que é aproveitado para alguns trabalhadores tirarem parte das férias.. --

----- O Conservatório de Música tem um horário lectivo como tem qualquer instituição de ensino, não é uma Instituição de tempos livres, mas sim de ensino da música.....

----- O passeio de acesso ao Centro Escolar de Santa Maria, ascendente do lado esquerdo, não foi feito porque, quando da intervenção urbanística sobre os terrenos confinantes, ocorrerão alterações, para aumento dos estacionamento e prolongamento de infra-estruturas, trabalhos que

só poderão ser desenvolvidos conforme a solução de urbanização que vier a ser aprovada e por isso de obrigação do promotor e não do município. Feito de outra forma investimento público poderia favorecer indevidamente privados.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara.

----- Feitas as respostas, estou a ver um braço no ar lá ao fundo, Ana Cláudia Guedes de Almeida quer fazer intervenção?

----- Bem, eu estou a ver braços no ar, um pedido de esclarecimento ainda? Então eu vou sugerir o seguinte, para dar-mos sequencia vamos abrir o período de intervenções e se alguma coisa têm para dizer, aproveitem aqui o momento.

-----

----- Bom, sim, sim, tem razão, houve questões direccionadas, como viram, houve, de facto, perguntas que foram colocadas ao Sr. Presidente de Câmara, mas houve perguntas colocadas directamente aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, e portanto pretendem fazer a resposta. De facto a Mesa aqui tem que ter e está a tê-lo, agora, o *fid-back* de vocês perante as questões que vos colocaram. Portanto para proceder aos esclarecimentos dar as respostas que vos foram pedidas, dos Srs. Presidentes de Junta.....

----- Quem pretende dar resposta? Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, Presidente de Junta de Freguesia de Grijó de Parada, Presidente de Junta de França, Sra. Precedente de Junta de Izeda, Sr. Presidente de Junta Gimonde, Sr. Presidente de Junta Aveleda. Não sei se fui rápido de mais, eu dava a palavra -se falhar algum dos Presidentes de Junta, diga - ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rabal.

----- Paulo Hermenegildo – Bom dia a todos, mais uma vez, é para responder ali ao amigo Brinquete, se bem eu me lembro, eu não disse aquilo que o Sr. veio aqui dizer, eu não disse que não apoiava a constituição da Associação por eu não ter sido ouvido, eu aquilo que disse foi - desconheço o fundamento da associação, desconheço os estatutos dessa associação e desconheço qual o fim porque ela foi constituída - e o que eu disse, na altura, foi como representante dos Presidentes de Junta da Zona da Área Protegida do Parque Natural de Montesinho, não fui consultado para tal, nessa qualidade. Não me considero assim tão importante por não ter sido ouvido. Neste caso, não fui ouvido, sim, na qualidade de representante dos Presidentes de Junta do Parque Natural de Montesinho, que é totalmente diferente. Portanto poderá levar o recado a quem lho fez aqui trazer e, de facto, dou-lhe os parabéns por o acolhimento que faz a alguns políticos ressabiados do nosso Concelho - Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

----- Tem, agora, a palavra a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Grijó de Parada.

----- **Maria Branco** – Bom dia a todos. Ora bem, eu venho a responder a duas questões que me foram aqui colocadas por o colega de bancada, Brinquete.....

----- É assim: quanto à fossa, a Junta de Freguesia não tem possibilidade de fazer as intervenções que são necessárias, que era uma *Mini-Etar*, não é verdade? Mas a Câmara está a par da situação e a seu tempo acho que não é só a Freguesia de Grijó há-de haver muitas que ainda não têm a *Mini-Etar*, têm fossas que são limpas, regularmente, a mando da Câmara Municipal, é verdade, e a seu tempo teremos uma *Mini-Etar*;.....

----- Quanto ao caminho que está em más condições, esse caminho é um caminho que não é prioritário, não há moradias naquele caminho, já foi intervencionado várias vezes, só que é assim, naquele caminho vão desaguar as águas todas da Freguesia. Então o que acontece? Tudo o que se coloca ali, seja terra, pedras ou o que for, quando vêm as enxurradas vai tudo embora, não pára nada, ali só mesmo colocação de asfalto com paralelos, ou qualquer coisa que seja, como não é uma rua prioritária, como já disse, há outras onde há moradias e achamos que são prioritárias e para aí sim, quando há dinheiro fazemos intervenção, essa vai ficando, mas também tem uma alternativa, as pessoas vão por esse lado porque é o mais próximo, mas podem ir dar a volta em vez de subir ou descer por aí, ir por o lado de lá porque tem seguimento, só como queremos o mais cómodo e aquele é mais perto, querem descer ali e realmente não está nas melhores condições, mas tem uma alternativa, tem, é ir dar volta.

----- Penso que foram essas duas questões, espero ter sido clara e tê-lo esclarecido. Muito obrigado, bom dia.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Presidente da Junta de Freguesia, tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de França.

----- **Amândio Costa** – Muito bom dia Sr. Presidente da AM, Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Colegas Presidentes de Junta de Freguesia, Comunicação Social.--

----- Informar o Sr. Deputado Brinquete - relativamente às Minas do Portelo confirma-se que, de facto, nestes dias mais chuvosos houve algum arrastamento, embora de material fino, portanto a água vai turba devido ao arrastamento de lamas, mas é uma situação que não é preocupante. De qualquer forma queria informar que a Junta de freguesia já resolveu alguns problemas a jusante dado que a montante é muito mais complicado.

----- Efectuamos o desassoreamento da ribeira, num troço junto à aldeia; fizemos a limpeza com recurso a máquina retroescavadora, à volta de uma habitação, habitação que foi mais afectada,

de um morador que tinha cerca de sessenta centímetros de depósito de *areã*; fizemos o restabelecimento de travessias de caminhos; desobstrução de aquedutos; enchimento dos drenos das trincheiras de infiltração da fossa séptica do Portelo, ficaram á vista, portanto tivemos que fazer o enchimento com *areão*.

----- Portanto, neste momento, somos a única entidade que investiu ali alguma coisa. Temos mais ou menos cinquenta horas de retroescavadora, gastas, e algumas jeiras.

----- Relativamente ao Centro Hípico eu queria informar que a Junta de freguesia não vai assumir qualquer responsabilidade no funcionamento ou gestão do serviço, do actual, sublinho, do actual. --

----- Na sequência de denúncia do contrato da parte do ICN, contrato de arrendamento do espaço e por força do contrato, do que está previsto no contrato, todas as benfeitorias, portanto todas as construções feitas no prédio revertem naturalmente a favor da Junta da Freguesia. Portanto isso não está em questão.....

----- A partir de 1 de Janeiro nós temos a comunicação que da parte do ICN há denúncia do contrato, portanto as instalações revertem automaticamente para a freguesia.

----- Já a questão diferente é a questão do equipamento móvel, os cavalos, os arreios, tudo isso. Portanto a questão é muito clara, o ICN abandona o Parque, abandona o Centro Hípico, a Junta de freguesia tem interesse em manter aquele espaço a funcionar com cavalos, não que dizer que seja aquele, aquilo é um Centro Hípico, mas não quer dizer que sejam aqueles cavalos, que sejam todos, portanto tem interesse em que aquilo funcione como Centro Hípico.

----- Nesse sentido o ICN entendeu que devia fazer a doação de todo o equipamento móvel à Junta de Freguesia, doação que, em princípio, vai ser aceite. A Assembleia de Freguesia vai-se pronunciar, amanhã, sobre a aceitação dessa doação ou não.

----- **Amândio Costa** - Os cavalos são equipamento móvel, é disso que estou a falar.

----- Posteriormente, ou logo a seguir, faremos um contrato com um privado que está interessado na exploração do espaço. Portanto é isto, mas que fique claro que a Junta de Freguesia não vai assumir qualquer responsabilidade no funcionamento ou gestão do actual, portanto tentaremos potenciar uma solução para aquilo funcionar como Centro Hípico.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia.

----- Sra. Presidente de Junta de freguesia de Izeda, para proceder às respostas às questões que foram formuladas.

----- A Dr. Ana Cláudia, há bocadinho, estava-me a fazer sinal, enquanto a Sra. Presidente Junta chega aqui, portanto não entendi, foi formulada alguma pergunta para poder responder?

----- Muito bem. Quero dizer aos Srs. deputados que a seguir abriremos o período de inscrições para intervenções.

----- **Maria Pires** – Bom dia a todos. Portanto eu venho aqui um bocado mais na defesa dos Presidentes de Junta. Portanto, eu não sei como funcionam o resto das Freguesias, apenas me posso prenunciar pela minha, e relativamente à minha desafio qualquer Membro da AM a verificar a forma como são convocadas e dentro da legalidade todas as Assembleias da Freguesia.

----- Informo ainda que os Srs. Presidentes de Junta não são nenhuns asnos, são pessoas com formação e aqueles que não têm formação, têm ainda uma formação superior àqueles que a tem, porque tem uma formação local, são pessoas que moram e vivem nas localidades que representam nestes casos como Presidentes de Junta, moram lá com as famílias e não vêm aqui simplesmente às A.M denunciar problemas aqui aos microfones das A.M, são pessoas que conhecem mais do que qualquer um dos Membros aqui presentes, que aqui estão, a realidade que se vive nas freguesias. ...

----- Portanto outra questão que eu aqui queria deixar, que é os Srs. Presidentes de Junta se considerarem Srs. Absolutos, e eu pergunto do que, do que é que os Senhores Presidentes de Junta são Srs. Absolutos? O que é que eles têm para se poderem considerar Srs. Absolutos? Não têm nada. Eu diria que os Srs. Presidentes de Junta são os parentes pobres da politica e que eu tenha conhecimento,é assim.

----- Eu vou a Assembleias, eu vou a reuniões, eu faço centenas de chamadas de telemóvel, convido-os ainda a ver e inspeccionarem as minhas contas. Quantos litro de gasóleo eu já debitei lá e como eu muitos deles, não é? Por isso eu considero mesmo que os Presidentes de Junta são aqueles que trabalham quase 24 horas por dia, nós não temos horas de refeição, nem horas de jantar, não temos hora de almoço, a qualquer momento batem-nos à porta, a qualquer momento toca o telefone e é ser considerado Sr. absoluto? Não me parece.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Presidente da Junta de Freguesia.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Gimonde.

----- **João Alves** – Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, e Srs. Secretários, cumprimento os Srs. Vereadores, os meus colegas Presidentes de Junta, os Deputados eleitos, público em geral , Comunicação Social.....

----- Relativamente ao problema dos saneamentos de Gimonde, que aqui o Deputado Brinquete levantou, tenho a dizer mais uma, que nós, Junta de Freguesia, temos instalado a Câmara para que proceda à respectiva instalação de uma *ETAR* que dignifique a aldeia de Gimonde. É

evidente de que Gimonde tem crescido urbanisticamente nos últimos tempos, nós precisamos de facto que o tratamento do saneamento seja feito com bastante cuidado, porque sendo uma aldeia já com alguma dimensão e havendo lá muitas linhas de água, o problema do saneamento é difícil de resolver, mas tem que ser feito até porque os tempos modernos assim o exigem.

----- Quería também dizer que, tal como disse aqui a minha colega de Grijó, que a Junta de Freguesia se pudesse faria com todo gosto e se calhar seria o primeiro ponto que púnhamos no nosso plano e orçamento para 2011, nós se pudéssemos construíamos nós a *ETAR*, mas não podemos, não é? O Sr. Presidente da Câmara sabe disso. E já aqui também aproveitando um espírito bíblico que o meu colega de Parada deu à sessão, eu sou quase levado a dizer que tenho feito papel daquele homem, a dada altura pedia ao juiz insistentemente que lhe fizesse justiça, mas acabava sempre por não fazer, um dia, para não o ver lá mais, um o juiz fez-lhe justiça, pode ser que o Sr. Presidente da Câmara agora me faça justiça a mim. Obrigado e bom dia. Só para terminar, como estamos no Natal e se eu não voltar cá, umas boas Festas e prospero ano de 2011.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde....

----- Tem a palavra agora para proceder às respostas o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Aveleda.

----- **José Valente** – Bom dia a todos, aproveito para cumprimentar a Mesa, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, público em geral e Comunicação Social.

----- Pois bem, para responder ao Deputado Brinquete eu vou começar por uma breve explicação e espero que fique bem explicito aquilo que eu vou tentar explicar.

----- A gestão de baldios na minha freguesia - Nós temos uma anexa que é Varge, na aldeia de Aveleda não existe uma comissão de compartes, daí que a gestão de baldios é completamente feita ou gerida pela Junta de Freguesia, como é obvio através das regras que são implementadas pela lei dos baldios. Em relação a Varge, foi aquilo que me questionou, aquilo que eu posso acrescentar é o seguinte. A gestão é feita por uma comissão de compartes que existe na aldeia de Varge, são eles que gerem os baldios da aldeia de Varge e sempre que seja solicitado à Junta de Freguesia o apoio para esse tipo de gestão, nós estamos disponíveis para isso.

----- Em relação à gente intervir no que se refere à própria gestão dos baldios, nós não o fazemos, apoiamos sim a gestão que é feita pela comissão de compartes, aquilo que nos for solicitado, nem sequer entramos em qualquer tipo de confronto com a comissão de compartes visto que, passo a citar em relação à gestão de baldios em Varge, aconteceu uma situação de um morador, tinha um tradicional sequeiro ou uma barda de lenha, se assim quiserem, e que a

comissão de compartes pediu para ser retirada. Entretanto há ali uns atritos e não se chegou a um acordo, a um consenso entre ambas as partes e foi solicitado o apoio da Junta de Freguesia no sentido de estar presente aquando de uma deslocação de um Advogado para verificar a situação como estava a decorrer e o que é que se estava a passar e se eventualmente aquilo tinha pernas para andar, isto é, se a Comissão de Baldios estava a gerir em conformidade com a lei e poder mandar retirar o dito sequeiro.....

----- Esta foi a situação que sucedeu relativamente à gestão de baldios da aldeia de Varge. Relativamente ainda à questão de baldios acrescento que a posição, neste caso da Junta de Freguesia, é neutra, ou seja, apoiamos aquilo que a Comissão de Compartes decidir sem sequer influenciar ou intervir na posição que esta tomar, sendo a nossa parte apenas como apoio, são pessoas locais, aquilo pertence à população da Freguesia a qual eu estou aqui a representar e sempre que nos é solicitado o apoio nós estaremos disponíveis para qualquer tipo de situação, o que já aconteceu e se voltar a acontecer estamos disponíveis novamente. Não sei se esclareci. Tenho dito. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Aveleda.....

----- O Sr. Presidente da Câmara pretende ainda acrescentar algumas respostas a eventuais esclarecimentos não respondidos?

----- **Presidente da Câmara** – A resposta dirigida ao Sr. Presidente da Junta de Gimonde por causa do tratamento de esgotos - Em 2005 a Câmara Municipal adjudicou a remodelação da rede de esgotos na aldeia. Não funcionava, parte do projecto tinha sido mal concebido, tanto na rede de drenagem como do tratamento, havia que proceder a alterações e para isso fez-se um elevado investimento, tendo sido elaborados estudos por empresa especialista em engenharia do ambiente. Os trabalhos foram empreitados. Estávamos no ano 2005, em período pré-eleitoral, ocorreu iniciativas políticas de oposição à concretização da solução, que prejudicou de modo inconsciente a resolução do problema, prejudicando a população.

Foram dois os pretextos, o de assegurar o afastamento da mini-estar que era de solução enterrada e o de eventualmente colidir com o projecto do IPJ para a construção de um parque. Foram realizados novos estudos técnicos, por nova equipa de especialistas de engenharia de ambiente, não se encontrando solução alternativa à projectada e adjudicada. O trabalho parou, foram realizadas diversas diligências junto do Senhor Secretário de Estado e da CCDR-N, tendo a Junta de freguesia cópia de todas as diligências feitas.

----- A solução técnica projectada envolveu exclusivamente critérios técnicos e duas equipas de especialistas, mas lamentavelmente a componente de tratamento de esgotos teve que ser retirada

da obra empreitada e era co-financiada com fundos comunitários, tendo esta parte sido perdida, mais um prejuízo resultante de uma má avaliação por parte de quem inviabilizou a solução, por razões políticas, com a agravante de não existir sequer o projecto para o parque de campismo, sendo que a concretizar-se, a existência de solução de tratamento só poderia beneficiar o investimento.

----- Não pretendo abrir frentes de conflito nem institucional nem pessoal, mas perante esta realidade, diga o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e os Srs. Deputados da AM, que alternativa é que existe, a não ser finalizar o projecto conforme estava previsto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom, terminou o período das vossas questões, eu iria agora e antes de irmos almoçar, colocar a seguinte questão.

----- Abrimos o período de inscrição para as intervenções. Quem pretende, depois de almoço, fazer intervenções? Registamo-las já e vamos almoçar.

----- Quem pretende fazer intervenções sobre este tema? Registamos portanto

----- As inscrições que temos são de José Brinquete, Luís do Vale, Ana Cláudia, Fátima Renovato, Presidente da Junta Paradinha Nova, o João Lourenço, do Movimento Sempre Presente , o Vítor Prada Pereira , o Presidente da Junta de Gimonde e o Bruno Veloso

----- Muito bem, vamos almoçar, já sabem, o restaurante é o restaurante Tulipa. Às catorze e trinta estaremos aqui, bom almoço.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

----- **Presidente da Mesa** – Vamos reiniciar os trabalhos. Tem a palavra para a sua intervenção, o Sr. Deputado José Brinquete.

----- **José Brinquete** –no dia 5 de Outubro não foi convocada a Assembleia, portanto foi uma Assembleia marginal e a do 5 de Outubro voltou a ser marginal, a não ser que nos provem o contrário. E, portanto eu proponha, ou recomendava, como quisermos, que a Mesa traga imediatamente parecer que diga o contrário desta interpretação. Porque se não for assim não pode voltar a convocar uma Assembleia Municipal, ou seja o que for, sem ter uma convocatória formal, como a Lei obriga, também. Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado. Chamo a Dr.ª Fátima Renovato.

----- **Maria Veloso** – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, eu venho aqui porque efectivamente eu não fiquei satisfeita com a resposta que me foi dada, porque na realidade isso não corresponde à verdade. Não pode, nem deve, nem conheço piscina nenhuma, em nenhum local, que fechem durante tanto tempo para limpeza e manutenção. Isso não pode ser, não podemos aceitar. A piscina tem de estar ao serviço do município, não pode estar ao serviço dos funcionários que lá trabalham. Quer dizer, não pode ser! As pessoas necessitam que a piscina esteja aberta durante todo o período. Porque é o Sr. Presidente que manda, mantém a abertura da piscina apenas na parte da tarde, simultaneamente com aulas a funcionar. Isso não serve as pessoas que querem utilizar a piscina, porque estão a trabalhar simultaneamente com as aulas. Portanto isso é perfeitamente possível, abrir a piscina também na parte da manhã para que as pessoas a possam utilizar. Portanto o Sr. Presidente se tiver a vontade e quiser, é uma questão realmente de ter consideração pelos munícipes. Mais nada, é só isso que quero dizer.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhora Deputado.....

----- Sr. Deputado Luís vale, faz favor, tem a palavra.....

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Sr. Presidente da Câmara, pedi-lhe que da parte das intervenções, pedi-lhe para reavivar a memória relativamente à derrama, não o fez e portanto faça isso. Farei a minha intervenção.....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Sr. Presidente, Exmos. membros desta Assembleia,.....

De facto, a derrama é um imposto facultativo – de acordo com o artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem lançar anualmente um adicional até 1,5% sobre o lucro tributável sujeito a IRC. Tal como Bragança, nenhum outro concelho do distrito de Bragança cobra esse imposto às empresas sediadas nesses concelhos. A título de exemplo e para terem uma noção da realidade deste imposto, de acordo com dados da DGCI, para eventual cobrança em 2008 foram disponibilizados ao município de Bragança lucros tributáveis de mais de 26 milhões de euros, correspondentes a 917 sujeitos passivos, no município de Mirandela, os lucros tributáveis sujeitos a derrama atingiam 15,8 milhões de euros, relativos a 443 contribuintes.

Os argumentos aduzidos para sustentar a não tributação, *que julgo terem sido já apresentados aqui nesta Assembleia*, não colhem, pois a verdade é que as empresas que mais poderiam contribuir serão aquelas que não estando sediadas cá, têm sucursais no nosso concelho, tais como seguradoras e instituições bancárias. Por exemplo, no distrito Bragança existem 88 agências bancárias, que apesar de estarem isentas no distrito, derramarão este imposto nos concelhos onde estão sediados. Portanto, a não aplicação deste imposto em Bragança, nem sequer é relevante para

essas empresas. Aquilo que seria preciso fazer para alterar esta situação injusta para os municípios do interior era alterar a actual fórmula de apuramento da derrama.....

Sr. Presidente,

Não serão, concerteza, valores despicientes para os cofres da autarquia. Uma vez que o município tributa sem hesitação os indivíduos e as famílias, considerámos que este imposto deveria ser reivindicado pela autarquia, também porque em período de cortes orçamentais e de minguagem nas transferências do Estado para as autarquias, seria mais do que justo, financeira e socialmente, que todos equitativamente contribuíssem. Gostaríamos, portanto, de trazer para o debate político esta questão.

Entrego então ao Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal uma moção que gostaria de vos apresentar no sentido de promover e reforçar o processo legislativo necessário para a alteração deste articulado.

Obrigado”.....

----- **Presidente da Mesa** – Recepcionamos aqui a moção do Bloco de Esquerda. De facto ficou por responder, por parte do Sr. Presidente da Câmara, a questão que, agora, o Sr. Deputado Luís Vale acaba por lembrar ao Sr. Presidente, de manhã não respondeu à questão da derrama. Parecia-me oportuno que o Sr. Presidente também fizesse o esclarecimento necessário ao Sr. Deputado Luís Vale e à Assembleia, sobre a questão deste imposto municipal, a derrama.....

----- Sr. Presidente, quer prestar o esclarecimento necessário sobre a questão da derrama, que foi a questão colocada de manhã?

----- **Presidente da Câmara** – Não respondi ao Sr. Deputado porque não percebi a questão, alertaram-me dessa falha e por isso tencionava fazê-lo na primeira oportunidade.

----- Eu penso que a Moção não põe em causa o facto da Câmara Municipal aplicar ou não derrama, não me parece ser isso que está em causa, o Município não tem estado a aplicar derrama às empresas por entender que a não aplicação de imposto sobre a matéria tributável funciona como incentivo à actividade económica. Quantas vezes nos concentramos nas questões da actividade económica, do investimento empresarial, da sustentabilidade das empresas em zonas com maiores dificuldades de fazer desenvolver os negócios! O Município entende incentivar a actividade económica, a promoção e ao desenvolvimento, não aplicando derrama às empresas. Se é verdade que não afectaria pouco as seguradoras, os bancos, as grandes superfícies comerciais, afecta, de forma significativa, as pequenas e médias empresas.....

----- A nossa perspectiva tem sido, junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, desde já há muito tempo, no sentido de poder haver uma diferenciação que permitisse aos

municípios tributar as grandes empresas e isentar as PME's, mas isso é considerado inconstitucional, portanto temos mantido essa política e tencionamos mantê-la enquanto não houver alterações a esse nível.

----- **Presidente da Mesa** – Paço a ler a

“Moção

Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto, sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica (Artigo 14º da Lei das Finanças Locais).

De acordo com o nº 2 daquela norma, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado *“pela proporção entre a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional”*.

Significa isto que a distribuição da derrama pelos municípios (quando uma empresa sujeita a IRC e derrama tem estabelecimentos em mais que um município) é baseada na respectiva *“massa salarial”*. Ora esta forma de apuramento da derrama não só é fiscalmente injusta como penaliza os municípios, principalmente do interior do país, em que se situem actividades de capital intensivo como, por exemplo, parques eólicos ou barragens hidroeléctricas, as quais, embora geradores dum valor de negócios significativo quase não possuem pessoal e daí apresentarem baixas despesas com remunerações, ordenados ou salários. Na verdade, a actual fórmula de apuramento da derrama, ao assentar na massa salarial, acaba por privilegiar os municípios onde estão sedeados os sujeitos passivos, já que é nas sedes sociais que tal valor de massa salarial tem maior expressão, até por efeito da concentração de recursos.

O procedimento alternativo previsto no nº 3 do mesmo artigo 14º da LFL levanta problemas práticos de muito difícil resolução, pelo que se impõe a adequada alteração legislativa. Assim, para uma tributação mais adequada dos contribuintes, sem alterar o total da derrama a pagar e com vista a uma maior justiça na repartição inter-municipal da derrama, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 17 de Dezembro de 2010, DELIBERA:

- **Solicitar à Assembleia da República a alteração do artigo 14º da Lei das Finanças Locais, introduzindo, quanto ao apuramento da derrama a pagar aos municípios, novos critérios de repartição como o volume de negócios, ou o valor acrescentado, ou área de implantação geográfica.**

----- **Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimento? Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rabal. De momento é o único deputado que pretende fazer pedido de esclarecimento ao proponente desta Moção. Faz favor, Sr. Deputado.

----- **Paulo João** – Boa tarde a todos, mais uma vez. Eu pensei que já não viria aqui, hoje, mais. Sr. Deputado Luís Vale, eu, efectivamente, não sei o que é que vocês querem, umas vezes vocês querem emprego, outras vezes querem sobrepor taxas, neste caso, impostos às empresas locais.

----- Eu, já há bocado, quando foi das caixas Multibanco estive para me abster, porque sabem no que é que vai dar isto? Vai fazer com que os bancos em vez de virarem as caixas Multibanco para a rua as comecem a virá-las para aqueles holes que têm na entrada e assim já não pagam nada à própria Câmara.

----- Neste caso, vamos voltar aqui à derrama. Por o que eu entendo naquela moção que o Sr. apresentou, quer uniformizar os critérios a aplicar, a nível nacional, com o imposto da derrama nos municípios, porque eu entendo que isso levaria a que aos empresários locais lhe fosse aplicada a taxa que lhe cabia dessa derrama. Todos nós sabemos que tem havido medidas, neste caso positivas, para a redução de impostos no interior da nossa região. É o caso do IRC e, como o Sr. sabe, a taxa do IRC é inferior na zona do interior do que na zona do litoral, sendo uma discriminação positiva para o incentivo ao emprego, à fixação das empresas, etc., etc.

----- Mantendo-se esta legislação e vamos por um cenário que a Câmara de Bragança deixaria a derrama dos empresários, muitos dos empresários, e posso dizer, que eu sou um deles, mudaria imediatamente a minha sede social das empresas, do qual eu sou detentor e sócio, para um Concelho onde a derrama não me era aplicada. Só isso. Quer dizer, fazia como os bancos, em vez de por a caixa Multibanco virada para a rua, virava-a para os holes, neste caso só mudaria a sede da empresa para outro Concelho vizinho, para Vinhais, para Mirandela, para Mogadouro ou para outro lado qualquer. Acho que isto é utópico, vamos deixar as coisas conforme estão.

----- Vamos incentivar o emprego das empresas locais, já estão asfixiadas, já basta não termos gente para nos comprarem. Quer dizer, eu não vos entendo, vocês querem emprego mas também querem cortar as pernas às pessoas. Definam-se de uma vez por todas, de facto não sabemos o que é que o Bloco de Esquerda quer. Se calhar V. Ex.^a também não é de cá! Se calhar é por causa disso que não sofre a interioridade, nem a sua morada sequer é de cá, e não sofre os problemas que nós temos aqui no nosso Concelho. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado. Há um pedido de esclarecimento, ainda, por parte do Sr. Deputado do Partido Social Democrata.

----- **Rui Correia** – Boa tarde a todos. É um pedido de esclarecimento, depois da intervenção do Sr. Presidente da Junta. É o seguinte: o que eu percebi, pela Moção, solicita à Assembleia da República que faça uma regulamentação sobre esta situação e não propriamente que comece a Câmara a cobrar derramas. A ver se eu percebi bem e depois poderá esclarecer-me. E a partir daí, um exemplo que deu aqui, uma segurador ou um banco em vez de estar a pagar só no local onde tem a sede e aí escusava o Presidente da Junta, como empresário, de mudar a sede para outro sítio, porque ao ter aqui algum espaço iria pagar sobre esse espaço que teria aqui na cidade. É isso? Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – O Sr. Deputado Luís Vale pretende fazer as respostas às questões formuladas? Faz favor.

----- **Luís Vale** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Começamos pelo fim, ou seja, todas as empresas que têm sucursais, ou escritórios, ou outras agências, num outro território, passariam a pagar não consoante a massa salarial mas consoante, por exemplo, a área geográfica onde têm representação. Até porque na Lei actual todas as empresas que tenham matéria colectável num exercício superior a cinquenta mil euros e tenham estabelecimentos ou representações locais em mais de um município são obrigadas a preencher o Anexo A da declaração dos rendimentos, Modelo 22. Mas acontece é que não está prevista nenhuma sanção para as empresas que não o preenchem, portanto esta situação não está controlada.

----- Portanto a nossa proposta é no sentido de arranjar uma forma de corrigir este não controle e por isso esta proposta de alteração ao artigo, para que em vez de ser a massa salarial, e é obrigatório o preenchimento desse Anexo, tenha por base o critério de volume de negócios nessas sucursais, ou o valor acrescentado ou ainda a área em que estão representadas.

----- Relativamente à questão que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rabal colocou, eu não percebi nenhuma questão na sua intervenção, foi um comentário que fez ao qual eu também posso responder dizendo que infelizmente não é por opção que não resido no Concelho de Bragança, ou mesmo na Região. Infelizmente é um privilégio que nem todos têm. E portanto como nada mais questionou, nada mais tenho a acrescentar. A única coisa que lhe posso dizer é que não me parece que todas as empresas, por muito pequenas ou maiores que sejam, no País, se esta situação fosse aplicada a todo o território não tinha para onde fugir.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Finalizamos o período de intervenções sobre a moção. Não há mais intervenções sobre esta moção? Não.

----- Sr. Deputado José Brinquete, faz favor.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu, em princípio, vou votar a favor da moção porque me parece que é apresentada no sentido construtivo e que pode ser melhorada e penso que até o exemplo prático do Presidente da Junta de Rabal não colhe muito, não me convence porque depois há a resposta que salvaguarda isso.

----- E votando a favor nem precisava de vir aqui, mas venho aqui precisamente porque não podia aceitar uma parte da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, que tem um certo tic de xenofobia.

----- Na Assembleia Municipal de Mirandela havia um Regulamento, que já foi corrigido porque praticava uma grande ilegalidade, que isto foi uma proposta do PSD, que vigorou durante muitos anos, dizia que só podiam intervir no período do público os cidadãos que residissem no Concelho.

----- A CDU contestou isso, ganhou o processo no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela e o PSD teve que cumprir as leis democráticas neste País. E só citei de exemplo, para ilustrar como não devemos ir por aí, por esses caminhos, não é? Eu já tive que defender o Sr. Presidente da Junta por causa das declarações que fez porque entretanto houve alguém que disse que o Sr. também não nasceu em Rabal. Portanto não tolero esse tipo de coisas, nós estamos aqui todos eleitos democraticamente com os mesmos direitos e esses argumentos de ataque pessoal não podem servir como argumentos de ordem política ou autárquica.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Para defesa da honra tem a palavra o Sr. Paulo João.

----- **Paulo João** – Temos de ter a hombridade de pedir desculpa quando erramos, se calhar, neste caso, também me excedi um bocado, se calhar o Deputado Luís do Vale gostaria de morar aqui no nosso Concelho e venho aqui, só, de facto, pedir-lhe desculpa, gostaria que fosse ele a fazê-lo e não o advogado de defesa, o Sr. Brinquete. E claro que as árvores não são de onde nascem mas de onde se plantam. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos então à votação da Moção.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM DEZ VOTOS CONTRA, SETE ABSTENÇÕES E SESSENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Declarações de voto?** Há uma declaração de voto.

----- **Nuno Reis** – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa, cumprimento a Excelentíssima Câmara, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Dizer, muito rapidamente, que se a Mesa queria acelerar os trabalhos devia ter começado o turno da tarde a horas. De qualquer forma, Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe o seguinte, eu não podia votar favoravelmente esta proposta de Moção, compreendo-a na lógica e de acordo com a ideologia politico/partidária do Bloco de Esquerda, mas eu não entendo que num momento de crise, num momento em que urge adoptar medidas de estimular a economia, se torne atractivo o lançamento de um imposto, que em muitos casos só não é lançado porque, de facto, não é muito atractivo nos moldes actuais. E, portanto, se for introduzida uma alteração ao respectivo regime jurídico e se tornar um imposto que do ponto de vista fiscal e da receita não é atractivo ele começa a atrair atenções e é possível que dentro em breve comece a ser lançado mesmo em regiões onde até aqui não tem sido lançado. Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado. Passamos a palavra à Sr.ª Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem tempo disponível para a sua intervenção.

----- **Ana Almeida** – Boa tarde. Efectivamente eu como ia descer, pensava também justificar o meu sentido de voto para dizer que efectivamente também vou ao encontro do que o Dr. Nuno Reis acabou de referir, que ainda que possa ser uma medida de justiça distributiva num contexto de crise pode criar ainda mais o fosso e o custo da interioridade, que pode ser uma sobrecarga fiscal, neste momento, para as empresas, que a sua fixação nos foge tanto da região.

----- Quanto à minha intervenção gostaria só de... e eu já levo isto com calma, já na expectativa de o Sr. Presidente da Câmara não responder, mas ele um dia há-de fazê-lo.

----- Só para comentar a resposta dele quanto ao passeio do Parque Escolar. Eu não percebi, Sr. Presidente, não sei a que loteamento é que se refere, a não ser que esteja a pensar tributar duas vezes o mesmo facto. Porque a verdade é que o Parque Escolar resultou da expropriação de um terreno cujas infra estruturas dividiram um prédio a meio, portanto a infra estruturação tem que estar assegurada pelos custos da expropriação!

----- Ó! Sr. Presidente! Aqui não se trata, a não ser que queira promover um loteamento camarário, ou que esteja à espera da iniciativa privada, as obras de urbanização, neste caso, são devidas pela Parque Escolar e não por nenhum privado. Este é o primeiro ponto.....

----- Portanto acho que urge esclarecer quanto a esta questão, ou, pelo menos, urge fazer as obras de urbanização cujas taxas ou cujas contrapartidas efectivamente até já terá recebido.

----- Uma outra questão, e eu insisto, Sr. Presidente, quanto ao acesso à informação - Recomendo que ponha o seu Gabinete de Apoio, a sua Assessoria, a ler os Acórdãos da Comissão de Acesso aos Documentos da Administração. Ainda que o CPA regule o Direito à informação, a verdade é que já não é só esse diploma, há diploma especial que é a Lei 46/2007, a lei de acesso aos documentos da Administração.

----- O único argumento que o Sr. Presidente pode invocar aqui para não disponibilizar, eu sei que a figura da confiança do processo não está prevista em sede de procedimento administrativo, mas o artigo 1.º da lei que aprova o Código do Procedimento Administrativo manda remeter para as regras do Processo Civil e no âmbito do Processo Civil nós podemos ter, mesmo terceiros, podemos ter acesso aos documentos. O Sr. Presidente apenas me poderá argumentar com a pertinência do cumprimento dos prazos mas nunca, jamais, me pode negar o acesso aos documentos, e eu digo e faço, se o processo não chegar a tempo de ser discutido para a ponta da ordem do dia, sai hoje mesmo uma queixa à Comissão de Acesso aos Documentos da Administração e uma intimação judicial à entrega de documentos. Obrigado.

----- Sr. Presidente, já agora, vou entregar à Mesa um Requerimento só para acabarmos com esta fantochada de que tipo de sessões é que são as solenes, ou não, desde já lhe digo, se o parecer que me chegar for da Câmara ou da Assessoria Jurídica, eu vou pedir ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que peça à CCDRN enquanto entidade independente e competente, um parecer jurídico nesse sentido.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr.ª Deputada.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado José Lourenço, do Movimento Sempre Presente, queira fazer o favor de vir ao microfone para proceder à sua intervenção.

----- **José Lourenço** – Muito boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Cara Vereadora e Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, caros colegas e demais presentes. .

----- Relativamente a este ponto da agenda, um dia destes estava a ver as notícias e de repente apresentava um Aeroporto em Espanha que tinha meia dúzia de pessoas. De facto fez-me reviver um bocado aquilo que se passa, às vezes, em Bragança, como se passa em determinados sítios, e vejo grandes investimentos que efectivamente me fazem sentir como aquelas pessoas, que eram meia dúzia delas, que estavam no Aeroporto praticamente abandonado, recém construído.

----- Isto para dizer que, de facto, este Plano de Actividades e este Orçamento é um bocadinho à repetição do anterior, que nós podemos também dar o nosso contributo depreciativo, infelizmente, e constatamos, mais uma vez, que na sua grande maioria são obras lançadas no período da campanha eleitoral, ou seja, obras já lançadas que o Município está a pagar.....

----- E lamento, mais uma vez, relativamente às Juntas de Freguesia, hoje os representantes estão aqui, são as pessoas que infelizmente se debatem com mais dificuldades, como já hoje aqui foi dito por alguns de vós, em resolver dificuldades que encontram nas vossas aldeias.

----- Dá para constatar, de uma análise deste documento, e que tem muitas falhas técnicas, mas que efectivamente não é da minha área e não consigo, digamos, descrever tão bem relativamente aos anteriores, há muitas lacunas que tem ali, mas é notório que os grandes investimentos nas Juntas de Freguesia são concentrados em três. Não vou dizer os nomes porque não tem que se retirar esse investimento a essas freguesias, tem que se acrescentar às outras.

----- Hoje foi levantada aqui uma questão que é um bom exemplo da falta de coerência, eventualmente, que o Executivo tem relativamente ao apoio às Freguesia.....

----- A Junta de Freguesia de França vai receber um imóvel que por vias da má gestão de quem tem a competência de gerir, está, neste momento, extremamente degradado e que efectivamente é uma daquelas obras que nós consideramos como estruturantes para a região.

----- O Centro Hípico, quando funcionava, era um chamariz de pessoas não só da região mas de todo o País, que aqui vinham passar fins-de-semana para dar uns passeios a cavalo. Obviamente que além de fazerem isso faziam muitas outras actividades que eram efectivamente aquilo que tem faltado ao nosso Município, disseminar investimentos, criar alavancas de incentivo à nossa pequena economia, às pequenas empresas e o turismo é efectivamente aquilo que mais se tem posto de lado na nossa região.

----- Eu gostava que, ao exemplo daquilo que se fez em Rio de Onor, o Município, nesta fase em que a Junta de Freguesia de França recebe um património extremamente degradado, em vez de o alienar, independentemente de estar dentro da lei, o nosso colega Brinquete ponha em causa, independentemente da forma de alienação, quando alienasse, quando o entregasse à exploração de terceiros, eventualmente, estivesse em condições de ser explorado, porque efectivamente será uma forma de ter uma posição negocial mais forte ou mais fraca, certamente para a comunidade teria

mais valias se o imóvel estivesse em condições, se não está em condições vai ter que o entregar por umas cascas de alho, salvo a expressão!

----- É um tipo de acções que eu gostava que este Executivo tomasse em mãos. Efectivamente o meio rural tem muitas dificuldades mas tem um potencial muito grande, temos mais potencial que a cidade, na nossa opinião.....

----- Por este conjunto de pequenos exemplos e não querendo alongar, o essencial já foi dito, é um Orçamento que é a continuidade daqueles compromissos assumidos em campanha eleitoral, grandes obras que efectivamente não atraem pessoas à Região.....

----- Nós não vamos poder votar favoravelmente este Plano e Orçamento, por isso. Obrigado. .

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Agora tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista, Victor Prada Pereira.....

----- Prescinde?

----- Bruno Veloso tem a palavra.

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde a todos. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pese, embora, o nosso colega anteriormente tenha feito uma intervenção sobre o Orçamento, o que ainda não estamos nesse ponto, e a minha intervenção prende-se única e exclusivamente com o facto já aqui trazido a esta tribuna relativamente à dita Sessão Solene de Comemorações do dia 5 de Outubro.....

----- Poderia tecer, naturalmente, comentários àquilo que foram as não Comemorações da República, pela Autarquia Municipal, e a conivência com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. E permita-me que diga isto com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, com todo o respeito institucional e pessoal que tenho por si, mas não posso deixar de lhe dizer duas coisas: a primeira delas é que o Sr. preside a um órgão que é composto por todos nós e emana exactamente da nossa eleição, e representa-nos a todos nós e representa a Assembleia Municipal e deve ser, de facto, como já se adiantou de manhã, essa a sua índole toda de actuação.....

----- Acontece, Sr. Presidente, que sistematicamente no 25 de Abril e sistematicamente noutras datas, quando é feita uma Sessão Solene, que de facto não conheço essa expressão perante a Lei, me deparo com algum desagrado da forma como elas acontecem. Daquilo que eu vejo é que não são sessões da Assembleia Municipal, aquilo que eu vejo é que são apropriações por parte da Câmara Municipal, nomeadamente do Sr. Presidente, e já explicarei porquê, do conjunto de membros da

Assembleia Municipal para eventualmente comemorar alguma coisa e que infelizmente, nos últimos tempos, tem fugido à comemoração que deveria ocorrer nesse próprio dia. E eu digo-lhe isto, de apropriação, por uma razão. É que, se, de facto, é uma Sessão Solene, se é uma Sessão Ordinária, Extraordinária, desta Assembleia Municipal, e foi exactamente nesse sentido que eu não estive presente na última Sessão do 5 de Outubro, eu como membro eleito, como todos aqui presentes, temos, de facto, o direito de aqui estar. E o direito adquire-se nas eleições quando fomos eleitos, e acho inacreditável que numa Assembleia Municipal onde eu sou membro eleito, como todos somos membros eleitos, e só nós é que compomos a Assembleia Municipal, que eu não seja convocado mas sim que receba um convite do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal a convidar-me para estar presente perante um órgão que se eu nem nenhum dos meus colegas viermos, não existe.

----- E isto acho absolutamente lamentável, e no âmbito das responsabilidades democráticas e das responsabilidades que temos nesta mesma Assembleia Municipal, eu sugeria ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que não fosse conivente com estas práticas de submissão da Assembleia Municipal à Câmara Municipal, que mancha o nome da Assembleia Municipal, que mancha o nome de todos nós e incorre, de facto, em ilegalidade e em apropriação de um órgão municipal legitimado pelas eleições e pela nossa constituição, que é, de facto, denegrir. E eu não reconheço a essas sessões qualquer ónus ou qualquer competência para representarem qualquer que seja a Assembleia Municipal, desde que não haja convocação dos seus membros.

----- O Dr. Amândio, há bocadinho, em resposta a alguém, dizia - não foi uma convocatória, foi um convite. É exactamente por ser um convite que aí está o problema. Nenhum dos membros desta Assembleia Municipal necessita de ser convidado para participar de pleno direito nas suas reuniões. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado. Eu recorro aqui, de facto, desde mil novecentos e noventa e oito, pelo menos, essa era a prática seguida, anteriormente não sei, não passeava a minha atenção pela área da política, enfim, todos temos um tempo para começar e para terminar também, mas o que eu sei, o que recorro da minha memória de alguns Deputados e Presidentes de Junta que aqui estão presentes podem recordar mais atrás no tempo, essa foi sempre a prática seguida nestes anos todos em que a Assembleia Municipal era um acto solene, havia um convite, os Partidos usam da palavra para tecer consensos, fazem o seu discurso, acontece que não temos alterado nada daquilo que acontecia no passado!

----- Estaremos a proceder menos bem?

----- Acho que vamos ter que reformular, talvez, o procedimento. A Mesa quer, também, reflectir o vosso pensamento, numa actuação futura, no próximo 25 de Abril. Mas eu quero reforçar, mais uma vez, que no passado e até onde vai a minha memória, nesta matéria sempre foi assim que se procedeu no Concelho de Bragança. Se eu estiver a dizer uma barbaridade corrijam-me, não me recordo desde mil novecentos e noventa e oito que tenha sido de forma diferente.

----- Sr. Deputado Bruno Veloso, queria acrescentar alguma coisa?

----- Deixe-me só dizer o seguinte, o que terá acontecido agora ultimamente, diferente do passado, é que aproveitava-se o momento do 25 de Abril para fazer o lançamento de algum investimento ligado ao 25 de Abril, algum monumento, algo do género, talvez essa prática venha agora a perturbar um pouco esta Assembleia. Mas, de resto, não fazemos um convite de forma diferente do que se fez no passado.

----- **Bruno Veloso** – Sr. Presidente, agradeço, desde já, as suas explicações e a sua atenção perante este incidente que aqui levanto. Eu não estou, de alguma forma, a contestar, e que isso fique claro, e muito pelo contrário, a existência de qualquer tipo de Sessão da Assembleia Municipal, agora a Assembleia Municipal tem regras, e tem regras no seu funcionamento e tem regras que devem ser observadas e ser cumpridas.

----- Sob o ponto de vista político, é um facto de podermos ou não concordar com determinado rumo que cada uma das comemorações assim se direccionam. E Eu pessoalmente acho que se existem comemorações do dia, é comemorações do dia, pode – se aliar eventualmente a outro evento, mas, de facto, se é uma sessão solene da AM, a AM deve estar presente nessa qualidade e no estrito cumprimento para o qual foi convocada. Se depois da Assembleia Solene de Comemoração se há, efectivamente, digamos, um convite por parte da Câmara Municipal ou de outra Entidade aos membros desta Assembleia Municipal a participarem noutra actividade isso então é um problema da Câmara Municipal que nos ultrapassa e à qual podemos efectivamente e de uma forma natural e de cooperação estar presente e dar corpo. Agora há um facto, é que não pode ser o Senhor Presidente da Câmara a convidar qualquer um dos membros desta Assembleia Municipal a estar presente numa Assembleia Municipal que é de direito. Porque convidar alguém para uma casa que não é sua, convenhamos que não é propriamente, nem legal, nem de bom-tom. De qualquer forma é muito simples, e entendo também o porquê de muitas vezes se tentar ultrapassar.....

----- Eu sei que, no passado, era, de facto, a convocação por parte do Presidente da Assembleia Municipal para uma Sessão Extraordinária para os efeitos “x” e portanto o Senhor Presidente convoque naturalmente essa mesma Assembleia.....

----- Eu sei que, de facto, o que aqui está em causa, e o que aqui está em causa pode facilmente ser discutido entre todos. E este modelo e esta fuga, temos que ser claros, tem a ver com os custos da própria Assembleia Municipal e com o facto de ela ser solene. Se é, de facto, esse o problema dos custos, eu acho que facilmente e todos nós até temos prazer em participar, como é natural, nessas cerimónias, e deve haver um acordo de cavalheiros nomeadamente através da Comissão Permanente, no sentido dos próprios membros, se for esse o entendimento e essa a necessidade, eventualmente nessas sessões solenes os senhores membros abdicarem eventualmente da senha de presença, é algo que não me choca. Agora as coisas têm é que ser feitas na legalidade, no respeito pelas competências da Assembleia Municipal e não pelos atropelos que têm sido seguidos. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado, pela sua intervenção.....

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida queria fazer uma intervenção sobre? Ao microfone, por favor. Como sabe as actas são gravadas e ouvidas.

----- Eu quero pedir o favor aos Srs. Deputados se pudermos acelerar os trabalhos, se possível...não conseguimos terminar a AM, hoje, se eventualmente arrastamos, enfim, algumas matérias.....

----- **Ana Almeida** – Sr. Presidente, é relativamente ainda a este ponto e eu sinto-me algo responsável por esta litigância de boa fé, acho que estamos todos de boa fé, aqui a questão é só uma, ninguém se recusa e temos todos muito gosto em participar nas comemorações, mas não sei se o Sr. Presidente, até pela própria recuperação de dignidade o órgão solene que é a AM, a Assembleia extraordinária pode ser uma sessão extraordinária solene, Sr. Presidente, e é na qualidade de Assembleia extraordinária solene que nos convoca, mas já viu que o seu nome, nem o protocolo *manda tal* vinha à direita do Sr. Presidente, o Presidente da AM deve assinar primeiro, nem isso! Quem é que manda na AM? Quem é que convoca? Ó! Sr. Presidente, vamos cada um pôr-nos no seu sítio, as instituições democráticas existem mas há aí uma hierarquia e neste caso a hierarquia é da AM sobre a Câmara e não ao contrário.....

----- Agora, ninguém está aqui a por em causa a disponibilidade para participar nas comemorações, que fique bem claro, ninguém está aqui a por em causa, só que já se percebeu, já se percebeu que o problema é um problema de custos, efectivamente.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sra. Deputada.....

----- Vamos proceder à audição do Deputado seguinte que é o Sr. Presidente de Junta da Paradinha Nova por favor. Prescinde?.....

----- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde, Vítor Alves.

----- **Vítor Alves** – Olá, boa tarde a todos. Eu vinha cá porque no seguimento das intervenções da manhã, queria esclarecer que realmente o Sr. Presidente da Câmara, aqui, já disse que tem dado conhecimento à Junta de todas as diligências que tem feito junto das entidades para a construção da *ETAR* de Gimonde e nós temos tido conhecimento disso, sabemos dos problemas, mas há aqui uma nota que eu queria deixar relativamente às palavras do Sr. Presidente, de manhã, que me pareceu ter desistido, estamos completamente....digamos assim, e não podemos fazer isso, eu acho que o Sr. Presidente já deu provas de coragem, problemas existem em todo o lado, é natural que as coisas, por vezes, não aconteçam como nós estávamos a programar, mas que, por vezes, existem problemas e por isso mesmo eu já o disse aqui, e reafirmo, portanto a Junta de Freguesia está disponível para ajudar a Câmara na resolução do problema. É um problema grave que merece uma intervenção urgente e eu fiquei, de facto, preocupado porque pensei, de manhã, que o Sr. Presidente na sua intervenção tinha demonstrado alguma desistência em resolver aquele problema.

----- O problema da *ETAR* coloca problemas a jusante e a montante, porque sem a *ETAR* nós temos o saneamentos a decorrer para os rios, não é? É evidente que nem a Junta de Freguesia, nem a Câmara Municipal podem fazer como Pilatos, lavar as mãos e deixar que as coisas aconteçam, sem mais nem menos. Aliás, eu estava plenamente convencido que, este ano, seria o ano da concretização da *ETAR* de Gimonde, e espero que ainda assim seja e que no próximo ano estejamos aqui a comemorar o Natal com a *ETAR* já construída. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Terminámos as intervenções, pelo que vamos avançar na agenda para o ponto seguinte:

PONTO 4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:

4.2.1- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011;

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois de Novembro do ano de dois mil e dez, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foram presentes as propostas dos documentos acima referidos, para aprovação, tendo feito a apresentação sucinta dos documentos, tecendo as seguintes considerações:

“Sendo escassos os recursos da Autarquia e condicionadas as receitas pela grave situação económico-financeira do país, obrigamo-nos a que os bons princípios de optimização de utilização dos recursos e de combate ao desperdício, sejam assumidos sem hesitação. Também a ideia de que podemos construir os planos de actividades suportados na previsão da despesa tem que ser contrariada, visto não ser viável sustentar a cultura de exigência para além dos recursos disponíveis, sob pena de estarmos a condicionar o futuro.

Temos pela frente uma tarefa de anos, a de vencer a crise profunda, reduzir o desemprego e a pobreza e transitar para uma economia de baixas emissões de carbono. Assim, todos nos obrigamos a compreender as dificuldades e a gerir recursos públicos com elevada responsabilidade, não podendo gastar para além das disponibilidades, encarando prioridades e fazendo opções num

processo de equilíbrio entre o que for considerado como essencial para as populações e que concilie qualidade e dignidade com a situação socioeconómica.

O orçamento do Município assegura em termos previsionais, os recursos necessários para cobrir encargos fixos e variáveis, o equilíbrio global e o equilíbrio orçamental corrente. Esta última regra, decidida no tempo em que os municípios tinham praticamente tudo por fazer, desde as infra-estruturas aos equipamentos, tempo em que as necessidades de investimento eram prioritárias, está actualmente desajustada, face aos investimentos realizados e aos novos desafios de gestão.

O orçamento, com um valor estimado de receita de 37,6 milhões de euros, comparativamente ao ano de 2010, representa uma diminuição de 6,91%. O aumento de 2,79% na despesa corrente reflecte a orientação de encurtamento de prazos nos pagamentos, não significando que no município não se cumpram com responsabilidade as obrigações contratuais, mas sim a adopção da orientação de que os prestadores de serviços carecem quase de imediato de receitas. Quanto ao investimento, prevê-se uma redução de 18,86%.

O tempo presente é de elevada incerteza, face aos efeitos da crise internacional, às medidas de austeridade impostas pelo Governo para equilíbrio de contas públicas, ao baixo crescimento da economia e à pressão dos mercados financeiros, o que nos obriga a uma redução da despesa em termos previsionais e efectivos, a uma forte selectividade nos investimentos, exercício que se prolongará para lá de 2011, visto os problemas no país serem de âmbito estrutural e as medidas conjunturais tenderem a persistir.

Os Municípios no âmbito das suas competências e responsabilidades têm assumido ao longo dos anos um papel importante, enquanto dinamizadores de despesas de investimento público estratégico (sendo neste Quadro Comunitário, a principal alavanca do QREN) e promotores de coesão económica, social e territorial, contribuindo de forma inequívoca para o desenvolvimento sustentado das regiões onde estão inseridos e por conseguinte do próprio País. É também inquestionável que as Autarquias Locais têm desempenhado um papel fundamental para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, pelo desempenho positivo da sua missão, centrada na prossecução do interesse próprio das populações.

Estamos cientes das dificuldades que o país atravessa, e que é responsabilidade de todos, unir esforços para retomar o caminho do progresso e da convergência com os parceiros europeus, processo no qual os municípios terão papel activo.

Com facilidade alguns apontam as autarquias como principais responsáveis pela dívida do Estado, pelo despesismo, pela irresponsabilidade, o que não sendo verdade, pode com relativa

facilidade desviar atenções para ocultar a verdadeira dimensão do excesso de despesa da Administração Central e do Sector Público Empresarial, assim como da qualidade da mesma.

Esta situação pode ser melhor compreendida se analisado o contributo das autarquias para o endividamento público que é de 0,66% dos 9,4% do défice público, tendo a Administração Central responsabilidades 14 vezes superior na formação do défice público. Também se comparada a dívida global dos 308 município, com algumas empresas públicas, constata-se que a REFER sozinha tem maior dívida, dados que sendo tão evidentes nos permitem contrariar os adversários do poder local e exigir que se actue com cortes de despesa nos níveis de administração com elevada responsabilidade na grave situação que penaliza os portugueses.

O país estaria bem menos desenvolvido, a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos seria muito menor, não fosse o trabalho das autarquias (municípios e freguesias), que sendo responsáveis por 10% das receitas do Estado, são responsáveis por cerca de metade do investimento público, o que dá boa nota da aplicação útil dos escassos recursos de que dispõe.

A redução dos fundos municipais a que os municípios têm legalmente direito, em termos de participação nos impostos do Estado (PIE), tem vindo a decrescer desde 2006, conforme se pode verificar no gráfico 1, situação que conjugada com as responsabilidades crescentes na resolução dos problemas dos cidadãos, de que o Estado Central está mais afastado, coloca as autarquias em situação de maiores dificuldades.

GRÁFICO 1: Evolução histórica, em termos absolutos, dos impostos arrecadados pelo Estado e da PIE



Se associarmos o aumento de responsabilidade que directa ou indirectamente têm sido assumidas pelos municípios, conjugadas com o decréscimo de receitas próprias, em resultado da Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

situação económica, e com reduções nas transferências impostas, no âmbito da PLOE/2011, que conduz a uma redução de cerca de 127 milhões de euros, em relação aos valores que estão a ser transferidos desde Julho de 2010, e de 227 milhões, feita a comparação com o OE/2010, então podemos compreender as limitações financeiras impostas e compreender a obrigatoriedade da redução de despesa, num exercício continuado que obrigará todos a avaliação muito detalhada da despesa seja corrente ou de capital.

Quanto ao endividamento municipal previsto para o ano de 2011, prevemos novo decréscimo, seja na dívida de curto prazo, seja de médio longo prazo. A dívida global reportada a 30 de Setembro de 2010 é de 14,2 milhões de euros, contra 15,2 milhões de euros em 2009, o que dá conta da evolução positiva e representa em termos absolutos uma dívida 25% inferior à de há treze anos atrás, apesar do ciclo único de investimento concretizado.

Os limites de endividamento, quanto à dívida de médio longo prazo é de 43,10%, e o limite de endividamento líquido é de 21,41%, valores que ajudam a perceber a gestão equilibrada que tem sido realizada, num contexto de grande investimento, bem evidente no crescimento do Activo Fixo Bruto do Município, com valor superior a 200 milhões de euros contra 66 milhões de euros em 2002. Durante o ano de 2010, o activo fixo bruto cresce 7 milhões e será ainda integrado a activo recebido da extinta empresa Polis Bragança no valor de 24,2 milhões de euros.

Relativamente aos recursos humanos, estando o município dotado de uma estrutura estável e equilibrada para concretização da sua missão, não prevemos alterações significativas, ainda que se preveja a alteração da organização dos serviços municipais, seguindo a nova orientação jurídica de organização dos serviços das autarquias locais, oportunidade para definir de forma mais adequada as necessidades de espaço, nesta fase em que se projecta a reorganização física dos edifícios onde funcionam os serviços municipais, apostando na modernização administrativa dos serviços, envolvendo alteração das condições de atendimento dos cidadãos e do seu relacionamento com os serviços, que inclui a criação de um balcão único de atendimento, a gestão documental e os serviços on-line.

O orçamento contempla as alterações de posição remuneratória dos trabalhadores, não se prevendo alteração de remuneração por opção gestionária, o mesmo não ocorrendo para prémios de desempenho, considerando a situação de exigência de contenção na despesa pública e a situação de elevado desemprego no país, em especial nas camadas jovens da população.

Quanto ao Mapa de Pessoal, prevêem-se os recursos mínimos ao funcionamento do município, aos quais serão asseguradas as necessárias condições de trabalho e de formação inicial e

ou contínua, de forma a garantir competências técnicas e pessoais para o adequado desempenho profissional.

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, desagregado pelas funções gerais, sociais e económicas, dá seguimento às opções de política municipal aprovada pelos eleitores, e agora fortemente condicionada pela conjuntura económica e financeira vivida pelo país, o que nos obriga a reajustamentos de investimentos e definição de novas prioridades, conforme os recursos económicos, em especial os fundos comunitários possíveis através do QREN.

Dos programas de investimento, destaca-se ao nível da administração geral, o início de investimento na grande reestruturação dos edifícios que se prolongará para até 2013; a reestruturação do material de transporte, e equipamento de apoio às freguesias.

Ao nível das funções sociais destaque para a educação, onde se inclui o ensino pré-escolar, o ensino básico, onde a escola a tempo inteiro trouxe para o município mais responsabilidades e mais custos, nível de ensino onde tem estado a ser feito um investimento de elevado valor e qualidade que pretendemos continuar; habitação e serviços colectivos que representando 16% do investimento, permitirá intervir ao nível da habitação social, na recuperação de edifícios degradados, na aquisição de terrenos e elaboração de projectos, na urbanização, melhorando as vias urbanas e as ruas de dois bairros da cidade e outras construções que vão conferir mais qualidade urbana e atractividade à cidade; ao nível do saneamento básico, oitenta e duas aldeias estão já servidas, sendo indispensável continuar de acordo com os recursos até que todas estejam servidas; relativamente ao abastecimento de água, manter-se-ão os elevados padrões de qualidade e de serviço e aguardamos que o novo estudo de impacto ambiental em fase de avaliação seja decidido favoravelmente à construção de Veiguinhas, o que nos possibilitará resolver um importante problema estrutural; há ainda na área do ambiente novos investimentos a realizar, seja na construção e manutenção de espaços verdes, seja na limpeza urbana e no tratamento de RSU, área em que está a ser feito um elevado investimento; serviços culturais, recreativos e religiosos, prevê-se investir na construção da escola de dança e num espaço de memória da presença Sefardita nas Terras de Bragança, investimentos que vão completar um conjunto de infra-estruturas culturais ímpares de que o município dispõe.

Ao nível das funções económicas, pensamos promover evoluções na gestão e exploração do matadouro e a integração da gestão e património do mercado municipal na estrutura do município, a elaboração do projecto e contratação das obras de ampliação da zona industrial das cantarias; a instalação da mini-hídrica do Fervença e promover investimentos de melhoria da iluminação pública e de eficiência energética; no âmbito dos transportes e comunicações

Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010 103

pretendemos repavimentar as EM 521 de S. Pedro a Alfaião e a EM 537 de Santa Comba de Rossas a Rebordainhos; ao nível do turismo, pretende-se instalar uma loja de turismo no centro da cidade.

Com as Juntas de Freguesia daremos seguimento a uma cooperação que marca um ciclo intenso de investimento nas freguesias, apoiando-as técnica e financeiramente, numa postura exigente ao nível da utilização dos recursos, estando previstas transferências ligeiramente superiores às do ano de 2010, apesar da redução global do orçamento do município.

Nos últimos 13 anos, as Freguesias foram muito beneficiadas ao nível das infra-estruturas rodoviárias, de saneamento básico, de requalificação do espaço público, de pavimentação de arruamentos, de construção de equipamentos (sedes de freguesia e centros de convívio), de recuperação de património, de ampliação e arranjo de cemitérios, no arranjo de caminhos e trabalhos diversos.

As Juntas de Freguesia puderam, com o apoio constante da Câmara Municipal, exercer um papel activo na resolução de problemas, dando um contributo enorme neste ciclo de investimento que assegurou melhores condições de vida e bem-estar às populações. A população reconheceu e valorizou o trabalho feito, sabendo que tinha sido proporcionado um importante salto qualitativo nas nossas comunidades e por isso a coesão concelhia saiu reforçada e o papel dos autarcas valorizado. O poder municipal tem dado provas de boa utilização dos recursos, que sendo escassos, agora mais do que nas últimas décadas, nos obriga a uma gestão ainda mais criteriosa.

No Plano de Actividades Municipal estão verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, Associações e IPSS, sendo uma parte significativa destinada a investimentos, em detrimento da despesa corrente que temos estado a diminuir de forma continuada.

Prevemos apoiar o investimento promovido por entidades associativas participadas pelo município como seja a Brigantia Ecopark, para a promoção do Parque de Ciência e Tecnologia, a Resíduos do Nordeste EIM, para a construção da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, o apoio à construção de centros de convívio e equipamentos sociais, promovidos pelas Juntas de Freguesia e IPSS, o apoio para pequenos trabalhos de reabilitação de habitações de famílias carenciadas, apoiar pequenos trabalhos das freguesias, de requalificação do espaço urbano.

Estão ainda incluídos apoios ao nível da despesa corrente ajudando o movimento associativo nas actividades culturais, desportivas, as Associações de Bombeiros Voluntários, a realização de feiras e outras actividades de interesse municipal.”

Após a apresentação dos documentos o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os mesmos.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Maria Salomé Mina e Leonel Afonso

Os Srs. Vereadores apresentaram a seguinte Declaração de Voto:

“Os documentos que suportam o Orçamento Municipal, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Actividades e o Mapa de Pessoal foram apresentados em reunião extraordinária, realizada em 17 de Novembro de 2010, dada a pertinência de tais instrumentos para a vida do município.

A análise e o estudo dos documentos previsionais revelam que estamos perante um orçamento que, estruturalmente, não difere do anterior e de outros anteriormente apresentados. Não revela premente intenção de combater e reduzir a **Despesa Corrente**, que representa 60,96% do Orçamento, para a partir daí obter ganhos e reequacionar a filosofia orçamental.

Aliás, no âmbito da **Despesa Corrente** verifica-se um aumento de 2,76% em Aquisição de Bens e Serviços, aumento de 29,8% em Juros e Outros Encargos, aumento de 20,71% em Transferências Correntes, e aumento de 56,16% em Outras Despesas Correntes. De registar que, apenas, em Despesas com Pessoal se verificou uma diminuição de 10,22%.

Consideramos que não ouve espaço para acolher propostas formuladas ao longo do tempo, sobretudo no período de antes da ordem do dia das reuniões ordinárias do Executivo, no sentido de valorizar e enriquecer os documentos.

Defendemos uma estratégia diferenciada da que tem vindo a ser seguida, alicerçada em políticas de crescimento, valorizando os recursos endógenos sem menosprezar o sector terciário da economia. Pretendemos um concelho cujo modelo de desenvolvimento assente em pilares de investimento, designadamente, em sectores estratégicos que alavanquem desenvolvimento económico, gerando mais-valias, fixando a população residente e atraindo outros cidadãos para o concelho, única forma de o projectar e única forma de recuperar a capitalidade que se tem vindo a perder.

Por outro lado, entendemos que é possível compatibilizar o paradigma desenvolvimentista, em perfeita complementaridade com a riqueza patrimonial e cultural existente, no mais profundo respeito pelos padrões identitários transmontanos e pelo equilíbrio ambiental, retirando deste próspero filão a riqueza de que, até ao presente, o concelho ainda não beneficiou.

Assim, por considerar que os documentos em apreço corporizam e materializam projectos em cuja concepção não participamos e ou não nos revemos e, por outro lado, não sustentam preocupações e linhas de força que consideramos fulcrais para o desenvolvimento, afirmação e projecção do concelho, por ausência de:

- Captação de investimentos capazes de fixar população e gerar empregabilidade, designadamente a construção de plataformas logísticas e a disponibilização/infra-estruturação de espaços para fixação de empresas;
- Acção estruturada de apoio e consolidação das actividades fundamentais e rentáveis do sector primário da agricultura, ao nível da estruturação de pequenas empresas e de associações de produtores, bem como da certificação de produtos e atribuição de denominação de origem controlada;
- Desenvolvimento de estratégias conducentes à afirmação e consolidação da fileira do turismo de natureza e da valorização do património e identidade cultural, associado a eventos desportivos e culturais de referência;
- Criação de infra-estruturas polivalentes, capazes de acolher eventos de grande dimensão, tais como feiras, congressos e outros, bem como de um complexo desportivo municipal multidisciplinar, dotado de valências e equipamentos diversificados;
- Revitalização do centro urbano como forma de consolidar e reestruturar o centro cívico e a identidade da cidade;
- Melhoria das condições de mobilidade para peões e veículos e promoção das condições de segurança, em diversos pontos críticos, designadamente, através de redimensionamento e intervenção nas vias;
- Investimentos significativos em projectos de ampliação do parque de habitação social municipal.

Pretendemos também evidenciar que os documentos previsionais:

- Não apresentam qualquer abordagem ou procura de solução credível para a difícil situação de asfixia financeira das Empresas Municipais, que deverão ser alienadas e ou extintas, com a consequente integração no património municipal;
- Não contemplam o recurso à alteração do posicionamento remuneratório por opção gestonária, instrumento legalmente instituído, frustrando dessa forma os legítimos interesses e expectativas dos trabalhadores da autarquia, no ano de 2011, situação que merece a nossa discordância.”

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

O Sr. Vereador apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Da leitura atenta que fiz do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, ressaltam as seguintes ideias:

1 – São documentos globalmente pobres, numa altura de crise grave que

atravessamos e em que o município devia aparecer como pólo dinamizador do Concelho;

2 – A par dos reflexos que as severas medidas de austeridade accionadas pelo governo central provocam nas receitas da Autarquia verifica-se também a cativação de parte muito significativa dos restantes recursos financeiros, para satisfação de compromissos correntes de obras anteriormente executadas, muitas delas em períodos de campanhas eleitorais, cujos benefícios para a população em geral, ainda hoje se me afiguram muito duvidosos;

3 – Não fosse o facto de nesses documentos, escasso de iniciativas e ideias novas e positivas para o Município, aparecerem algumas (poucas) excepções de obras que eu considero estritamente necessárias para o Concelho:

Projecto 8 de 2010; Projecto 79 de 2002 e Projectos 21 e 24 de 2010, do PPI para 2011, esses documentos mereceriam da minha parte um rotundo “não”.

No entanto e pelo referido no ponto anterior abstenho-me da sua votação, manifestando votos de que no próximo ano o Executivo apresente um Plano e Orçamento mais ricos em termos de iniciativa estruturante e dinamizadores dos desenvolvimento local.

Espero também que algumas obras referidas nestes documentos e que tem transitado sucessivamente de ano para ano, tenham concretização em 2011, já que a não ser assim, a sua inscrição sucessiva no PPI e Orçamento mais parecem, por parte do Executivo um aliciente ao eleitorado para o momento de exercício de voto.”

Intervenção da Sra. Vereadora, Maria de Fátima Fernandes

A Sra. Vereadora apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Voto favoravelmente em relação às grandes opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 porque considero que estão coerentes com orientações precisas e reais face a um cenário de condicionalismos e restrições impostas pela situação económica que o país atravessa.

Reflectem um conjunto de actividades e projectos considerados prioritários, dando, assim, resposta a necessidades sentidas pela população. Reflectem, também, uma gestão rigorosa dos meios e recursos, não descurando, todavia, a preocupação e os esforços desenvolvidos nas questões sociais, nomeadamente nos apoios sociais às famílias que se deparam com maiores dificuldades no âmbito da educação, nas melhores condições habitacionais e no apoio às instituições locais.”

Intervenção do Sr. Vereador, Hernâni Dias

O Sr. Vereador apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Reitero o que foi dito pelo Senhor Presidente e acrescento que considero o presente documento como um documento que reflecte a forma realista, rigorosa e transparente como o Executivo pensa o positivo desenvolvimento social e económico do Concelho de Bragança.

De facto, a concretização de importantes obras traduz a continuidade dos objectivos estratégicos de investimento em infra-estruturas, tanto na cidade como na área rural, que contribuem para o bem-estar dos Brigantinos, sem nunca descurar o equilíbrio financeiro da autarquia.

O facto de não fazer reflectir nas transferências para as Juntas de Freguesia os cortes das transferências do Governo para a Câmara Municipal, bem como o investimento previsto para o meio rural, nomeadamente em infra-estruturas de saneamento básico, Centros de Convívio e Sedes das Juntas de Freguesia e em estradas municipais, com especial atenção para aquelas que estão mais degradadas, revela bem a importância dada às parcerias com as Juntas de Freguesia, que foram sendo desenvolvidas em anos anteriores com vista ao desenvolvimento equilibrado do meio rural em particular e do Concelho em geral.

Sendo este um orçamento de montante inferior ao de 2010, resultado das medidas de austeridade impostas e que são do conhecimento geral, queria destacar o enorme esforço e grande preocupação dada às questões de índole social, quer na cidade quer no meio rural, sempre com as Juntas de Freguesia como parceiros privilegiados, ajudando à recuperação de imóveis de cidadãos com poucos recursos financeiros, proporcionando-lhes mais conforto e bem-estar e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Porque entendo ser um orçamento que vai de encontro aos anseios dos Brigantinos, pese embora o reconhecimento de que nem tudo o que seria desejável pode ser feito fruto dos naturais constrangimentos financeiros, e porque as linhas orientadoras e as acções marcantes foram já sufragadas pelos nossos concidadãos em 2009, voto favoravelmente.”

Intervenção do Sr. Vereador, Rui Afonso Caseiro

O Sr. Vereador apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Voto favoravelmente as propostas constantes dos documentos previsionais, apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara, por entender que os referidos documentos traduzem uma estratégia clara de crescimento e desenvolvimento sustentado do Concelho.

Apesar das dificuldades que se perspectivam para o próximo ano, decorrentes da crise económica e financeira que se vive no país, o orçamento para 2011 contempla verbas para concretizar um conjunto de investimentos fundamentais e importantes para melhorar as condições de vida e bem-estar dos brigantinos.

A concretização do elevado número de actividades previstas para 2011 a serem realizadas pela Câmara Municipal e/ou em parceria com outras instituições e Juntas de Freguesia, requerem da autarquia um rigoroso controlo da despesa e uma atitude de poupança pelos serviços.”

De seguida procedeu-se à votação dos documentos – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Actividades Municipal e Mapa de Pessoal para o Ano de 2011, tendo sido aprovados, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Caseiro, Maria de Fátima Fernandes e Hernâni Dias, dois votos contra dos Srs. Vereadores, Maria Salomé Mina e José Leonel Afonso e uma abstenção do Sr. Vereador, Humberto da Rocha,

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter as propostas dos documentos para aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) e o), do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de Fevereiro, e em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 30 de Novembro de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL/2011

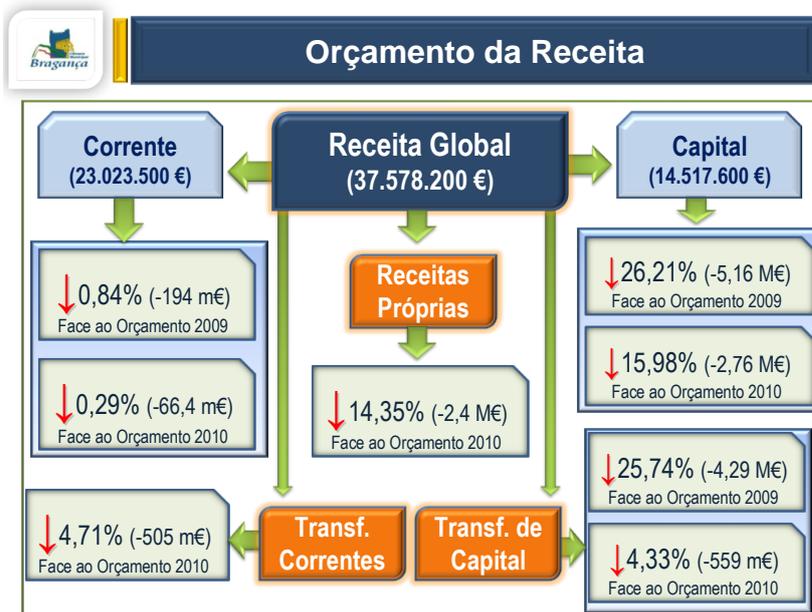
----- **Presidente da Câmara** – Procederei a uma apresentação sumária relativamente aos factores determinantes na elaboração do Plano e Orçamento para 2011.

----- Considerada a situação económica e financeira do País, e sua evolução num quadro em termos estruturais de elevada a incerteza relativa ao desenvolvimento económico, a instabilidade dos mercados financeiros, a necessidade de equilíbrio das contas públicas nacionais, a redução de fundos Municipais transferidos pelo Governo, as regras de endividamento líquido nulo, impõe-se como anteriormente e agora de forma mais vincada, a necessária optimização dos recursos financeiros.....



----- Em termos de receita global, a previsão é de 37. 578.200€, sendo 23.023.500€ de receita corrente, 14.517.600€ receita de capital.

----- Em termos de despesa corrente a nível de receita temos uma diminuição de 0.84%. A nível de receita temos uma diminuição de 0.84% face a 2009, face a 2010, 0.29% e em termos de transferências correntes uma diminuição de 4.71% face ao orçamento do ano em curso.



----- Em termos de receita de capital, uma diminuição de 26, 21% face ao orçamento de 2009, 15,98% face ao orçamento de 2010.

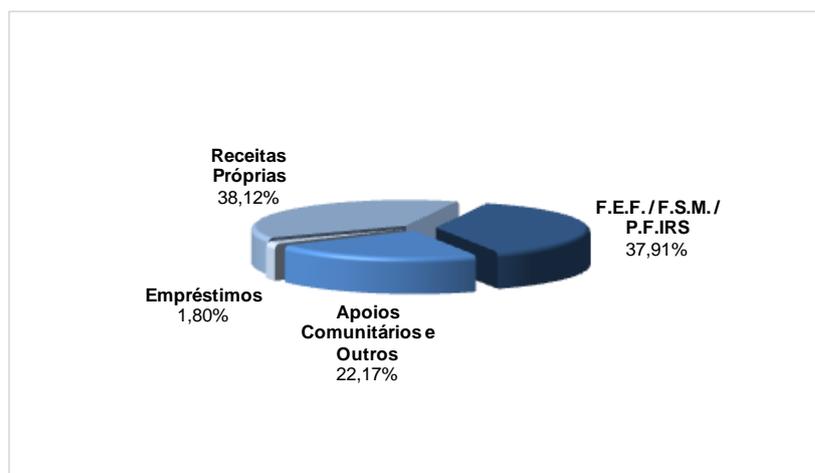
----- Temos em receitas próprias uma diminuição de 14,35% e prevemos uma diminuição de 4,33% em transferências de capital

----- As receitas de capital representam 38,63%, as receitas correntes 61,27%, a estrutura das receitas correntes e de capital estão evidenciadas..

Composição do Orçamento da Receita



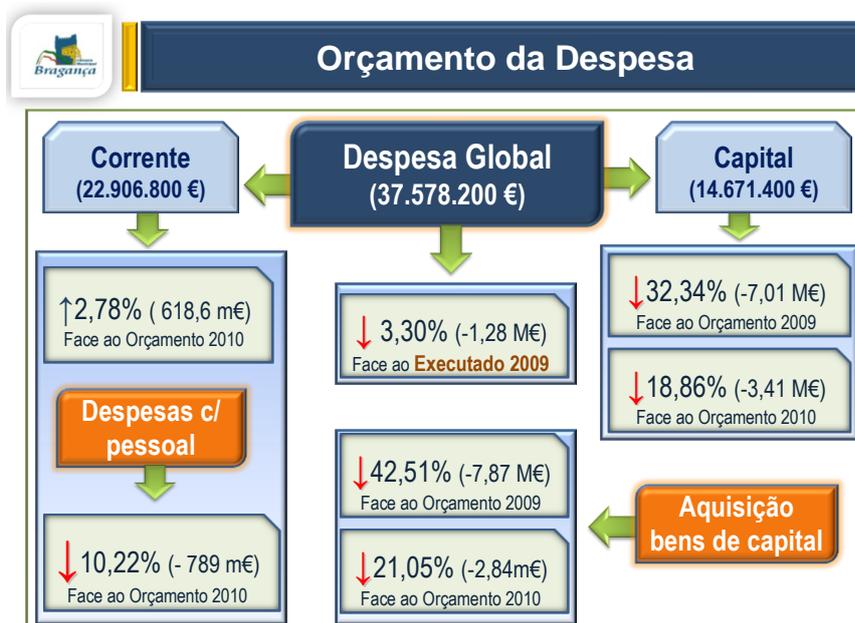
Estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento



----- Relativamente à estrutura da despesa, a despesa corrente representa 22.906.800€, temos um crescimento de 2.78%, temos uma diminuição de 10.22% com a despesa de pessoal, diminuição de 32.34% na despesa de capital face ao orçamento de 2009, 18.86% face a 2010, em termos de aquisição de bens de capital temos uma diminuição de 42.51% face a 2009, 21.05% face a 2010. ..

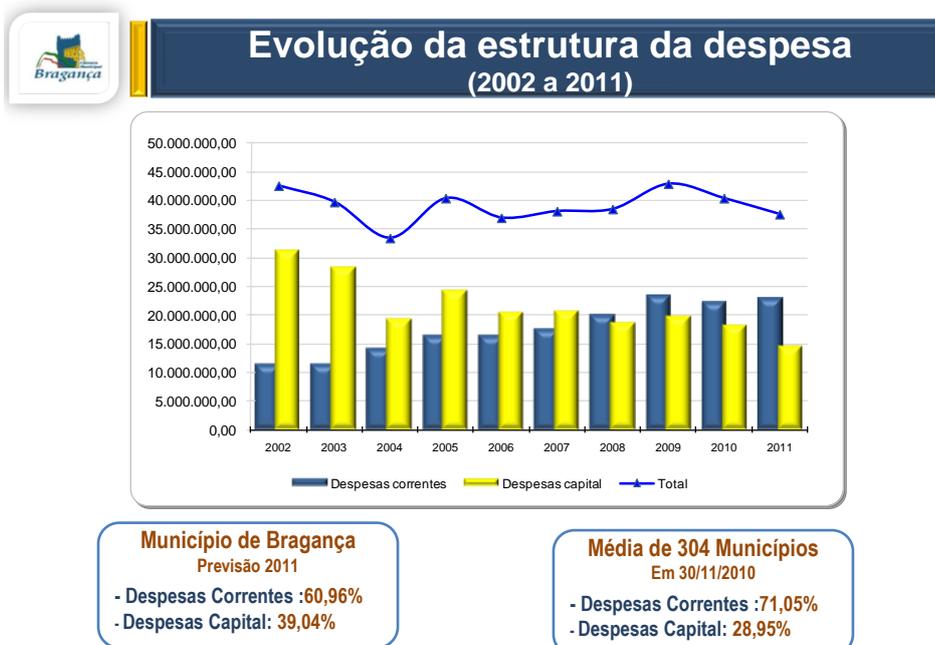
----- A despesa global relativa ao executado em 2009 terá uma diminuição estimada em 3.30%. o Aumento da despesa corrente em 2.78%, tem a ver com o facto de se pretender recuperar algum atraso de pagamento, particularmente a nível de bens e serviços, ou seja, o orçamento contempla toda a despesa prevista para 2011, mais uma recuperação de alguns atrasos de pagamentos, sendo que essa recuperação não significa que o Município não tenha uma imagem de instituição responsável e capaz de satisfazer os seus compromissos a tempo, bastando consultar o portal da DGAL e comparar o prazo médio de pagamento com outros municípios, ou até a dívida municipal per capita -

----- No país, a Administração Pública tem a fama de má pagadora, sendo necessário que todos façam um pouco para mudar esta situação que prejudica as empresas e a economia do país.



----- A evolução da estrutura da despesa tem o respectivo quadro de comparação, queria salientar que o Município de Bragança comparativamente aos 304 Municípios do país, ao nível da despesa corrente está a 11 pontos percentuais abaixo da média nacional, e automaticamente

estaremos 11 pontos percentuais acima, em termos de investimento. É importante que essa comparação seja feita para se conseguir obter uma leitura comparativa do orçamento.

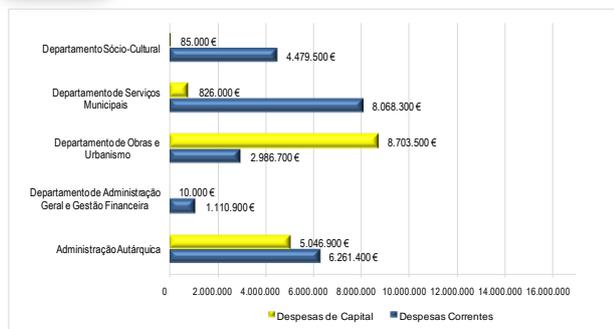


* Fonte: Síntese da Execução Orçamental de Nov. – Direcção-Geral do Orçamento

----- Ao nível da despesa, ela surge desagregada pelos Departamentos, Departamento Sócio Cultural, Serviços Municipais, Obras e Urbanismo, Administração Geral e Gestão Financeira e Administração Autárquica.....

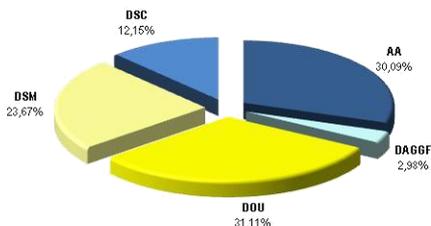


Desagregação da despesa



Despesas Departamentais por natureza

Despesa Global por Departamentos



----- A dívida de médio longo prazo, a 1 de Janeiro de 2011 era estimada em 9,2 milhões de euros e a dívida estimada para 31 de Dezembro de 2011 é de 8,2 milhões de euros, significando assim uma diminuição tal como ocorreu nos anos anteriores, sem que o investimento tenha sido congelado..



Dívida do Município

Projeção estimada da dívida e encargos para o ano de 2011

Descrição	Ano de 2010			Ano de 2011			Var. 2010/2011	
	Dívida (01.01.2010)	Amortizações	Dívida (31.12.2010)	Dívida (01.01.2011)	Amortizações	Dívida (31.12.2011)		
Empréstimos contraídos até 31.12.2009	10.085.344	1.503.417	8.581.928	8.581.928	1.090.556	7.491.372	-12,71%	
Empréstimos contratados durante o ano de 2010	MLP	0	0	682.896	682.896	0	682.896	0,00%
TOTAL	10.085.344	1.503.417	9.264.824	9.264.824	1.090.556	8.174.268	-11,77%	

Limites ao endividamento municipal para 2010

Ano de 2010	Valor (€)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.932.337,92
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	19.323.379,20
Limite ao endividamento líquido	24.154.224,00

----- A nível dos limites de endividamento, o limite legal de endividamento é de 43.17% e o limite de endividamento líquido 21.41% do limite legal.



Dívida do Município

Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2010 (informação reportada a 30.09.2010)

43,17% do limite legal:
19.323.379 €

21,41% do limite legal:
24.154.224 €

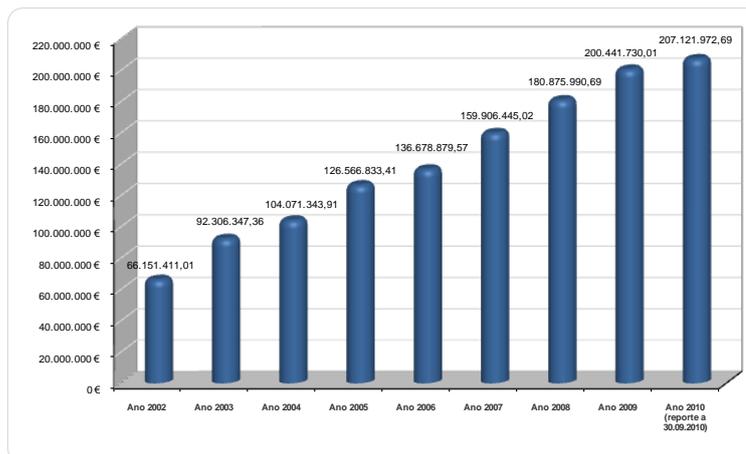
Designação	Montante (€)	Observações
Endividamento bancário de curto prazo	0,00	Empréstimos de curto prazo
Capital em dívida de médio e longo prazos	9.426.598,62	Empréstimos de médio e longo prazos
Endividamento líquido	6.208.597,47	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram contas 2745, 2749 e 414
Contribuição do sector empresarial local para o endividamento bancário de médio e longo prazos	1.400.446,17	Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
Contribuição do sector empresarial local para o endividamento líquido	1.446.050,88	Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	2.484.328,12	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art. 61.º da LFL
Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	8.342.716,67	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados
Endividamento líquido a considerar	5.170.320,23	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados

----- A evolução do activo bruto do Município, está representada no gráfico seguinte. Desde 2002 regista-se uma evolução muito significativa, ocorrendo igualmente de 2009 para 2010 uma evolução com algum significado, sendo que o valor indicado reporta a 30 de Setembro de 2010 e não inclui a integração do activo recebido da Sociedade Bragança Polis.



Património do Município

Evolução do Activo fixo bruto do Município

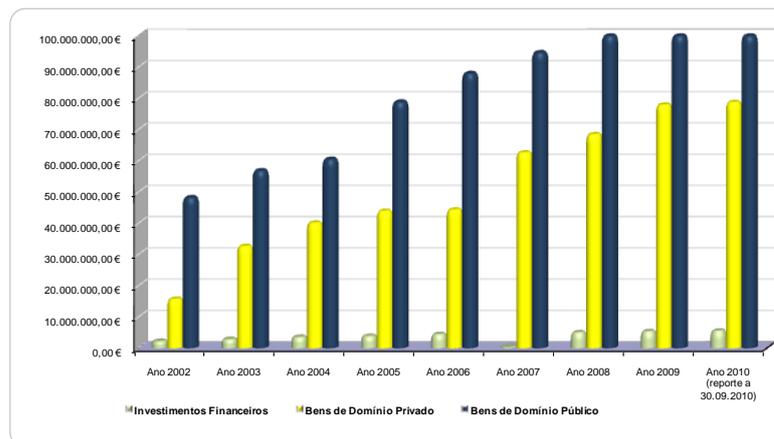


----- Mapa seguinte, temos a evolução do imobilizado bruto do Município distribuído por investimentos financeiros, bens do domínio privado e bens do domínio público.



Património do Município

Evolução do Imobilizado Bruto do Município

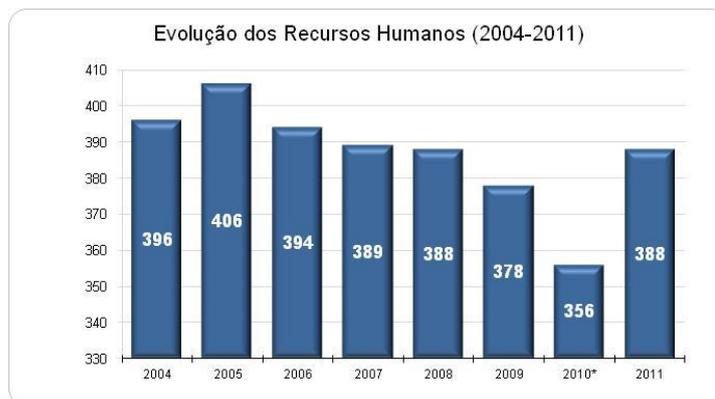


----- A evolução dos recursos humanos do Município está representada no gráfico, dando conta que em termos globais, a contenção na admissão de recursos humanos tem sido muito ponderada e ajustada à missão da Instituição, assegurando bons resultados. A comparação com municípios equivalentes dará uma boa indicação da gestão feita neste âmbito.

----- Está assim, em traços gerais a apresentação do Orçamento para o ano de 2011.



Recursos Humanos



* Reporte a 30/09/10

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Pedidos de esclarecimentos à Câmara Municipal?

----- Luís Filipe Fernandes, tem a palavra para pedidos de esclarecimento.

-----**Luís Fernandes** – Uma vez mais, boa tarde a todos. Eu vou fazer aqui alguns pedidos de esclarecimento, Sr. Presidente da Câmara, algumas situações que aqui notei.....

----- Ora bem, na página cento e doze - transportes e comunicações e redes viárias de sinalização - vejo que se propõem aqui, para 2011, fazer um conjunto de arranjos em caminhos rurais e estradas Municipais. Não vejo neste Orçamento falar nada de concreto na resolução do problema de acesso à zona sul do Concelho.

-----Então falar da alteração possivelmente da estrada de Mós a Vale Verde, não consta qualquer alínea de qualquer rubrica de arranjo desta via de comunicação. Como sabe, tem sido um anseio e uma reivindicação daquela zona do Concelho, porque cada vez mais aquela estrada está num estado péssimo de manutenção, por mais tentativas que as equipas da câmara andem na tentativa de arranjar as bermas a água imediatamente dá cabo daquilo tudo e tem acontecido ali situações não de acidentes graves, mas acidentes pontuais de grande prejuízo para as pessoas, era urgente uma vez que tudo indica que vai ficar o nó de ligação em Mós que aquela fosse efectivamente e rapidamente arranjada e era uma oportunidade de, pelo menos, neste Orçamento

para 2011 constar aqui algo que alimenta-se essa esperança, portanto não vejo aqui nada nesse sentido.

-----Na pagina cento e dezasseis fala-nos aqui e parece que finalmente vamos ter o problema da feira em Bragança, de certo modo, resolvida, isto é, segundo a intenção que o Sr. Presidente tem aqui, de requalificar aquele espaço onde estão hoje as casernas do BC3. Não se já há um acordo definitivo em relação aos terrenos e à cedência desse património, no entanto se isso se concretizar finalmente Bragança vai ter um espaço de feira, fechado. No entanto eu gostava de deixar aqui também alguns alertas e no fundo também algumas recomendações.

-----Sendo Bragança um Concelho minimamente rural e pecuário, criação pecuária, gostava que a Câmara analisasse esta questão na tentativa de novamente recuperar-mos aquilo que foi o mercado de gado em Bragança.....

----- Queria-lhe perguntar se neste projecto que tem para este espaço, se está contemplada alguma infra-estrutura para o mercado de gado em Bragança. Era necessário. E de acordo com outros Concelhos, à nossa volta, que a pouco e pouco, ou na própria sede do Concelho ou em aldeias vizinhas estão a recuperar novamente este mercado de gado tradicional, que muito importante era para as nossas populações.

----- O que eu queria perguntar era se este espaço está já idealizado para esta recuperação da feira do gado, e, aqui, se calhar, podia-se aproveitar uma ideia que o Sr. Presidente tem nos seus manifestos eleitorais, há muito tempo, que é criar condições para que as achegas de touros tão tradicionais e tão queridas também na nossa região, tenha Bragança finalmente um espaço condigno para essas achegas de touro.

----- Neste espaço está contemplado também esse espaço das achegas de touro, ou não? E se calhar podia conciliar estas duas situações, esse espaço das achegas de touro o espaço para a feira do gado.

-----Já agora e também porque li na Comunicação Social um artigo falando deste assunto e depois pensei um pouco sobre ele e é capaz de ter alguma razão.

----- Bragança, neste momento, tem três feiras em dias fixos do mês, o que obriga a que algumas feiras que calhem em feriados ou em fins-de-semana obrigue a mudar o dia. Será, e de acordo também com muitos outros Municípios que já alteraram esta data, que Bragança não poderia apostar em dias fixos por semana? E Bragança, se calhar, podia apostar numa feira por semana, tem três, passava a ter quatro e era um dia por semana, fixo, o que não obrigava a haver alterações que às vezes causam algum constrangimento quando calham em períodos de Natal, Páscoa, naquelas alturas mais críticas que alteram a data para depois, sem as pessoas saber muito

bem para que data foi alterada. E nesse aspecto deixava também essa recomendação à Câmara, de estudar com alguma profundidade se Bragança não podia já apostar numa feira por semana, nesse espaço já com outras condições e no dia fixo por semana

-----De recomendações, que eu vi no Plano, é isto.

-----Agora tenho aqui e vou-me dirigir concretamente e dentro do Plano e Orçamento, porque faz parte da certidão onde o Plano foi aprovado na Câmara, da declaração de voto do Sr. Vereador Hernâni Dias. Eu gostava que o Sr. Vereador solicita-se ao Sr. Presidente da Câmara que pudesse vir aqui explicar esta frasezinha que termina a sua declaração de voto nestes termos:

“Porque entendo ser um orçamento que vai de encontro aos anseios dos Brigantinos, pese embora o reconhecimento de que nem tudo o que seria desejável pode ser feito fruto dos naturais constrangimentos financeiros, e porque as linhas orientadoras e as acções marcantes foram já sufragadas pelos nossos concidadãos em 2009, voto favoravelmente.”

Eu queria perguntar ao Sr. Vereador se é a favor do TGV, se é a favor da 3ª travessia do Tejo, ou seja, das grandes obras que o Governo também sufragou em eleições e legitimamente pode desenvolver, e vem aqui o Sr. Vereador dizer-nos que, porque os concidadãos de Bragança sufragaram estas grandes obras, que hoje estão aí a decorrer, como muitos de nós perguntamos - para que? E porque foram os cidadãos que votaram nelas, eu pergunto e falo nisto também porque o Sr. Vereador é responsável político da Concelhia do PSD, se concorda também com as grandes obras que o governo quer fazer e que tem tido uma oposição muito forte do seu partido para que não sejam feitas.

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.....

----- Passamos à intervenção seguinte, o Sr. Deputado Nuno Miranda.

-----Estamos no período de pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente de Câmara, ainda nessa fase, só.

-----**Nuno Miranda** – Cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa e Srs. Secretários, Executivo, caros colegas Presidentes de Junta, restante público.

----- Uma questão muito rápida que nos surgiu aqui dúvida na análise disto que nos foi apresentado e que tem a ver com o volume da despesa corrente. Naquilo que nós avaliamos não está ou está, de certa forma, omisso este valor e gostávamos que o Sr. Presidente nos elucidasse sobre o volume da despesa corrente na receita estimada para este Orçamento.

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.....

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra. Enquanto você se dirige para aqui para o seu pedido de esclarecimento, também quero aproveitar a oportunidade para lhe entregar, porque

não foi enviada então na altura, o parecer da Câmara relativamente à questão que formulou sobre o 25 de Abril, é uma cópia, pode já ficar com ela para si.

-----**Ana Almeida** – Obrigada, boa tarde novamente. Eu, pela apresentação que o Sr. Presidente fez parece-me que na parte das despesas administrativas e creio que será essa a rubrica onde deverão ser inscritas, parece-me, e só queria perguntar isto, e muito concretamente, estão aí reflectidos os milhões da assessoria Jurídica, se estão aí reflectidos os nove mil e quase dez mil e qualquer coisa euros que ainda falta por pagar, se está aí reflectida a acção na parte do orçamento, o que ainda se deve e em quanto é que isso vai da Braga Parque?

----- Foi uma pergunta que já lhe fiz há um ano atrás e que retomo, que ainda não tive resposta, porque me parece que há sob orçamentação de muitas coisas e portanto quanto a estas, concretamente, Sr. Presidente, e sob pena de ter que o fazer por escrito, gostaria de resposta concreta.

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputada.....

----- Terminámos o período de pedidos de esclarecimentos ao Sr. Presidente de Câmara, pelo que, Sr. Presidente, tem a palavra para formular as respostas que necessárias. De seguida iremos abrir o período de intervenções, os Srs. Deputados que tem intenção de intervir façam favor depois quando proceder à chamada que o façam e que não façam depois de já termos passado a ler o nome das pessoas que já se inscreveram, gostava que houvesse alguma organização nesse processo. Está bem?

-----**Presidente da Câmara** – Respondendo ao Sr. Deputado - nova ligação à área Sul do Concelho, pela zona de Valverde - não está nenhuma verba incluída para o orçamento para 2011. Em termos de estradas rurais serão executadas exclusivamente a repavimentação da estrada de São Pedro a Alfaião e a repavimentação da estrada de Santa Comba de Rossas a Rebordainhos e eventualmente a pavimentação de caminhos municipais, se houver condições de apoio financeiro via PRODOR.....

-----O município de Bragança lutou de forma intensa para que em Mós viesse a ser contemplada a construção de um nó na A4, de modo a garantir uma ligação capaz à zona Sul do Concelho, portanto há um passo que está a ser dado, que é a construção do nó na A4 e *há-de* ser dado o passo subsequente que é a melhoria, a rectificação dessa via para a qual existe já projecto concretizado.....

----- Também na nacional 217, recentemente foi realizada reunião com a administração das Estradas de Portugal em Lisboa, no sentido obter um compromisso de intervenção dadas as condições precárias e falta de segurança dessa via.....

----- O espaço da Feira - de facto, o espaço das antigas casernas do BC3 e a área envolvente é já um bem já do domínio privado do Município. A Câmara comprou, já procedeu ao pagamento e oportunamente iremos avançar com a requalificação do espaço.

-----Quanto ao valor da despesa corrente estimada no orçamento, deputado Nuno Miranda, na página 13, está explícito que o orçamento da despesa corrente é de 22.906.800€.

-----Quanto à Deputada Ana Almeida, toda a despesa está reflectida, de forma explícita, nas estimativas previstas em termos de despesas para o próximo ano. As contas do Município são avaliadas, auditadas por sociedade de revisores oficiais de contas e pelo Tribunal de Contas, tendo sido sempre aprovadas.

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Período reservado às intervenções, pelo que, vossas excelências têm intenção de intervir, façam o favor de o fazer agora. Vamos então proceder às inscrições.

-----Muito obrigado Srs. Deputados. Tem a palavra, para a primeira intervenção, o Sr. deputado da CDU, José Brinquete.

-----**José Brinquete** - Sr. Presidente da AM, vamos então prenunciar-nos para os documentos provisionais e que a CDU refuta da maior importância para o futuro próximo do Município, pelo menos, para 2 anos, são eles

-----**Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, peço desculpa, não quero importunar a sua intervenção, mas eu nem sequer estou a ouvir o que você está a dizer, porque os Srs. elevaram muito o tom de vós, neste momento, silencio por favor, pode prosseguir.

-----**José Brinquete** – Obrigado Sr. Presidente. Estava eu a dizer que estamos a tratar dos documentos previsionais, plano plurianual de investimento, plano de actividade municipal e mapa de pessoal, que, para nós, são da maior importância. Por isso mesmo, em primeiro lugar, queremos dizer que mesmo numa situação de profunda crise nacional e até por isso mesmo era possível construir um plano e orçamento municipal que dessem respostas mais eficazes aos problemas da cidade e das populações do meio rural.

-----Muitas seriam as medidas possíveis de propor que fossem noutra sentido, como sejam, por exemplo: Combater a esterilização de serviços, e ainda no período antes da ordem do dia a Deputada Dr. Cláudia de Almeida chamou aqui a atenção de uma coisa que me escandalizou e que não vi resposta, mas que tem que ter resposta, um dia, que só de pagamento a um gabinete de advogados são milhões de euros, isto precisa de ser esclarecido, senão passa a ser um escândalo. Portanto combater a esterilização de serviços, dar melhor aproveitamento aos fundos comunitários, gerir melhor as empresas municipais, combater os desperdícios, melhorar a organização e o

funcionamento dos serviços, optar por investimentos com maior impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas.....

----- A proposta agora apresentada não passa do mesmo, falta-lhe imaginação e criatividade, fica-se por propostas recorrentes desde há muito faladas mas que tardam em ser concretizadas. Nesta medida interessa esclarecer o seguinte:

-----A proposta de plano - fala da Domus Universitária. É uma ideia simpática, ideia que já vem sendo falada há muitos anos, repovoar a zona histórica da cidade, mas a questão que colocamos é: .

-----O que é isto, o que é isto da Domus Universitária? Quantos edifícios da zona histórica vão ser recuperados? Não está ali esclarecido.....

----- Qual a capacidade de ocupação que a zona histórica irá ter de residências para estudantes? Estão garantidos os transportes públicos regulares entre as residências e o IPB, face à distância ainda que estão?.....

----- Quais as necessidades actualmente existentes tendo em conta a capacidade das residências sociais já existentes?

-----O projecto Domus Universitária está a ser articulado com a Direcção do IPB? Qual o Valor total do investimento? Garante, a Câmara, habitação social a baixos custos?

-----Numa palavra, quais são as necessidades existentes nesta matéria? Aqui, meu querido Eduardo Malhão, pode ser uma pessoa que pode ajudar a reflectir sobre esta problemática dado ser um construtor instalado na praça e de grande sucesso.

----- Em relação ao Eco Polis, a reconversão urbanística do Forte São João de Deus, Centro de referência de construção insustentável, edifícios municipais, é assim que está no plano de actividades, a ideia, em principio, para nós, é muito interessante, mas, salvo melhor opinião, onde está o projecto? E quanto custa? E como vai ser financiado?

----- Reversão da Avenida João da Cruz - outra ideia não menos interessante, mas volta à mesma questão, onde está o projecto? Porque houve até um debate público, houve um projecto exposto, depois recuou, tudo indica que foi para o caixote do lixo, ou não, mas com que base é que se coloca aqui a reconversão da Avenida João da Cruz.

-----Apoyo na construção de acessos à igreja de São Francisco - é uma situação que se arrasta há muitos anos e altamente degradante porque prejudica o acesso ao Arquivo Distrital, como sabemos, e até é o acesso principal, pode não ser o acesso principal para o edifício, mas é aquele que toda a gente utiliza.....

----- Havia uma informação aqui recorrente na AM que o processo do fim daquelas obras estava em Tribunal, significa que ao colocar aqui esta obra, o processo em Tribunal já transitou em julgado? Onde está o projecto e quanto custa?

-----Construção da praça nova da Mãe Água - aqui o adjectivo nova é altamente interessante, qual é a praça velha da Mãe de Água? Se há uma nova qual é a praça velha? Eu conheço o bairro da Mãe Água a palmo, como vocês calculam, é lá que está o palácio dos trabalhadores, o centro de trabalho do PCP, e sinceramente não conheço a praça velha, está lá o *Cremlim* de Bragança, e onde está o projecto? E quanto custa? Eu aqui deduzo, mas todos podemos deduzir, o departamento das deduções é sempre o mais imaginativo, mas deduzo que é um arranjo urbanística do antigo terreno do pisco. Mas será? E a ser a pergunta é esta. É das obras mais urgentes face aos constrangimentos financeiros. E os trabalhadores que têm a ocupação porque estão também a receber do desemprego, que a câmara tem em perfusão não podiam fazer este projecto? No caso de ser mesmo urgente e necessário?

-----Aproveitamento hidráulico do alto Sabor 6ª fase escalão de Veiguiñas - volta aqui a ser legítimo perguntar: que garantias existem de que o poder político, PS actualmente, e PSD nos sonhos já para Maio, nos sonhos do PSD vai já para Maio para o Governo, portanto que garantias é que há que este mesmo projecto não vai chumbar como tem chumbado sistematicamente, quer com um partido quer outro? E os próprios valores globais que eu também não consegui ver.

-----Incubadora *Brigancia Eco-Parque*, ligado à zona industrial - o que é isto? Eu faço por andar atento, não percebi nada, será um sonho de inverno do Sr. Presidente da Câmara? Esta é uma expressão de uma pessoa que disse e eu disse vou tomar nota porque gostei muito desta ideia, um sonho de inverno, estamos aí em dias frios. E quanto custa?

-----E o mesmo sobre o parque da Ciência e Tecnologia. Onde está? Quanto custa? Quem o financia? Porque uma coisa que eu sei é que alguns placares 8x3 aquilo a que se chama *outdoors* que o candidato à Presidência da República, Cavaco Silva, não vai usar porque gasta muito dinheiro, mas aqui a Câmara gastou ali uns *outdoors* muito bonitos que estão lá há vários anos, que dizem precisamente - Parque da Ciência e Tecnologia - mas depois não se vê nada, nem coelhos, porque aquilo já fica ali um bocado perto da civilização.....

----- Construção do Mercado de Gado, Touródromo e campo de jogos tradicionais - O que é isto? O Dr. Luís Filipe já falou aqui alguma coisa ligada a esta questão. Onde está o projecto? Quanto custa? ---

-----E, a propósito, eu gostava de deixar dito aqui que nós não podemos esquecer que já temos uma Feira de Gado no Concelho, e a Feira de Gado não é obrigatória que esteja na Praça de Sé, eu

sei, mas volto a lembrar, precisamos é de ver, e agora viro-me ali para o meu amigo Felipe de Salsas, precisamos é de ver se a Feira de Gado que se faz na Freguesia de Salsas e que é do Concelho, deve ou não deve merecer uma outra atenção e uma outra projecção. Sei que não depende só dele, mas é importante termos ideia que já temos uma Feira de Gado no Concelho, uma feira muito importante. Em Chãos há que a revitalizar, porque os animais vivem no meio rural.

-----Descentralização para as Juntas de Freguesia

-----

-----**José Brinquete** - os animais comerciáveis, porque a cidade também está cheia de cães e gatos.

----- Descentralização para as Juntas de Freguesia - Qual a evolução verificada neste ultimo ano? Não há propriamente uma apreciação. E eu o que vi aqui, hoje, entre Gimonde e o Sr. Presidente da Câmara foi extremamente interessante para mim, e o Vítor Alves, e há mais Marias na terra, portanto aproveito para dizer que há mais Vítor Alves do que aqueles que a Mesa pensava que era, o Vítor Alves, o professor Vítor Alves, Presidente da Junta de Gimonde, salvou, um pouco, a honra do convento com o que veio dizer, disponibilizou-se para entrar em dialogo com a Câmara. Porque eu fiquei assustado com as duas primeiras intervenções do Sr. Presidente da Câmara e do Presidente da Junta de Gimonde, fiquei com a sensação de que não têm solução para Gimonde, e isso seria muito negativo. E Gimonde, por muitos estudos que se possam fazer para que a *ETAR*, ou a estação que quer construir, seja na aquele local, Gimonde tem mais vinte locais possíveis, mais vinte locais possíveis, em alternativa, só que quando não queremos os outros, dizemos que é só aquele. --

----- Mas eu penso que é atrofiante assistirmos aos dois responsáveis pelos destinos da população de Gimonde dizer que não há outras alternativas, salvaguardando que Vítor Alves acrescentou mais qualquer coisa, penso que alterou, um bocado, a opinião que eu estava a ter desse ponto de vista.

-----Portanto eu creio que o testemunho de alguns Presidentes de Junta, quer nesta AM, quer em Assembleias Municipais anteriores, é elucidativo, designadamente quanto estamos recordados das declarações recentes nesta AM. Podia citar muitos, mas, por exemplo, recordo aqui duas declarações que vão neste sentido que é, há bocado aprovámos uma acta de 27 de Junho, o Sr. Presidente da Junta de Quintanilha, o nosso amigo José Carlos veio aqui fazer uma intervenção que está em acta, que pode vir a ser relida e que é flagrante de como a câmara não está a dialogar, pelo menos, com algumas Juntas de Freguesia. E o nosso amigo Domingos Seca também numa última

AM, ou em várias, tem vindo aqui usar da palavra colocando preocupações de falta de diálogo e de falta de atenção para com as Juntas.

-----O plano de actividades e orçamento também não reflecte nada, evoluções positivas e qualitativas no sentido de descentralização de meios, mas meios a sério, técnicos, financeiros e humanos.

-----Para terminar gostava de dizer que, na verdade, estamos perante um plano e orçamento que não difere de outros anteriores, não existe uma estratégia clara, fica-se pela navegação à vista, não existe uma política de valorização dos recursos endógenos, alicerçada no efectivo desenvolvimento de sustentável aproveitando os sectores estratégicos de que dispomos ao nível económico, social, cultural e ambiental.

-----Este Executivo revela uma apetência congénita para o despesismo, ao mesmo tempo que desiste de lutar por aquilo a que temos direito. E quando aqui colocámos, a CDU colocou - uma apetência congénita para o despesismo - foi na base e na fundamentação de um conjunto de despesas desnecessárias e sumptuosas que já conhecíamos, mas não conhecíamos ainda o pagamento de milhões de euros a um gabinete de advogados.

----- O Executivo dá sinais de negativismo e de *derrotismo* e em nada consentâneo com um projecto de futuro e confiante nas potencialidades existentes. Ao que parece, o plano e orçamento será o resultado do trabalho “dos novos tecnocratas da Câmara Municipal” aliás muito pouco novos, ou novos, se lhe tirarmos o assento no “o”. Aceita passivamente o terrorismo psicológico da crise e até teoriza sobre o mesmo na introdução do plano e orçamento, há ali uma teoria que se não for desmascarada pode vir a fazer tese de que estamos numa crise e que não há volta a dar e que isto é uma desgraça, e que isto é uma inevitabilidade.....

----- Em síntese podemos afirmar que o Executivo Camarário, não está à altura dos desafios que a actualidade e a modernidade colocam a Bragança como Concelho e Capital do Nordeste Transmontano, numa palavra, a proposta de plano e orçamento são um autentico fiasco, não estando à altura dos problemas da cidade e do Concelho.

----- É por tudo isto que a CDU e o Partido Comunista Português, irão votar contra este plano e orçamento. Obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado, usou na integra o seu tempo.

----- Sr. Deputado Nuno Veloso, tem a palavra.

-----**Bruno Veloso** – Ali o horóscopo do Luís Felipe tentava adivinhar melhor dias para esta Câmara Municipal. Sr. Presidente da AM, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da AM. Dezembro não é apenas mês de Natal, é um mês de a Câmara Municipal apresentar nesta

AM o plano de orçamento. Todos os anos reunimos nesta mesma sala e todos os anos o Partido Socialista e o seu Grupo Municipal tem manifestado a sua postura critica face às opções politicas e da gestão Autárquica de Bragança, e este ano, mais uma vez, não é diferente. Não é diferente porque existe um conjunto de politicas transversais, em todos os treze anos do mandato do Eng. Jorge Nunes, que, pelo seu efeito, nos ameaça com consequências desastrosas. Não é diferente porque mesmo depois de treze anos decorridos sobre a gestão do PS na Câmara Municipal de Bragança, o Sr. Presidente não resiste em tentar passar, mesmo que seja num documento orçamental, que deveria estar virado para o futuro a ideia que dessa gestão resultou uma divida que o Eng. Nunes teima sistematicamente em ampliar e tentar comparações quase impossíveis.....

----- Longe dos quatro milhões de contos que o Eng. Nunes afirma ter herdado da divida, neste orçamento, a divida bancária de noventa e sete rondaria os dois milhões e meio de contos à moeda da data, e nessa data é bom lembrar que as taxas de juro rondavam cinco vezes as médias superiores às praticadas hoje, e refiro-me à divida bancária naturalmente, é a importância disso na despesa corrente é por demais evidente e é escusado outras explicações. E se por si só não basta-se o PS relembra ao Sr. Presidente da Câmara que em democracia há regras, e em democracia há respeito pelos órgãos representativos e pelos seus Membros e que esse respeito reflecte-se ou não nos cidadãos, e não é em vão que invoco esta chamada de atenção no momento exacto em que se discute o orçamento.

----- É que no decorrer deste mandato da AM, esta AM aprovou uma moção que recomendava à Câmara Municipal de Bragança a adopção do modelo de orçamento participativo, onde os cidadãos pudessem ser chamados a contribuir, mas perante isto o Sr. Presidente além de não cumprir a recomendação, não teve, perante os cidadãos de Bragança, nem perante esta AM, uma única palavra, optou claramente por uma fuga em frente.

-----Sr. Presidente perante esta atitude o Grupo Municipal do PS só pode mesmo dizer-lhe que este é o orçamento feito nas costas dos cidadãos. Bem sabemos que o Sr. Presidente não gosta de vir à AM, que não gosta particularmente deste aborrecimento que é ter que responder às questões dos Membros e que não gosta da insistência das Comissões Municipais, Comissões essas particularmente a da economia que poderia ter nesta questão do orçamento um papel importante de acompanhamento e vetaria, provavelmente, algumas duvidas que este orçamento não explica.

----- É que para uma análise deste documento e atendendo ao facto que a projecção da despesa corrente tem por base a execução orçamental de dois mil e dez, e estando já decorridos e encerrados onze meses de dois mil e dez, seria indispensável, para análise, para que a análise seja séria e credível sobre a razoabilidade dos valores previstos, conhecer os valores da execução

orçamental em Novembro de dois mil e dez em relação à despesa corrente. Mas, desses valores, nada. É que tenham a intenção, e evolução e o valor das despesas correntes nos anos precedentes, e a previsível quebra nas receitas de capital, colocasse-nos a dúvida se os montantes das receitas correntes previstas não se encontram sobrevalorizados, atendendo ao facto de se continuar a prever, por exemplo, como receita do IMT cerca de um milhão de euros, o que de grosso modo corresponderá a transacções imobiliárias de cem milhões de euros, uma vez que a taxa do IMT, atendendo à topologia das habitações, não ultrapassa o 1%. Relembro que há isenção até noventa mil euros.....

----- Sr. Presidente Srs. Deputados, este documento carece ainda de explicações adicionais, à AM, é que apesar de ser um documento técnico ele *concerne* em si mesmo opções políticas que não se podem escamotear. É que este documento não é suficiente claro. O que importa saber é como e em que condições é que pensa manter o equilíbrio orçamental, conhecendo de antemão a redução das transferências do Orçamento de Estado e que em relação a dois mil e dez representam 45% das receitas correntes, é que sobre isso o documento é completamente opaco a essa tentativa de interpretação. Mas importa lembrar que o Presidente de Câmara o é à treze anos e que pouco ou nada contribuiu para o desenvolvimento económico do Concelho e o resultado está à vista.

----- A política de investimentos, ao longo destes anos, em nada contribuiu para a dinamização e vitalidade económica, e as condições para a obtenção de receitas próprias é zero, pelo contrário, os investimentos que nos seus mandatos ampliaram substancialmente a despesa corrente que é hoje aproximadamente o dobro de há dez anos atrás, para um orçamento cada vez mais incapaz de gerar recursos próprios e conseqüentemente mais equilibrados em relação às boas praticas de gestão orçamental. Nós sabemos que convive bem com esse problema, Sr. Presidente, tanto mais que na sua fase mais aguda já não será um problema que o Sr. Presidente terá que resolver, mas a verdade é que esta Câmara Municipal ficará armadilhada por muitos e muitos anos, e esta é, Sr. Presidente, a sua verdadeira herança.....

----- E o que acrescentar das grandes opções de plano? O que acrescenta hoje esse plano novo aos sonhos da cidade? Apesar de concordarmos, naturalmente, com alguns projectos apresentados. Redescobre projectos que já apresentou e nunca concretizou, como a Praça do Município e vai esquecendo outros que talvez reapareçam no próximo plano plurianual de investimento de dois mil e onze, e assim vai a rotação e a falta de imaginação deste Executivo.....

-----Este plano e orçamento não se traduzem em nada de novo, nem se constitui um marco de viragem relativamente aos orçamentos anteriores. O permanente autismo desta Câmara que dificulta e impossibilitam um debate democrático com os cidadãos, que permitisse aumentar a

atenção perante as suas necessidades fundamentais, um orçamento que suporta o crescimento da despesa corrente, sem a criação de condições capazes de gerar receitas próprias.....

----- Porque este orçamento não é inovador, porque este orçamento é feito nas costas dos cidadãos, nem é inovador na forma nem no conteúdo, e muito pouco ambicioso nos seus investimentos, o Grupo Municipal do PS, votará, naturalmente, contra esta proposta de orçamento. Tenho dito.

-----**Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, tem a palavra, agora, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paradinha Nova, Sr. Domingos Seca tem a palavra.

-----**Domingos Seca** – Mais uma vez, boa tarde a todos. Eu queria começar por dizer ao Sr. Brinquete que ele não leu as actas, se as leu nunca viu lá, não vê lá em sítio nenhum que eu dissesse que tinha falta de diálogo com a Câmara, é, aquilo que eu tenho tido de melhor é o diálogo, pode não dar nada, mas quando vou ao gabinete do Presidente da Câmara ou dos Membros da Câmara tenho sido sempre atendido com respeito e com a máxima educação, o não me dar nada para a aldeia é outra coisa, poderá não me dar nada, mas o respeito que ele tem tido por mim, tem, tenho que o dizer, e isso dou-lhe os meus parabéns por ter tido, sempre, uma postura comigo de respeito e de educação comigo dentro do seu gabinete cada vez que me dirijo a ele.

-----Sr. Brinquete, e também, por outro lado, não preciso de advogado defesa.

-----**Domingos Seca** – Obrigado, Adriano, eu já sei que sou da localidade mais pobre

-----Se não foste tu, é para ti também que estás sempre a mandar... ..

-----Sr. Presidente, o que me trás aqui é o seguinte: O saneamento é um bem que toda gente deve ter e como em Quinta de Montezinhos foi feito o saneamento há bem pouco tempo, só fica uma pequena aldeia no Sul do Concelho sensivelmente, e é uma aldeia com grande necessidades de saneamento, primeiro porque há pessoas que nem um palmo de terra têm ou de terreno ao pé das suas casas para fazer uma fossa. Seja uma fossa em conjunto, seja saneamento, seja outra coisa parecida aquelas pessoas precisam de uma ajuda para tirar os detritos da rua que estão lá e o mau estar entre vizinhos. Não sei se é amanhã, se é depois de amanhã, o que lhe peço é que não deixe aquele pequeno *lugarejo* sem a qualidade de vida que deve ter e que outras localidades tem.

-----Há ali um largo que poderá ser lá feito uma fossa séptica ou uma fossa em conjunto que possa servir determinadas casas, ou então o saneamento, como outra aldeia qualquer, que todas tem direito e aquela é única, no Sul do Concelho, que fica sem saneamento.

----- Eu peço-lhe que realmente não discrimine aquela gente, seja pouca, seja muita, existe lá gente e essa gente merece ter a dignidade que as outras pessoas tem.

-----É já a segunda vez ou a terceira que lhe falo no assunto e mais uma vez lhe vou falar nele. É o caso de um raid na estrada de Paradinha Velha a Calvelhe a 2duzentos metros da ponte, essa curva é perigosíssima e uma pintura na aquela estrada muita falta faz, que não é assim, que possa ser um investimento tão caro, que não seja possível fazer uma lista branca ao centro da estrada para que as pessoas se orientem por ela. Aquela estrada é perigosa. São as únicas coisas que lhe peço. . ---

-----**Domingos Seca** – Se não foi o Adriano, peço desculpa. Ao Brinquete não peço desculpa porque eu não lhe encomendei recado nenhum.

-----**Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, Luís do Vale, tem a palavra para a sua intervenção.

-----**Luís Vale – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- Sr. Presidente, Excelentíssimos Senhores e Excelentíssimas Senhoras.....

----- “Perante a proposta que o executivo nos apresenta, documento que declaradamente consubstancia e caracteriza a gestão autárquica e as opções políticas deste executivo e que é uma sequência mais do que mimética daquilo que nos tem sido apresentado nos anos anteriores, uma vez mais, vemo-nos na contingência de reafirmar o nosso desacordo com a essência e estrutura do mesmo. Por discordância política, e por e por exercício reflexivo de oposição e alternativa consideramos que outra forma de estar e fazer é possível.

----- Exercício reflexivo esse acerca do futuro, ainda que próximo, da nossa comunidade implicaria sempre uma contracção desse tempo verbal, tornando-o escasso e por isso objecto de especiais cuidados. Contrair esse futuro consistiria em eliminar ou, pelo menos, atenuar a discrepância entre a concepção do futuro da comunidade e a concepção do futuro dos indivíduos. Em qualquer um dos casos, o carácter limitado do futuro acontece porque ele depende da gestão e cuidado dos indivíduos.....

----- Num contexto social e económico como aquele que actualmente experimentamos impõe-se uma sociologia das emergências que procure substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear – um vazio que tanto é tudo como é nada, indeterminado e hipotético até ao infinito, por um futuro de possibilidades plurais e concretas, tanto pragmáticas como, e porque não, utópicas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado. E isto não se sente por cá, este executivo não fez, não faz, e pelos vistos, não fará... senão vejamos:

----- Reflecte e repete as ideias do passado, não manifestando qualquer intenção de corrigir ou emendar erros cometidos;.....

----- Não promove a requalificação urbana – espaços rurais e espaços urbanos;

----- Persiste em desviar dinheiro para as empresas municipais e demais participações municipais. Não questiona a viabilidade dessas mesmas participações;

----- Não favorece políticas de crescimento e de valorização do património endógeno;

----- Não aposta numa especialização local ou regional no turismo natural, nem no turismo cultural, mas antes na construção e criação de espaços e equipamentos sem fim... agora é anunciado um “espaço de memória da presença Sefardita nas Terras de Bragança”;

----- Não finaliza o saneamento básico e onde se lê que “82 aldeias estão já servidas”, deveria ler-se “só 82 aldeias estão servidas” dessa infra-estrutura;

----- Apesar do discurso, não há intenção de combater e reduzir a despesa corrente, que representa mais de metade do orçamento. Neste particular importa salientar que muitas das rubricas sobem e, curiosamente, apenas a rubrica referente às despesas com pessoal apresenta uma diminuição de cerca de 10%;

----- Nas próprias palavras do executivo, o problema estrutural do abastecimento de água permanece sem solução e por resolver... continuamos à espera de Veiguiñas;

----- Para última ideia, deixámos propositadamente a razão principal pela qual não votaremos favoravelmente esta proposta. É que tal como sabem, no início deste ano de 2010, em 26 de Fevereiro, o BE apresentou nesta A.M. uma proposta, votada favoravelmente, de implementação de prática de “orçamento participativo” o que, de facto e hoje comprovamos, não foi realizado. Aliás, na última A.M. realizada em Setembro, questionado pelo BE, o Sr. Presidente teve a oportunidade de informar esta Assembleia da impossibilidade dessa implementação para 2011. O que lamentamos. A verdade é que a Câmara Municipal não fez qualquer esforço no sentido dessa implementação. Mais, parece-nos que não terá sido uma inevitabilidade, mas sim e uma vez mais, por opção política e de gestão, o que seria legítimo não fora a referida aprovação desta Assembleia.

----- Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Presidente da A.M., numa manifestação de maturidade democrática e de participação cidadã esta Assembleia recomendou à Câmara Municipal a implementação da prática do “Orçamento participativo” para 2011, mas não foi dada a devida e respectiva resposta por parte da Câmara Municipal, e por isso gostaríamos de deixar testemunho do desagrado e da incompreensão perante tal incumprimento. Fica também registada a participação activa e positiva do BE nesta A.M. numa tentativa de diálogo entre o modelo hegemónico de democracia que tem sido o paradigma vigente em Portugal – e falo da democracia representativa liberal, e a democracia participativa que tem vindo timidamente a ser experimentada e reconhecida. Enfim, fica a garantia de que regressaremos com este assunto.....

-----Obrigado.”.....

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado

-----Agora chamamos, para a sua intervenção, a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida.

-----**Ana Almeida** – Boa tarde a todos, de novo. Só um pré esclarecimento. Vi reacções quando o José Brinquete falou nos milhões dos advogados, parece que foi uma coisa inventada! Não foi. Eu vou fotocopiar e disponibilizar a cada um dos Grupos, porque me parece importante, portanto isto foi feito em resposta a um pedido de informação e eu vou ler o ponto três, que diz apenas isto – “no que respeita à terceira questão os processos patrocinados pela mencionada sociedade são inúmeros, mas como se referiu, a prestação dos serviços jurídicos não se limita apenas a patrocinar processos, sendo os valores anuais da ordem de alguns milhões de euros”.

-----Como vossa Exa. bem conhece não têm de estar necessariamente contratados, isto é mais grave, nem na maior parte das vezes é possível determinar o clausulado do próprio contrato, ou determinar a sua especificação, significa que o Sr. Presidente da Câmara ou o Sr. Vereador se lembrar de ligar ao advogado a perguntar como é que está e se já entregou a peça, isso já está a cobrar, portanto só daí se justifica, se não tem que haver clausulado contratado, nem tem que ficar especificado o que é que se lhe pede por escrito, significa que qualquer acto é legítimo do que a contra-parte, nomeadamente o advogado, a partir do momento em que seja contactado, mesmo que não preste qualquer serviço, esteja a debitar, e muito bem, e isto dará uns milhões de euros..

----- Portanto não percebi, não era para o Sr. Presidente reagir, se foi um erro de escrita, queira Vossa Exa. fazê-lo, não é a mim que me compete esclarecer o erro de vossa Exa.

----- Quanto ao orçamento e ao plano de actividades, já na primeira parte levantei a ponta do véu e parece-me que efectivamente nós estamos num desgoverno, isto está a caminhar para o laxismo, está a caminhar para aquilo que eu já disse também na parte da manhã à resposta casuística daquilo que é pedido e à falta de politica e de estratégia no Município. E não podendo subscrever aquilo que já foi referido quer pelo José Brinquete, quer pelo Luís Vale, quer pelo Bruno Veloso, eu só tenho dois ou três comentários a tecer relativamente a esta politica ou a esta apolítica da Câmara Municipal que neste momento já vivemos, portanto que é um relaxar já daquilo que devia ainda ser feito.....

----- Nós temos um documento nacional estratégico, e isto não é para brincar, que impõem medidas e que impõem planos de acção também às autarquias e aos municípios, nomeadamente nos seus planos económicos, sociais e territoriais, e nomeadamente nessas politicas que é o programa nacional de politicas de ordenamento do território, tem nomeadamente medidas prioritárias que devem ser salvaguardadas, nos instrumentos de gestão das autarquias locais. E são

objectivo específicos e vectores de actuação que resultam obrigatoriamente deste programa nacional, cujos instrumentos de gestão territorial lhe devem obediência sem qualquer reserva, portanto nem nada pode ser contrariado, nomeadamente eu saliento aqui os pontos fortes, aqueles que são os eixos de actuação dos municípios e efectivamente destaco os seguintes.

----- É pedido que os municípios consolidem e aperfeiçoem sistemas e áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e recursos naturais, portanto actuações no âmbito do ambiente. Não vejo estratégia nenhuma. Portanto o que temos no orçamento e no plano de actividades é para tapar buracos e para tapar situações desgarradas sem politica de continuidade.

----- Definir e executar uma estratégia de protecção do solo. Está em revisão a lei dos solos, qual é a posição desta Câmara Municipal? Como é que ele vai criar bolsas de solos já que continuamos a fazer urbanismo e politica do ordenamento do território em cima dos terrenos dos particulares, qual é a posição, qual é a estratégia desta Câmara para isso?

----- Promover o ordenamento e a gestão sustentável da Silvicultura e dos espaços florestais. Qual é o plano para as florestas? Qual é o plano para a água? Qual é o plano para a agricultura? ..

-----Eu lembro que uma das medidas que resulta deste programa nacional de politica de ordenamento do território é a necessidade dos Municípios celebrarem programas de acção territorial que mais não são do que parcerias entre entidades públicas e entidades privadas, precisamente para desenvolverem aquele que é o ponto mais fraco e continua a ser o ponto mais fraco e que nos traz na cauda do relatório saído deste programa que é a desertificação do interior e o desaproveitamento do espaço rural. Onde é que estão os planos de intervenção do espaço rural? Quais são as politicas para o espaço rural, Sr. Presidente?

-----Outra das medidas prioritárias é – “definir e executar uma politica de gestão integrada dos recursos geológicos”. Qual é a politica do nosso Município para o ano nesta matéria?

-----“Executar estratégia para a energia, proteger as paisagens e o património cultural, intervenções no centro histórico” - Todas as sessões da AM de que me recorde ter vindo fazer parte há um ano a esta parte, se fala na reabilitação, nos mecanismos e nos incentivos da reabilitação urbana ao abrigo do novo regime, continua sem haver estratégia para o centro histórico da cidade.

-----“Avaliar e prevenir factores e situações de risco, desenvolvendo medidas e minimização dos respectivos efeitos, melhorar sistemas de infra-estruturas” - Continuamos a ouvir os Presidentes de Junta que ainda não têm *ETAREs*, não têm sistemas de tratamento de águas e resíduos, portanto é de lamentar.

----- Sr. Presidente, o que eu queria era efectivamente que o Sr. Presidente, que conhecerá o documento tão bem ou melhor do que eu, mas me responde-se em concreto qual é a sua

estratégia, e qual é a política desta Câmara para dar resposta aos *desidratos* daquele programa que tem que cumprir que é o programa nacional de política de ordenamento do território, obviamente, uma vez que este orçamento é, digamos, a cara de uma falta de política e de uma falta de visão de futuro que coloque Bragança na perspectiva do desenvolvimento internacional, não podemos deixar de votar contra.

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Sra. Deputada.

-----Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, o Sr. Pires, se faz o favor.

-----**Manuel Pires** – Muito boa tarde a todos, Exma. Mesa, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, caros colegas, Srs. Presidentes de Junta. Eu venho aqui fundamentalmente em nome do PS em complementaridade àquilo que o jovem Bruno Veloso aqui apresentou, vir aqui dizer algumas coisas que tem a ver com aquilo que, ao longo de anos, fomos apresentando a esta AM e que, de certa forma, nos afligiu e achávamos que naturalmente não havia um planeamento relativamente a este Executivo e por causa disso eu queria apresentar aqui aquilo que me pareceu, a nível do plano e orçamento, o PS deveria intervir no sentido de alertar o Município para algumas questões.

----- A metodologia adoptada para a elaboração do orçamento de receitas de dois mil e onze foi baseada na média aritmética dos últimos vinte e quatro meses, sendo o último mês de referência considerado o de Setembro, isto vem logo na introdução do plano e orçamento.

-----Pela apresentação global do orçamento para dois mil e onze concluiu-se que se prevê a diminuição da receita em 6.91%, dois milhões setecentos e noventa mil e oitocentos euros. A justificação dada do decréscimo das receitas terá a ver com a previsão do desempenho da economia da zona euro e particularmente no País, o Município não tem nada a ver com isto.

-----Da análise da previsão das receitas totais por fontes de financiamento nas receitas próprias, prevê-se uma diminuição de 14.35% face a 2010 havendo uma diminuição em 2011 no valor de dois milhões quatrocentos mil e novecentos euros. Relativamente às despesas correntes haverá um acréscimo de 2.78% pese embora a diminuição das receitas.

----- Na vida do Município só se fazem as projecções dos encargos com a dívida para o ano 2011 comparado com o ano 2010 evidenciando uma amortização significativamente menor em 2011 - um milhão e cem mil e cem euros, em 2010 foi um milhão quinhentos e trinta e sete mil e setecentos euros, mas contudo um aumento exponencial dos juros de cento e quarenta e oito mil euros em 2010 e Duzentos e seis mil e cem euros, em 2011, portanto mais cinquenta e oito mil e cem euros.

-----Isto poderá significar que os encargos com os juros da dívida serão cada vez maiores e que para amortizarmos menos dívida, em 2011, nos irá sair cada vez mais caro nos anos subsequentes.

----- Para podermos ficar devidamente esclarecidos sobre receitas e despesas e encargos da dívida, poderia o Município apresentar projecções mais alargadas por forma a sabermos quanto o Município deve e como sabermos quanto o município deve e como continuaremos a financiar-nos para suportar o aumento das despesas correntes e a diminuição das correspondentes receitas e principalmente das receitas próprias.

-----No âmbito da modernização do parque informático, quero felicita-lo, Sr. Presidente, por terem acordado para as fibras ópticas, porque passados nove anos do PS ter sugerido, nesta AM, que nas ruas e nos bairros e nas diferentes intervenções urbanísticas deveríamos *infra-estruturar* tudo, para além da rede de água, esgotos e luz também deveríamos acrescentar o gás e as fibras ópticas. Fui criticado vilmente pelo Sr. Presidente e por um Membro desta bancada que está aqui presente, por ter introduzido este tema aquando da infra-estruturação do bairro São João de Brito

----- Finalmente, na página cinquenta e cinco deste orçamento, acordaram para esta necessidade relativamente aos diferentes equipamentos do Município. E os Municípes e as populações em geral não poderiam ter este bem generalizado nas suas casas, já que a cidade toda foi esventrada aquando do PROCOM e da implantação da rede de gás? Porque aqui se vê como vocês planeiam, vocês agem, desculpem, vocês reagem, não agem.

----- Por ventura já fizeram constas aos milhões de euros que desperdiçámos e continuaremos a enterrar por terem sido autistas e desperdiçarem as ideias da oposição? Já fizeram conta de quanto cada cidadão paga por alimentar boxes de televisão digital em cada uma das casas dos nossos Municípes?

-----No âmbito da reabilitação da zona histórica queria pedir ao Sr. Presidente que reconhecesse que quando propusemos na AM de 26 do Fevereiro de 2010 que se passasse das obras para bens e materiais, em articulação com o IPB, apostando sobre tudo no potencial humano, estávamos também a querer que a nossa cidade e fundamentalmente a zona histórica, integrasse as pessoas interessantes que vos falámos, não sei se recordam.

-----Neste plano e orçamento vemos contemplada uma verba incipiente de cem mil euros para a recuperação de imóveis da zona histórica para residência de estudantes em ERASMOS. Poderia ser mais algum audaz, Sr. Presidente, mas tudo tem um principio. Contudo, ao projectar tudo o que se propõem realizar na zona envolvente dos actuais Paços do Concelho, vai definitivamente contribuir com a possibilidade de a Zona Histórica e toda a parte antiga da cidade definhar definitivamente. A acrópole não é amiga - parafraseando o nosso colega de bancada, Arquitecto Ortega - a acrópole não é amiga propriamente da zona Histórica.

----- Nas empresas municipais continuam os aumentos de capital para *suprimir* os défices sucessivos, acabem com elas, entreguem estes serviços no Município reduzindo assim os encargos com as administrações e não havendo a necessidade de votarmos regularmente nesta AM a regulamentos e aumentos de capital.....

----- Peço-lhe que leiam as propostas e pressupostos porque votámos contra o orçamento no ano anterior, fundamentalmente por deverem pedir desculpas, porque passados dez anos em que vos pedimos que planeassem e o não fizeram e agora estamos todos a pagar a factura.....

----- Com esses pressupostos que eu apresentei o ano passado, podem ler, que estão em actas, e todos os outros que vos colocámos sempre que viemos aqui discutir o Município, votaremos contra este orçamento. Tenho dito.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, a Sra. representante da Junta de Freguesia da Sé, Dr.^a Alexandra Reis.

-----**Alexandra Reis – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

-----Sr. Presidente da AM, digníssimos Secretários, Sr. Presidente da Câmara, restante Executivo, Srs. Deputados, Presidentes de Junta, Comunicação Social, muito boa tarde e votos de bom Natal se não tivermos oportunidade novamente:

----- “A discussão e votação dos documentos previsionais é, por norma, o momento de maior importância para as autarquias locais em geral e para o Município de Bragança em particular. É neste momento que o Executivo Municipal apresenta perante os representantes dos cidadãos do nosso concelho a visão e estratégia para o desenvolvimento para o ano subsequente, apelando à mobilização e concertação de esforços de todos os agentes públicos para o processo de desenvolvimento colectivo.

----- As posições assumidas no âmbito deste debate assumem, assim, capital importância já que revelam o grau de comprometimento de cada um dos Membros da Assembleia Municipal com as opções e estratégias preconizadas pelo Executivo Municipal para o ano seguinte.

----- Atentas as propostas apresentadas pela Excelentíssima Câmara Municipal e agora submetidas a debate, não podemos deixar de manifestar absoluta incompreensão com a estratégia do Executivo Municipal, designadamente com a sua opção de redução do investimento público e acentuação da despesa corrente, num momento histórico em que todos os recursos públicos disponíveis, ou seja, não comprometidos no esforço colectivo de saneamento das contas públicas e correcção dos desequilíbrios financeiros, deveriam estar direccionados para o acréscimo do investimento e relançamento da economia.

----- Mas se a Freguesia da Sé não consegue alcançar ou compreender a decisão da Excelentíssima Câmara Municipal de aumentar os seus gastos de funcionamento em detrimento do investimento público, mais dificilmente compreendemos a posição adoptada em relação às transferências financeiras para as Freguesias.....

----- Com efeito, na sua proposta de Plano e Orçamento para 2011 a Excelentíssima Câmara Municipal afirma, pela primeira vez, em mais de doze anos, que “... *as verbas de capital previstas, no quadro 21, apenas serão transferidas com base na justificação prévia de aplicabilidade em investimentos concretos e validados pelo Município.*” **Citei**.....

----- Esta afirmação é absolutamente reveladora de uma posição conservadora e centralizadora que não deixa de surpreender o discurso de autarcas que se afirmam defensores da causa da descentralização administrativa. Como é possível que uma Câmara Municipal se arrogue, sem explicitação clara e objectiva ou critério de prioridade, o direito de “validar” projectos ou investimentos que já foram validados pelos autarcas das Juntas e Assembleias de Freguesia? Como é possível que a Excelentíssima Câmara queira arrogar-se o direito ou primado de definição do interesse público ou oportunidade de investimentos que os autarcas mais próximos das populações já consideraram da maior relevância e interesse para as mesmas? Como poderão, no futuro, os autarcas deste Município opor ao Poder Central o seu direito à definição dos investimentos de interesse público e de prioridade estratégica para o concelho quando são eles a negá-lo às Freguesias que gozam, no plano formal, da mesma autonomia administrativa e financeira dos Municípios, quanto aos respectivos territórios?

----- A posição da Excelentíssima Câmara Municipal parece-nos, no entanto, próxima da sua convicção mais íntima, já que afirma aumentar em 1,4% o valor das transferências para as Freguesias e que na prática se traduz em, apenas, 0,1% (já que o valor da inflação para 2011 é de 1,3%) e que, ainda, extingue, unilateralmente, as transferências correntes para as Freguesias, que representavam em 2010, apenas, € 50.000,00, menos do que o custo de algumas publicações dadas à estampa, e com impacto muito duvidoso no desenvolvimento do concelho.

Aliás, enquanto Freguesia Urbana, que somos, não compreendemos, também, a afirmação constante da proposta dos documentos previsionais segundo a qual “ o Plano de Actividades Municipal traduz um conjunto significativo de investimento a realizar na área rural...”, então não teremos nós o direito de perguntar pelo investimento na área urbana?

----- Não sabemos, com certeza, se as afirmações vertidas nas Propostas de Plano e Orçamento para 2011 são reveladoras da consciência dos respectivos proponentes ou se constituem um excesso que revela a verdadeira posição do Executivo, porém, como decorre da Lei e das afirmações Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

do Presidente da Câmara Municipal, estas propostas ou são aprovadas ou são chumbadas, não podendo sujeitar-se a qualquer alterações decorrentes da iniciativa da Assembleia Municipal, opção legislativa aberrante que urge reformar, nem tendo, a Excelentíssima Câmara manifestado qualquer disponibilidade de abertura a uma diálogo tende ao aperfeiçoamento dos documentos em apreço. Assim, pela gravidade do respectivo teor, no plano dos princípios, mas também para a causa de defesa do aprofundamento da descentralização administrativa e para o interesse das populações, não podemos deixar de distanciar da mesma, não a corroborando!.....

----- Senhor Presidente

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

----- A gravidade e ininteligibilidade das propostas ora presentes pela Excelentíssima Câmara Municipal, não podendo ser alteradas, obrigam a um necessário distanciamento político da Freguesia da Sé quanto às mesmas, não podendo esta autarquia contribuir para a respectiva aprovação! Disse, obrigada.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Eduardo Malhão.

----- **António Malhão – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. secretário, Sr. Presidente do Executivo, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Membros desta AM, Srs. Presidentes de Junta, minhas Sras. e meus Srs. ----

----- “Depois de todas estas visões tão cinzentas e negativas anteriormente aqui proferidas cabe-me a difícil tarefa de escorrer sobre a proposta do PPI e Orçamento da Câmara Municipal de Bragança para o ano 2011 deixando aqui uma mensagem bem mais construtiva e positiva.

----- Tarefa difícil como dizia porque em primeiro lugar não sou propriamente um especialista nesta área, e em segundo lugar porque os tempos em que vivemos são marcados precisamente pelo sentido negativo que nos lembram vocábulos como o orçamento, planos corte, despesas, receitas, défices, dívida, empréstimos etc.....

----- Por isso mesmo, a economia é hoje uma das ciências mais conhecidas do comum dos cidadãos pelos piores motivos, parecendo antes uma arte de manipulação de números, projecções e indicadores, em função de interesses meramente eleitoralistas.

----- Tudo isto porque temos uma administração pública centralista e aristocrata, que gasta à tripa forra, habituada a viver à grande e à francesa num país mal governado, que não dispõe de recursos para sustentar este modo de vida e os vícios da sua capital e das suas elites políticas.

----- E o problema é que não conseguimos mudar de vida e aprender com a nossa história e com os erros cometidos no passado, em tudo idênticos aos do presente, que consistem basicamente em desbaratar recursos e viver acima das nossas posses. Erros esses que repetimos sistematicamente.

----- Socorro-me precisamente de uma frase de Albert Einstein que ilustra esse estado de alma e diz “Loucura é repetir o mesmo vezes sem conta e esperar resultados diferentes”.

----- Mas, felizmente nem tudo são erros e maus exemplos ao nível da causa pública. O nosso poder local, Câmara Municipal Bragança e Juntas de Freguesia do concelho incluídas, são realidades que se destacam positivamente ao nível da boa gestão dos dinheiros públicos e da racionalização dos escassos recursos de que dispõem, fazendo muito e gastando pouco.

----- A proposta do PPI e Orçamento para 2011, que o executivo remeteu a este plenário para discussão e deliberação, é bem elucidativa e demonstrativa dessa realidade, assente num projecto autárquico dotado de uma estratégia de longo prazo e ainda de uma visão, missão e valores.

----- Do documento que nos foi apresentado, desta vez em formato mais condensado, e por isso mesmo mais ecológico e mais fácil de manusear, o que se saúda, gostaria de salientar aqui alguns exemplos das boas políticas de gestão Autárquica a que já nos habituaram os executivos liderados pelo Senhor Eng.º António Jorge Nunes, que passo a descrever:

1.º - A boa capacidade na criação de receitas próprias, representando estas 38,12% do total das Receitas;

2.º - O peso significativo da venda de Bens e Serviços Correntes de 22,88% no total das Receitas Correntes, prevendo-se um acréscimo de 11,95% face ao valor orçamentado em 2010;

3.º - A boa taxa de cobertura das receitas correntes face às despesas correntes, a qual se situa nos 61,27%, salvaguardando o princípio do equilíbrio orçamental;

4.º - A boa densidade dos Impostos Directos, que representam 19,34% do orçamento corrente e conferem uma boa capacidade de endividamento ao município;

5.º - A flexibilidade da despesa corrente primária, que vai permitir uma diminuição com as despesas de pessoal de 10,22%;

6.º - O valor elevado do Activo Fixo Bruto de Município, que totalizava em 30 de Setembro de 2010, a importância de 207.121.972,69 Euros;

7.º - Os baixos encargos com o serviço da dívida, ou seja com juros e amortizações, no valor total de 1.306.200,00 Euros;

8.º - O bom posicionamento do município face ao limite ao endividamento;

9.º - O equilíbrio da Gestão corrente de Tesouraria, que permite ao município posicionar-se entre os municípios de todo o país que pagam num prazo mais curto aos seus fornecedores;

- Gostaria ainda de dar relevo ao aumento das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, aumento esse acima da inflação prevista para o próximo ano, as quais totalizam 1.156.600,00 Euros, dando assim continuidade a parcerias estratégicas na promoção da coesão territorial e bem-estar das populações e tendo presente o mérito e a capacidade dos Senhores Presidentes de Junta em fazerem bem a custos reduzidos.....

----- Por último, não podia deixar de enfatizar o forte apoio que o município concede às associações culturais, desportivas, religiosas e sociais do concelho, sem o qual certamente aquelas não teriam possibilidades de desenvolverem as suas actividades nas melhores condições possíveis.

----- Convém ainda mencionar os constrangimentos de vária ordem que condicionaram negativamente a concepção do PPI e Orçamento para 2011, provocados pela situação económica do país e que acarretaram cortes significativos das transferências da Administração Central para as autarquias.

----- Por outro lado, este documento representa uma linha de continuidade e de coerência com as propostas apresentadas aos eleitores do nosso concelho, e legitimadas através das expressivas maiorias alcançadas pelo PSD nas 4 últimas eleições autárquicas.

----- Pelas razões que acabei de enumerar e pelo superior interesse da cidade e do concelho, o Grupo Municipal o PSD vota favoravelmente este documento, tendo presente que este é um orçamento direccionado para a solidariedade, para a cultura, para a arte, para o desporto. Em suma para o desenvolvimento.

----- Neste tempo de Natal, quando a solidariedade e o espírito de entreatajuda para com os mais desfavorecidos está mais vivo, revisitemos esta verdade que S. Lucas nos ensina nos seus Evangelhos: “a vontade de ser tem de superar a vontade do ter, para que uns não se sentem à mesa e outros fiquem à porta”

----- Com este orçamento e com estas políticas municipais, certamente ninguém fica à porta.

----- A todos um feliz Natal e votos de muito sucesso para os vossos objectivos pessoais e colectivos”. Muito obrigado.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

-----Deputado João Lourenço, tem a palavra.....

-----**João Lourenço** – Boa tarde a todos, novamente. Tem razão o nosso amigo Presidente Adriano, de facto há bocado, se calhar resultante da sessão extremamente emotiva que temos partilhado, hoje nós todos, houve um bocado, pegando no exemplo de França e do Centro Hípico como um exemplo, de facto, de apostas que se deveriam ter, neste momento, para dinamizar toda a economia da região, e de facto há que fazer meia culpa e pedir desculpa ao Executivo e ao Sr.

Presidente da Mesa da AM porque, de facto, termos antecipado um pouco a nossa postura neste ponto dos trabalhos.....

----- No entanto temos que dizer mais alguma coisinha atendendo a tudo que foi dito, houve aqui intervenções que revelam um trabalho aprofundado em termos de economia, em termos de finanças, no entanto há aqui ressalvas a tirar, digamos, consensuais, de várias intervenções.

----- O orçamento participativo do cidadão, acho que devia começar aqui, acho que ao fim e ao cabo as pessoas que estão aqui representam os cidadãos deste Município. Poderíamos começar por aqui a tirar ilações daquilo que se vive hoje nas nossas terras, daquilo que pensam as nossas gentes, o diálogo deveria existir efectivamente entre todos nós, entre o Executivo e nós e efectivamente aproveitar-se aquilo que se achasse que era bom para a região, eu não tenho qualquer dúvida que independentemente das estratégias em termos políticos, que não é bem o nosso caso, que cada partido tenha, não tenho qualquer dúvida que as pessoas que estão aqui inseridas em partidos políticos, de âmbito nacional, colocariam de parte, se calhar, estratégias nacionais para efectivamente contribuírem com o seu melhor para a nossa região, e isso deveria ser revertido em acções de facto, em opções do plano deste Executivo. Não acontece!

-----Tenho que referir este exemplo - um problema sistematicamente apresentado pelo Executivo é a falta de água ao Município, mais uma vez somos confrontados com estudos a indicar uma ou outra, ou aquela opção, e no seguimento que disse o nosso companheiro Luís Filipe, há bocado, a indagar sobre concordância ou não do Sr. Vereador relativamente ao TGV. Obviamente que muitos poucos de nós, neste momento, concordaram como TGV, e muitos poucos de nós concordaram, de facto, com uma das soluções, não é uma solução assumida como tal, mas, de facto, um dos grandes investimentos deste Executivo é a continuidade das ciclo vias, se a primeira teve a nossa, pelo menos parcial se não total concordância, porque à parte da sua utilização ou não por possuidores de velocípedes, efectivamente toda a imagem renovada que veio dar uma instituição que efectivamente é primordial no nosso Município, que é o IPB, só por só por si, de facto, justifica a nossa postura da anuência, pelo menos se não a concordarmos com esse efeito...

----- Face àquilo que aconteceu no nosso País e o que está acontecer a nível da nossa Comunidade Europeia, acho que a segunda fase da Ciclovia deveria ter sido repensada.

-----Eu vou dar um exemplo, quer dizer, sobre assuntos e problemas do Concelho, eu vou dar um exemplo. Como podemos dizer, aqui ideias que podem, eventualmente, ser aproveitadas ou ser alvo de chacota de todos nós. Se um dos problemas é a água, se uma das possíveis soluções é o Azibo, se uma das ideias que o Executivo quer levar para a frente é que as pessoas andem de bicicleta, eu não tenho qualquer dúvida que fazer-se uma Ciclovia entre Bragança e a Barragem do

Azibo, por exemplo, e simultaneamente aproveitar esses trabalhos de beneficiação desse trajecto para meter as infra-estruturas necessárias para o transporte de água, isto é um exemplo obviamente que haverá pessoas que estudaram, calcularam, agora não tenho dúvida de uma coisa, traria muita mais gente a esta região, beneficiaria muito mais todas as Freguesias que seriam atravessadas por esse projecto em termos de turismo, em termos de desenvolvimento micro económico do que aquilo que temos estado a falar. Mora fez um *fluviário*, o maior *fluviário* de não sei do que, não tenho dúvida que efectivamente a água atrai pessoas ao interior, as pessoas gostam de vir ao interior, mas gostam simultaneamente de ter água.

-----Isto é um tipo de ter ideias que podiam sair de facto da nossa participação, do nosso dialogo, porque não tenho dúvida se nós estamos, se o Movimento por Bragança Sempre Presente não está, de facto, obrigado a qualquer disciplina partidária, também não tenho dúvida que qualquer um de vocês, que representa os partidos do nosso País, fariam o vosso melhor e dariam o vosso melhor para que efectivamente os tempos que aí vêm que ninguém duvida que vão ser muito complicados, que é preciso unir e aproveitar os esforços de todos, talvez pudessem ser melhor enfrentados.

----- Não posso efectivamente deixar de reiterar a posição que há bocado, de alguma forma antecipadamente errada, o Movimento, de facto, não pôde concordar com o plano de actividades e orçamento aqui apresentado. Obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- E, para terminar, foi pedido ainda, e porque tem tempo disponível, o grupo Municipal do PS na pessoa do Sr. Deputado Bruno Veloso, tem ainda oito minutos

-----**Bruno Veloso** – Mais uma vez muito boa tarde a todos. É só uma pequena nota que me suscitou, depois da intervenção do colega Lourenço, e fico, de facto, admirado com a intervenção dele, para já demonstra que tem, de facto, muito a noção daquilo que são os orçamentos participativos, porque dizer que um orçamento participativo começa numa AM, é um bocadinho estranho, e mais estranho é vindo dum Movimento de Cidadãos, porque tudo aquilo que eu conheço de todos os Movimentos de Cidadãos, neste País, 99% defendem de facto os orçamentos participativos. E os orçamentos participativos ou qualquer orçamento que é da competência das Câmaras Municipais não nasce numa AM, porque o orçamento é da competência da Câmara, onde nasce é da abertura da Câmara Municipal em ouvir os cidadãos no sentido de acolher as propostas do Cidadão, a acolher e a apresentar depois posteriormente para ser apresentado na AM, e essa é uma grande diferença. E pode ver alguns exemplos , nomeadamente aquilo que aconteceu na Câmara de Lisboa, onde a discussão do orçamento foi aberta uma bolsa de ideias para inserção das

melhores e a inscrição no próprio orçamento que depois obviamente foi à AM. E aí sim, e aí sim, os Deputados Municipais também enquanto cidadãos, ou como Deputados Municipais podem contribuir. E é essa a grande diferença entre aquilo que é o orçamento participativo ou aquilo que é a ideia de que podemos dar palpites em relação ao orçamento.....

----- Mas também aí, mas também aí, Lourenço, há uma pequena confusão, porque para contribuirmos para dados orçamentais, faz-se nesta mesma reunião quando o documento está fechado, e há uma questão, é que nunca houve e nem haverá, certamente, com este Executivo, nenhuma abertura, nenhuma abertura para que em reuniões preliminares ou nesta própria reunião haja abertura para a inserção de algumas alterações ao plano que nos é apresentado e portanto nós não podemos fazer se não ter o discurso de critica construtiva, naturalmente nesta AM, mas cujo o seu resultado prático é nulo.

----- E portanto eu acho muito estranho que o Movimento Sempre Presente, que também votou favorável ao orçamento participativo, agora aqui tenha uma intervenção um bocadinho incompreensível e de alguma forma contra os orçamentos participativos. E eu relembro, e eu relembro que o Lourenço faz parte de um Movimento de Cidadãos e que obviamente também nessa matéria tem responsabilidades acrescidas para não dizer que começam aqui, e naturalmente como é óbvio todos os militantes, e eu falo em nome dos militantes do PS, têm, naturalmente sobre qualquer proposta, capacidade de iniciativa. Muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

-----José Lourenço para defesa da honra.

-----Srs. deputados vou pedir a vocês a seguinte, vamos proceder já de seguida à votação, peço que não se ausentem da sala, que foram feitas várias contagens, e pretendíamos manter o número de votados que estão na sala, fixo, para podermos avançar rapidamente com a votação e dar os resultados correctos.

-----Deputado Lourenço, faça o favor.

-----**João Lourenço** – Efectivamente, na sequência de intervenção do Sr. Deputado Bruno Veloso, eu tenho alguma dificuldade em vir aqui justificar-me de uma acusação que senti por injusta, porque se transpareceu, das minhas palavras, que o Movimento, e a minha pessoa mais precisamente, é contra o orçamento participativo, obviamente que foi um grande equívoco e não é, foi completamente oposto o que quisemos dar a entender. O que quisemos dar a entender com o orçamento participativo tem efectivamente a ver com uma atitude de diálogo, tem efectivamente a ver, se é aqui, é ali, o diálogo efectivamente, é assim. Agora, digamos, que isto, se calhar, os Executivos Camarários do nosso País serão um bocadinho o exemplo daquilo que é o Governo do País.

-----Quer dizer, o Governo do País também não está muito, digamos, aberto a diálogos e quando se trata de fazer o orçamentos e etc. quer dizer por conseguinte, se calhar, temos um País em termos de sociedade politica a seguir a batuta de determinadas pessoas em que efectivamente a prepotência, a arrogância, e o eu, eu, eu, e no fim volto a ser eu, é o dominante.

----- Por conseguinte é assim, em nenhum momento o Movimento é contra o orçamento participativo, o que nós quisemos dar a entender é que as sessões da AM em que são discutidos planos de actividades, orçamentos, opções gerais, deveriam ser entendidas como participações para um orçamento participativo, não precisa de ser de uma forma formal. Agora o que eu quis dizer é que há aqui pessoas que conhecem o Município, ou pelos menos partes do Município, melhor que ninguém, e são essas pessoas que conhecem as reais dificuldades, as reais necessidades que nós temos, não são, às vezes não será por culpa do Executivo, que não têm possibilidades de se deslocar e conhecer as realidades no seu mais profundo ser, em todas as Freguesias deste Concelho. Agora há aqui pessoas que tem o direito e o dever de informar, e têm efectivamente o direito de se ouvidas e que efectivamente as suas posições sejam tidas em contas, nos planos estratégicos para o nosso Município. É tão simples como isso, quer dizer, não precisamos de estar aqui a formalizar. Sim podemos, é assim, eu peço desculpa o companheiro está aqui a fazer-me sinal assim, eu peço desculpa, olhe! Certamente nunca chegaremos à Assembleia da República, certamente nunca chegaremos à Assembleia da República, mas também não queremos.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Presidente de Câmara pretende fazer umas considerações finais? Tem a palavra e de imediato passaremos à votação.

-----**Presidente da Câmara** – Sr. Presidente, de forma muito breve o orçamento prevê um conjunto de projectos de investimento bem estruturados e com dotação para a sua concretização, seja a nível do projecto *Domus* Universitária para o Centro Histórico, articulado devidamente com o Instituto Politécnico.

----- O projecto *Eco-Polis* tem dotação para concretização de projectos e obra em regime plurianual.

----- A incubadora e Centro de Inovação, espero que voltaremos a falar deste projecto conforme está previsto no Plano de Actividades e Orçamento, durante o início do próximo ano....

----- Há uma verba significativa reservada para beneficiação de fogos sociais no valor de 450.000.00€ ao nível de eficiência energética, sendo um valor significativo de investimento, orientado para beneficiar famílias carenciadas.

----- Há verbas atribuídas para infra-estruturas industriais, infra-estruturas de saneamento básico. Prevedemos ser afirmativos na concretização dos projectos que estão inscritos no orçamento e descritos no plano plurianual de investimentos e plano municipal de actividades.....

----- Quanto aos milhões de euros em assessorias, não podia deixar passar esse assunto em branco, temos, de facto, um processo ainda recentemente ganho de aproximadamente um milhão e setecentos mil euros de euros, num processo que envolveu a Câmara Municipal contra o consórcio construtor do Teatro Municipal, e portanto quando se fala em milhões de euros, fala-se em milhões de euros relacionados com os processos, não em remunerações de honorários.

----- Quero salientar, ainda no que diz respeito às Juntas de Freguesia a Câmara Municipal é absolutamente solidária com as Juntas de Freguesia, temo-lo demonstrado de forma inequívoca ao longo da gestão do PSD na Câmara.....

----- Em 2010 estava previsto transferir um milhão cento e cinquenta e um mil euros, transferimos, até à data, um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil, penso que até ao final do ano ultrapassaremos um milhão e meio, ou seja, poderemos transferir cerca de 50% mais do que aquilo que estava previsto.

-----Para a área da freguesia da Sé temos previsto repavimentar o bairro da Misericórdia e o bairro do Campo Redondo, repavimentar a Avenida Sá Carneiro, desde a subestação da EDP até ao Viaduto do Loreto, obras que acontecerão durante o Verão do próximo ano, também no bairro Social da Mãe de Água está previsto continuar a requalificação só já dos edifícios, visto todo o espaço público estar adequadamente requalificado. Fazemos o possível num quadro difícil, mas apresentamos um plano de actividades e um orçamento realista, pensando, apesar do quadro de dificuldades, sermos capazes de o concretizar.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, pelas suas declarações finais, Sr. Presidente.

----- Passaremos, de imediato, à votação. Informo os Srs. Deputados que estão presentes, oitenta e quatro deputados.

-----**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA ABSOLUTA, COM VINTE E UM VOTO CONTRA, QUINZE ABSTENÇÕES E QUARENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.**

-----Declarações de voto, Srs. deputados?

----- Peço que mantenham os dedos no ar, estamos a tentar registar.

-----**Bruno Veloso** - A bancada municipal do Partido Socialista solicita a recontagem dos votos.

-----**Presidente da Mesa** - O Sr. Deputado coloca a questão, eu relevo essa questão e comecei por aí mesmo, para responder à sua questão que é o seguinte, antes da votação inicial eu disse, estão presentes na sala 84 membros, foram feitas várias contagens, essa foi

claramente a minha intenção, por isso é que coloquei contra abstenção, a diferença é a votação favorável. O Sr. deputado colocava a questão que se fizesse o pedido de votação para os votos favoráveis, é apenas por exclusão de partes, só há 3 possibilidades de votação e por isso... ..

-----

----- **Presidente da Mesa** - Não concordam com... ..

-----Essa é uma proposta, mas compete à Mesa condução dos trabalhos, informei-vos que eram 84 votos, peço desculpa, o procedimento parece, à Mesa, suficientemente claro e transparente.....

----- Bom, inscrições para declarações de voto? Temos então o Sr. Deputado Pedro Fernandes, faça o favor de tomar a palavra. . ..

-----**Pedro Fernandes** – Sr. Presidente é só para dizer que conforme o regimento apresentarei por escrito a declaração de voto.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- A declaração de voto do Sr. Dr. Carlos Moreno.

-----**Carlos Moreno** – Saudações habituais. É para comunicar à Mesa que também apresentarei por escrito a minha declaração de voto. Muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

-----A declaração de voto do Sr. Deputado Aníbal.

-----**Aníbal Morais** – Cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente, a Mesa. Também é só para informar que procederei por escrito à entrega da minha declaração de voto.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ainda para declaração de voto, Vânia? Eu pergunto aqui se entende fazê-lo por escrito? Então acho que fica a informação.....

-----Élia, por escrito?

----- Então podem deixar-se estar nos lugares, por favor, é o mesmo motivo? Ana Cristina Botelho também, podem deixar-se estar nos seus lugares, ficou feito esse registo.

----- Declaração de voto de José Brinquete.

-----**José Brinquete** – Sr. Presidente da AM eu, como ponto prévio, queria dizer que registei para mim e penso que registamos todos, incluindo a Comunicação Social que aqui está na sala, que hoje assinalou-se aqui um facto político da maior relevância, portanto abriu-se uma frente de dissidência em relação ao Executivo Camarário, não quer dizer que seja negativo, parabéns pela

coragem, até penso que pode ser bastante positivo. Mas, Sr. Presidente, cuide-se. Já sabem que para a próxima não se pode candidatar, portanto já ganharam alguma coragem.

-----Pela minha parte queria justificar o meu voto contra da seguinte forma.

-----**Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “A CDU não votou favoravelmente o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o ano 2011 para o Concelho de Bragança, desde logo porque a AM está manietada nas suas decisões. Só lhe resta votar a favor ou contra. Por outro lado, existem, ainda, um conjunto de factores que nos levam a votar contra, como sejam:

----- 1. Em primeiro lugar, porque, muito embora o documento em causa contenha obras da maior importância para o Município, ele revela, ao mesmo tempo, graves lacunas em estratégias da política municipal como seja: não existe uma política de desenvolvimento para o Concelho e defesa do meio rural; não se conhece uma estratégia e uma política clara para as áreas culturais, desportivas e da Juventude; falta um programa de habitação social; entre muitas outras áreas consideradas fundamentais.

----- 2. Não há uma política de apoio ao comércio e à indústria do Concelho. E, como toda a gente sabe: os micros, pequenos e médios empresários do Concelho (que são a esmagadora maioria) vivem tempos difíceis, e esperavam por parte do Município a definição clara de políticas de apoio a este sector.

----- 3. Perante o ataque que o Governo está a fazer ao Poder Local, cortando verbas e, alinhando com a teoria da “psicologia da crise”, os autarcas do PSD resignam-se e são cúmplice dos carrascos. CDU não pode concordar com esta política de “terra queimada”, por do Governo/ PS Sócrates, e da Autarquia de maioria do PSD.

-----4. As transferências de competências e meios técnicos e financeiros para as Juntas de Freguesia continuam sendo uma miragem.....

----- Pode dizer-se que, a proposta de Plano Plurianual de Investimentos e Orçamentos para 2011, não responde a muitos dos problemas que o Concelho e as suas populações enfrentam no momento actual.....

----- Este Plano e Orçamento não passa de um documento demagógico, miserabilista, negativista, e populista.

-----A CDU lamenta ainda o facto de mais uma vez a maioria no executivo camarário não cumprir o Estatuto do Direito de Oposição nomeadamente, o art. 5º da lei 24/98, quando estabelece que os partidos da oposição com representação na Assembleia Municipal, e *agora sito o*

artigo, têm “o direito de serem ouvidos, em consulta prévia, sobre propostas dos respectivos orçamentos e planos”

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Para a sua declaração de voto, em representação do PS, Bruno Veloso.

-----**Bruno Veloso** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Também nesta declaração de voto não posso deixar de saudar as intervenções que durante este debate ocorrem, e particularmente a coragem, porque, às vezes, é nalguns momentos de coragem que se vêem as grandes pessoas e algumas atitudes, e não posso deixar de destacar a intervenção célebre da Alexandra Reis, nesta AM, e a sua atitude, aliás como de outros membros do PSD.

----- Relativamente àquilo que foi a minha intervenção e à falta de investimento canalizado, potencie a receita, ao excesso de despesismo, naturalmente obrigaram o PS a votar contra.

----- Não posso também nesta declaração de voto deixar de manifestar o meu descontentamento perante o facto da Mesa da AM ter recusado uma recontagem, da qual é um direito que o Regimento confere, não é nenhuma desconfiança, era apenas uma reconfirmação da contagem, até porque houve pessoas que durante a votação saíram da sala, pese embora a Mesa entenda que não, e portanto era uma recontagem, não tinha rigorosamente problemas nenhuns, era tão simples quanto isso e clarificava, de facto, um acto democrático de votação deste orçamento que fica assim manchado por um pequeno incidente que era de todo desnecessário, não questionando naturalmente os resultados. Obrigada.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Mas tenho que lhe responder e dizer-lhe a si e ao Deputado José Brinquete, começo pelo Sr. Deputado da CDU.

----- José Brinquete, quando disse que a votação foi condicionada, talvez a palavra lhe tenha saído inadvertidamente, mas eu quero recordar que a elaboração do Orçamento e Plano é da responsabilidade do Executivo da Câmara Municipal de Bragança, que o propõem, para deliberação, à AM, em nenhum momento vocês, tal como que são espectadores atentos, houve condicionamento do que quer que fosse, desta AM, efectivamente a este momento. Portanto não aceito que tenha dito essa expressão, que esta decisão, esta deliberação, ou este acto foi condicionado, em nenhum momento a Mesa condiciona, ou quem quer que fosse, na explanação das vossas ideias, enfim, das vossas intervenções, às vezes até deu tempo a mais, provavelmente, se alguma falha foi, foi ter dado tempo a mais.

-----Segundo - Manchado! Quero-vos dizer que antes de iniciar a votação, ainda estavam no uso da palavra os dois últimos deputados, já eu estava a pedir aos Secretários da Mesa que fizessem contagens, recontagens, tomando a atenção à entrada e à saída das pessoas, em verdade vos digo

que, em vários momentos, eu pedi mais do três vezes seguidas tive que pedir a recontagem à esquerda e à direita, os números batiam certo, e eu tive o cuidado de dizer, porque sabia que isto ia acontecer. A expressão da votação não levanta nenhuma dúvida contra a vontade desta AM naquilo que aprovou e da forma como que o fez, mas, de qualquer forma, não gostava que ficasse a transparência do acto manchado, como vocês disseram, não ficou. Mas contámos, eu não contei, mas os Srs. Secretários da Mesa contaram autonomamente e a meu pedido, provavelmente por três vezes, que se fizesse a contagem, disse aos Srs. Deputados que se feito a contagem e anunciava oitenta e quatro Deputados, que se mantivessem na sala, houve alguns que saíram. Mas quero vos dizer, o Professor Acúrcio dizia-me várias vezes, saiu este, e eu dizia-lhe, olhe, entrou mais um, saiu mais um. Mas vou dizer, foi feita uma nova recontagem, e eu garanto-vos que a transparência do acto está indelével, e portanto é minha opinião, mas tenho que a transmitir, faremos sempre desta forma, contagens e recontagens, pedimos aos Deputados que não abandonem a sala, e vocês ainda pondera a em questão a transparência da Mesa.

----- Termino dizendo, não acho que esta votação, aliás, tenho a absoluta certeza, que este acto decorreu sem condicionamento algum e na maior das transparências e a Mesa contribuiu para isso também. Muito obrigado pela vossa paciência em ouvir-me.

-----Havia mais uma declaração de voto, julgo eu, da Alexandra, representante da Junta da Sé, ou quer faz-la por escrito? Verbalmente? Tem a palavra.

-----**Alexandra Reis** – Sr. Presidente de Câmara, obrigado pelo esclarecimento relativamente às obras na área urbana.

-----A declaração de voto da Junta de freguesia da Sé vai ao encontro da pouca democraticidade que tem com o nosso Órgão e com as restantes Juntas de Freguesia. Nós achamos lamentável que continue a tentar meter-se nas actividades que são apresentadas à Assembleia de Freguesia e aprovadas por ela, não admitimos esse tipo de situação. Obrigada.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.....

----- Pediu a palavra, em defesa da honra, o Sr. Deputado José Brinquete, faça o favor.

-----**José Brinquete** – É para esclarecer um equívoco, a declaração que eu fiz, li *ipsis verbis* um texto que escrevi, portanto o Sr. Presidente da AM percebeu ma, eu não disse que o voto foi condicionado, pode, aliás, verificar porque entreguei o texto na Mesa, eu disse que esta AM, até para ser mais rigoroso, esta AM está manietada na sua votação. E o que é manietada na sua votação? Esta AM, não é a Mesa, somos nós todos, porque não foi sempre assim! Até à aprovação da Lei 100/84, que nem sequer é a que está agora em vigor, que é a 169 com as alterações da 5-A, até à 100/84 as Assembleias Municipais podiam fazer propostas de melhoramento dos Planos de Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

Actividades e depois deixaram de fazer, e agora só nos resta votar a favor ou contra, não podemos melhorar, onde se pode melhorar ou piorar conforme a interpretação é no Executivo, e também de facto é bom dizer que quer a oposição do Executivo do PS, com dois vereadores, quer a oposição do Movimento Sempre Presente, eu li as actas todas, não deram contributos para melhorar o plano de actividades, e aí podiam dá-lo, remeteram-se a uma declaração final. Também conhecemos, está na acta, recebemos até como anexo.

----- Portanto que se entenda que eu acho que a Mesa dirigiu bem os trabalhos, esta polémica com o Grupo Parlamentar do PS é um caso diferente, não tira legitimidade à forma de votar, embora também fosse legítimo ir para a outra forma havendo dúvidas dum Grupo Parlamentar, isso deve ser feito quer nesta figura regimental quer até noutra. Por exemplo, um Grupo pode pedir 10 minutos de suspensão e a Mesa não pode rejeitar, mas eu reconheço a legitimidade da votação, portanto não tenho o problema que o PS tem e o PS é legítimo de ter, certo, certo, certo e também tinha direito a uma recontagem, porque quando há dúvidas nada melhor do que esclarecer. Portanto, em resumo, eu acho que a Mesa conduziu bem os trabalhos, nós todos é que estamos manietados pela forma de votação deste documento, espero que tenham entendido.

-----**Presidente da Mesa** – Eu entendi, agora. Muito obrigado pela sua explicação, e também peço desculpa se, de facto, o ofendi, a palavra condicionado não aparece no texto, veremos depois a posição em que a colocou, nas actas, mas obrigado pelo seu esclarecimento, foi, agora, claro. ...

----- Qual o motivo, Sra. Deputada, para intervir? Direito de resposta? Declaração de voto? Correcto, muito obrigado, faça o favor, não tinha entendido isso, há pouco, porque não tinha registado a sua intenção de voto. Tem a palavra para a sua declaração de voto.

-----**Ana Almeida** – Eu vim aqui, essencialmente, acho que na minha intervenção também dei a conhecer o meu sentido, tendo dado a conhecer o meu sentido de voto deixei já, de alguma forma, subjacente os motivos da minha declaração de voto e essencialmente aquilo que mais sobressaiu foi a falta de estratégia para o Município, só que agora o Sr. Presidente não queira escamotear aquilo que está em cima da Mesa. Efectivamente quando lhe respondeu que as transferências de dinheiro para os escritórios de advogados eram de milhões, ninguém lhe perguntou sobre processos e valores de processo, o que lhe perguntou foi, quanto é que devia ao escritório de advogados, e em resposta a essa pergunta o Sr. Presidente respondeu que nem sabia apurar e que eram milhões. Portanto ninguém lhe perguntou valores de acção, não queira escamotear aquilo que é verdade. .

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada pela sua explicação de voto.

-----Passamos ao

PONTO 4.2.2 - CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO (VINTE ANOS), NO VALOR DE 675.000,00 EUROS, PARA FINANCIAMENTO DA COMPONENTE DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO REFERENTE À EXECUÇÃO DOS PROJECTOS “CRIAÇÃO DA CICLOVIA DA MÃE D’ ÁGUA E CRIAÇÃO DA PRAÇA DA NOVA MÃE D’ ÁGUA”, “CIRCUITO DE MANUTENÇÃO DE SANTA APOLÓNIA – 2.ª FASE” E “FORNO COMUNITÁRIO” – RELATÓRIO FINAL ELABORADO PELO JÚRI;.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e nove de Novembro do ano de dois mil e dez, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO (VINTE ANOS), NO VALOR DE 675.000,00 EUROS, PARA FINANCIAMENTO DA COMPONENTE DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO REFERENTE À EXECUÇÃO DOS PROJECTOS “CRIAÇÃO DA CICLOVIA DA MÃE D’ ÁGUA E CRIAÇÃO DA PRAÇA DA NOVA MÃE D’ ÁGUA”, “CIRCUITO DE MANUTENÇÃO DE SANTA APOLÓNIA – 2.ª FASE” E “FORNO COMUNITÁRIO” - Relatório Final elaborado pelo Júri.

Pelo Sr. Presidente foi presente o Relatório Final elaborado pelo Júri do concurso em epígrafe:

“Nos termos do disposto no artigo 35.º, do n.º 2 do artigo 36.º, do n.º 6 do artigo 38.º e do n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como nos termos do preceituado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as devidas alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a contracção do empréstimo acima referido teve por base a consulta a 12 instituições de crédito, a saber Banco Popular, BANIF, Barclays, BPI, Caja Duero, Montepio, Banco Espírito Santo, Caixa de Crédito Agrícola, BBVA, Millennium BCP, Santander Totta e Caixa Geral de Depósitos.

Dentro do prazo estabelecido apresentaram propostas as instituições de crédito BANIF, BBVA, Caixa Geral de Depósitos e Santander Totta.

O

júri procedeu à sua análise apresentando, em anexo, o quadro resumo dos elementos propostos,

tendo como referência os seguintes parâmetros: Taxa de juro contratual – Euribor a 6 meses; TAE (à data de 09 de Novembro de 2010); Spread; Pagamento de juros; Reembolsos de capital; Garantias; Comissão e outros encargos.

Face às condições apresentadas pelas já referidas instituições de crédito e em resultado da conjugação dos parâmetros objecto de análise o concorrente Caixa Geral de Depósitos apresenta a proposta mais vantajosa para o Município.

De acordo com o relatório final elaborado e tendo em atenção que, em função da aplicação dos critérios que haviam sido previamente fixados, o júri elaborou um relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, donde resultou a seguinte ordenação para efeitos de adjudicação:

Em 1.º lugar Caixa Geral de Depósitos; em 2.º lugar Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.; em 3.º lugar Banco Internacional do Funchal, S.A. e em 4.º lugar Banco Santander Totta, S.A.

O júri notificou todos os concorrentes sobre o projecto de decisão final, tendo beneficiado do prazo de três dias úteis, para se pronunciarem.

O resultado deste procedimento foi o seguinte:

- O concorrente Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., apresentou, no dia 23 de Novembro, a reclamação que se anexa e que, genericamente, se traduz no seguinte:

“O Spread oferecido pelo n/ Banco, sendo inferior ao da CGD, tem contudo implícito um conjunto de contrapartidas que para além da domiciliação dos fundos do OGE se exige uma concentração do movimento bancário no BBVA, no mínimo de 50%. Por outro lado, e para que este compromisso de concentração de movimento bancário (caso seja aceite) pudesse ser ao longo do tempo aferido e tenha alguma eficácia, definiu-se uma regra de agravamento do spread num cenário de incumprimento desse compromisso e como forma de compensação das contrapartidas não satisfeitas. Ou seja, se este compromisso fosse aceite, seria plasmado em contrato e constituiria mais uma das obrigações do Município e que se no futuro não fosse cumprido, o Banco poderia unilateralmente agravar o Spread como condição alternativa à da possibilidade de exigência de “liquidação antecipada” do empréstimo (que é o que acontece normalmente quando um cliente não cumpre uma obrigação prevista contratualmente num empréstimo). Reconhecerão concerteza V. Exas. que um qualquer Banco que possua uma quota de crédito tão significativa num qualquer cliente, sendo de longe o seu principal Banco financiador, pretenda idêntica correspondência em termos de movimento Bancário.

Para além de compreensível esta n/ posição, também é certo que o cumprimento desses “compromissos” por parte do Município, não resulta necessariamente numa situação desfavorável

Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010 351

para o Município, pois trata-se simplesmente de desviar uma parte do movimento bancário que possui noutros Bancos para o BBVA. Ou seja, o Município de Bragança tem ao seu alcance a possibilidade de garantir um spread de 4,0% neste empréstimo (embora com contrapartidas) que apenas depende de si – se cumprir com as suas obrigações uma vez aceites, pagará sempre um spread de 4,0%.

Referir ainda que o agravamento do spread teria um limite máximo de 1%, isto é, em caso de agravamento o Banco poderia agravá-lo no máximo até 5%. Isto significa que o empréstimo ao longo da sua vida útil, poderia ter diferentes spreads, ou 4% ou outro diferente até 5%, situação que seria analisada semestralmente.

Esperamos que estas nossas explicações sejam úteis para V. Exas. ponderarem melhor uma decisão final quanto à adjudicação deste empréstimo de longo prazo, para cuja análise não poderão deixar de considerar que a obtenção de um Spread de 4,0% por parte do Município de Bragança, só depende do Município.”

Face à reclamação apresentada pelo concorrente Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., o júri deliberou não dar provimento à reclamação apresentada, em virtude de:

Ponderados os fundamentos da reclamação do concorrente BBVA, especialmente no que se refere ao compromisso de concentração de movimento bancário no BBVA, correspondente no mínimo a 50% dos fluxos financeiros de tesouraria (total das Receitas) do Município de Bragança (compromisso em linha com a quota de crédito actual que o BBVA possui no Município - que é de 51%) entendeu o júri que, na eventualidade de aquela condição não ser cumprida - e tendo por base os elementos patenteados na proposta - as penalidades que daí adviriam, em situação de incumprimento, acarretariam a longo prazo elevados custos para esta Autarquia. Tal facto ocorre em virtude da possibilidade de agravamento do spread da operação no decurso da vida útil da mesma, por decisão unilateral do banco, no caso de incumprimento do compromisso anterior (com verificação semestral).

Na reclamação apresentada pelo BBVA é referenciado que o agravamento do spread teria um limite máximo de 1%. Perante este facto, o Banco podia agravá-lo no máximo até 5%. No entanto, na proposta não é feita qualquer referência a esse limite pelo que, e tendo por base os elementos objecto de análise (patenteados na proposta) e considerando ainda que as variáveis não podem ser analisadas de forma individual, mas sim conjuntamente, o júri entende que a proposta apresentada pelo concorrente Caixa Geral de Depósitos é a mais vantajosa para o Município.

Em consequência e em virtude do concorrente Caixa Geral de Depósitos ter apresentado a proposta mais vantajosa para o Município, o júri deliberou propor que lhe seja adjudicada a Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

contracção do empréstimo de longo prazo (20 anos), no valor 675 000,00 € (seiscentos e setenta e cinco mil euros), à taxa de juro contratual Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 4,24%.

Em face do que antecede, solicita-se à Exma. Câmara que aprove o relatório final elaborado pelo júri e que delibere no sentido de remeter à digníssima Assembleia Municipal para que esta aprove a contracção do supra referido empréstimo nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Após análise e discussão, foi deliberado por unanimidade, dos membros presentes, aprovar o Relatório Final elaborado pelo Júri do concurso para a contracção de Empréstimo de Longo Prazo (vinte anos), no valor de 675.000,00 euros, para financiamento da componente de Investimento Autárquico referente à execução dos projectos “Criação da Ciclovia da Mãe d’ Água e criação da Praça da Nova Mãe d’ Água”, “Circuito de Manutenção de Santa Apolónia – 2.ª fase” e “Forno Comunitário.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a contracção do referido empréstimo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 02 de Dezembro de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXOS:

1 – Relatório de Apreciação de Propostas

2 – Mapa comparativo

3- Relatório Final

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, pretende dar esclarecimentos adicionais relativamente àquilo que foi entregue aos Srs. Deputados?

----- **Presidente da Câmara** – Trata-se da contracção de empréstimo no valor de 675.00.00€ junto da Caixa Geral de Depósitos, com juro contratual da *euribor* a 6 meses acrescida de um *spread* 4,24%. O financiamento destina-se a investimento em projectos financiados por fundos comunitários. A contracção do presente empréstimo não agrava a dívida de médio e longo prazo, visto a amortização prevista para o ano de 2011 ser de 1.090.555.88€, prevendo-se, assim, em Dezembro de 2011, tanto a dívida de médio e longo prazo continuem a baixar, apesar do seu valor ser já significativamente baixo, face ao limite legal de endividamento. Saliento que no distrito há municípios com uma dívida cinco vezes superior à do Município de Bragança, se avaliada pelo valor da receita de cada município.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento? Não há.

----- Intervenções sobre esta matéria?

-----A Mesa regista dois pedidos de intervenção, Sr. Deputado José Brinquete e Sr. Deputado Luís Vale. Tem a palavra o Sr. Deputado José Brinquete.

-----**José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, depois dos esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, eu queria dizer o seguinte: A pior coisa que pode haver é no dia em que estamos a aprovar um plano e orçamento e um plano de investimentos plurianual, que sabemos com quanto vamos contar, não termos, portanto, como é que eu hei-de de dizer, o sentido da responsabilidade, e até tendo em conta, depois há um conjunto de, posso chamar, alguma retórica, em textos que a crise e etc., etc., etc., e portanto não termos este princípio que é, vamos ter para o ano 2011, 37.000.000€, por exemplo e temos que nos governar com os 37.000.000€, é precisamente no dia em que se aprova este documento que a Câmara e aqui também com o apoio do partido PS e do Movimento Sempre Presente, porque isto é uma proposta por unanimidade do Executivo, é preciso dizer, que diz - vamos já contrair junto da Banca mais 675.000€, e claro, depois está aqui uma espécie de ratoeira, salvo seja, não quero ser inoportuno, nem muito menos caçador de ratos, há aqui uma ratoeira que é, estão aqui umas obras que depois podem levar muita gente a dizer - *E pá!* Mas este dinheiro é para estas obras - não faz sentido nenhum, estas obras acabámos de aprovar no plano de actividades e orçamento há pouco, todas elas, e se são obras verdadeiras, se são obras a sério, tem que ter cabimento orçamental, e portanto tal como em outros pedidos de empréstimos e para mim não serve dizer que há Municípios mais endividados, pois há! Alguns até há autarcas que deviam

estar presos, porque as prisões também se fazem para quem comete asneiras, não é só para os pilha galinhas. E portanto com o mal dos outros não nos damos nós bem.

-----Mas há aqui duas questões centrais que determinam o nosso voto. A primeira é de que, mais tarde ou mais cedo, quem vai pagar este endividamento são os munícipes, somos nós, com mais taxa para aqui, com mais taxa para ali, com mais taxa para o outro lado. Depois vamos novamente a engordar os bolsos dos bancos, que isto é para pagar juros aos bancos, e nem sequer há um estudo, que possa dizer que precisamos mesmo deste dinheiro, porque depois nós vamos ver às obras que aqui estão, já aqui se disse, a Ciclo Via à volta do IPB tem os defeitos que tem, mas há consenso que ali ficava bem um circuito. Mas agora o que se propõe é uma segunda fase para o Polis, que é destruir o que se fez à quatro ou cinco anos, vai-se destruir-se o percurso que se fez há quatro ou cinco anos, ou fazer um novo, como quisermos. E é uma Ciclo Via também para o bairro da Mãe de Água, eu nem sequer estou a ver qual é o traçado, a praça nova também não sei onde é que é, mas qual é o traçado do bairro da Mãe de Água é a antiga linha de caminho de ferro? Isso até podia estar aqui explicado. Mas eu nem sequer contesto as obras, porque as obras já estão aprovadas no plano, eu contesto é o principio fundamental de endividamento do Município, endividamento cego, que, mais tarde ou mais cedo, somos todos nós que vamos pagar e portanto o estar a enfiar dinheiro nos bolsos dos bancos. Portanto a CDU só pode votar contra.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Sr. Deputado do BE, Luís Vale.

-----**Luís vale** – Obrigado Sr. Presidente. Bem, apenas duas pequenas notas, porque, de facto, o ponto da agenda, que é o que nos foi distribuído, refere a discussão e deliberação sobre a contracção de empréstimo de longo prazo, mas a certidão apenas se refere à aprovação do relatório de júri que seleccionou as propostas do empréstimo, portanto não sei, ou eu li mal, há aqui qualquer diferença, a dúvida que nos resta e como já várias vezes fizemos referencia nesta AM, é saber se tais projectos e nomeadamente estes três ou quatro projectos, individualmente e colectivamente, são tão importantes para a comunidade que justifique a Autarquia ir-se endividar por mais vinte anos, e portanto como achamos que não são assim tão importantes quanto isso e como somos contra o endividamento principalmente a longo prazo por parte das Autarquias, vamos votar contra.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado em representação do PS, Professor Manuel Pires.

-----**Manuel Pires** – Relativamente a este ponto, o PS em coerência com aquilo que fizemos relativamente à votação do orçamento e plano, naturalmente não podia deixar de vir aqui justificar porque é que vai votar contra este empréstimo.

----- Primeiro - nós dissemos aqui que havia uma diminuição de receitas próprias na ordem dos quase 15%, portanto se havia essa diminuição, o que seria normal era possivelmente porque se estivéssemos também aqui no pedido de empréstimo em vez de ser para fazer obras, que parece que são obras em cima de obras, portanto sem qualquer utilidade prática e sem qualquer retorno, se eventualmente fossemos fazer obras, que eventualmente tivessem algum custo/benefício para o Município, nomeadamente aproveitamento da energia renováveis, estudos relativamente à capacidade endógeno que tem este Município para poder produzir energia, como se produz, por exemplo, no Alto Sabor, porque temos mais recursos endógenos que poderíamos naturalmente fazer estudos no sentido de produzir mais energia, por exemplo a nível das hídricas e aí, de facto, aumentaríamos as receitas próprias e seria uma forma de nós vivermos menos da dependência dos FEFs e de outras transferências para o Município, nós entendemos que, de facto, isto não nos vai trazer nada de novo, traz-nos mais dívida e por causa disso e porque há, de facto, uma diminuição de receitas próprias e não se prevê que possamos vir a ter mais, nós votaremos contra.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra para a sua intervenção também o Sr. Deputado da bancada do PS, Vítor Prada Pereira.

-----**Vítor Pereira** – Muito rapidamente responder aqui a uma intervenção, aliás uma afirmação que fez o Deputado Brinquete, que não corresponde à verdade, aliás também não é a primeira vez que isso acontece nos documentos que vêm para AM, não sei com que intuito, muitas das vezes a redacção que é dada aos documentos é uma redacção que nos pode levar a algumas interpretações e onde há pelo meio alguns *subterfúgios*, quem não estiver atento, pode acontecer, e o que acontece aqui neste documento é que os nossos Vereadores votaram contra, votaram a favor do relatório do júri, do júri que seleccionou, que disse que em primeiro ficava o fulano de tal e etc. etc. e votaram a favor da apresentação, como têm que o fazer para vir à AM a discutir o documento. Eles votaram contra! Que fique bem claro.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida.

-----**Ana Almeida** – Boa tarde. Para além de tudo que já aqui foi dito pelos colegas Membros e que é sempre muito pertinente ouvir, o meu sentido de intervenção continua a bater e a rebater aquilo que eu acho que é a ausência e a grande omissão deste Município, a falta de política e de

estratégia, que efectivamente continuamos a apostar em intervenções casuísticas, então a Ciclo Via da Mãe de Água é uma coisa sô real, não se percebe, tanto mais que eu lembro-me, aqui há um ano, quando se discutiu a primeira fase da Ciclovía eu ter perguntado e na medida em que tinha sido há pouco tempo aprovado a Revisão do PDM de Bragança, se havia alguma politica de continuidade para transportes alternativos e qual iria ser o desenvolvimento dessa Ciclovía.

-----Na altura não foi dito nada, hoje estamos aqui a ver que se prepara para haver uma segunda fase de continuidade ou de ligação do IPB com o Polis, o que até poderá fazer algum sentido, mas com a Mãe de Água, nada.

-----O que eu pergunto ao Sr. Presidente, é, mais uma vez, o Sr. Presidente está balizado por medidas Europeias, tem um programa que vê-se que não conhece mas devia conhecer, que é o programa da Mobilidade Urbana, que é o programa da Mobilidade Urbana, que é o programa CIVITAS, é uma resolução do Parlamento Europeu de 23 de Abril de 2009, Sr. Presidente da Câmara, que impõe a todos os estados Membros e nomeadamente a quem tenha atribuições e competências na matéria, que seja acelerada a investigação e inovação Europeias no domínio da mobilidade urbana, e para se ter estas politicas, ou para se enveredar por estas politicas, necessário seria que houve-se dados sobre o tráfego, incluindo os modos de deslocação não motorizados, bicicleta, marcha. Justifica? Não justifica? Esta medida está enquadrada numa politica alternativa de transportes? Está enquadrada numa politica de redução da poluição? Está incluída numa politica balizada por estatística e indicadores quantitativos e qualificativos sobre a politica do ar?.....

----- Mais uma vez, falta-nos tudo, falta-nos a base de decisão, falta-nos o sustento destas propostas, e portanto, mais uma vez, reitero, é a base das requisições, se calhar foi algum conjunto de cidadãos que requereu ou então o Sr. Presidente da Câmara como agora anda a apostar na requalificação daquela área, que acha que fica bonito, e portanto vamos a reboque das intervenções pontuais, por isto e antecipando já a minha declaração de voto vou votar contra.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.....

----- Estava imenso barulho, não quis interromper a intervenção da Sra. Deputada, mas estava muito barulho na sala, peço desculpa, havia deputados lá ao fundo a dizer que não estavam a ouvir.

-----Não há mais intervenções, pelo que quero-vos informar que, neste momento, estavam oitenta e dois, saiu agora a Deputada do CDS/PP, estão oitenta e um Deputados, registam-se dúvidas ou não, do vosso lado? Vamos então proceder à votação. Há oitenta e duas pessoas na sala, neste momento.

-----Muito obrigado Srs. deputados, podem retomar os vossos lugares, quero lembrar, mais uma vez, a Mesa tem sempre alguma dificuldade na contagem quando há ocupação por parte dos Srs. Deputados das filas que estão reservadas ao público, que são as duas últimas filas.....

-----Eu, sistematicamente, tenho vindo a apelar por esse processo, mas enfim. Ora bem, vocês, as vezes, não cumprem com isso que aqui a Mesa vos tem pedido.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA ABSOLUTA, COM VINTE VOTOS CONTRA, TREZE ABSTENÇÕES E QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- Declarações de voto, Srs. Deputados? Registaram-se duas declarações de voto, certo? Sr. Deputado Pedro Fernandes, tem a palavra para a sua declaração de voto.

-----**Pedro Fernandes** – Sr. Presidente claro que, conforme o Regimento, apresentarei por escrito a declaração de voto.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Carlos Moreno tem a palavra.

-----**Carlos Moreno** – As saudações habituais. E é meu entendimento haver uma relação directa entre este ponto de ordem de trabalhos com o ponto anterior, e em conformidade e para que o meu sentido de voto tivesse coerência, foi esse o motivo também que neste ponto de ordem de trabalhos, também tomei a iniciativa de me abster. Obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

-----O Sr. deputado Nuno Reis vai apresentar uma declaração de voto de forma escrita. Muito obrigado.

-----**Esta declaração de voto não foi entregue, por tal motivo não fica nesta acta.**

----- Passamos então para o ponto seguinte,.....

PONTO 4.2.3 - ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA- EM;
.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de Outubro do ano de dois mil e dez, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA-EM

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

“Na sequência da inspecção ordinária realizada pela IGAL – Inspeção Geral da Administração Local em 2009, ao Município de Bragança, foi o mesmo notificado da obrigatoriedade de proceder à alteração dos Estatutos da Empresa Municipal, “MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM”, por forma a dar cumprimento ao disposto nos artigos: 31.º, 32.º, 46.º e 47.º da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, na redacção introduzida pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2009).

O Município de Bragança comunicou a referida recomendação à Empresa “MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM”, através do ofício n.º 10 651, de 30/10/2009.

Assim, em conformidade com a alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º dos Estatutos do “MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM”, o Conselho de Administração desta Empresa, em reunião realizada, no dia 15 de Outubro de 2010, propôs a aprovação da alteração aos Estatutos, por forma a dar cumprimento integral à recomendação da IGAL ao Município de Bragança, alteração aprovada, por aquele órgão, passando os Estatutos a ter a seguinte redacção:

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA E SEDE

Artigo 1.º

DENOMINAÇÃO E NATUREZA

1- A MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, é uma Entidade Empresarial Local de

natureza Municipal, de capitais públicos, criada pela Assembleia Municipal de Bragança, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a qual fica sujeita à Tutela da Câmara Municipal de Bragança.

2- A capacidade jurídica da EEM, abrange o universo dos direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu objecto social.

3- A EEM, rege-se pelos presentes Estatutos, pelas deliberações e decisões competentes dimanadas da Tutela, pela legislação aplicável às ENTIDADES EMPRESARIAIS LOCAIS, e subsidiariamente, pelo regime do sector empresarial do Estado e, no que neste não for especialmente regulado, pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Artigo 2.º

SEDE E REPRESENTAÇÃO

1- A MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, tem a sua sede na cidade de Bragança, no Forte de São João de Deus (Mercado Municipal de Bragança) freguesia da Sé, concelho de Bragança.

2 - Por deliberação do Conselho de Administração, a sede da EEM, pode ser deslocada para qualquer outro local dentro do concelho de Bragança.

3- Por deliberação do Conselho de Administração pode a EEM, proceder à abertura de delegações, agências, gabinetes ou qualquer outra forma de representação que entenda conveniente para a prossecução dos seus fins.

CAPITULO II

OBJECTO, ATRIBUIÇÕES, DURAÇÃO E CAPITAL ESTATUTÁRIO

Artigo 3.º

OBJECTO SOCIAL

1- A MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, tem como objecto social a gestão e exploração do novo Mercado Municipal de Bragança e das suas envolventes directas, o qual se destina ao comércio por retalho de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de outras actividades complementares ou subsidiárias.

2 – A gestão da empresa deve visar a prossecução do desenvolvimento local, assegurando a viabilidade económica e equilíbrio financeiro da mesma, designadamente nas seguintes vertentes:

a) Assegurar a exploração, bom funcionamento e manutenção do novo Mercado Municipal de Bragança em condições de promoção da qualidade e segurança alimentar e de renovação e animação comercial.

b) Promover uma melhoria contínua da qualidade do serviço prestado através de planos e programas a desenvolver com essa finalidade.

c) Promover a prossecução de actividades complementares ou subsidiárias, designadamente a exploração e a gestão da área de estacionamento afecta ao novo Mercado Municipal assim como acções de promoção e desenvolvimento do comércio e da agricultura local.

3- No âmbito da execução do objecto previsto nos números anteriores o pessoal ou membros dos órgãos sociais da MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, ficam investidos dos necessários poderes de autoridade nos termos adiante previstos nestes estatutos

Artigo 4.º

DURAÇÃO

A MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, terá duração ilimitada.

Artigo 5.º

CAPITAL ESTATUTÁRIO

1. A MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, tem um capital estatutário, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, de € 1.659.000,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e nove mil euros), representado por 331.800 acções de valor nominal de cinco euros, cada uma.

2. O capital da empresa pode ser alterado através de dotações e outras entradas em dinheiro ou em espécie, a efectuar pelo Município ou mediante a incorporação de reservas.

CAPITULO III

ÓRGÃOS DA ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 6.º

ORGÃOS DE ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL

São órgãos da MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM:

a) O Conselho de Administração;

b) O Fiscal Único.

Artigo 7.º

MANDATO E EXERCÍCIO DE FUNÇÕES

1- O mandato dos membros dos órgãos sociais tem a duração de quatro anos, e será coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo dos actos de exoneração e da continuação de funções até à efectiva substituição, sendo de três o número máximo de renovação consecutiva do mandato.

2- O exercício de funções dos membros dos órgãos sociais é acumulável com o exercício de outras funções profissionais sem prejuízo das incompatibilidades previstas na lei, em especial, no Estatuto do Gestor Público, no que respeita aos administradores.

3- É proibido o exercício simultâneo de funções nas Câmaras Municipais e de funções remuneradas, a qualquer título nos órgãos da MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM.

4- É ainda proibido o exercício em simultâneo de quaisquer funções executivas na MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, por membros da Assembleia Municipal de Bragança.

5- Os membros do Conselho de Administração, ficam sujeitos aos sistemas de avaliação de desempenho que venham a ser aprovados pelo Município, competindo à Câmara Municipal a respectiva implementação e execução.

Artigo 8.º

REMUNERAÇÕES

Aos membros do Conselho de Administração e ao Fiscal Único será atribuída uma remuneração certa mensal, que será fixada pela Câmara Municipal de Bragança, com observância do Estatuto Remuneratório dos Gestores Públicos.

SECÇÃO II

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9.º

COMPOSIÇÃO

O Conselho de Administração é composto por um Presidente e dois Vogais, nomeados e exonerados pela Câmara Municipal de Bragança.

Artigo 10º

COMPETÊNCIA

1. Compete ao Conselho de Administração praticar todos os actos necessários à gestão da Entidade Empresarial Local, nomeadamente:

- a) Gerir a Entidade Empresarial Local praticando todos os actos e operações relativos ao objecto social, bem como administrar o respectivo património;
- b) Estudar e emitir parecer sobre matérias que a Câmara Municipal de Bragança entenda dever submeter-lhe, no âmbito das suas competências e atribuições;
- c) Elaborar planos de actividades, orçamento anual e plurianual, balanço previsional e outros instrumentos de gestão previsional que sejam determinados por Lei e, submetê-los à aprovação da Câmara Municipal de Bragança;

- d) Elaborar anualmente os documentos de prestação de contas, designadamente, o balanço, demonstração de resultados, anexo ao balanço e à demonstração de resultados, demonstração dos fluxos de caixa, relatório de gestão com proposta de aplicação de resultados, relatório das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo e relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimento e submetê-los à aprovação da Câmara Municipal de Bragança;
- e) Elaborar os relatórios trimestrais de execução orçamental;
- f) Elaborar no final do terceiro trimestre a projecção do resultado anual operacional
- g) Elaborar o quadro de pessoal e respectivo estatuto remuneratório;
- h) Promover a contratação de pessoal, louvar ou premiar os trabalhadores, decidir a suspensão ou cessação de contratos de trabalho;
- i) Contrair empréstimos, angariar financiamentos e realizar outro tipo de operações, tendo em vista a realização do objecto social;
- j) Efectivar a amortização, reintegração de bens e reavaliação do activo imobilizado, bem como a constituição de provisões;
- k) Adquirir, transmitir e alienar bens móveis, imóveis e direitos;
- l) Organizar os serviços, elaborar os regulamentos internos, definir o organigrama, a categoria do pessoal e exercer o poder directivo e disciplinar laboral;
- m) Constituir mandatários;
- n) Organizar e manter actualizado o cadastro de bens da Entidade Empresarial Local;
- o) Propor à Câmara Municipal de Bragança a aprovação de tarifas de preços a praticar pelos serviços da entidade Empresarial Local Municipal no âmbito das suas atribuições;
- p) Remeter à Câmara Municipal os regulamentos internos da empresa;
- q) Celebrar contratos de arrendamento, de empreitada, prestação de serviços e outros que sejam necessários ao funcionamento dos serviços ou à execução das atribuições da entidade Empresarial Local;
- r) Praticar os demais actos que lhe sejam cometidos pelos presentes Estatutos, Leis, Regulamentos e Tutela.

2. O Conselho de Administração poderá delegar em qualquer dos seus membros ou em director da entidade Empresarial Local, algumas das suas competências, definindo em acta os limites e as condições do seu exercício.

Artigo 11.º

REUNIÕES, DELIBERAÇÕES E ACTAS

- 1- O Conselho de Administração deliberará sobre a periodicidade das reuniões ordinárias e reunirá, extraordinariamente, sempre que o Presidente o convoque, por sua iniciativa ou por requerimento da maioria dos seus membros.
- 2- As reuniões terão lugar na sede social ou noutra local desde que assim determinado pelo Presidente do Conselho de Administração.
- 3- O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.
- 4- As deliberações do órgão são tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes ou representados.
- 5- O Presidente ou quem o substituir terá voto de qualidade.
- 6- As actas serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos membros do Conselho de Administração presentes na reunião.

Artigo 12.º

FORMA DE OBRIGAR

- 1- A Entidade Empresarial Local obriga-se com assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, devendo um deles ser o Presidente ou quem o substituir.
- 2- A Entidade Empresarial Local obriga-se ainda pela assinatura de um dos membros do Conselho de Administração, de mandatário ou procurador, nos actos e contratos para os quais o Conselho ou o Presidente tenham delegado poderes, dentro dos limites da delegação, do mandato ou da procuração outorgada para o efeito.
- 3- Nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura de qualquer dos membros do Conselho de Administração no exercício da competência que lhe tiver sido delegada.
- 4- Na prática dos actos pela Entidade Empresarial Local no âmbito de poderes delegados pelo Município, as respectivas prerrogativas de autoridade, serão exercidas pelo órgão ou membro de órgão designado nestes Estatutos, no acto de delegação de poderes ou, na falta de indicação, pelo Conselho de Administração ou por quem for por este indicado em deliberação expressamente tomada para o efeito.

Artigo 13.º

ESTATUTO REMUNERATÓRIO

O estatuto remuneratório, as ajudas de custo e demais regalias dos membros do Conselho de Administração serão fixados pela Câmara Municipal de Bragança, tendo em conta o disposto na Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e no Estatuto do Gestor Público, tendo a remuneração de cada administrador como limite o índice remuneratório do Presidente da Câmara Municipal Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

de Bragança, sem prejuízo da proibição prevista no artigo 8.º dos Estatutos.

SECÇÃO III

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14.º

COMPETÊNCIA

1- Compete, em especial, ao Presidente do Conselho de Administração:

- a)** Coordenar as actividades de gestão e de administração da Entidade Empresarial Local, tendo em vista a realização do seu objecto social;
- b)** Representar a Entidade Empresarial Local, em juízo e fora dele, activa e passivamente e em quaisquer actos ou contratos em que ela deva intervir, podendo delegar a sua representação noutro administrador ou em mandatário expressa e especialmente habilitado para o efeito;
- c)** Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração dirigindo os trabalhos e providenciando pela execução plena das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração, cabendo-lhe ainda determinar o lugar para a realização das reuniões caso sejam levadas a cabo fora da sede social;
- d)** Autorizar a execução de trabalhos e de obras, fixando os seus termos e condições;
- e)** Remeter, atempadamente, à Câmara Municipal os documentos que careçam da respectiva aprovação;
- f)** Desempenhar as demais competências estabelecidas nestes Estatutos e nos Regulamentos Internos.

2- Nas suas faltas e impedimentos o Presidente será substituído pelo membro do Conselho de Administração por si designado ou, na falta de designação, pelo membro do Conselho de Administração mais idoso.

3- Sem prejuízo do previsto no número anterior, o Presidente do Conselho de Administração poderá delegar ou subdelegar, respectivamente, o exercício de competências próprias ou em si delegadas, desde que a delegação ou subdelegação sejam admissíveis, noutro ou noutros Administradores indicando expressamente no acto o limite da mesma.

SECÇÃO IV

FISCAL ÚNICO

Artigo 15º

COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A fiscalização da Entidade Empresarial Local é exercida por um revisor ou por uma sociedade de Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

revisores oficiais de contas, a designar pela Câmara Municipal de Bragança, que procederá à revisão legal das contas, e a quem compete, designadamente:

- a) Fiscalizar a acção do Conselho de Administração;
- b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- c) Participar aos órgãos competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objecto da Entidade Empresarial Local;
- d) Proceder à verificação dos valores patrimoniais da Entidade Empresarial Local, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) Remeter semestralmente à Câmara Municipal de Bragança, informação sobre a situação económica e financeira da Entidade Empresarial Local;
- f) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a Entidade Empresarial Local, a solicitação do Conselho de Administração;
- g) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício;
- h) Emitir parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias a receber pela Entidade Empresarial Local;
- i) Emitir certificação legal das contas;
- j) Exercer as demais funções estabelecidas por Lei, Estatutos e Regulamentos da Entidade Empresarial Local ou pela Tutela.

Artigo 16.º

ESTATUTO REMUNERATÓRIO

A remuneração do Fiscal Único será fixada pela Câmara Municipal de Bragança.

CAPITULO VI

Artigo 17.º

PODERES DE TUTELA

1- A Câmara Municipal de Bragança exerce em relação à MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, os seguintes poderes:

- a) Aprovar as orientações estratégicas relativas ao exercício da função accionista na Entidade Empresarial Local, proceder à aprovação de planos estratégicos e de actividade, orçamento e contas, de dotações para capital, subsídios e indemnizações compensatórias;
- b) Definir emitir directivas e instruções genéricas ao Conselho de Administração no âmbito Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

dos objectivos a prosseguir;

- c) Proceder à supervisão dos actos dos órgãos sociais da Entidade Empresarial Local, o acompanhamento da sua actividade e o controlo da respectiva gestão, assegurando a prossecução do interesse público e das atribuições Municipais atribuídas à Entidade Empresarial Local;
- d) Aprovar propostas de alteração aos Estatutos e submeter à aprovação da Assembleia Municipal;
- e) Aprovar os instrumentos de gestão previsional;
- f) Aprovar e homologar tabelas de preços e tarifas a praticar pela Entidade Empresarial Local, sob proposta do Conselho de Administração;
- g) Aprovar dotações para o capital, subsídios e indemnizações compensatórias;
- h) Autorizar a aquisição de participações no capital de sociedades;
- i) Aprovar o estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único;
- j) Determinar a realização de auditorias e averiguações ao funcionamento da Entidade Empresarial Local.
- k) Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos de interesse para a Entidade Empresarial Local, podendo emitir as recomendações que considerar convenientes;
- l) Exercer outros poderes que lhe sejam conferidos pela Lei e pelos Estatutos.

2. Serão apresentados e submetidos à aprovação da tutela:

- a) Os orçamentos e planos de actividades anuais e plurianuais e respectivas revisões;
- b) O relatório do Conselho de Administração, as contas do exercício e a proposta de aplicação de resultados, bem como o parecer do Fiscal Único;
- c) As alterações do capital estatutário;

3. Carecem de autorização da tutela:

A aquisição, transmissão e constituição de direitos reais relativos aos seus imóveis;

- a) A reavaliação do activo imobiliário;
- b) A aquisição e venda de bens de valor superior ao anualmente fixado pela tutela;
- c) A obtenção de empréstimos de médio e longo prazo.

Artigo 18.º

RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL

1- A MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, responde civilmente perante terceiros pelos actos e omissões dos seus Administradores nos mesmos termos em que os comitentes Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

respondem pelos actos ou omissões dos comissários, de acordo com a Lei geral.

2- Os titulares dos órgãos respondem civilmente perante estes pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais ou estatutários.

3- O disposto nos números anteriores não prejudica a responsabilidade penal dos titulares dos órgãos da Entidade Empresarial Local.

CAPÍTULO VI

PATRIMÓNIO, FINANÇAS E FORMAS DE GESTÃO

Artigo 19.º

PATRIMÓNIO

1. Constitui património da MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, o universo de bens, direitos e obrigações que lhe forem conferidos nos termos destes Estatutos, os que lhe venham a ser atribuídos a qualquer título e os que adquiriu no cumprimento do seu objecto social ou no exercício das suas competências.

2. A Câmara Municipal de Bragança transferirá para a Entidade Empresarial Local os bens e os valores que considere necessários para o regular desenvolvimento das suas competências e atribuições, tendo em vista a prossecução do seu objecto social.

Artigo 20.º

RECEITAS

1. Constituem receitas da Entidade Empresarial Local:

- a) As receitas geradas pela sua actividade, e as resultantes de serviços prestados no seu âmbito;
- b) As participações, dotações, subsídios, doações, heranças ou legados que lhe sejam atribuídos ou deixados por qualquer pessoa individual ou colectiva, pública ou privada;
- c) Os rendimentos de bens próprios ou de outros cuja gestão ou administração lhe seja confiada com afectação das respectivas receitas;
- d) O produto da alienação de bens próprios, das mais-valias devidas pela valorização do seu património e dos empréstimos;
- e) Quaisquer outras receitas ou valores que lhe venham a ser atribuídos por lei ou contrato.

Artigo 21.º

FUNDOS DE RESERVA E APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO

EXERCÍCIO

1. A MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM deverá constituir os fundos de reserva julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de
 - a) Reserva legal;
 - b) Reserva para fins sociais.
2. Constitui reserva legal a dotação anual correspondente a 10% do resultado líquido do exercício deduzido da quantia necessária à cobertura de prejuízos transitados, reserva essa que somente poderá ser utilizada para a incorporação no capital ou para cobertura de prejuízos transitados.
3. A reserva para fins sociais a estabelecer pelo Município mediante proposta do Conselho de Administração, será fixada em percentagem dos resultados e destina-se à prestação de serviços colectivos aos trabalhadores da Entidade Empresarial Local.
4. Quando a conta de resultados de exercício encerre com lucros, o Conselho de Administração apresentará proposta à Câmara Municipal de atribuição dos mesmos resultados a favor do Município em valor a fixar.

Artigo 22.º

CRITÉRIOS DE GESTÃO

1. A gestão da MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, deve articular-se com os objectivos prosseguidos pelo Município de Bragança visando a promoção do desenvolvimento municipal, assegurando a sua viabilidade económica e equilíbrio financeiro, tendo sempre presente os imperativos de interesse público.
- 2 – Para o efeito, ter-se-ão em conta, nomeadamente, os seguintes critérios de gestão:
 - a) Ajustamento da oferta à procura economicamente rentável, excepto quando sejam contraídas com a Câmara Municipal da Bragança obrigações especiais decorrentes de contratos-programa que com ela sejam celebrados;
 - b) Avaliação de desempenho do pessoal e implementação de índices de produtividade compatíveis com padrões de competitividade do mercado;
 - c) Ajustamento dos índices de remuneração do pessoal à evolução da produtividade de forma compatível com o equilíbrio financeiro da Entidade Empresarial Local;
 - d) Fixação de tarifas e preços para os serviços prestados que permitam receita compatível com o equilíbrio da exploração a médio prazo;
 - e) Sujeição dos investimentos a levar a cabo a critérios de decisão empresarial, com a avaliação previsional da sua rentabilidade, período necessário de retorno e avaliação do risco, ressalvadas as situações emergentes da celebração de contratos-programa com o Município de Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

Bragança nos quais deverão ser estabelecidas as comparticipações públicas a estabelecer como contrapartida das obrigações assumidas e interesse público municipal;

- f) Compatibilização dos activos a financiar com os recursos financeiros disponíveis;
- g) Estabelecimento de esquemas de uma gestão previsional por objectivos e sectores da Entidade Empresarial Local, assente na descentralização e delegação de responsabilidades, adaptada à dimensão da Entidade Empresarial Local;
- h) Assegurar o equilíbrio das contas e da exploração económica em cada exercício e na óptica plurianual quando só assim possa ser aferido.

Artigo 23.º

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

1. A gestão económica da MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, é disciplinada pelos seguintes instrumentos de gestão previsional

- a) Plano plurianual e anual de actividades, de investimento e financeiro;
- b) Orçamento anual de investimento;
- c) Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e orçamento de custos;
- d) Orçamento anual de tesouraria;
- e) Balanço previsional;
- f) Contratos-Programa, quando os houver.

2. O plano plurianual e anual de actividades, de investimento e financeiro, deverão definir a estratégia a seguir pela Entidade Empresarial Local, os investimentos a levar a cabo e o seu financiamento, podendo ser reformulados quando as circunstâncias o justifiquem, bem como sujeitos aos desdobramentos necessários para permitir a descentralização de responsabilidades e o adequado controlo de gestão.

3. Os planos de actividades e demais instrumentos de gestão previsional de natureza anual deverão ser remetidos à Câmara Municipal de Bragança para aprovação até 30 de Outubro do ano anterior àquele a que respeitarem.

Artigo 24.º

CONTRATOS - PROGRAMA

1- O Município de Bragança poderá celebrar contratos-programa com a Entidade Empresarial Local, caso pretenda que esta realize investimentos de rendibilidade não demonstrada, ou adopte preços sociais.

2- Nos referidos contratos-programa deve ser definido pormenorizadamente o seu objecto e Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

missão, a justificação ou necessidade da sua realização, as funções de desenvolvimento local a desempenhar, e nele serão acordadas as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objectivos programados.

3- Os contratos-programa que vierem a ser celebrados integrarão o plano de actividades da Entidade Empresarial Local para o período a que respeitam.

4- Dos contratos-programa constará obrigatoriamente o montante das participações públicas que a Entidade Empresarial Local tem direito a receber como contrapartida das obrigações assumidas.

Artigo 25.º

EMPRÉSTIMOS

1- A MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, pode contrair empréstimos a curto, médio e longo prazo, bem como emitir obrigações.

2- A celebração de empréstimos a médio e longo prazo carece de autorização da Câmara Municipal.

3- A MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, não pode contrair empréstimos junto do Município de Bragança ou de qualquer outra entidade participante.

Artigo 26.º

AMORTIZAÇÕES, REINTEGRAÇÕES E REAVALIAÇÕES

A amortização, a reintegração e a reavaliação do activo immobilizado, bem como a constituição de provisões, serão deliberadas pelo Conselho de Administração da Entidade Empresarial Local, com observância pelo Sistema de Normalização Contabilística.

Artigo 27.º

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. A Entidade Empresarial Local deverá elaborar, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, os seguintes documentos:

- a)** Balanço;
- b)** Demonstração de resultados;
- c)** Anexo ao Balanço e à demonstração de resultados;
- d)** Demonstração dos fluxos de caixa;
- e)** Relação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo;
- f)** Relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos;
- g)** Relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação de resultados;

h) Parecer do Fiscal Único.

2- Os documentos referidos no número anterior, serão enviados à Tutela, para apreciação e aprovação.

3- O Relatório anual do Conselho de Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Parecer do Fiscal Único, serão publicados no Diário da República e num dos jornais mais lidos na área.

CAPITULO VII

PESSOAL

Artigo 28.º

ESTATUTO DE PESSOAL

1. O estatuto do pessoal da Entidade Empresarial Local MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, é o do regime do contrato individual de trabalho, ficando ainda sujeito ao regime de contratação colectiva que venha a ser aplicável por instrumento de regulamentação de natureza contratual ou administrativa.

2. Sem prejuízo do que se dispõe nos números seguintes, o pessoal da Entidade Empresarial Local está sujeito ao regime geral da Segurança Social.

3. Os trabalhadores com relação jurídica de emprego público podem exercer funções nas entidades do sector empresarial local por acordo de cedência de interesse público, nos termos da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro.

4. Os funcionários da Administração Central, Regional e Local e de Institutos Públicos podem exercer funções na Entidade Empresarial Local em regime de comissão de serviço, por afectação específica ou cedência ocasional, de acordo com o previsto na legislação geral em matéria de mobilidade.

5. Os funcionários de quaisquer outras empresas ou entidades públicas, podem exercer funções na Entidade Empresarial Local em regime de cedência ocasional, de acordo com o previsto no Código de Trabalho.

6. Enquanto se mantiverem na situação referida no número anterior, os funcionários mantêm todos os direitos inerentes ao lugar de origem, designadamente o direito à carreira e à Segurança Social, considerando-se, para todos os efeitos, o período de comissão como tempo de serviço efectivamente prestado no lugar de origem.

7. O pessoal do quadro dos serviços municipalizados cuja actividade passe a ser levada a cabo pela Entidade Empresarial Local, pode optar entre a integração no quadro desta ou manter-se no do Município, nos termos a estabelecer em protocolo entre a Entidade Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

Empresarial Local e o Município de Bragança, sem que ocorra, em qualquer dos casos, perda de remuneração ou de quaisquer direitos ou regalias.

8. O pessoal referido no número anterior que tenha ficado integrado no município e que exerça funções nas entidades do sector empresarial local nos termos do n.º 1 pode optar pela manutenção do estatuto de origem.

Artigo 29.º

FORMA DE PARTICIPAÇÃO

DOS TRABALHADORES NA GESTÃO DA ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL

1. A participação dos trabalhadores na gestão da Entidade Empresarial Local determina que a estes sejam prestadas todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade e direitos, bem como, sobre as seguintes matérias:

- a)** Instrumentos de gestão previsional e situação contabilística da Entidade Empresarial Local;
- b)** Regulamentos internos;
- c)** Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, mínimos de produtividade e, grau de abstencionismo.

2. Os trabalhadores da MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, devem ser consultados sobre:

- a)** Estabelecimento do plano anual de férias dos trabalhadores da Entidade Empresarial Local;
- b)** Alteração dos horários de trabalho aplicáveis a todos ou a parte dos trabalhadores da Entidade Empresarial Local;

3. Aos trabalhadores é assegurado o exercício do controle de gestão através das seguintes faculdades:

- a)** Apresentar ao Conselho de Administração sugestões, recomendações e críticas tendentes à formação profissional dos trabalhadores e, em geral, à melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança;
- b)** Defender junto do Conselho de Administração os legítimos interesses dos trabalhadores;
- c)** Gerir ou participar na gestão das obras sociais da Entidade Empresarial Local.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30.º

EXTINÇÃO E LIQUIDAÇÃO

1. A extinção, reestruturação ou fusão da MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, é da competência da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal.
2. Em caso de extinção, a deliberação que a approve deve ser seguida de liquidação do respectivo património.

Artigo 31º

CASOS OMISSOS E INTERPRETAÇÃO

As omissões e dúvidas de interpretação ou aplicação dos presentes Estatutos serão resolvidas pela legislação em vigor ou, na falta ou omissão desta, pela Tutela.

Mais proponho que, a presente proposta de Estatutos seja submetida, nos termos, do artigo 39.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, à aprovação da Câmara Municipal, e que, para efeitos do previsto na alínea I), n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a presente proposta de Estatutos do “MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM”, seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração aos estatutos da Empresa MMB – Mercado Municipal de Bragança, EEM, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea I), n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Maria Salomé Mina e Leonel Afonso

Os Srs. Vereadores, apresentaram a seguinte Declaração de Voto:

“Votamos favoravelmente a alteração de estatuto da MMB-EM, por se tratar de uma imposição da lei e da intervenção da IGAL – Inspeção Geral da Administração Local, decorrente de auditoria levada a cabo à Câmara Municipal. Reiteramos posições anteriormente assumidas acerca da MMB-EM, e consideramos que a empresa, altamente deficitária, deveria ser extinta.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 25 de Novembro 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”.

----- **Presidente da Mesa** - Os documentos foram apresentados, Sr. Presidente de Câmara

pretende fazer esclarecimentos adicionais?

-----**Presidente da Câmara** – Trata-se de adequar os estatutos da empresa ao novo Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, na redacção dada pela lei n.º 64-A/ 2008, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2009).

-----A versão de alteração foi elaborada pela Sociedade de Revisores de Contas - Fátima Pereira & Carlos Duarte, ROC, tendo sido aprovada em reunião de Conselho de Administração da Empresa, realizada a quinze de Outubro de 2010, submetida a aprovação em Reunião de Câmara Municipal de vinte e cinco de Outubro de 2010, para efeitos do previsto na alínea e) do nº 2 do art. 53º da Lei 169/99 de 8 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a mesma enviada para aprovação da AM, nos termos em que estão transcritos.....

----- A empresa cumpre correctamente e com estabilidade a sua missão, e será a curto prazo sujeita a alterações a submeter a aprovação desta AM.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

-----Pedidos de esclarecimento? Há um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Bruno Veloso, do PS, faça favor, disponha.

-----**Bruno Veloso** – Muito boa tarde, Sr. Presidente. De facto o Sr. Presidente remete para esta AM a nova proposta de estatutos não referindo concretamente onde é que eles são alterados, excepto as disposições legais, e eu gostaria e temos esse direito de receber, aquando desta proposta de alteração, a recomendação do IGAL que recomenda esta alteração, portanto deve ter recebido esse relatório de conclusões e deveria estar anexo a essa conclusão para poder ser analisado por nós.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado pelo pedido de esclarecimento.....

----- Há mais pedidos de esclarecimento? Dr.ª Cláudia, tem a palavra para pedido de esclarecimento.

-----O Sr. Presidente de Câmara responde depois no final das questões.

-----**Ana Almeida** – Boa tarde de novo. Ouvei, à saída, na hora de almoço, alguém dizer assim: A Graça Morais está em descrédito, porque ninguém pinta tão bem como o Sr. Presidente da Câmara. E, de facto, é verdade. Os malabarismos das palavras, ouçam, ouçam, os malabarismos das palavras são, de facto, excelentes, porque dá a entender a esta AM, o Sr. Presidente, e creio que foi essa a intervenção do Bruno Veloso, dá a entender, o Sr. Presidente, a esta AM, que reparou a Câmara Municipal que os estatutos não estavam adaptados ao regime e portanto a seu belo e por iniciativa própria propôs a alteração. Não é verdade! Resulta de uma inspecção da IGAL que obriga à

alteração dos estatutos! Temos direito a trazer o relatório da IGAL, a que nos seja facultado, é só isto que se pede, é seriedade e transparência no que está aqui em causa.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada, muito bem.

----- Sr. Presidente da Câmara quer responder às questões que foram formuladas? Por favor, tem a palavra.

-----**Presidente da Câmara** – A certidão que foi entregue aos Srs. Deputados Municipais é clara, logo na primeira linha diz - na sequência da inspecção ordinária realizada pela Inspeção-Geral da Administração Local em 2009, ao Município de Bragança, foi o mesmo notificado da obrigatoriedade de proceder à alteração dos estatutos da Empresa Municipal, de forma a dar cumprimento ao decreto que aprovou o novo regime jurídico do sector empresarial local. Não tenho que fazer pintura nenhuma Sra. Deputada, agora tem que acreditar que a Sra. Deputada não é mais séria, nem mais honesta do que as outras pessoas, sendo uma exigência que todos abordem os assuntos com seriedade e não na ignorância visto esse tipo de abordagem não conduzir a lado nenhum. O município tem sido inspeccionado com regularidade e felizmente os resultados são bons, o que prova a regularidade, o conhecimento e o bom empenho de todos os trabalhadores do município em geral e da gestão política em particular.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Srs. Deputados.

-----**Presidente da Mesa** - Nós, não? Peço desculpa, ouvi aqui um comentário, o Sr. Presidente disse que a AM tem conhecimento destes relatórios, e alguém disse, na AM, deste lado – nós, não! Não é verdade, esses documentos tem a Mesa da AM remetido, sistematicamente, para os líderes dos Grupos Municipais, portanto não podem dizer, nem comentar, a bem da verdade, que não têm conhecimento, e o Sr. professor Manuel Pires fez um aceno afirmativo, que ele sabe, que os recebe.

-----Bom, então, agora, penso que queriam colocar algumas intervenções. Porque já terminámos as questões, o Sr. Presidente respondeu, temos agora o período das intervenções. Quem se pretende inscrever para intervir? Bruno Veloso, do PS; Luís do Vale; José Brinquete,

-----Ó! Luís, tu tinhas colocado a mão no ar? Ok. Intervenções, a Mesa abriu um período para inscrições, são estas que se registam. Sr. Deputado Bruno Veloso, faça o favor de tomar o seu lugar para a intervenção.

-----**Bruno Veloso** – Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Independentemente deste pequeno imbróglio da existência ou não da nossa falta de conhecimento, nós já trazíamos de ante mão uma solução para ajudar à resolução deste problema, indo, aliás, ao encontro daquilo que a própria Câmara Municipal afirma no seu plano de orçamento, e portanto escusaríamos de andar aqui, de alguma

forma, com estes passos para trás e para frente, com esses incumprimentos, e portanto eu passo a ler a moção que se segue.

“Moção

Extinção da Empresa MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM

No período de 1997 a 2003 o quadro legislativo que regula o funcionamento das Autarquias Locais sofreu enormes mutações, passando a Administração Local a viver uma nova fase, depois do seu processo de democratização iniciado em 1974.

Durante o período referido foram alargadas as competências das Autarquias e aberta a possibilidade de participarem em vários modelos de gestão.

Ao abrigo da Lei nº58/98 de 18 de Agosto foi permitida, entre outras, a criação de empresas Municipais, tendo este modelo seguido por muitas Autarquias em todo o País.

Existem hoje aproximadamente 300 empresas Municipais, muitas delas de interesse duvidoso e quase concorrente com as competências da Câmara Municipal.

Em virtude do momento e das dificuldades financeiras que atravessamos, várias têm sido as vozes que se têm erguido contra o excesso de empresas Municipais.

Sustentando esta crítica, muitas destas empresas Municipais apresentam prejuízos (situação que ocorre, particularmente na empresa MMB desde a sua criação) e estão a agravar a situação financeira dos Municípios. Sabendo que num ano o endividamento líquido das autarquias subiu 52%.

No momento em que a Câmara Municipal de Bragança nos apresenta o documento, Grandes Opções do Plano e Orçamento onde afirma: e passo citar, em relação ao Mercado Municipal.

“... a integração da gestão e património do Mercado Municipal nas estruturas do Município..” Fim de Citação.

E por reconhecer o Partido Socialista, tal como a própria CMB de acordo com a afirmação transcrita, que o Município dispõe de todos os meios e competências para a gestão do Mercado Municipal,

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia Municipal e no âmbito das suas competências, a extinção imediata da Empresa Mercado Municipal - MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM, de acordo com a Lei nº58/98. “

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento sobre a moção apresentada pelo PS? Não há pedidos de esclarecimento.

----- Então coloco a questão, intervenções sobre esta matéria? Não há intervenções.

----- Passamos, de imediato, à votação desta moção.

----- Peço desculpa, peço desculpa, permitam-me, não vamos gastar mais tempo, Sr. Deputado José Brinquete faça o favor.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, eu só pedi o ponto de ordem porque estou convencido que é um direito que assiste a qualquer um de nós, tem que ser uma coisa muito rápida, e é muito importante e só pedi porque considero que é muito importante. Penso que a Mesa ao por à votação no imediato esta proposta, está a cometer uma ilegalidade e a precipitar-se, porque esta proposta insere-se num ponto que depois na parte final serão votadas as propostas que se apresentarem. Imaginem que nas próximas intervenções ainda podem haver mais propostas, e vota-se uma por cada uma, é que se a gente votar esta, por exemplo, e se se aprovar, anula a decisão da outra, pensaram nisso? A outra deixa de fazer sentido.

----- Segundo aspecto - se for para votação no imediato eu lembrava todos, era só para lembrar, que acabámos, no ponto anterior do Plano de Actividades e Orçamento, de aprovar, os que votaram a favor, que não foi o meu caso, acabámos de aprovar a extinção do Mercado Municipal como empresa, e a transferência para os Serviços do Município, tem a consciência disso? Foi exactamente isso que aprovaram, façam o favor de ler o Plano de Actividades e Orçamento, que aliás o Sr. Presidente da Câmara acabou de ler texto, o texto que ele leu aqui no início, acabou de ler o texto que está também *ipsis verbis*, ou seja, na integra, no Plano de Actividades e Orçamento. .

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado, retomamos a votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REJEITADA, COM QUARENTA E OITO VOTOS CONTRA, OITO ABSTENÇÕES E VINTE E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados? Uma declaração de voto do Sr. Deputado Nuno Reis. Faça o favor de vir ao microfone.

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para dizer que me abstive nesta votação por entender duas coisas: Primeiro - que a proposta, de alguma forma, dá seguimento àquela que é estratégia preconizada pela Câmara no seu Plano de Actividades, mas que não podia votar favoravelmente na medida que inclui um item que é da dissolução imediata, e como eu entendo que quem deve formular esse juízo de oportunidade quanto ao momento da dissolução e a própria competência para propor a dissolução é da Câmara Municipal, obviamente também não a podia votar favoravelmente, e nesse sentido o meu voto foi de abstenção. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Luís do Vale tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- **Luís Vale** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Aproveito este momento de declaração de voto para fazer a minha curta intervenção até porque o período de intervenções sobre este ponto ainda não estava fechado. Votámos a favor, e não podíamos votar de outra maneira, até porque já muitas vezes aqui referimos que somos contra a existência de empresas municipais, principalmente quando elas não fazem qualquer sentido e não trazem qualquer mais valia para a comunidade, e após, pelo menos seis anos que é o tempo que eu cá estou, ao fim de seis anos chegamos à conclusão, e o próprio Executiva reconhece isso ao dizer que vai transferir para o Município todo o património, que afinal não há razão para essa empresa municipal existir, e portanto não serve a comunidade, não trás mais nenhuma valia, e portanto daí o nosso voto a favor da moção

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado,

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Naturalmente a proponente, o Grupo Municipal do PS, não podia deixar de votar a favor e não pode deixar, de facto, de mostrar alguma estranheza perante este resultado da votação atendendo a que, de facto, aquilo que acaba aqui de acontecer, cinco minutos depois de aprovado o plano, é que temos a primeira alteração ao plano, e eu espero muito sinceramente que nós não venhamos a ter a razão antes de tempo, e que para o ano não venham, de facto, com esta proposta, aliás eu espero que venham com esta proposta, porque senão viremos nós certamente outra vez, dar cumprimento ao plano que agora vocês aprovaram, que acabaram, que acabaram mesmo de aprovar, e de facto dando cumprimento àquilo que nós entendemos ser a desnecessária existência de uma empresa municipal para gerir os destinos do Mercado Municipal. Portanto, de facto, eu espero que brevemente emendem a mão e que de facto não nos obriguem a que voltemos aqui sistematicamente a propor a extinção do Mercado Municipal, porque aquilo que eu entendo, hoje, depois de aprovada esta proposta, que vai de encontro ao Município, que vocês próprios sustentam e ao plano que foi aprovado e vai de acordo daquilo que é pretensão imediatamente a seguir, que era a extinção da empresa Mercado Municipal. E portanto eu acho que houve aqui alguma incoerência, que eu só posso sentir por ter vindo de uma bancada da oposição este sentido de voto, que me parece de alguma forma lamentável. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão terminadas as declarações de voto.

----- Quero anunciar que há, neste momento, oitenta e três Deputados na sala, vamos mantendo a contagem de forma que não levante qualquer dúvida aos Srs. Deputados, naturalmente vocês merecem uma atitude permanente de transparência por parte da Mesa, e atenção, não é? Continuamos com o ponto 4.2.3, depois da votação da moção introduzida pelo PS, e não havendo mais

intervenções sobre o tema da Alteração de Estatutos do Mercado Municipal, pelo que vamos proceder à votação, repito, vamos proceder à votação do ponto 4.2.3 - Alteração de Estatutos do Mercado Municipal de Bragança, Empresa Municipal.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DA CÂMARA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, VINTE E UMA ABSTENÇÕES E SESENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados? José Brinquete, tem a palavra.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente, é para dizer que me absteve por dois motivos. Por um lado não podia votar contra porque esta alteração tem carácter obrigatório, é o IGAL - Inspeção Geral da Administração Local que diz que é preciso cumprir a lei, mas por outro lado a minha posição, de fundo, está ligada ao facto de considerar que esta empresa deve ser extinta, e ontem já era tarde, e por isso também me parecia que se fosse extinta hoje, caia por terra a obrigatoriedade de corrigir o erro, daí a minha abstenção.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Para a sua declaração de voto Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** – É só efectivamente para reforçar que eu acho que não havia grande margem de manobra para nós, porque decorria de uma obrigatoriedade de uma Inspeção Geral e portanto tínhamos, tal como já aconteceu num processo, no processo expropriativo, se não foi da última foi da penúltima sessão da AM, era um imperativo que tinha que ser tomado e por isso tive que votar a favor daquilo que foi o descortino da ilegalidade existente nos estatutos e sua necessidade de alteração.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra para a sua declaração de voto o Sr. Deputado da bancada do PS, Bruno Veloso. .

----- **Bruno Veloso** – Naturalmente o Grupo Municipal do PS só se podia abster, aliás decorre uma recomendação da IGAL para dar cumprimentos legais, obviamente só nos podíamos abster nesta votação, naturalmente, e de acordo com a votação e com a nossa proposta anterior, defenderíamos que em vez de estar a criar esta entropia e indo também ao encontro daquilo que são as expectativas da Câmara no Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, que nos é apresentado, era uma questão de agilizar um processo e acelerar, de facto, a rapidez da extinção da Empresa Mercado Municipal, aliás fiquei espantado porque quando fiz a declaração de voto anterior, ouvi o Dr. Amândio Gomes da bancada Municipal do PSD, porque eu permito este diálogo, contrariamente a outros, e muito bem, ouvi dizer que se só votou contra, contra a minha Moção exactamente, porque acha que

deveria partir da Câmara Municipal. Muito obrigado, mesmo assim, por essa recomendação, agradeço também que faça essa recomendação à Câmara Municipal o mais rápido possível. Muito obrigado. .

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos, agora sim, terminadas que estão as declarações de voto, para o ponto seguinte

PONTO 4.2.4 – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS;.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I – “CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e nove de Novembro do ano de dois mil e dez, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 19.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

“O Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, estabelece o Regime Jurídico de Organização dos Serviços das Autarquias Locais (RJOSAL) revogando o Decreto -Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, alterado pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 198/91, de 29 de Maio, pela Lei n.º 96/99, de 17 de Julho, e pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, assim como a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.

Considerando que:

- O artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, determina que os Municípios devem promover a revisão dos seus serviços, em cumprimento do disposto no RJOSAL, até 31 de Dezembro de 2010;
- Compete à Assembleia Municipal aprovar, nos termos da lei, a reorganização dos serviços municipais em conformidade com a alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

- Compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do artigo 6.º do RJOSAL aprovar o modelo de estrutura orgânica (hierárquico, matricial ou misto, conforme dispõe o n.º 1 e 2 do artigo 9.º do aludido diploma);

- Compete à Assembleia Municipal aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares (direcções municipais e departamento municipais) em conformidade com a alínea b) do artigo 6.º do RJOSAL;

- O Município de Bragança reúne uma das condições de admissibilidade previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho e pelo artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que permitem prever o cargo de director municipal na sua estrutura orgânica, não obstante, opta-se por não prever os mesmos cargos dirigentes subordinado a premissas de contenção de custos;

- O Município de Bragança reúne as duas condições necessárias e suficientes de admissibilidade para prever na sua estrutura organizacional o cargo de director de departamento municipal previstos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho e pelo artigo 16.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro;

- Compete à Assembleia Municipal definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (unidades orgânicas lideradas por dirigentes titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau ou inferior), nos termos da alínea c) do artigo 6.º do RJOSAL, estando cometida à Câmara Municipal a competência para criar, dentro dos limites máximos fixados pela Assembleia Municipal, as aludidas unidades orgânicas flexíveis e definir as respectivas atribuições e competências, conforme dispõe a alínea a) do artigo 7.º do RJOSAL;

- Compete à Assembleia Municipal definir o número máximo total de subunidades orgânicas (serviços liderados por pessoal com funções de coordenação, designadamente coordenador técnico) nos termos das alíneas d) do artigo 6.º, competindo ao Presidente da Câmara Municipal a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas, dentro daquele limite, em conformidade com o disposto no artigo 8.º do RJOSAL;

- Quando seja exclusivamente adoptada a estrutura hierarquizada, e desde que se justifique, com vista ao aumento da flexibilidade e da eficácia na gestão, podem ser criadas, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, sem prejuízo do referido no ponto seguinte, sob proposta do respectivo Presidente, equipas de projecto temporárias e com objectivos especificados;

- Compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea f) do artigo 6.º do RJOSAL definir o número máximo de equipas de projecto.

Face aos considerandos enunciados, proponho à Câmara Municipal de Bragança que aprove e submeta a aprovação da Assembleia Municipal de Bragança o seguinte modelo organizacional:

Moldura Organizacional proposta

- Modelo de estrutura orgânica – Estrutura Hierarquizada.
- Estrutura Nuclear, composta por 5 (cinco) unidades orgânicas nucleares cuja liderança deve ser cometida a titulares de cargos de direcção intermédia de 1.º grau (Director de Departamento), designadamente:

- Gabinete Integrado dos Serviço da Presidência (equiparado a Departamento Municipal), competindo-lhe assegurar um serviço multidisciplinar e altamente especializado de assessoria técnica ao Presidente da Câmara Municipal, nos domínios dos Sistemas de Informação e Novas Tecnologias, Assessoria Jurídica, Planeamento, Desenvolvimento e Auditoria Interna;

- Departamento Administrativo e Financeiro, competindo-lhe assegurar o apoio técnico-administrativo às actividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do município, e executar as políticas e estratégias dos recursos humanos definidas pelo executivo municipal, racionalizando e optimizando os meios envolvidos, com a consequente dinamização e valorização do capital humano ao serviço da Câmara Municipal de Bragança, no respeito pelas disposições legais aplicáveis;

- Departamento de Serviços Municipais, competindo-lhe executar actividades concernentes à prestação de serviços à população, nomeadamente na área do abastecimento de água, saneamento, recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza pública, implementação e conservação de áreas verdes, cemitérios, trânsito, transportes urbanos e aéreos, feiras e mercados e recursos endógenos;

- Departamento de Obras e Urbanismo, competindo-lhe assegurar a execução de obras levadas a cabo pelo Município, quer sob o regime de empreitada, quer pelo sistema de administração directa, bem como a implementação de planos municipais de ordenamento do território e o licenciamento adequado da ocupação do espaço físico, tendo, consequentemente, a seu cargo, estudo de políticas de habitação e a gestão de parques industriais e habitacionais sob a alçada do Município;

- Departamento de Educação, Social e Cultural, competindo-lhe assegurar o apoio técnico-administrativo às actividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do município, e executar as políticas e estratégias de educação e socioculturais definidas pelo executivo municipal, racionalizando e optimizando os meios envolvidos, com a consequente dinamização e valorização do capital humano ao serviço da Câmara Municipal de Bragança, no respeito pelas disposições legais aplicáveis.

- Número máximo de unidades orgânicas flexíveis 12 (doze) – Correspondem a unidades cuja liderança pode ser cometida a dirigentes, designadamente a titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) ou inferior;
- Número máximo de subunidades orgânicas 6 (seis) – Correspondem a serviços liderados por pessoal com funções de coordenação, designadamente Coordenadores Técnicos.

Entrada em vigor:

A presente moldura organizacional entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República nos termos do estatuído no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Revogação:

Com a publicação da deliberação da Câmara Municipal que crie as unidades orgânicas flexíveis fica revogada, total ou parcialmente conforme as condições físicas permitam implementar a estrutura e organização dos Serviços Municipais constante do Aviso n.º 2853/2004 (2.ª Série), publicado no Apêndice n.º 51 do Diário da República n.º 99, de 27 de Abril.

Após análise e discussão, foi deliberado, com três votos a favor dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria de Fátima Fernandes e Hernâni Dias, uma abstenção da Sra. Vereadora, Salomé Mina e um voto contra do Sr. Vereador, Humberto Rocha, aprovar a Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Bragança.

Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a reorganização dos serviços municipais, ao abrigo da alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos seguintes termos:

- Aprovar o Modelo de estrutura orgânica – Estrutura Hierarquizada, cfr. alínea a) do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

- Aprovar a Estrutura Nuclear, cfr. alínea b) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, composta por 5 (cinco) unidades orgânicas nucleares cuja liderança deve ser cometida a titulares de cargos de direcção intermédia de 1.º grau (Director de Departamento), designadamente:

- Gabinete Integrado dos Serviço da Presidência (equiparado a Departamento Municipal), competindo-lhe assegurar um serviço multidisciplinar e altamente especializado de assessoria técnica ao Presidente da Câmara Municipal, nos domínios dos Sistemas de Informação e Novas Tecnologias, Assessoria Jurídica, Planeamento, Desenvolvimento e Auditoria Interna;

- Departamento Administrativo e Financeiro, competindo-lhe assegurar o apoio técnico-administrativo às actividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do município, e executar as políticas e estratégias dos recursos humanos definidas pelo executivo municipal, racionalizando e

optimizando os meios envolvidos, com a consequente dinamização e valorização do capital humano ao serviço da Câmara Municipal de Bragança, no respeito pelas disposições legais aplicáveis;

- Departamento de Serviços Municipais, competindo-lhe executar actividades concernentes à prestação de serviços à população, nomeadamente na área do abastecimento de água, saneamento, recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza pública, implementação e conservação de áreas verdes, cemitérios, trânsito, transportes urbanos e aéreos, feiras e mercados e recursos endógenos;

- Departamento de Obras e Urbanismo, competindo-lhe assegurar a execução de obras levadas a cabo pelo Município, quer sob o regime de empreitada, quer pelo sistema de administração directa, bem como a implementação de planos municipais de ordenamento do território e o licenciamento adequado da ocupação do espaço físico, tendo, consequentemente, a seu cargo, estudo de políticas de habitação e a gestão de parques industriais e habitacionais sob a alçada do Município;

- Departamento de Educação, Social e Cultural, competindo-lhe assegurar o apoio técnico-administrativo às actividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do município, e executar as políticas e estratégias de educação e socioculturais definidas pelo executivo municipal, racionalizando e optimizando os meios envolvidos, com a consequente dinamização e valorização do capital humano ao serviço da Câmara Municipal de Bragança, no respeito pelas disposições legais aplicáveis.

- Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis 12 (doze) – Correspondem a unidades cuja liderança pode ser cometida a dirigentes, designadamente a titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) ou inferior, cfr. alínea c) do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

- Definir o número máximo de subunidades orgânicas 6 (seis) – Correspondem a serviços liderados por pessoal com funções de coordenação, designadamente Coordenadores Técnicos, cfr. alínea d) do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Intervenção da Sra. Vereadora, Salomé Mina

A Sra. Vereadora, apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“A proposta de reorganização dos Serviços Municipais apresentada, merece a minha concordância, quanto à adopção do modelo de estrutura hierarquizada.

No entanto, porque subsistem dúvidas quanto à eficiência e eficácia do modelo de organização apresentado, em virtude de, por um lado, não acautelar o princípio da desburocratização, nem da racionalização de meios, na afectação de recursos públicos e, por outro, Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

porque a integração da assessoria jurídica, do planeamento e da auditoria interna no Gabinete Integrador de Serviços da Presidência, restringe a autonomia técnica, essencial ao desempenho de tais funções.

São assim estas entre outras, as motivações para o voto de abstenção.”

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“O Sr. Presidente, fundamentando com a necessidade de dar cumprimento ao previsto no Dec-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o novo Regime Jurídico de Organização dos Serviços das Autarquias Locais, (RJOSAL), apresenta-nos a proposta para a nova Organização dos Serviços Municipais, sobre a qual importa tecer algumas considerações:

1.º - O Dec-Lei em causa é de 23 de Outubro de 2009. Prevê no seu artigo 19.º, que os municípios promovam a revisão dos serviços até 31 de Dezembro de 2010, ou seja, deu mais de um ano para poder pensar e trabalhar atempadamente, pelo que, não é compreensível que só agora seja apresentada e se queira aprová-la com a urgência que nos foi referida.

2.º - O Sr. Presidente, diz que a Câmara Municipal reúne condições que permitem prever o cargo de Director Municipal mas, subordinado a premissas de contenção de custos, opta-se por não o prever. Muito bem. Contudo, comparando com a estrutura anterior, não deixa de prever mais um lugar de Director de Departamento.

3.º - Verifica-se que, em relação às Subunidades Orgânicas que serão lideradas por pessoal com funções de coordenação, designadamente, Coordenadores Técnicos, também por comparação com a estrutura anterior, passa das actuais 15 para, apenas, 6 Subunidades Orgânicas, havendo uma redução de 9. Sabendo que actualmente estas Subunidades Orgânicas estão a ser lideradas por 11 Coordenadores Técnicos e nada dizendo sobre o seu futuro, é de perguntar se, também aqui, esteve presente a subordinação a premissas de contenção de custos?

Neste contexto e porque:

- a) É uma estrutura organicamente desequilibrada, muitos no topo e poucos na base;
- b) Mostra-se mais preocupada com os lugares do que com as necessidades dos serviços;
- c) Não é apresentada fundamentação cabal para uma tão profunda alteração na Organização dos Serviços Municipais, voto contra, esta proposta de reorganização dos serviços municipais do Município de Bragança.”

Intervenção do Sr. Presidente em resposta às Declarações de Voto apresentadas pelos Srs. Vereadores

“A proposta de reorganização dos Serviços Municipais, foi elaborada com tempo suficiente e com ampla avaliação interna. No dia 1 de Março de 2010, foi concretizada uma acção de formação promovida pela Câmara Municipal e dirigida a todos os dirigentes e coordenadores técnicos, contratada ao Instituto de Gestão e Administração Pública, de modo a permitir conhecer as possibilidades em termos de modelos de organização, permitidos pela legislação (estrutura hierarquizada e matricial), e reflectir a evolução da actual organização.

A reflexão interna foi promovida, e apoiada pela contratação em regime simplificado de serviços de sistematização e elaboração de proposta de reorganização à Agência de Competências e Estudos Avançados para a Administração Pública, Lda.

O trabalho foi sendo avaliado sectorialmente e debatido em reunião de dirigentes realizada a 8 de Novembro de 2010, antes de ser ultimado para Reunião de Câmara.

A reorganização adequa a organização dos Serviços Municipais, conforme evolução legal, assegura uma melhor organização, preparando-a para o aprofundamento do processo de modernização administrativa e implementação do atendimento integrado, contemplando uma ligeira redução nos custos globais, considerando os cargos dirigentes e de chefias.

A proposta de reorganização reduz o número de subunidades orgânicas, conforme orientação legal (n.º 3 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A, de 27 de Fevereiro de 2008), qualifica em termos de chefias a estrutura intermédia de direcção, o que permite agregar mais serviços e incluir novos serviços. Cada Departamento passa a contar com uma secção integrada de apoio administrativo, em vez da actual dispersão pelas Divisões.

A Presidência da Câmara Municipal, passa a dispor de Serviços Integrados em vez da actual dispersão por Gabinetes. Trata-se pois de uma boa proposta, a implementar progressivamente, à medida que as condições físicas o permitam (necessária reestruturação dos edifícios), que envolve uma pequena reorganização, feita sobre uma solução já sob o modelo hierarquizado e com bom desempenho, pensada conforme as necessidades da organização e da sua missão e não de pessoas em concreto.

A estrutura organizacional do Município de Bragança, comparado com outros municípios capitais de distrito, ou até outros de nível inferior, dispõe de uma estrutura reduzida ao nível dos dirigentes e chefias e tem dado provas de boa capacidade, conforme os resultados o comprovam.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 02 de Dezembro de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – ANEXOS:

- 1 – Organigrama - Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro;
- 2 – Informação – Organização Municipal em vigor e Proposta de reorganização Municipal;
- 3 – Anexo I – Organigrama em vigor;
- 4 – Diário da República – I série, n.º 206, 23 de Outubro de 2009

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** - A actual estrutura e a organização dos serviços autárquicos rege-se pelo Decreto Lei nº 116/84, diploma com cerca de 25 anos, em parte desajustado à realidade da administração autárquica, face à descentralização de competências ocorridas em vários sectores de actividade.

----- O Decreto Lei nº 305/2009, veio alterar o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, no sentido de lhes permitir melhores condições de exercício da missão, das funções e das atribuições, evitando a dispersão de funções ou competências por pequenas unidades orgânicas e o recurso a modelos flexíveis de funcionamento, e reengenharia de procedimentos administrativos, e estabelecimento de metodologias de trabalho transversal que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas.

----- Para a reorganização dos serviços municipais foi promovida a tempo, com participação interna e apoio de acessória externa, a necessária avaliação das potencialidades e insuficiências do modelo existente (estrutura hierarquizada), a sua comparação com solução de organização alternativa (a estrutura matricial), ou uma solução mista. A opção final foi a de manter o modelo existente com evoluções face ao objectivo da melhoria do exercício da missão, das funções e atribuições.

----- No dia 1 de Março de 2010, foi concretizada uma acção de formação por iniciativa da Câmara Municipal, dirigida a todos os dirigentes e coordenadores técnicos, contratada ao Instituto de Gestão e Administração Pública, iniciando-se o processo de reflexão interna da reorganização face ao novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais.

----- A solução final diverge pouco da existente, tendo reduzido o número de subunidades orgânicas de 15 para 6, evitando a dispersão de funções e competências por pequenas subunidades, cria duas unidades municipais, uma na Divisão Administrativa, concentrando todo o expediente geral, arquivo e atendimento em balcão único, logo que as condições físicas o permitam, outra na Divisão Financeira, concentrando taxas, contencioso, gestão patrimonial e aprovisionamento. A criação destas duas unidades permite qualificar em termos de chefia a estrutura intermédia de 3º nível. --

----- A proposta contempla a extinção de uma Divisão e a criação de um Gabinete Integrado de Serviços da Presidência, evitando a dispersão existente e a concentração de competências capazes de assegurar trabalho transversal à organização e melhor articulação em áreas específicas com a Presidência, designadamente: informática, planeamento, área jurídica e auditoria.

----- Da solução final resulta um modelo de estrutura hierarquizado, constituído por 5 unidades nucleares e ao nível da estrutura flexível, 12 unidades orgânicas e 6 subunidades orgânicas; resultando uma melhor organização, com um custo inferior. O modelo proposto será implementado de forma progressiva, à medida que as condições físicas o permitam.

----- É da competência da Assembleia Municipal, aprovar o modelo de estrutura orgânica, a estrutura nuclear composta por 5 unidades e aprovar o número máximo da estrutura flexível (unidades e subunidades).

----- Pelas razões apresentadas propõe a Câmara Municipal que a presente proposta seja aprovada.

----- **Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Para pedidos de esclarecimentos quem é que se deseja inscrever?

----- Para uma primeira intervenção, Vânia.

----- **Vânia Rodrigues** – Sr. Presidente da Mesa, que de momento não está, Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da AM, Srs. e Sras. Presidentes de Junta, Exma. Comunicação Social.....

----- Eu gostaria apenas de colocar uma questão breve ao Sr. Presidente da Câmara. Independentemente da sua obrigatoriedade legal ou não, gostaria de saber se no processo da revisão da Reorganização dos Serviços Municipais foram auscultadas as estruturas representativas dos trabalhadores, designadamente o Sindicato dos trabalhadores da Administração Local. Obrigado.

----- **Secretário da Mesa** – Muito obrigado.

----- Carlos Moreno, tem a palavra.

----- **Carlos Moreno** – As saudações habituais. Não é um pedido de esclarecimento, é uma informação, é um pedido à Mesa, para que fique registo em acta, que por razões pessoais não irei participar na discussão nem na votação deste ponto, de modo a garantir a isenção e a imparcialidade do debate. Muito obrigado.

----- **Secretário da Mesa** – Muito obrigado.

----- Luís Fernandes, tem a palavra.

----- **Luís Fernandes** – Uma vez mais uma boa tarde a todos. Tenho aqui três ou quatro questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara, ou à Câmara.

----- Primeiro, e já foi aqui referido pela anterior oradora - efectivamente as estruturas sindicais e comissões de trabalhadores foram ouvidos para agilizar e aprovar finalmente este documento?

----- Segundo - Quanto custou? O Sr. Presidente da Câmara teve que recorrer a uma empresa externa para fazer uma estruturação, será que internamente não tinha mecanismos próprios, ou melhor dizendo, quem conhece efectivamente a estrutura interna da Câmara são as estruturas internas ou são as estruturas externas a quem pagamos balúrdios para nos fazer um documento que está aqui? Que em termos técnicos eu não me vou prenciar porque temos no nosso Grupo Parlamentar, alguém que vai falar sobre isto.

----- Este documento não devia vir acompanhado de um regulamento que especificasse cada uma das tarefas de desempenho das unidades que foram criadas e que existem?

----- Sr. Presidente diz aqui que a Câmara comporta o cargo de Director Municipal mas que não o nomeia para não onerar as despesas da Câmara. A informação que eu tenho, e gostava que me responde-se a isso, a informação que eu tenho é que no País só quatro Câmaras é que tem direito a este lugar de Director Municipal, portanto é uma dúvida que eu tenho.

----- E agora a dúvida final e que me deixa baralhado no meio de isto tudo, e deixem-me só recorrer aqui ao início do documento. Temos aqui em cima uma proposta de reorganização dos Serviços Municipais do Município de Bragança, eu inicialmente tinha dúvidas.

----- O organigrama que temos aqui, e o Sr. Presidente, nós sabemos que é o último mandato e que gostaria de sair daqui como Rei do reino de Bragança, se formos ao anterior organigrama que aqui também temos, e se consultarem isso, vêm que acima do Presidente da Câmara está a AM e a Câmara Municipal. Na proposta que nos põe em cima da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara ou quem fez este trabalho, mas ele aprovou, elimina linearmente a AM e a Câmara Municipal, e o organigrama começa com o Sr. Presidente da Câmara.

----- Então o Sr. Presidente da Câmara não tem nada acima dele? ...Não tem nada? Não tem a AM, e não tem a Câmara Municipal? Então essas estruturas desaparecem? É a minha dúvida, alguém que me responda e que me esclareça. No anterior organigrama e qualquer organigrama que consultem das Câmaras deste País, a AM e a Câmara Municipal existem, agora que o Sr. Presidente da Câmara se queira substituir como tem demonstrado à AM e à Câmara Municipal. É a minha dúvida, alguém que me responda.

----- **Secretário da Mesa** – Muito obrigado.

----- Sr. Brinquete, tem a palavra.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, eu pela minha parte também queria por uma ou duas perguntas. Há uma ou outra que também já foi colocada pelas intervenções antecedentes, mas começava por situar esta problemática dizendo que o decreto lei que saiu foi publicado no dia 23 de

Outubro de 2009, portanto a Câmara dum certo ponto de vista teve tempo suficiente para elaborar uma proposta positiva e que vá ao encontro dos interesses do Município.

----- O Sr. Presidente da Câmara informou aqui que encomendou este estudo a uma empresa e que essa empresa deu formação. Já foi perguntado, e eu reforço, porque é que encomendou o estudo a uma empresa e não fez com os próprios recursos da Câmara? E até, quanto é que esse estudo custou? Também posso não estar bem informado, mas o Sr. Presidente da Câmara irá esclarecer. Foi-me dito que essa formação que essa empresa deu foi explicar o que estava no Decreto-Lei, e nós recebemos o Decreto-Lei, penso que recebemos todos ou quando não recebemos também vamos à procura dele para o conhecer, e verificamos que o Decreto-Lei tem duas páginas. Será que a Câmara Municipal pagou a uma empresa para explicar o que estava naquelas duas páginas? Não tinha técnicos também na Câmara que pudessem explicar o conteúdo do Decreto-Lei?

----- É claro que para mim também é uma pergunta pertinente aquela que já foi feita pela Membro da AM, Vânia, que é, se as estruturas dos trabalhadores foram ouvidas? Eu sei que a lei não obriga a que as estruturas dos trabalhadores sejam ouvidas, mas dentro do espírito constitucional, e dentro do espírito democrático e porque isto mexe também com a vida dos profissionais e também porque os profissionais constroem no dia a dia a Câmara que nos queremos que seja cada vez melhor, sabem também muitas vezes melhor do que muitas outras pessoas como é que se pode organizar melhor a Câmara, penso que era um princípio que devia ser seguido, e às tantas foi, eu também só quero ser esclarecido, nem sequer me passa pela cabeça que não tenham sido ouvidos, mas também pedia para que o Sr. Presidente da Câmara informasse se as chefias foram ouvidas, porque os representantes dos trabalhadores,a sua opinião é muito válida e é importante, mas as chefias é muito mais, é quem no dia a dia dirige os serviços da Câmara, sobre a orientação do Presidente da Câmara e da Vereação, tal como a Vereação e o Presidente da Câmara gerem a Câmara sobre a orientação da AM, há uma hierarquia.

----- Portanto também o esclarecimento se as Chefias participaram, de alguma forma se foram ouvidas. Para perceber, era isso que eu quero, para formar o meu sentido de voto, para perceber como é que se chegou à formação desta proposta, como é que se construiu esta proposta.

----- E por ultimo, perguntar também ao Sr. Presidente da Câmara se não acha elementar como um dado processual elementar que esta proposta fosse acompanhada pelo regulamento de cada um dos Departamentos e das Divisões, penso que isso também era elementar para que nós possamos decidir, porque em cada momento a nossa decisão assume sempre uma grande responsabilidade e quanto mais informação tivermos, melhor. Disse.

----- **Secretário da Mesa** – Muito obrigado.

----- Sr. Deputado José Lourenço.

----- **José Lourenço** – Mais uma vez boa tarde a todos. Este assunto revela-se de uma importância não só a nível de cumprimento de legislação existente. Mas é óbvio que isto vai mexer com a vida de cerca de quinhentas pessoas da nossa cidade que actualmente são funcionários da Câmara, e além de tudo aquilo que já foi dito pelos companheiros desta Sala que levantaram determinadas questões acerca deste assunto, e pela sensibilidade que isto acarreta, dou mais uma achega em termos de ...não somos, não sou e nós não somos, no Grupo, peritos nestas matérias, mas há aqui questões que se nos levantam. Eu dou um exemplo do Município que nos é próximo e que já procedeu a esta reestruturação, nomeadamente Mirandela, Macedo penso que ainda não fez isso, Mirandela a nível de Departamentos tem menos um que nós, a nível de Divisões tem as mesmas, mas a nível de sub unidades orgânicas, secções, sectores etc. tem vinte e nove, nós só temos seis. Efectivamente para quem trabalha numa instituição com uma certa dimensão em termos de pessoal é fácil de compreender que as chefias intermédias são importantes para o bom funcionamento dessa estrutura, seja ela um órgão da administração local, seja uma empresa, seja o que for.

----- De facto há aqui questões prementes em que efectivamente isto é só para chefes. Será que determinadas pessoas com funções fundamentais no funcionamento de Câmara Municipal vão desaparecer em termos de hierarquia?

----- Por todas estas questões que se nos levantam e que efectivamente tem vários alcances para a vida do nosso Município... estávamos, neste momento, a recolher, e vou pedir uma interrupção dos trabalhos por dez minutos para acabar a recolha de assinaturas, estamos a recolher assinaturas, só um momento, se não é hora disso, também já só faltam uma ou duas assinaturas, mas pura e simplesmente o que nos viemos aqui propor, vinte e cinco elementos desta Câmara, é que efectivamente este assunto, pela delicadeza, pela importância para a vida de grande quantidade de pessoas desta Cidade, para a compreensão deste processo, efectivamente este assunto seja analisado, apreciado por uma das Comissão que criámos em Fevereiro, neste caso pela Comissão Municipal pela Administração Autárquica, Segurança e Cooperação, e que efectivamente... ..

----- **José Lourenço** - ... desculpem a deliberação está aprovada, as comissões estão criadas, se não estão empossadas é uma questão, criada está, o assunto pura e simplesmente, no cumprimento do nº 9 dessa deliberação vamos apresentar aquilo que a seguir decidirem, está decidido, da nossa parte, efectivamente este assunto pela delicadeza que acarreta deve ser apreciado pela Comissão, por conseguinte vamos entregar na Mesa este requerimento para o Sr. Presidente, e mais não digo. .

----- **Secretário da Mesa** – E dou a palavra ao Sr. Presidente para prestar esclarecimentos.

----- **Presidente da Câmara** – A lei é clara relativamente àquilo que são as competências da AM nesta matéria, e o que são as competências da CMB e do Presidente da CMB. Portanto há esclarecimentos que não vou prestar porque os Srs. Deputados podem e leram seguramente a lei, e a lei é clara a esse nível, a Câmara fez bem, tem uma boa proposta de evolução na organização dos Serviços, que mantém a mesma organização, estrutura hierarquizada, com pequenas alterações e com uma estrutura bastante reduzida comparativamente àquilo que é a estrutura de Câmaras equivalentes. Se consultarem nos *sites* o que é a estrutura da Câmara de Vila Real, o que é a estrutura da Câmara da Guarda, ou até de Chaves, percebem que estamos a lidar com uma estrutura de organização dos serviços bastante mais compacta e melhor estruturada, do meu ponto de vista, se Mirandela tem vinte e não sei quantas subunidades, pois é uma opção do próprio Município, se Mirandela tem mais dificuldade de pagar ou menos dificuldade de pagar a fornecedores também é um problema do Município, não é um problema nosso, os nossos problemas dizem respeito ao Município de Bragança, à AM e Câmara Municipal.

----- A proposta que foi apresentada é clara, a assessoria que se contratou a este nível envolve um custo de 4 900.00€, não estamos a falar de milhões, estamos a falar de 4 900.00€, a participação das chefias, como salientei, foi intensa em várias reuniões, tivemos o cuidado de previamente dar formação a todos os dirigentes, incluindo coordenadores técnicos, através do Instituto de Gestão e Administração Pública, para que percebessem perfeitamente quais eram as alternativas de organização da Instituição, para que a evolução fosse feita de forma segura e bem feita, e essa preocupação nós tivemos-la.....

----- A competência da AM é a de aprovar, sobre proposta da Câmara Municipal, um modelo de estrutura orgânica e hierarquizada ou matricial, aprovar a estrutura nuclear, são cinco unidades, definindo as correspondentes unidades nucleares, são cinco; definir o máximo de unidades orgânicas flexíveis, são dezoito; definir o número máximo de equipas multidisciplinares, não apresentamos nenhuma; definir o número máximo de equipas de projecto, não apresentamos nenhuma.

----- Portanto a lei é clara. Acrescentar, o regulamento? O regulamento vai aprová-lo a Câmara Municipal. A implementação da estrutura é da competência do Presidente da Câmara. Portanto daremos cada passo de acordo com as competências legais.

----- **Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sr. presidente.....

----- Inscrições para intervenções sobre este ponto?

----- Os nomes, que eu tomei nota, são: Luís Filipe, Luís Vale, Ana Cláudia. Não sei se alguém mais pediu.....

----- Começo por chamar o Luís Filipe para intervir.

----- **Secretário da Mesa** - Sim, eu comecei a pedir as inscrições, para intervenções, antes de entrada do requerimento, era isso que eu lhes queria dizer,
----- **Presidente da Mesa** – Deu entrada aqui na Mesa um requerimento, vamos passar de imediato à votação do requerimento. Não há discussão sobre o requerimento, o art. 34.º do Regimento diz claramente - são considerados requerimentos os pedidos escritos dirigidos à Mesa que, após admitidos, e a Mesa pode não admitir o requerimento embora o Plenário possa renunciar-se a seguir, serão imediatamente votados sem discussão. Da decisão da Mesa sobre a não admissão do requerimento cabe recurso para o plenário.....
----- A Mesa aceita o requerimento, depois de uma leitura que eu vou fazer agora, num instante, peço desculpa.
----- A Mesa aceita o requerimento e põe-o de imediato à votação depois de eu ler o requerimento.

“REQUERIMENTO

Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Bragança

Conforme disposto no n.º 9 da deliberação da Assembleia Municipal Ordinária de 26 de Fevereiro de 2010, que instituiu as Comissões Municipais da Assembleia Municipal de Bragança, os membros desta Assembleia abaixo assinados, vêm requerer a apreciação pela Comissão Municipal de Administração Autárquica, segurança e Cooperação, da Proposta de reorganização dos serviços Municipais presente pela Câmara Municipal, nesta Assembleia Municipal de 17 de Dezembro de 2010.--

Subscrito por: José João Martins Lourenço; Manuel Agostinho Pires Diz; Normando dos Santos Lima; José Fernando Cameirão; Raquel Grande Tomé; Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro; Agostinho Gonçalves Esteves; Nuno Filipe Canelhas Miranda; Manuel António Pires; Alcídio Augusto castanheira; Fernando Carlos da Silva Paula; Maria Celina da Silva Paula; Maria de Fátima Renovato Veloso; Alzira da Conceição Bento; Marisa Rodrigues Gomes Alexandre; Elídio Alexandre Moraes; Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida; Alberto Manuel Sousa Pais; Luis Miguel Vale Fernandes Vale; Luís Filipe Pires Fernandes; Luís Manuel Silvestre; José Carlos Rodrigues Fernandes; João Batista Ortega e duas assinaturas ilegíveis. “

----- **Presidente da Mesa** - Sendo certo que a competência da organização dos serviços é da Câmara Municipal de Bragança. O requerimento vai de imediato... ..

Presidente da Mesa - Não há esclarecimentos! Peço desculpa, não, você faz o ponto de ordem que entender, Sr. Deputado.....

----- **Luís Fernandes** – O meu ponto de ordem vai para chamar a atenção da Mesa, de que quando foram aprovadas aqui as comissões e que emanam do Grupo Parlamentar do PSD, foram criadas quatro comissões, nessa deliberação, no ponto 9 diz: Compete ainda às comissões Municipais, apreciar as propostas de deliberação e respectivas propostas de alteração, e produzir os respectivos pareceres por iniciativa da Mesa, ou a requerimento de vinte e cinco Membros da AM, ou seja, o Sr. tem em cima da Mesa um requerimento emanado deste plenário com vinte e cinco assinaturas, e que foi aceite, esse requerimento tem que baixar imediatamente à Comissão correspondente, segundo está aqui, existe, desculpe, está aqui aprovado nesta acta, leia a acta, não tomou posse, mas já existe, vai tomar posse hoje, não está instalada, mas já existe. E com base nisto, Sr. Presidente, cuidado porque o assunto não fica por aqui, cuidado que este requerimento imediatamente baixa à comissão correspondente e há uma comissão correspondente para analisar este assunto, portanto não requer votação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Também quer intervir o Sr. Presidente de Junta de Rebordãos? Faça o favor, tem a palavra, a Mesa pronuncia-se no final.

----- **Adriano Rodrigues** – Boa tarde. A comissão não existe, a comissão ainda não foi empossada, não existe a comissão, não estejais com histórias, não existe. Pergunto eu - quem são os Membros da comissão? Quantas vezes reuniram? Nunca foi oficialmente convocada para qualquer, nem empossada nem nada, não está nada, é hoje que vai ser empossada, está no último ponto, ponto 4.4. Está criada mas não tem poder deliberativo porque ainda não foi empossada, é hoje que vai ser empossada, nem deve ser aceite o requerimento, assinado por os 25 elementos, talvez possa, mas pela comissão não pode ser feito. Não existe, como é que pode ser feito?

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.....

----- Eu vou acalmar-vos, vamos lá acalmar-vos um bocado. Vou-vos apresentar alguns factos... ..

----- **Presidente da Mesa** - Não, não, deixa-me explicar agora, Bruno, deixa-me explicar uma coisa, talvez não tenho sentido. Um facto, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, um facto que está em cima da Mesa para apreciação dos Srs. Deputados, é uma agenda de trabalhos que está

formulada e que tem que ter a sua sequência, não podemos, neste momento, a não ser que houvesse vontade do Plenário de retirar, por votação, um ponto da agenda. Por isso este agendamento desta matéria prevalece sobre tudo o resto. De resto quero-vos dizer, infelizmente as comissões a que vocês fazem referência não foram instaladas, vão sê-lo hoje, e portanto lamento, mas o ponto que está de acordo com a apresentação da proposta da Câmara, com a reunião da Comissão Permanente levou ao agendamento desta reunião, não pode ser modificado, a não ser que houvesse expressa vontade de vocês de retirar o assunto. Por isso este requerimento vai ser votado de imediato e vos digo que de seguida, a não ser que houvesse expressa vossa, o assunto vai ser votado, que é proposto na agenda de trabalhos e não o retiramos se não houver vontade expressa de vocês.....

----- **Bruno Veloso** – Sr. Presidente, entendendo claramente as suas palavras e discordando de algumas das quais aqui foram ditas nos pontos de ordem que me precederam. É que há uma confusão entre aquilo que é a existência das comissões, ou a instalação dos membros nas comissões existentes, que é uma coisa muito diferente, e os membros podem ser instalados, não necessitam de ser instalados no acto de AM, basta que para tal reúnam pela primeira vez. Portanto inclusivamente o último ponto não me parece que seja instalação, mas, de qualquer forma, a entrada desse requerimento e atendendo à agenda da ordem de trabalhos, parece-me natural que, sem grandes problemas, possa baixar à comissão, afinal o regulamento das comissões foi aqui aprovado por larga maioria, ou por unanimidade, e estarmos agora a levantar questões sobre a sua *exequibilidade*, quer dizer, é andarmos a provar coisas e cada vez que a gente precisa de se socorrer delas vamos tentar altera-las, e isso não me parece uma boa prática. Claramente. Muito obrigado. .

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado. Eu volto a dizer o seguinte, que é muito importante dizer o seguinte: As comissões, e pode haver alguma reflexão vossa de porque é que as comissões tendo sido aprovadas há algum tempo atrás ainda não foram instaladas, e porque é que até são hoje? A Mesa da AM várias vezes solicitou, notificou aos Partidos e aos Grupos Municipais e aos Presidentes de Junta que estão aqui presentes, que fizessem indicação dos mesmos para a instalação das comissões, não o fizeram. Na última reunião da Comissão Permanente decidiu-se que as comissões tivessem instalação hoje, foi na Comissão Permanente, porque até ali é uma forma de pressionar os grupos municipais que não quiseram ou não tomaram a iniciativa, por esquecimento, da indicação dos nomes, que o fizessem hoje mesmo na AM.

----- Agora temos este problema, temos, que é temos esse ponto agendado e esse ponto vai ser votado, o requerimento dá entrada na Mesa e ele vai ser votado, portanto não há problema nenhum. Eu vou dar a palavra a três Deputados que pediram a palavra, e depois vamos seguir,

----- **Presidente da Mesa** – Bem, em alternativa eu vou-vos dizer o seguinte, então a Mesa vai levar com rigor, porque pode descambar isto, a Mesa vai levar com rigor o que diz o Regimento, e o Regimento diz: O requerimento é levado à consideração da Mesa, a Mesa aceita-o e sem discussão e põe-o a votação. Pelo que, e talvez com a votação fila a fila, e pedindo aos Srs. deputados que estão de pé que tomem os vossos lugares e vamos então votar o requerimento.....

----- **Presidente da Mesa** - Não há pontos de ordem, peço desculpa.....

----- **Presidente da Mesa** - Já houve, já houve, da vossa bancada, pontos de ordem à Mesa, já houve pontos de ordem.....

----- **Manuel Pires** – Vocês desculpem todos, toda a gente tem direito de opinião aqui e lá fora, e parece-me abusivo dizer que os grupos parlamentares não apresentaram em devido tempo, em devido tempo, os Membros que iriam integrar as Comissões. O Grupo Parlamentar do PS através do seu líder parlamentar, que sou eu, apresentei-o pessoalmente, por escrito, com o meu punho, à dona Luísa, e em determinada altura mandaram-me a comunicação para o Presidente da Secção de Concelhia do PS, o Dr. Vítor Prada, a dizer que havia Grupos que não teriam entregue os nomes que integrariam essas comissões, e eu quando ele me transmitiu isso, como não tinha pedido recibo de quitação nenhuma, ia no sentido de voltar a entregar e pedir um recibo de quitação. Cheguei lá e o que me disseram? Não! A sua Bancada entregou em devido tempo. Portanto é dever de quem tem que realizar estes trabalhos da AM em devido tempo, porque também há tempo para fazer essas coisas, informar e fazer com que se instalem as respectivas comissões, e quem naturalmente, quem naturalmente tem culpa relativamente a isto que venha aqui e que diga exactamente o que é que fez. ----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Não, ó! Adriano, por acaso não o atingiu a si, mas pode dizer depois, Adriano, permita-me que de imediato proceda à votação do requerimento, e eu vou, Srs. Deputados, ler o requerimento. ..

“Conforme disposto no n.º 9 da deliberação da Assembleia Municipal Ordinária de 26 de Fevereiro de 2010, que instituiu as Comissões Municipais da Assembleia Municipal de Bragança, os membros desta Assembleia abaixo assinados, vêm requerer a apreciação pela Comissão Municipal de Administração Autárquica, segurança e Cooperação, da Proposta de reorganização dos serviços Municipais presente pela Câmara Municipal, nesta Assembleia Municipal de 17 de Dezembro de 2010.”

----- Vamos à votação, procedemo-la de imediato.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI O MESMO REQUERIMENTO SUBMETIDO A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REJEITADO, COM QUARENTA E DOIS VOTOS CONTRA, OITO ABSTENÇÕES E TRINTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, declarações de voto? As declarações de voto são por escrito, ou via oral? Faça favor Sr. Deputado Pedro Fernandes.

----- Srs. deputados silêncio, e eu passo a renovar o pedido de tomarem os vossos lugares? É que perturbam a Mesa da AM para as contagens, peço desculpa, se tomarem os vossos lugares eu agradecia essa atitude. Vamos proceder às declarações de voto e de imediato vamos autorização à AM para o período de 30 minutos de suplemento.

----- **Pedro Fernandes** – Sr. Presidente o meu voto na abstenção foi nesse sentido, porque no meu entendimento, pelo regimento e pelo regulamento das comissões, o ponto da ordem de trabalhos devia ter baixado à comissão imediatamente a seguir a seguir à apresentação do requerimento.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Nuno Reis.

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não podia deixar de me abster neste ponto, porque tendo concordado e tendo votado favoravelmente, em Fevereiro, a deliberação que atribui aos membros da AM a competência para juntando um conjunto de vinte e cinco assinaturas requerer a respectiva baixa às comissões, dessa forma ou através de uma deliberação no plenário, não percebo como é que um requerimento subscrito por vinte e cinco Deputados, subitamente tem que ser apreciado pelo Plenário, aliás, se me permitem, esta decisão da Mesa constitui uma proposta de revogação desta norma especifica que consta da deliberação adoptada em Fevereiro pela AM e que já é eficaz na medida em que a acta também já foi aprovada. Só com um pequeno problema, é que a AM não foi convocada para reapreciar nem revogar a deliberação que já adoptou e portanto como eu sou a favor desta norma e entendo que o Plenário não tinha, nesta matéria, competência para fazer a apreciação que efectuo, não podia deixar de me abster. Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, Luís e depois José Lourenço, se não me engano também é o Luís do Vale,

----- Deputada Ana Cláudia, por favor, celeridade, peço desculpa.

----- **Ana Almeida** – Boa tarde novamente. Eu acho que tudo o que o Dr. Nuno disse tem razão de ser, tem lógica, temos que ir um bocadinho mais além, não é? Temos que tirar as consequências do que aqui se fez, aqui não se fez nada. Para já, não tínhamos competência para deliberar a revogação que determina, aliás não devia sequer ter ido a votação, porque era suficiente a subscrição por vinte e cinco membros, e como isto consubstancia uma revogação do que estava numa deliberação anterior, ou estava na ponte da ordem do dia, ou não estando, nós não temos competência, portanto nós aqui não votámos nada.

----- Sr. Presidente, só tem uma solução, que é ordenar a baixa do requerimento, da análise do processo à Mesa, portanto vamos ser consequentes. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada, pela sua declaração de voto.

----- Luís Filipe tens a palavra para a declaração de voto.

----- **Luís Fernandes** – A minha declaração de voto, depois da Dr. Cláudia dizer o que disse, fica quase sem substancia, mantendo no entanto dizer que a Mesa acaba de cometer uma grande ilegalidade e que será responsável por ela e em termos de futuro ficamos sem saber muito bem se podemos continuar a apoiar esta norma, a de vinte e cinco Membros desta AM poderem pedir para os documentos baixar às comissões, ou não ?

----- Porque vamos hoje empossar as comissões, o que é que vamos fazer a seguir? Esta norma não foi revogada, está em vigor ou não está em vigor? Se está em vigor, como os juristas dizem, a Mesa cometeu uma grande ilegalidade e, neste momento, gostava de saber como é que vai sair dela.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Luís do Vale tem a palavra.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Eu não sei se é uma declaração de voto... sim é um ponto de ordem, porque não nos deixou discutir o requerimento.

----- **Luís Vale** - E tem declaração de voto? Tem declaração de voto ou não tem? Segundo o regimento!

----- **Presidente da Mesa** – Desculpe, o que diz o regimento é que os requerimentos entrados na Mesa, sendo aceites pela Mesa, são de imediato votados sem discussão, após a votação, e é, de facto, normal em democracia, que quem expressa um voto no final o justifique, a declaração de voto não está impedida no regimento, está a discussão do requerimento antes da votação.

----- **Luís vale** – Muito bem, muito bem. Então em jeito de declaração de voto, mas isto está uma grande trapalhada.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, não está trapalhada nenhuma, leia o regimento, se faz o favor. -

----- Bom, declarações de voto, José Lourenço.

----- **Presidente da Mesa** - Peço desculpa, ó! Sr. Deputado Paula, eu vou ter que lhe responder, vou ter que lhe responder. Há dois relatores deste regimento, na Comissão Permanente tive a oportunidade de dizer aos Srs. Líderes das bancadas dos Grupos Municipais da AM de Bragança, que aguardávamos que os Srs. dois relatores, há dois, Nuno Reis e Dinis Costa, que definitivamente se expressassem, que a revisão está feita, tinha-o dito na Comissão Permanente, antes, algumas dúvidas relativamente à pontuação, à referencia a artigos etc., o que eu aguardo e até eu contava de ter hoje essa informação, é que está tudo pronto para mandarmos para a tipografia, o Regimento. Portanto aconselho a poder, mas eu vou fazer esse contacto com o Dinis Costa para ter essa informação final. Sr. Deputado tem a palavra.

----- **José Lourenço** – Muito obrigado. Em primeiro lugar os homens das leis estão aqui na sala, um está à minha frente, há aí mais pessoas, eu penso que há aqui algo que não esperava ver hoje, vi muito coisa mas, de facto, isto não esperava ver. Basicamente dá-me a ideia que a deliberação que foi aprovada, que por acaso é oriunda do Grupo Parlamentar que hoje a reprovou, ou que hoje a anulou, nem sei bem, dá-me a ideia que essa deliberação até tem muito maior valor vinculativo que o nosso regimento, uma vez que é uma deliberação, foi aprovado por unanimidade ou praticamente. Ocorre também dizer que, ocorre também dizer...

----- **Presidente da Mesa** – Declaração de voto, por favor.

----- **José Lourenço** – Ocorre também dizer que efectivamente há aqui outra situação que, ontem, por volta das quinze horas, o único Grupo Municipal que não tinha apresentado os elementos para a constituição para estes Grupos, salvo se não estou enganado, seria o Grupo dos Presidentes de Junta eleitos pelo PSD. Ocorre também dizer o que está em questão é algo, de facto, de uma seriedade e de uma delicadeza que: Primeiro - não tínhamos que ser alvo desta coacção em termos de tempo, o diploma que obriga a esta reestruturação é de Outubro de 2009, estamos nos últimos dias de Dezembro, efectivamente o diploma prevê o limite de 31 de Dezembro para efectuação dessas reestruturações. Por outro lado não prevê qualquer coima, qualquer punição, qualquer forma de prejudicar o Município que não o faça até lá.

----- Atendendo a isso, acho que este passo desta reestruturação pelas pessoas que envolve, por tudo o que acarreta para o futuro do Município, devia ser dado com mais calma, com mais ponderação. Assisto aqui ao bloquear, ao anular de tudo isto que iria acontecer neste processo, pelo

mesmo grupo que efectivamente criou ou propôs as comissões que foram, de facto, acatadas por todos, e que efectivamente devam servir para que as decisões sobre a nossa vida, fossem mais ponderadas, mais pensadas, vejo aqui esse Grupo pura e simplesmente atirar isso para o chão, as consequências não sei, mas é triste.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa tem que fazer o seguinte, tem que parar os trabalhos, e tem que propor aos Srs. Deputados, a prorrogação do prazo para continuação dos trabalhos da AM, por mais 30 minutos, esta é a proposta da Mesa, 30 minutos, que eu penso que será eventualmente até demasiado tempo para os pontos que ainda faltam na agenda, mas temos essa hipótese. Portanto, Srs. Deputados, ou paramos já a reunião agora ou continuamo-la até terminar os trabalhos.

----- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS**- A Mesa propôs o prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos.

----- **A PROPOSTA FOI APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM DEZASSETE VOTOS CONTRA, ZERO ABSTENÇÕES E SESENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**.....

----- **Presidente da Mesa** - A Assembleia continua, são, neste momento, oito menos vinte, terminará às oito e dez, dei-a por onde der, continuamos a discussão.

----- **Presidente da Mesa** – Sim, está bem, declaração de voto, primeiro.

----- **Bruno Veloso** – Sr. Presidente, naturalmente o Grupo Municipal do PS quer deixar claro o sentido da sua votação e o sentido da sua responsabilidade. Estamos perante uma discussão que deve ser encarada como séria, de uma forma responsável, e de uma forma que se permita discutir, demonstrar os pontos de vista e com o seu tempo. O PS chumbou o período de tempo não pelo facto de não querer discutir o assunto, mas exactamente pelo facto de entender, que em trinta minutos é impossível discutir seriamente este assunto, e portanto aquilo que o PS propõe é que passe para uma nova sessão desta AM e o PS propõe também e é nossa proposta e a nossa vontade que essa nova AM todos prescindamos das senhas de presença bem como das ajudas referentes à realização da mesma, e este é claramente um acto de vontade de quem quer discutir os assuntos de forma séria e atempada e não apressadamente, porque não podemos estar a discutir coisas sérias e desta natureza em meia hora e é ridículo que essa meia hora seja o tempo que é solicitado, aliás como já se entendeu o objectivo é, claramente, não ser discutido

----- **Presidente da Mesa** – Não! Tenho que fazer uma correcção. O tempo que é estipulado resulta do regimento da AM, que diz: Terminado um período de quatro horas seguidas, tem que se suspender os trabalhos, sendo possível uma prorrogação por votação do Plenário de mais trinta minutos. Não há aqui nenhuma pressão para não se discutir, o que há é um regimento que permite mais trinta minutos, decorre do Regimento.

----- **Presidente da Mesa** - Não, não, peço desculpa, Sr. Deputado, agora intervenho eu. O que me parece estranho, Srs. Deputados, é que permitiu o vosso Grupo Municipal e os Grupos Municipais que, neste momento, estão a levantar questões, que na Comissão Permanente tal matéria fosse aceite para agendamento, não levantando a questão de ter que baixar a uma comissão, e atempadamente nem sequer termos agendado este assunto para discutir hoje, foi com a vossa anuência, com a vossa vontade, com a vossa votação favorável, que este assunto encontrou agendamento dia de hoje.

----- Como podem vocês pedir a uma Mesa da AM que tem um agendamento feito, que tem um ponto que tem que ser absolutamente discutido por vocês, dizer que não o podem votar, querem que baixe a uma comissão eleita na AM. Não pode, meus caros amigos, primeiro tem que ser votado, ou então vocês punham aqui para discussão a retirada do ponto.

----- Desculpe, o ponto está agendado, ou é votado ou é retirado. A retirada do agendamento ou o acrescentar de pontos na agenda, só é possível pela vossa vontade, e se vocês não querem discutir isto, tinham proposto a retirada do assunto, não deixar para um tempo mais adiante dizendo que vai baixar a uma comissão que ainda nem sequer está constituída e tomada posse. Portanto, meus Srs., peço desculpa e vocês têm que aceitar isto que eu vos digo, que é, está agendado, tem que ser votado, não tivessem feito o agendamento, essa foi a vossa responsabilidade, aceitar o agendamento.

----- **Bruno Veloso** – Sr. Presidente, só uma nota em relação àquilo que o Sr. Presidente disse, até porque tinha feito um ponto de ordem à Mesa, anteriormente, e quero retomar o assunto.

----- Em relação àquilo que o Sr. Presidente acaba de dizer, há, de facto, um motivo, é que o agendamento de uma sessão da AM não obriga a que seja uma só reunião de AM, e portanto a continuação dos trabalhos, pode passar para uma outra reunião dentro da mesma sessão, e portanto isto é um aspecto legal, a ordem de trabalhos podia ser ainda muito mais extensa e não é isso que a gente está a pretender. Relativamente àquilo que o Sr. Presidente referiu, ..

----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, eu percebo a vossa preocupação, vou-vos pedir silencio, se não fizermos silencio e o Deputado não der sequência à sua intervenção não conseguimos terminar. Sr. Deputado peço que seja célere, como compreende o cansaço já é muito. ...

----- **Bruno Veloso** – Sim Senhor, Sr. Presidente. Relativamente à questão do Regimento e à suposta revisão do Regimento, eu só tenho a esclarecer o seguinte: É que eu tenho aqui uma acta de 18 de Fevereiro de 2010 que termina assim: “Após análise e discussão foi deliberado por unanimidade dos Membros presentes aprovar a referida grelha de distribuição de tempos de debate pelos Grupos Municipais, mais deliberando por unanimidade dos Membros presentes remeter a proposta para Plenário Municipal para a respectiva e votação. Nada mais havendo a tratar ou discutir, o Exmo. Sr. Presidente da Mesa da AM declarou encerrados os trabalhos do Grupo de trabalho para alteração do Regimento da AM, dos quais lavrou a presente acta, a qual depois lida e aprovada foi assinada por todos os seus Membros do Grupo de trabalho presentes.

----- Significa isto, que fechou, acabou o Grupo de trabalho, o trabalho remeteu à AM a AM votou o Regimento. O Regimento está concluído, não há mais voltar a dar, nem revisão nenhuma e isso é claro e evidente como a água, e andamos nisto há um ano para imprimir um regimento que é isso que se trata.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Presidente de Junta de Rebordãos.

----- Vocês hão-de perceber que têm que dar condições de trabalho à Mesa, não vos posso recusar as vossas intenções de intervenção, mas também temos um horário para cumprir, temos uma agenda para terminar, hão-de perceber também que deve haver equidade e, enfim, alguma urbanidade nas coisas, não é? Se os dois Deputados querem intervir, vou-vos dar a palavra, mas tendes que dar também condições à Mesa para trabalhar. Sr. Presidente de Junta faça favor.

----- **Adriano Rodrigues** – É assim, eu venho aqui, sou um bocadinho leigo nisto, não percebo muito, mas tenho aqui umas coisas a dizer sobre as comissões. É assim, eu realmente não nomeei ninguém para as comissões, sou o único Grupo que não nomeou, porque para falar. o que eu sei, eu considero estas comissões uma roubalheira, e vou dar um exemplo, se me é permitido neste momento. É assim, ou eu vou propor que as comissões serem extintas, já hoje, aqui neste Plenário, se é possível, não faço ideia.

----- **Presidente da Mesa** – Não pode, não pode.

----- **Adriano Rodrigues** – Não pode? Não faço ideia, estou perguntar sé possível, não é possível? Então eu vou-lhe dizer aqui duas ou três coisas que é para a gente ter ideia o que estas comissões nos vão custar.

----- **Presidente da Mesa** – Ma, ó! Adriano, você quer falar sobre a questão das Comissões e a extinção das Comissões?.....

----- **Adriano Rodrigues** – Sim.

----- **Presidente da Mesa** – É que não faz sentido porque não está agendado esse ponto, não pode ser discutido hoje, pode propô-lo depois.

----- **Presidente da Mesa** – Não. Mas não pode propor a votação,

----- Não, não, estamos sobre a questão do Regimento,

----- Peço desculpa Sr. Presidente de Junta. Ana Cláudia e depois Luís Filipe pediram a palavra, e, se me permitem, a seguir vamos fazer a votação.

----- **Ana Almeida** – Ó! Sr. Presidente, desculpem, mas eu só vinha aqui apelar à razoabilidade daquilo que, às vezes, votamos.

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, ó! Vítor Prada, ó! Vítor Prada, peço desculpa.

----- Atenção, meus caros, ó! Adriano, tome o seu lugar se faz o favor.....

----- **Ana Almeida** – Pode, pode, no âmbito do ponto pode, Dr. Luís.

----- **Presidente da Mesa** – Ó! Adriano, eu sugeria, está a ver que, de facto, você poder pode..

----- **Ana Almeida** – Deixe-me falar primeiro.

----- **Presidente da Mesa** – Mas a verdade é que vai arrastar os trabalhos da AM.

----- **Ana Almeida** – Não, não vai nada. Ó! Sr. Presidente, eu pedia que me ajudasse e que percebêssemos alguma razoabilidade daquilo que votamos, só faz sentido, do meu ponto de vista, votar prorrogações dos trabalhos da AM e eu pergunto a quem esteve na elaboração do Regimento e dessa norma, se a intenção não é prorrogar os trabalhos para acabar a ordem do dia. Se nós com esta prorrogação nem a ordem do dia vamos acabar, qual é a lógica de estarmos a votar? Tem necessariamente que haver outra sessão! Ó! Sr. Presidente não tem lógica isto.

----- **Presidente da Mesa** – Ó! Sr. Deputada, não queira agora ultrapassar de facto uma vontade que já foi expressa, o Regimento permite uma votação. Sr. Deputada permita-me tirar-lhe agora a palavra, mas o Regimento permite isso, está esgotado o tempo e para haver prorrogação,

----- **Ana Almeida** – Mas as pessoas não têm consciência de que vai haver outra sessão, acho que ainda... ..

----- **Presidente da Mesa** – Sra. Deputada, permita-me, houve uma votação, em liberdade houve expressão de vontade da AM, não vamos colocar essa questão em causa.

----- **Ana Almeida** – Pode haver erro Sr. Presidente, desculpe, que agora também pode haver erro na formação da vontade, e não saberem aquilo que votaram.

----- **Presidente da Mesa** – Eu peço à Sra. Deputada que tome o lugar, não vamos fazer esse diálogo.

----- Houve uma vontade expressa pela AM, tenho que a cumprir, a Mesa tem que a cumprir.

----- **Luís Fernandes** – Eu venho aqui esclarecer só uma questão, que o Sr. Presidente há bocadinho referiu quando disse que não podia ser retirado este ponto porque não foi discutido em sede de Comissão Permanente. Ora bem, isso não tem a ver com o assunto, com base na proposta da criação das Comissões, não tem nada a ver com o líder e com a vontade que o líder leva à Comissão Permanente, nasce da vontade de vinte e cinco Membros desta AM, pedirem um determinado assunto de baixar à Comissão. Portanto em termos de ser discutido, ser agendado, não tem nada a ver com o assunto.

----- **Presidente da Mesa** – Terminaste Luís? Silêncio que o Sr. Deputado quer terminar, enfim, a reflexão que fez.

----- **Luís Fernandes** – O que eu disse foi que a questão que tu levantaste de que para poder ser retirado tinha que ser agendado, tinha que estar aqui a alteração, não tem nada a ver, porque isto nasce da vontade do Plenário, de vinte e cinco membros do Plenário, se organizarem numa tentativa de algo que eles acham que está mal, baixar à Comissão. Portanto aquela questão que tu levantas-te ter sido unânime na Comissão Permanente não tem nada a ver.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, mas não percebeste o que eu disse, mas vamos dar sequência às intervenções. Quero dizer o seguinte, o problema que eu levanto para alguns dos deputados que ainda estão a insistir nesta matéria, que existe um agendamento, e vocês sabem que o agendamento tem que ser cumprido, e para ser cumprido, ou se vota para retirar, ou se tem que votar. Portanto temos que votar, ponto final.

----- Bom, estávamos com inscrições, tinha razão o Brinquete, está inscrito, ninguém lhe retirou a palavra para, não já a ver com o requerimento que entrou, mas sim com a votação do ponto 4.2.4 - Reorganização dos Serviços Municipais. Correcto? Tem a palavra.

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, reposicionar a discussão. Se bem eu entendi, uma intervenção de um requerimento que entrou na Mesa, deu aqui uma discussão, e portanto esse requerimento não foi aceite pela AM, e se vamos votar uma proposta, temos que fazer uma discussão à volta dela, porque só tinha existido ainda um período de pedidos de esclarecimentos, não é? Se é assim eu vou fazer uma intervenção que é rápida, mas antes também tenho que dar o meu testemunho para dizer que ...queria-vos dar um exemplo muito rápido para ser ilustrativo. Por

exemplo, na Assembleia da República, formam-se as Comissões, e a decisão de formar a Comissão é o dia que se toma essa decisão, e as decisões não se tomam de ânimo leve. Reparem, por exemplo, o caso da Comissão de Revisão Constitucional, que até é presidida por um Camarada meu, que é o António Filipe. Essa Comissão foi decidida em Plenário, foi-lhe atribuída a Presidência, mas não se instalou no imediato. O Dr. Passos Coelho entregou a primeira proposta dos Partidos de Revisão Constitucional na Assembleia da República, a comissão não estava ainda formada, deitava-se fora o projecto, para o caixote do lixo! Olha, a Comissão ainda não tomou posse... ..

----- **Presidente da Mesa** – Pode acelerar, pode acelerar.

----- **José Brinquete** – Adriano, estás muito agitado, pá, se quiseres ir embora vai.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, peço-lhe que possa cingir-se só ao tema.

----- **José Brinquete** – Mas não! Quer as propostas do PSD, quer as propostas dos outros Partidos todos foram directas para a Comissão e só mais tarde é que a Comissão tomou posse, mas também não levou um ano, porque mesmo aqui a proposta do Adriano de acabar com as Comissões, está-se a ver que há uma linha de não respeitar as decisões! Há uma linha de destruir o que foi aprovado, o Adriano não está aqui sozinho

----- **Presidente da Mesa** – Não, negativo, não está, não está

----- **José Brinquete** – O Adriano não está aqui sozinho, a dizer que quer acabar com as Comissões,

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, tomem atenção, é que não está isso, o requerimento que ele deu entrada na Mesa, não tem nada a ver com isso, com a extinção de Comissões, é só para corrigir eventualmente o seu.

----- **José Brinquete** – Eu não estou a dizer que o requerimento que o Adriano aí tem a ver com as Comissões, eu estou a dizer que o Adriano veio aqui dizer, que queria propor, que queria propor acabar com as Comissões, mas isso não pode ser argumento para o que se passou aqui, és livre de propor acabar com as Comissões, a AM é livre de acabar com elas, mas estamos numa fase da discussão, em que há decisões tomadas, e que há um regimento, e portanto nós praticámos um acto nulo, praticamos um acto nulo, porque este requerimento não é o requerimento para votação! Este requerimento tem vinte e cinco assinaturas, é para produzir efeito imediato.

----- Pronto, mas isto é fácil, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, o Juiz, pode decidir isso com muita facilidade.

----- Eu, sobre a proposta em discussão, gostava de dizer o seguinte:

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

- “O anterior organigrama tinha 4 Departamentos e agora esta proposta vai criar mais 1 Departamento. *Mas não é um Departamento qualquer, passará a ser um mega Departamento na dependência da Presidência da Câmara. Este Gabinete vai ter o seguinte nome:.....*
 - * Gabinete Integrado Serviços da Presidência e vai comportar.....
 - Sistema de Informação e Novas Tecnologias. Assessoria Jurídica. Planeamento. Desenvolvimento e Auditoria Interna.....
- Nas Divisões existiam 11 e *agora* vai criar mais 1, ficarão 12 *Divisões*.....
- Em contrapartida, nas Secções passa de 15 para 6, havendo uma redução de 9 lugares, ainda que só estivessem 11 preenchidas. *Portanto das 15, 4 não estavam preenchidas. Se do total de 11 que estavam preenchidas só deixa 6, os restantes 5 vão embora. Sabendo que o actual quadro tinha 15 Secções, estando preenchidas 11;*
- Pergunta-se: para onde vão os 5 chefes de secção que serão suprimidos. Ficam subaproveitados? Ou vão para a mobilidade? *Esta é uma questão, penso que, da maior importância.*
 - A proposta diz que até prescinde de 1 Director Municipal, por subordinação a premissas de custos. .. Mas cria mais 1 Departamento e neste caso 1 mega Departamento.....
 - Ainda cria mais uma Divisão.
 - Será que as premissas de custos recaem só nas secções?
 - Com este corte de postos de trabalho não está também a cortar as expectativas a todos os trabalhadores com aspirações a subir nessa carreira?
 - A proposta diz que vai poupar 3.090 euros por mês
 - Mas as contas estão mal feitas.
 - É que contam poupar, aonde não podem, nas 4 secções que estão por ocupar, ou seja, na verdade vai gastar a mais, acima de, 2.000 euros por mês, *pelas minhas contas*.....
 - Em resumo, parece-nos que estamos perante uma proposta de Reorganização que inverte a pirâmide em termos de chefias, que vai criar conflitos internos, que é claramente despesista, *ao contrário do que se afirma*, e pode abrir portas à contratualização externa dos serviços.
- Por isso, em face das insuficiências de fundamentação que a proposta patenteia, propõe-se que seja retirada para uma melhor discussão com as chefias e os representantes dos trabalhadores, com vista à procura de uma Reorganização dos Serviços Municipais que sirvam os seus trabalhadores e em especial os munícipes, razão maior da sua existência”.

----- Eu estando de acordo também que o requerimento tem força imperativa e vai ter que seguir os seus tramites, e depois a Comissão onde estaremos também, A CDU também estará representada, dará a sua participação, apresento de imediato esta proposta:

“PROPOSTA

----- Com vista ao melhoramento da proposta de Reorganização dos Serviços Municipais, propõe-se que seja retirada e trazida novamente à AM de Fevereiro, para aprovação final”

----- Muito obrigado Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Pedidos de esclarecimento sobre esta proposta? Há pedidos de intervenção? Vamos à votação da proposta.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI ESTA PROPOSTA SUBMETIDO A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REJEITADA, COM QUARENTA E SEIS VOTOS CONTRA, ZERO ABSTENÇÕES E VINTE E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há declarações de voto.

----- Muito obrigado, Srs. Deputados, pela vossa disponibilidade para acelerarmos estes trabalhos.

----- Temos ainda a intervenção do Luís do Vale, que é a ultima. Luís do Vale tem a palavra, se faz o favor, tem a palavra para fazer a sua intervenção. De seguida passaremos à votação.

----- O Sr. Deputado Luís do Vale pergunta à Mesa, se não entrou um requerimento com origem no Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos. Mas este requerimento não tem sentido ser votado, manifesta apenas, será remetido aos Deputados que integram as Comissões, porque eu passo a ler para conhecimento.

“REQUERIMENTO

----- O Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PSD vem pedir a todos os Grupos Parlamentares para darem o seu contributo voluntário para o desenvolvimento local. Propõe-se que todos os Membros designados para as respectivas comissões que o façam de forma gratuita porque as dificuldades económicas do País e conseqüentemente o Concelho pedem o esforço de todos.

Proponentes:

a) Adriano Augusto Correia Rodrigues

Paulo Hermenegildo de Castro João

António Jorge Brás Pires

Luís Aníbal Rodrigues Martins”

----- Isto não carece de uma votação, carece é de uma vontade expressa de quem vai participar nas Comissões, de querer não receber. Peço desculpa, decorre da lei que a participação de Deputados Municipais, nas Comissões, têm direito ao pagamento de senha de presença e deslocações. Não podemos votar aqui algo contra aquilo que a lei diz, o que pode, e vamos remeter o requerimento que envia, para os Membros que fazem parte das Comissões. A forma como está feito o requerimento, e a questão, não dá direito a outra situação, Adriano.....

----- Vou ler o requerimento que deu entrada na Mesa.

----- **Rui Correia – Apresentou, por escrito, o seguinte**

“REQUERIMENTO

Nos termos do Regimento o Grupo Municipal do PSD/Bragança propõe a votação imediata do ponto da Ordem de Trabalhos em apreço – Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Bragança, em conformidade com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.”

----- **Presidente da Mesa** - Bem compreendo, mas não faz sentido nenhum, porque não vamos discutir um requerimento, a dizer que se discute um outro, que é precisamente o que se está a fazer. Portanto a Mesa não aceita este requerimento e pelas causas que os Srs. Deputados perceberam. Peço desculpa.....

----- Sr. Deputado, tem a palavra.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Antes mesmo de fazer a minha intervenção, eu só gostaria de colocar uma pergunta ao Sr. Presidente da AM. Depois de tudo isto, em que é que ficamos?

----- **Presidente da Mesa** – Depois das intervenções, ainda falta ali o Sr. Deputado Vítor Prada Pereira, passamos à votação do ponto.....

----- Atenção tenho que vos dizer o seguinte faltam 4 minutos para terminar-mos o período, portanto façam o favor de ser céleres.

----- **Luís Vale – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Apesar da conjuntura nacional e regional, não nos parece adequado proceder a constrangimentos na estrutura orgânica da Câmara Municipal, apenas por isso. A redução da estrutura é evidente e sobra a questão se a consideram mesmo adequada à realidade do nosso concelho.

----- Face ao novo organigrama proposto, e depois de ler com atenção a documentação entregue, estranhámos a ausência de um Gabinete Médico-veterinário e, também de uma Secção ou um Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010

gabinete de Desenvolvimento Rural. É que tendo em conta o contexto geográfico em que Bragança ainda existe, com elevada percentagem de território rural e agrícola, e também com uma considerável percentagem de população que mantém uma ligação com as actividades relacionadas com a ruralidade, já para não esquecer o mais ou menos intermitente discurso oficial de pertença a esse mundo outro, consideramos adequada a existência destes dois gabinetes /secções. Esta reorganização seria o momento ideal para a criação destes dois novos elementos orgânicos que poderiam ser acrescentados à Divisão de Defesa do Ambiente.....

----- Sr. Presidente,

----- Adoptando uma estratégia mais ou menos semelhante à sua, da legitimação por comparação, e numa pesquisa rápida a outras estruturas orgânicas de Câmaras Municipais da região, pude verificar que estes elementos são presença regular:

- -- Miranda do Douro tem Secção de Desenvolvimento Rural e Espaços Públicos e Gabinete Médico Veterinário;
- -- Vimioso tem Gabinete de Fomento Agrícola e Pecuária;
- -- Mirandela tem Secção de Projectos e Candidaturas e Gabinete de Sanidade Pecuária;
- -- Mogadouro tem Gabinete Florestal e Sector Florestal;.....
- -- Macedo de Cavaleiros tem Secção de Fiscalização Sanitária;.....
- -- Chaves tem Gabinete de Fiscalização Sanitária e Gabinete Técnico Florestal;.....
- -- Vila Real tem Gabinete de Higiene Pública e Veterinária;
- -- Peso da Régua tem Gabinete de Higiene Pública e Veterinária;
- -- Entre tantos outros exemplos...

----- Estes gabinetes e os seus serviços fazem falta à autarquia e ao município para, por exemplo, os licenciamentos de instalações e explorações agrícolas e pecuárias, para as necessárias inspecções sanitárias, para os licenciamentos de cozinhas regionais e outras instalações.

----- Sr. Presidente,

----- A não existência destes gabinetes, numa declarada opção por parte da Câmara Municipal, que relega prazos associações essa função, tem por consequência uma lacuna no serviço devido aos cidadãos e munícipes, assim como tem levado a algumas falhas de comunicação e de acessibilidade a determinados projectos e financiamentos. O alerta fica registado, há notícias de munícipes de Bragança a recorrerem a serviços municipais dos concelhos vizinhos, por carência ou simples desconhecimento dos locais apropriados onde se dirigirem aqui em Bragança.....

----- *E permitam-me só um parêntesis, para vos dar nota de uma noticia que me foi dada nas últimas 24 horas, uma dessas Associações que eu posso nomear que é a Arbória, também exerce a Assembleia Municipal de Bragança/Acta da 6.ª Sessão Ordinária (Mandato 2009/2011)17/12/2010*

sua actividade no Município de Bragança, segundo essa informação há três meses que tem ordenado em atraso, portanto os técnicos dessa Associação estão com sérias dificuldades para manterem os seus postos.

----- *Ma, terminando e fechando parêntesis.*

----- Apesar de ser apenas um aspecto e, provavelmente, um pormenor, também por esta reorganização estrutural dos serviços camarários se percebe a falta de uma estratégia, de uma perspectiva de futuro. Reforça sobremaneira o que dissemos na discussão acerca dos documentos provisionais. É pena".

----- Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Parada Pereira.

----- **Vítor Pereira** – Aquilo que efectivamente aqui vai ser discutido e já alguém o disse aqui, dada a sua importância e dado ao clima que, pelos vistos, se instalou aqui, não sei porquê e também não percebo muito bem porquê, porque alguém já questionou isto, esta urgência em aprovar este novo organigrama da Câmara, não sei, também não percebo muito bem. Mas, já que o tempo urge, já que não temos tempo para discutir aquilo que é tão importante, duas ou três considerações fundamentais:

----- Esta Câmara, e também já o disse aqui, vai ter cinco Departamentos, tinha quatro; esta Câmara tinha onze divisões, vai ter dez, mais duas subunidades, com o tal vencimento a combinar; mais dez Chefes de Divisão, e depois esta Câmara vai ter na base seis subunidades ou então as seis Secções, portanto meus Srs. está dito, isto faz-me lembrar um exército com Generais sem as respectivas tropas, sem as respectivas companhias, sem os respectivos Batalhões. Isto diz tudo, isto diz tudo daquilo que se pretende com este organigrama tentando aprova-lo à pressa. E agora percebesse muito bem, e agora nós, PS, percebemos muito bem a azáfama destes concursos todos que estão a ser feitos pela Câmara Municipal, agora nós já percebemos, e por isso a urgência de aprovar esta nova estrutura, agora nós já percebemos porquê, agora já percebemos, mas nós vamos ficar muito atentos, vamos ficar muito atentos àquilo que se vai passar daqui para frente. E ao contrário do que diz o Sr. Presidente de Câmara, e o Brinquete já o disse aqui, isto não fica mais barato, fica mais caro, é só somar, é só fazer contas, é só fazer contas e portanto ao contrário do que se diz, isto não tem nada de estratégico, isto não tem nada de uma visão diferente para a Câmara e que se quer para a Câmara Municipal, isto tem a ver com uma visão política, política, no sentido de, certa maneira, politizar determinadas coisas na Câmara Municipal, mas nós vamos estar muito atentos a isso, e como tal, e como tal,

----- **Vítor Pereira** - Mas o que é que se passa não estou a entender, a perceber,
----- Ai é
----- **Presidente da Mesa** – O seu tempo está terminado.
----- **Vítor Pereira** – Estão-me a dizer que já passou o tempo!
----- **Presidente da Mesa** – O tempo da AM terminou.....
----- **Vítor Pereira** – Por isso eu disse logo no meu intróito que era importante discutir isto com tempo, sendo assim eu não posso dizer mais nada se me dizem que acaba o tempo, eu sou respeitador das normas e das regras, é evidente.
----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, este ponto no que diz respeito à discussão está terminado, a questão que eu quero pedir a vocês é, terminou o tempo de autorização para discussão, permitem que a Mesa com alguma ilegalidade proceda à contagem de votos?

----- **Presidente da Mesa** - Correcto, a Mesa então diz o seguinte: terminámos a AM, temos aqui um problema que é, para darmos continuidade à agenda, e quero lembrar que este ponto terminou o período de inscrições, na próxima vez votaremos a este ponto, sem discussão, terminou a discussão, não vamos recomeçar a questão sobre esta matéria, fazemos um novo agendamento, ainda durante este mês de Dezembro, ou - vou apelar à vossa... - tendo em conta que, de facto, é um custo grande para o Município o facto de fazermos uma nova AM, e isso podia ser já amanhã, a minha proposta, Srs. Deputados, é no sentido da poupança de recursos que são escassos, era agendar-mos estes pontos para a AM Ordinária do Mês de Fevereiro de 2011
----- Srs. Deputados, vou convocar a Comissão Permanente para amanhã de manhã, os Srs. Deputados que estão aqui presentes, a Comissão Permanente
----- A Comissão Permanente pode então reunir segunda-feira às 21h30, a Comissão Permanente está convocada para avaliar este ponto, porque temos duas alternativas, ou marcamos uma AM para o mês de Dezembro, ou vamos marca-la para Fevereiro.

-----Muito bem, aceito perfeitamente.
----- Srs. Deputados, finalmente devo-vos dizer só o seguinte, os Deputados que fizeram intervenções, e para agilizar o trabalho da audição das actas e produzir as actas no mais curto espaço de tempo, quero pedir o favor de quem fez intervenções e as fez de forma escrita, que se as tem de forma escrita, que as passem por e-mail para os serviços da AM, para não terem que passar o tempo a fazer a audição das actas e usarem os vossos textos já escritos.

----- Seguidamente, e para finalizar, desejo-vos uns votos de feliz Natal e bom Ano Novo de 2011, com Sucessos. Boa noite a todos e até breve, se Deus quiser.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Anibal de Jesus Raimundo Morais
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Pereira
António Manuel Teixeira Batista
António Nuno Neves Alves
Cândido Vaz Alves
Carlos Abílio Moreno
Carlos José Cadavez
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
João Paulo da Veiga Matos
José Alberto Moutinho Moreno
José Luís Baltazar
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Teresa
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Luís Esteves Fernandes
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso **a)**
Fernando Carlos Silva Paula
João Batista Ortega
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre **a)**
Manuel António Pires **a)**
Maria Celina da Silva Paula
Maria de Fátima Renovato Veloso
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre
Nuno Filipe Canelhas Miranda
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
José Fernando Cameirão
José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José António Saraiva Brinquete

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Ana Cláudia Guedes de Almeida

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernando Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	João Francisco Alves
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves

Castrelos	Henrique Manuel Pires (Substituto)
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	João David Condado Reis (Substituto)
Faílde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Augusto David Afonso Pires (Substituto)
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo de Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo	João Nascimento Fernandes
Mato	
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Anibal Martins
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto dos Santos Costa
Parad. Nova	Domingos António Seca
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires Afonso Augusto Pires Domingues
Pombares	
Quintela	Vitor Manuel Costa
Lampaças	
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
Rio de Onor	António José Preto
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Comba de Rossas	Elídio Alexandre Morais
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias Santos Vara
Sé	Alexandra dos Prazeres Machado Reis (Substituto)
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela

Sortes Juvêncio Alves de Carvalho
Zoió Helder Jorge dos Santos

a) Aplicação do n.º 9 do artigo 64.º do regimento da AM

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Adriana da Conceição Vilares Angélico (Justificada)

PARTIDO SOCIALISTA

Dinis Manuel Prata Costa

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Armando José Morais

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Calvelhe – Ernesto Augusto Morgado Gomes
Serapicos – Armando Augusto Venâncio Dias

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
Humberto Francisco da Rocha
Maria de Fátima Fernandes
Hernâni Dinis Venâncio Dias

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezanove horas e trinta minutos e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na Primeira Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em __21/_/02__/2010 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.....

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____

NOTA:

1- As páginas 110 a 307; 354 a 361 e 397 a 404 dizem respeito a anexos das certidões, os quais poderão ser consultados nos respectivos serviços.

2- Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.